

**PROSPECTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA
DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS DE EMISSÃO DA**



INEPAR S.A. – INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.400
Cidade de Curitiba – Estado do Paraná

270.000 DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES

Emissão de 270.000 (duzentas e setenta mil) debêntures conversíveis, em 2 (duas) séries, de 135.000 (cento e trinta e cinco mil) debêntures cada uma, sendo a 1ª série conversível em ações ordinárias e a 2ª série conversível em ações preferenciais, ambas de emissão de Inepar S.A. – Indústria e Construções, do valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante de R\$270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais), a serem subscritas e integralizadas nas condições adiante explicitadas. A emissão das debêntures foi aprovada na assembléia geral extraordinária da companhia, realizada em 12 de janeiro de 2001, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 20010066187, e publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, na Gazeta Mercantil – Edição Nacional, e na Gazeta do Povo, nas edições do dia 17 de janeiro de 2001, respectivamente, para distribuição pública. As debêntures serão negociadas na Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. – SOMA.

Ratings

Classificação SR Rating : brBBB-
Classificação Atlantic Rating : BB

Registro na CVM sob o nº SRE/CVM/DCA/2001/002, em 23/04/2001

“O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as Debêntures a serem distribuídas.”

“Este prospecto foi preparado com base em informações prestadas pela Emissora, visando ao atendimento dos padrões mínimos de informação estabelecidos para colocação e distribuição pública de títulos e valores mobiliários definidos pelo código de auto-regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID) para as operações de colocação e distribuição pública de títulos e valores mobiliários no Brasil, o que não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da Emissora, das instituições participantes e/ou das Debêntures.”

“As informações contidas nesta publicação serão objeto de análise por parte da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que examinará a consistência das mesmas. As informações aqui contidas estão sujeitas a modificações e complementações. O prospecto Definitivo será colocado à disposição dos investidores, para entrega, nos locais onde serão colocadas as debêntures junto ao público, durante o período de distribuição.”

COORDENADOR LÍDER



SETEMBRO DE 2001

ÍNDICE

1. SÍNTESE DO PROSPECTO.....	3
1.1. CARACTERÍSTICAS DOS VALORES OFERTADOS E DA COMPANHIA EMISSORA	4

1.2.	CRITÉRIOS DA DILIGÊNCIA LEGAL PRELIMINAR À ELABORAÇÃO DO PROSPECTO	4
1.3.	ALERTA AOS SUBSCRITORES (CONFORME SOLICITAÇÃO DA CVM).....	5
2.	INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	15
2.1.	ANEXO I (INSTRUÇÃO CVM Nº 13/80).....	16
3.	FATORES DE RISCO.....	32
3.1.	FATORES DE RISCO EXISTENTES	32
3.2.	FATORES DE RISCO RELACIONADOS AO CENÁRIO MACROECONÔMICO.....	33
3.2.1.	<i>Instabilidade Econômica.....</i>	33
3.2.2.	<i>Intervenção do Governo Federal na Economia Brasileira</i>	33
3.2.3.	<i>Impacto da Inflação Elevada e Medidas Anti-Inflacionárias.....</i>	34
3.2.4.	<i>Condições Econômicas Adversas para Captação de Recursos.....</i>	34
3.3.	FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS ATIVIDADES DA EMISSORA.....	34
3.3.1.	<i>Necessidade de Financiamento Adicional.....</i>	34
3.4.	FATORES DE RISCO RELACIONADOS À EMISSÃO.....	35
3.4.1.	<i>Possibilidade de Captação Inferior ao Valor Total da Emissão.....</i>	35
3.4.2.	<i>Fator de Relacionamento à Liquidez das Debêntures.....</i>	35
3.4.3.	<i>Fator relacionado ao andamento de emissões de valores mobiliários já efetuadas pela Emissora</i>	35
4.	UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS.....	37
4.1.	USOS DOS RECURSOS ORIUNDOS DA EMISSÃO	38
4.1.1.	<i>Quadro Resumo.....</i>	38
4.1.2.	<i>Detalhamento dos Usos.....</i>	38
5.	INFORMAÇÕES DA EMISSORA	40
5.1.	HISTÓRICO DA COMPANHIA E SOCIEDADES LIGADAS.....	41
5.1.1.	<i>O Grupo Inepar</i>	41
5.1.2.	<i>Sobre a Inepar S.A. – Indústria e Construções.....</i>	41
5.1.4.	<i>Sobre as Alianças Estratégicas do Grupo INEPAR</i>	54
5.1.5.	<i>Sobre a Inepar Energia S.A.....</i>	65
5.1.6.	<i>Sobre a Inepar Telecomunicações S.A.....</i>	76
5.2.	RESTRUTURAÇÃO DA INEPAR S.A. – INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES	84
5.2.1.	<i>O Porquê da Restruturação</i>	84
5.2.2.	<i>Princípios Básicos da Restruturação.....</i>	85
5.2.3.	<i>Modelo da Estrutura Organizacional da Inepar S.A. – Indústria e Construções</i>	85
5.2.4.	<i>Restruturação Operacional.....</i>	86
5.2.5.	<i>Sucessão e Nova Estrutura Executiva.....</i>	87
5.2.6.	<i>Restruturação Societária.....</i>	90
5.2.7.	<i>Restruturação Financeira</i>	92
5.3.	CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS.....	92
5.3.1.	<i>Acionistas</i>	92
5.3.2.	<i>Características Societárias das Ações e do Capital da Companhia até a Data da Emissão</i>	93
5.3.3.	<i>Características estatutárias das ações a serem emitidas</i>	95
5.3.4.	<i>Características transitórias das ações a serem emitidas</i>	95
5.4.	ADMINISTRAÇÃO, ASSEMBLÉIAS GERAIS E OUTRAS CARACTERÍSTICAS ESTATUTÁRIAS.....	95
5.4.1.	<i>Conselho de Administração</i>	95
5.4.2.	<i>Diretoria.....</i>	96
5.4.3.	<i>Conselho Fiscal.....</i>	102
5.4.4.	<i>Assembléia Geral</i>	103
5.4.5.	<i>Exercício Social.....</i>	104
5.5.	CAPITALIZAÇÃO.....	104
5.6.	INFORMAÇÃO SOBRE OUTROS TÍTULOS EMITIDOS PELA COMPANHIA	105
5.7.	PENDÊNCIAS JUDICIAIS.....	108
6.	ESTUDO ECONÔMICO FINANCEIRO.....	148
6.1.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - CONTROLADORA	149
6.2.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDADO	151
6.3.	ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	153
6.3.1.	<i>Eventos Subsequentes.....</i>	153
6.3.2.	<i>Comparação das Informações Financeiras.....</i>	154
7.	ANEXOS.....	172

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

1. SÍNTESE DO PROSPECTO

1.1. Características dos Valores Ofertados e da Companhia Emissora

Emissora:	INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Sede da emissora:	Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 11.400, Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba – Paraná.
Atividade da emissora:	Fornecimento de soluções integradas nas áreas de energia, telecomunicações e bens de capital, através de atividades próprias ou de controladas e coligadas.
Capital Social subscrito e integralizado:	O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, é de R\$ 570.949.481,87 (<i>Quinhentos e setenta milhões, novecentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e sete centavos</i>), dividido em 57.328.462.177 (<i>cinquenta e sete bilhões, trezentos e vinte e oito milhões, Quatrocentos e sessenta e dois mil e cento e setenta e sete</i>) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 19.818.564.431 (<i>dezenove bilhões, oitocentos e dezoito milhões e quinhentos e sessenta e quatro mil e quatrocentas e trinta e uma</i>) ações ordinárias e 37.509.897.746 (<i>trinta e sete bilhões, quinhentos e nove milhões, oitocentos e noventa e sete mil e setecentos e quarenta e seis</i>) ações preferenciais.
Descrição da oferta:	Oferta Primária de 270.000 (duzentas e setenta mil) debêntures, divididas em 2 (duas) séries, de 135.000 (cento e trinta e cinco mil) debêntures cada uma, sendo a 1ª série conversível em ações ordinárias e a 2ª série conversível em ações preferenciais, perfazendo o montante de R\$270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais), a serem subscritas e integralizadas nas condições adiante explicitadas.
Volume da oferta:	Emissão e distribuição de até 270.000 (duzentas e setenta mil) debêntures conversíveis, escriturais.
Valor unitário das debêntures ofertadas:	R\$1.000,00 (mil reais), na data da emissão
Condição de subscrição e integralização:	Cada DEBÊNTURE será subscrita pelo valor nominal de R\$ 1.000,00, atualizado e acrescido da remuneração (atualização e juros) prevista na cláusula 4.9. da Escritura de Emissão de Debêntures, incidente desde a data da emissão até a data da respectiva integralização, que se dará no ato da subscrição. A critério do subscritor, o preço de subscrição das DEBÊNTURES poderá ser pago em dinheiro ou mediante compensação com créditos de que o subscritor seja titular contra a EMISSORA.
Mercado secundário:	SOMA – Sociedade Operadora do Mercado de Ativos
Utilização dos recursos:	A emissão das debêntures conversíveis tem como propósito viabilizar a captação de recursos em volume suficiente aos investimentos e reestruturação da INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES.
Coordenador Líder:	Banco Fator S.A.
Instituição depositária:	HSBC Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários (Brasil) S.A.

1.2. Critérios da diligência legal preliminar à elaboração do Prospecto.

A emissora atesta que tomou todas as providências e precauções para assegurar que as informações contidas neste prospecto sejam verdadeiras e precisas em todos os aspectos relevantes no contexto da presente emissão.

Assunções, previsões e demais expectativas futuras constantes deste prospecto estão sujeitas a incertezas de natureza econômica e competitiva fora do controle da emissora, e não devem ser entendidas como promessa ou garantia de resultados futuros ou de performance.

A metodologia adotada por **MOTTA, FERNANDES ROCHA – ADVOGADOS** foi a de solicitar à administração de INEPAR S.A. – INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES (emissora), na sede da companhia, em Curitiba, documentação relativa **(i)** à emissora e suas filiais, **(ii)** à INEPAR – FEM EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A., e **(iii)** às duas principais controladas da emissora (INEPAR ENERGIA S.A. e INEPAR TELECOMUNICAÇÕES S.A.), com o objetivo de fornecer uma visão geral dos aspectos societários, operacionais e jurídicos das sociedades. As informações das demais sociedades controladas e coligadas, prestadas de maneira mais sucinta, não foram submetidas à análise legal, tendo sido fornecidas diretamente pela emissora.

Em razão do volume de informações, observado o objetivo do Prospecto, parte da análise dos documentos e instrumentos foi executada por amostragem, considerando a respectiva relevância.

Com relação às licenças, alvarás e certidões, foram considerados: (i) os estabelecimentos da sede; (ii) os estabelecimentos das aludidas filiais da emissora; (iii) os da sede da subsidiária integral; e (iv) no caso das principais controladas, das sedes. Quanto à INEPAR TELECOMUNICAÇÕES S.A. a análise estendeu-se à filial de Curitiba, em razão da transferência, para essa filial, dos funcionários e atividades da sociedade.

As informações objeto desta diligência legal, foram fornecidas no curso dos meses de setembro de 2000 a março de 2001, sendo a data base dessas informações indicadas, conforme os casos, nos respectivos itens do presente prospecto.

Apesar do presente prospecto conter informações atualizadas até março de 2001, foram incluídos alguns “Eventos Subsequentes” a março de 2001, conforme consta do item correspondente. Os “Eventos Subsequentes” foram introduzidos pela relevância dos temas e seu impacto no preço das debêntures.

1.3. Alerta aos subscritores (conforme solicitação da CVM)

Por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1/nº 0151/2001, de 27 de abril de 2001, a Comissão de Valores Mobiliários determinou que a EMISSORA republicasse suas demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2000, tendo fundamentado tal determinação, dentre outras razões, pela necessidade de contabilizar, considerando o efeito da equivalência patrimonial da

controlada Inepar Energia S.A, o valor de R\$ 15.011 mil, correspondente a perdas incorridas por CEMAT e QMRA, coligadas da Inepar Energia. A esta altura, a CVM já havia concedido o registro para a distribuição pública das debêntures desta 4ª emissão e o Coordenador já havia mandado proceder à publicação do primeiro Anúncio de Início de Distribuição Pública. À vista da determinação da CVM, de início referida, o Coordenador houve por bem suspender a colocação pública das debêntures até que a CVM apreciasse defesa oferecida pela EMISSORA. Em suas razões de defesa, a EMISSORA alegou que os investimentos da Inepar Energia na CEMAT e na QMRA haviam sido transferidos do permanente para o circulante, uma vez que tais investimentos haviam sido postos à venda, tendo a Inepar Administração, Bens, Serviços e Participações S.A. (“IAP”) assumido, perante a Inepar Energia, a obrigação de pagar a diferença a menor, caso os aludidos investimentos viessem a ser vendidos por preço inferior ao respectivo valor patrimonial em 31/12/1999, conforme claramente explicitado na Nota Explicativa 4 às Demonstrações Financeiras da Inepar Energia S.A. Acolhendo a defesa apresentada pela EMISSORA, a CVM, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1/Nº 0236/2001:

(a) dispensou a EMISSORA de republicar as demonstrações financeiras levantadas em 31/12/2000, mas exigiu que do presente prospecto constasse menção à circunstância de que tais demonstrações financeiras podem vir a ser alteradas por força da modificação das demonstrações financeiras da controlada Inepar Energia S.A.; com efeito, caso os investimentos da Inepar Energia na CEMAT e na QMRA não venham a ser vendidos ou, se vendidos, o forem por preço inferior ao valor patrimonial e a “IAP” não honrar a obrigação de recompor o preço mínimo, a EMISSORA sofrerá o impacto da modificação patrimonial na Inepar Energia, limitado tal impacto à quantia de R\$ 15.011 mil, em valor de 31/12/2000; e

(b) determinou que a EMISSORA publicasse informações complementares às demonstrações financeiras de 31/12/2000, tendo as referidas informações sido publicadas na Gazeta Mercantil – Edição Nacional do dia 13/7/2001, do seguinte teor:

“INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2000
PUBLICADAS POR DETERMINAÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

(Ofício CVM/SEP/GEA-1/Nº 0236/2001, de 9/7/2001, por meio do qual a CVM, acolhendo defesa interposta pela Companhia, dispensou-a de republicar as Demonstrações Financeiras de 31/12/2000 e determinou a publicação dos acréscimos às Notas Explicativas abaixo transcritas)

1. Em complemento à Nota Explicativa nº 6 informamos o que segue:

- (i) créditos tributários
- a) No saldo consolidado do realizável a longo prazo, destacamos o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos. Foi contabilizado, em 2000, pela controlada Inepar Energia, conforme Nota Explicativa nº 7 às respectivas Demonstrações Financeiras, com contrapartida na rubrica da Demonstração do Resultado, o total de R\$ 22.322 mil, referente a direitos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da Contribuição Social acumulados até 31 de dezembro de 2000, nos montantes de R\$ 16.316 mil e R\$ 6.006 mil, respectivamente. Segundo as projeções de resultados, preparadas pela administração da controlada, esses créditos tributários serão realizados pela compensação com lucros tributáveis, no prazo de cerca de 5 anos, como consequência da implementação do plano de alienação de diversos investimentos em que serão auferidos lucros tributáveis. Por oportuno, vale acrescentar que os comentários feitos no Item nº 5 aplicam-se, também, a esta alínea.
- b) No ativo circulante estão registrados créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada Inepar-Fem, referentes, exclusivamente, a diferenças temporárias, que deverão ser absorvidos no próximo exercício. Essa controlada reverteu, ainda no exercício, parcela substancial (cerca de R\$ 9.000 mil) dos créditos anteriormente reconhecidos sobre provisão para perda com investimento, que foi alienado em data subsequente a 31 de dezembro de 2000.
- c) Por oportuno, cabe ressaltar que empresas que atuam em segmentos de infra-estrutura e prestação de serviços públicos normalmente têm como característica a recuperação dos seus investimentos a médio e longo prazos.

d) A tabela a seguir demonstra a base de reconhecimento do crédito fiscal.

COMPOSIÇÃO DO CÁLCULO

Itens	Inepar Energia		Inepar-Fem	
	Imposto de Renda R\$ mil	Contribuição Social R\$ mil	Imposto de Renda R\$ mil	Contribuição Social R\$ mil
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	57.366	66.304	42.865	42.865
Diferenças Intertemporais	7.898	434	4.692	4.678
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Não Contabilizados	-	-	(8.864)	(9.011)
Reversão de Crédito Fiscal	-	-	(28.932)	(28.800)
Base de Cálculo	65.264	66.738	9.761	9.732
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Contabilizados no Ativo	16.316	6.006	2.440	876
	Realizável a Longo Prazo		Circulante	

1.1. Imposto de Renda e Contribuição Social: detalhamento da conta Imposto de Renda e Contribuição Social das controladas Inepar Energia S/A e Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S/A., no exercício de 2000, é apresentado a seguir, cabendo frisar que os números resultantes do quadro abaixo tiveram seus reflexos registrados no patrimônio líquido das respectivas empresas.

DETALHAMENTO DA LINHA DE RESULTADO

Itens	Inepar Energia		Inepar-Fem	
	Imposto de Renda R\$ mil	Contribuição Social R\$ mil	Imposto de Renda R\$ mil	Contribuição Social R\$ mil
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	57.366	66.304		
Diferenças Intertemporais	7.898	434	4.692	4.678
Reversão de Crédito Fiscal	-	-	(28.932)	(28.800)
Base de Cálculo	65.264	66.738	(24.240)	(24.122)
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Contabilizados no Resultado	16.316	6.006	(6.060)	(2.171)

2. Passamos a detalhar a Nota Explicativa nº 23 sobre Transações com Partes Relacionadas.

- (i) Adiantamento a fornecedores: o valor de R\$ 5.499 mil refere-se a adiantamentos à controlada Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S/A., em atendimento ao disposto na ordem de compra para fornecimento de produtos e serviços necessários ao cumprimento de contratos junto aos clientes Companhia Fluminense de Trens Urbanos (FLUMITRENS) e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). O adiantamento está vinculado ao fornecimento dos contratos a seguir:
- R\$ 1.817 mil adiantado para fornecimento no contrato 060/ASJUR/98 (reabilitação de trens urbanos pertencentes à FLUMITRENS), com prazo de execução para 31/12/2001, e
 - R\$ 3.682 mil adiantado com base no contrato nº 867370132202, firmado para execução de reparos e fornecimento de peças para trens elétricos da CPTM, com prazo de execução acordado para 19/11/2001.

Por se tratar de procedimento igual ao adotado em relação a qualquer outro fornecedor, e por visar apenas manter o equilíbrio financeiro dos gastos no processo de execução das encomendas, não há incidência de custo financeiro. As garantias de recebimento são os próprios produtos.

- (i) AFAC: contrato de adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 28.073 mil junto à empresa Inepar Telecomunicações S/A, celebrado em 30/06/2000, com indexação pela variação da UFIR.
- (ii) Mútuos: a tabela a seguir, apresenta a movimentação de Mútuos e AFAC com empresas controladas e coligadas. As taxas são pós-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado, sendo as mesmas reavaliadas trimestralmente. O saldo é exigível a qualquer tempo.

MÚTUOS e AFAC

ATIVO	Saldo 31/12/99 R\$ mil	Movimentação Em 2000 R\$ mil	Variação Monetária R\$ mil	Saldo 31/12/00 R\$ mil
Inepar Adm., Bens, Serv. e Part. S/A	-	16.117	3.755	19.872
Inepar-Fem	-	36.388	137	36.525
Inepar Trading	844	3.653	324	4.821
Inepar Telecom	-	28.073	-	28.073

PASSIVO

Inepar Energia	-	15.822	4.234	20.056
Inepar-Fem	6.333	(7.058)	725	-
GE Hydro	17.541	4.157	3.536	25.234

- (i) Fornecedores: refere-se aos saldos a pagar do preço das compras de materiais e/ou serviços junto às empresas Inepar - Fem Equipamentos e Montagens S/A e GE Hydro Inepar do Brasil S/A, vinculadas aos contratos de fornecimento entre a Companhia e a CESP - Centrais Energéticas de São Paulo S/A. Os prazos estabelecidos entre as empresas seguem o cronograma de recebimento junto ao cliente, não incidindo encargos financeiros.
- (ii) Receitas e Despesas Financeiras: valores decorrentes do reconhecimento, no resultado, das variações monetárias e/ou juros incidentes nos contratos de Mútuos e AFAC ativos e Mútuos passivos.
- (iii) Compras: refere-se à compra, pela Companhia, de produtos e/ou serviços junto à subsidiária integral Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S/A., nas mesmas condições de preços e prazos por esta praticados com outros fornecedores.
- (iv) Receita de Vendas: refere-se a vendas de produtos e/ou serviços efetuadas pela Companhia para a subsidiária integral Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S/A. e para a Inepar Energia, nas mesmas condições de preços e prazos praticados pela Companhia com outros clientes.

2.1. A tabela abaixo consigna as Garantias Concedidas em favor de coligadas ou controladas.

Coligada ou Controlada	Saldo Dez/00 R\$ mil	Vencimento Final	Instituição Financeira	Garantia Concedida
Inepar Energia S/A	53.131	Dez/07	Debêntures	Fiança(1)
Inepar – Fem S/A	2.119	Mar/01	Banco do Brasil	Caução de Contrato CEPISA
Inepar – Fem S/A	7.902	Mai/01	Banco BBM	Aval(2)
Inepar – Fem S/A	608	Jun/01	Nossa Caixa Nosso Banco	Aval(3)
Inepar – Fem S/A	2.933	Jul/01	Banco Pine	Aval(4)
Inepar Trading S/A	7.198	Ago/01	Banco do Brasil	Caução de Contrato CEPISA

Notas 1 a 4 - as operações possuem, também, as seguintes garantias acessórias, a saber:

- (1) Penhor de Ações ON de Emissão da Cemate.
 (2) Caução de contratos Petrobrás / CST / Demag.
 (3) Caução do contrato Metrô São Paulo
 (4) Caução de contratos Petrobrás / Embraer

Pela análise da tabela supra, podemos afirmar que não se vislumbram efeitos negativos, presentes e futuros, na situação financeira e nos resultados da Companhia, em função das garantias prestadas, em especial, diante da qualidade das garantias acessórias envolvidas.

3. Em complemento à Nota Explicativa nº 22, apresentamos a seguir, quadro no qual se encontram discriminados, sumariamente, ativos, responsabilidades e interesses da Companhia cobertos por seguros.

Ativos Segurados	Saldo Contábil R\$ mil	Cobertura R\$ mil
Estoque	71.980	
Edificações	85.191	
Máquinas Industriais	80.475	
Equipamentos Móveis de Locação	3.832	
Máquinas e Equip. em Locação	64.025	
Outros Imobilizados	55.090	
Total	360.593	92.800
Seguro Performance	61.416	61.416

Importante destacar que os bens cobertos estão distribuídos em cerca 13 unidades, situadas em localidades distintas, e em canteiros de obras, de forma que o risco de sinistro está diluído. Considerando que dificilmente ocorreriam, simultaneamente, sinistros nas diversas localidades, entendemos que o montante de cobertura é suficiente para reposição de bens eventualmente danificados. Ressalte-se que os estudos para determinação dos montantes e riscos de cobertura foram efetuados por especialistas independentes.

Apresentamos a seguir, posição detalhada das Apólices de Seguros que garantem os ativos, responsabilidades e interesses da Companhia.

(i) Seguros Diversos

1 - Apólice: 11-16-603.953-00

Seguradora: Companhia Paulista de Seguros

Ramo: Tarifa Industrial

Vigência : 03/05/2000 a 03/05/2001

Importância Segurada : R\$ 4.500 mil

Local de Risco : Av. Maranhão 759 Teresina / PI

Equipamento : Subestação e 6 Km de Linha de Alta Tensão

Empresa: Inepar S/A - Indústria e Construções

2 - Apólice: 71-16-414.999-00

Seguradora: Liberty Paulista Seguros

Ramo: Equipamentos Móveis

Vigência : 29/05/2000 a 29/05/2001

Importância Segurada : R\$ 4.000 mil

Equipamento : Guindastes

Empresa: Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S/A

(ii) Seguros de Veículos

1 - Apólice: 753142/000/002

Seguradora: HSBC SEGUROS

Ramo: Veículos Frota

Vigência : 08/12/2000 a 06/08/2001

Importância Segurada : Valor de Mercado

Empresa: Inepar-Fem equipamentos e Montagens S/A

2 - Apólice: 753142/000/001

Seguradora: HSBC SEGUROS

Ramo: Veículos Frota

Vigência : 08/12/2000 a 06/08/2001

Importância Segurada : Valor de Mercado

Empresa: Inepar S/A - Indústria e Construções

3 - Apólice: 620814/000/003

Seguradora: HSBC SEGUROS

Ramo: Veículos Frota
Vigência : 06/08/2000 a 06/08/2001
Importância Segurada : Valor de Mercado
Empresa: Inepar S/A - Indústria e Construções

(iii) Seguro de Transporte

Ramo: Transporte Nacional
1 - Apólice: 21-16-400.084-00
Seguradora: Liberty Paulista Seguros
Vigência : Início - 01/09/1998
Importância Segurada : Averbação
Empresa: Inepar S/A – Indústria e Construções
Local: Rod. Presidente Dutra, Km 162 - Jacarei -SP

2 - Apólice: 21-16-400.085-00
Seguradora: Companhia Paulista Seguros
Vigência : Início - 01/09/1998
Importância Segurada : Averbação
Empresa: Inepar S/A - Indústria e Construções
Local: Av. Juscelino K. de Oliveira 11.400 Curitiba/PR

3 - Apólice: 21-16-400.086-00
Seguradora: Companhia Paulista Seguros
Vigência : Início - 01/09/1998
Importância Segurada : Averbação
Empresa: Inepar S/A – Indústria e Construções
Rod. Manoel de Abreu KM 4,5 Araraquara/SP

Ramo: Transporte Internacional
1 - Apólice: 220/0020/0000006/01
Seguradora: Vera Cruz Seguradora
Vigência : Início - 18/03/1997
Importância Segurada : Averbação
Empresa: Inepar S/A - Indústria e Construções
Local: Rod. Pres. Dutra Km 165 Jacarei /SP

2 - Apólice: 220/0020/0000009/1
Seguradora: Vera Cruz Seguradora
Vigência : Início - 07/10/98
Importância Segurada : Averbação
Empresa: Inepar – Fem Equipamentos e Montagens S/A
Local: Rod. Manoel de Abreu Km 4,5, s/n, Araraquara-SP

3 - Apólice: 0040015
Seguradora: Vera Cruz Seguradora
Vigência : Início - 30/07/87
Importância Segurada : Averbação
Empresa: Inepar S/A - Indústria e Construções
Local: Av. Juscelino K. de Oliveira 11.400 Curitiba/PR

(iv) Seguro Patrimonial

1 - Apólice: 789051
Seguradora: HSBC Seguros
Ramo: Property Empresa - Vultoso
Vigência : 24/01/2001 a 24/01/2002
Limite Máximo de Indenização : R\$ 52.800 mil
Empresa: Inepar S/A - Indústria e Construções
Local: 01 - Av. Juscelino K. de Oliveira 11.400 Curitiba / PR
Local: 02 - Rod. Manoel de Abreu Km 4,5 Araraquara /SP

2 - Apólice: 789068
Seguradora: HSBC Seguros
Ramo: Property Empresa - Comum
Vigência : 24/01/2001 a 24/01/2002
Limite Máximo de Indenização : R\$ 32.000 mil
Empresa: Inepar S/A - Indústria e Construções
Local: 01 - Hasdrubal Belegard, 400 Curitiba/PR
Local: 02 - Estrada da Gama 1333 RJ/RJ

Local: 03 - Av. Brasil 16699 RJ/RJ
 Local: 04 - Rua Bento Teobaldo Ferraz, 200 SP/SP
 Local: 05 - Al. Jurupis , 455 SP/SP
 Local: 06 - Pres. Dutra Km 165 Jacarei/SP
 Local: 07 Republica Argentina, 1014 Curitiba-PR
 Local: 08 Al. Roger Adam, 169 Santo Andre/SP (Nordon)
 Local: 09 Estrado Rio - Petropolis Mage/RJ
 Local: 10 Rod. Amaral Peixoto Km 16 Macae/RJ
 Local: 11 Pça Pio X n.º 17 , 4º ao 8º andar Rio/Rio

(v) Seguro de Vida

1. Apólice: 1.321-0
 Seguradora: HSBC SEGUROS
 Ramo: Vida em Grupo
 Vigência : Início - 01/12/99
 Importância Segurada : Conf. Tabela
 Empresa 1 : Inepar S/A - Indústria e Construções
 Empresa 2 : Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S/A

(vi) Seguro de Performance

Companhia Seguradora	Cliente	Garantia N°	Vigência	Valor R\$ mil
UBF Garantias	Copel	4100	28/04/2001	410
UBF Garantias	Novacap	4587	31/12/2000	2.973
UBF Garantias	DER/DF	4610	30/06/2001	7
UBF Garantias	Detran/DF	4640	13/06/2001	6
UBF Garantias	CET	4897	23/12/2001	864
UBF Garantias	Eletronorte	6359	31/12/2000	1.944
(vi) Seguro de Performance – continuação				
UBF Garantias	Eletronorte	6446	31/12/2000	90
UBF Garantias	Eletronorte	6448	31/12/2000	218
UBF Garantias	CPTM	6817	24/02/2002	857
UBF Garantias	Furnas	6836	31/12/2000	729
UBF Garantias	Flumitrens	6906	30/12/2002	1.662
UBF Garantias	Flumitrens	6972	30/04/2001	4.422
UBF Garantias	Furnas	17393	30/04/2001	509
UBF Garantias	Metrô-SP	20893	14/05/2002	158
UBF Garantias	Furnas	21429	28/03/2002	80
UBF Garantias	Furnas	23097	30/04/2003	634
UBF Garantias	Construcap	23653	30/05/2001	377
UBF Garantias	Cons.Construtor	23654	15/05/2001	2.948
UBF Garantias	SMS Demag	24510	23/05/2001	186
UBF Garantias	CPTM	25209	01/03/2001	800
UBF Garantias	Furnas	25618	01/03/2001	67
UBF Garantias	Alberto Pasqualini	25970	27/02/2001	134
UBF Garantias	CVRD	26013	21/01/2001	14
UBF Garantias	CVRD	26014	24/06/2001	20
UBF Garantias	Light	26037	28/02/2001	442
UBF Garantias	Voith Siemens	26042	30/05/2001	209
UBF Garantias	ABB	26610	31/12/2000	758
UBF Garantias	ALBA	26763	28/02/2003	874
UBF Garantias	CVRD	27256	28/09/2001	606
UBF Garantias	DNER/DF	27476	20/04/2003	81
UBF Garantias	Furnas	27762	28/08/2001	150
UBF Garantias	Itiquira S/A	28326	31/03/2002	17.714
UBF Garantias	Itiquira S/A	28586	31/03/2002	9.741

UBF Garantias	Manaus Energia	28081	21/06/2001	560
UBF Garantias	ABB	28331	30/08/2002	707
UBF Garantias	Telepar	28377	20/04/2002	216
UBF Garantias	CEEE	28616	10/03/2001	81
UBF Garantias	CEEE	28617	10/03/2001	112
UBF Garantias	CEEE	28696	28/02/2002	166
UBF Garantias	Voest-Alpine	28704	31/12/2001	248
UBF Garantias	Furnas	28791	30/07/2005	3.677
UBF Garantias	Eletronorte	28927	18/07/2004	856
UBF Garantias	Corsan	28996	30/03/2001	3
UBF Garantias	Seapa/MG	29055	09/07/2001	160
UBF Garantias	Ansaldo	59763	30/01/2001	573
UBF Garantias	DNER	60661	31/12/2003	2.077
UBF Garantias	Ande	S/Nº	24/10/2001	13
UBF Garantias	Ande	S/Nº	17/12/2001	30
(VI) SEGURO DE PERFORMANCE - CONTINUAÇÃO				
Vera Cruz	Metrô-SP	40080	29/11/2001	399
Áurea Seguradora	CPTM	2232	21/12/2006	356
Áurea Seguradora	CPTM	2315	23/01/2006	427
Áurea Seguradora	Siemens Ltda.	2755	18/08/2002	3
Áurea Seguradora	Siemens Ltda.	2756	18/08/2005	68
TOTAL				61.416

4. Em complemento à Nota Explicativa nº 21 informamos o que segue:

- (i) A Companhia efetua operações com instrumentos financeiros que objetivam maximizar a rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e capta recursos para a manutenção do capital de giro e da capacidade de investimentos da Companhia e de empresas controladas e coligadas.
- (ii) Em termos gerais, os valores de mercado destes instrumentos financeiros se aproximam, substancialmente, dos seus respectivos valores contábeis.

A seguir, estão demonstrados os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia e os seus respectivos valores de mercado, cumprindo informar que nas coligadas e controladas não existem instrumentos financeiros representativos.

Instrumentos Financeiros	Valor Contábil R\$ mil	Valor de Mercado R\$ mil	Referência
A T I V O S			
Aplicações Financeiras e Títulos e Valores Mobiliários	11.188	11.188	(a)
Contas a receber de Entidades Governamentais com prazos de vencimento maiores que três meses	6.253	4.196	(b)
Títulos a Receber	74.890	74.238	(c)
Empresas Ligadas (Mútuos)	65.406	65.406	(d)
Instrumentos Financeiros (continuação)	Valor Contábil R\$ mil	Valor de Mercado R\$ mil	Referência
P A S S I V O S			
Financiamentos e Empréstimos	211.542	213.101	(e)
Debêntures	35.674	35.674	(f)
Empresas Ligadas (Mútuos)	51.956	51.956	(g)

Evidenciamos as referências supra de (a) a (g), como segue:

- (a) As Aplicações Financeiras vencem no prazo de 90 dias, após 31 de dezembro de 2000.
- (b) O valor de mercado foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado, utilizando-se a taxa do CDI. Importante informar que a maioria dos contratos está protegida por cláusulas de correção que não foram levadas em consideração na apuração do valor de mercado.
- (c) O principal instrumento financeiro, que compõe o saldo contábil de Títulos a Receber, refere-se a direitos decorrentes da venda de investimentos de empresas controladas no valor de R\$ 54.663 mil. Deste montante, apenas o valor de R\$ 11.172 mil não havia sido recebido até 31 de março de 2001, prevendo-se o seu recebimento até o final de maio de 2001. O valor de mercado dos direitos ainda não recebidos é de R\$ 10.520 mil, calculado pelo método de fluxo de caixa descontado, utilizando-se a taxa do CDI.
- (d) Os contratos de Mútuo são indexados por índices pós-fixados e os seus vencimentos não são pré-determinados. Portanto, pode-se considerar que seus valores de mercado correspondem aos próprios valores contábeis. Importante salientar que se trata de contratos de mútuos ativos e passivos com empresas controladas e coligadas cujos montantes praticamente se equivalem.
- (e) A maior parte dos Financiamentos e Empréstimos contempla operações pós-fixadas, com vencimentos anteriores a 31 de março de 2001. O saldo contábil, em 31 de dezembro de 2000, das operações com taxas prefixadas e vencimento posterior a 31 de março de 2001, em montante de R\$ 34.783 mil, corresponde a valores de mercado. Se calculados pelo método do fluxo de caixa descontado, utilizando-se a taxa do CDI de 31 de dezembro de 2000, tal valor seria de R\$ 36.342 mil.
- (f) As Debêntures vencem em 2001 e 2002, sendo corrigidas pelo IGPM e INPC. O valor de mercado dessas debêntures se aproxima substancialmente do respectivo valor contábil.
- (g) Os instrumentos financeiros relativos aos contratos de mútuo passivos foram avaliados pelo correspondente valor de mercado, em situação idêntica àquela explicada no comentário (d).

1.4. Impacto do Racionamento Energético nas Operações da Emissora

As Unidades de Construções, Montagens e Serviços (CMS) e Equipamentos e Sistemas Elétricos (ESE) estão localizadas em Curitiba (PR), portanto, fora da área de abrangência do Programa de Redução do Consumo Elétrico.

A Inepar possui duas unidades de produção localizadas no estado de São Paulo, portanto em área de redução de consumo de energia elétrica: uma filial em Jacareí e a controlada Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S.A. localizada em Araraquara. Essas unidades tiveram suas metas de redução de consumo revistas pelo Núcleo Executivo da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, e foram autorizadas a consumir mais porque são fabricantes de itens essenciais ao aumento da oferta de energia. A unidade de Araraquara produz turbinas, geradores e equipamentos mecânicos para hidrelétricas, equipamentos e componentes para termelétricas e a unidade de Jacareí produz torres e acessórios para linhas de transmissão de energia elétrica.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

2. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

2.1. Anexo I (Instrução CVM nº 13/80)

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 11.400 – Bairro Cidade Industrial de Curitiba
Curitiba – Estado do Paraná

– COMPANHIA ABERTA –

Emissão de 270.000 (duzentas e setenta mil) debêntures conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, de 135.000 DEBÊNTURES cada uma, sendo as DEBÊNTURES da primeira série conversíveis em ações ordinárias e as DEBÊNTURES da segunda série conversíveis em ações preferenciais, perfazendo o montante global de R\$ 270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais), a serem subscritas e integralizadas nas condições adiante explicitadas. A emissão das debêntures foi aprovada na assembléia geral extraordinária da companhia, realizada em 12 de janeiro de 2.001, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 20010066187, e publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, na Gazeta Mercantil – Edição Nacional, e na Gazeta do Povo, nas edições do dia 17 de janeiro de 2001, respectivamente.

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as debêntures conversíveis e ações a serem emitidas."

Registro na CVM sob o nº SRE/CVM/DCA – 2001 / 002 em 23/ 04 /01.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
EMISSORA

BANCO FATOR S.A.
COORDENADOR LÍDER

1. DENOMINAÇÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA EMISSORA:

INEPAR S.A. – INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob o número 76.627 504/0001 – 06, com sede na Av. Juscelino K. de Oliveira, 11.400, Bairro cidade Industrial de Curitiba, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

2. ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA QUE APROVOU A EMISSÃO:

A emissão das debêntures foi aprovada pela assembléia geral extraordinária da EMISSORA, realizada em 12 de janeiro de 2001, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná, em 16.01.2001, sob o nº 20010066187, e publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, edição do dia 17 de janeiro de 2001, e nos jornais Gazeta Mercantil – Edição Nacional, edição do dia 17 de janeiro de 2001, e Gazeta do Povo, edição do dia 17 de janeiro de 2001.

3. REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO NA CVM:

A emissão foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/DCA - 2001/002 , em 23/04/01.

“O registro desta emissão junto à CVM significa que se encontram em poder da CVM e também da instituição financeira coordenadora da distribuição os documentos e informações necessários à avaliação, pelos investidores, do investimento.”

4. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

4.1. Posição na data da 57º AGE.

Espécie das Ações (*)	Subscrito		Integralizado	
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)
Ordinárias	19.818.564.431	197.377.235,00	19.818.564.431	197.377.235,00
Preferenciais	37.509.897.746	373.572.246,00	37.509.897.746	373.572.246,00
Total	57.328.462.177	570.949.481,00	57.328.462.177	570.949.481,00

* ações sem valor nominal

4.2. Posição na hipótese de conversão da totalidade das Debêntures (*)(**)

Espécie das Ações (*)	Subscrito		Integralizado	
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)
Ordinárias	53.568.564.432	332.377.235	53.568.564.432	332.377.235,00
Preferenciais	71.259.897.746	508.572.246	71.259.897.746	508.572.246,00
Total	124.828.462.178	840.949.481,00	124.828.462.178	840.949.481,00

(*) observada a relação de conversibilidade vigente para o primeiro período de conversão

(**) a acionista controladora Inepar Administração, Bens, Serviços e Participações S.A., presente à assembléia geral extraordinária de 12/01/2001, assumiu expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, o compromisso de concorrer com seus votos para aprovar aumento de capital da Emissora mediante a emissão de ações ordinárias e o de subscrever, no exercício do direito de preferência que lhe é legalmente assegurado, ações ordinárias em quantidade suficiente a assegurar

a preservação do limite de que trata o §2º do artigo 15, da Lei 6.404/76, na hipótese de conversão de debêntures da 2ª série em ações preferenciais.

5 - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA EMISSÃO

Debêntures / Séries				Quant.	Valor Unitário de Emissão (R\$)	Montante (R\$)
1.	Debêntures Ordinárias	Convertíveis em	Ações	135.000	1.000,00	135.000.000,00
2.	Debêntures Preferenciais	Convertíveis em	Ações	135.000	1.000,00	135.000.000,00
Custo Máximo da Distribuição						2.865.740,00
Montante Líquido						267.134.260,00

6.1. DEMONSTRATIVO DO CUSTO MÁXIMO DE DISTRIBUIÇÃO:

6.1.1. Custo total de distribuição:

CUSTOS PARA A COMPANHIA EMISSORA	MONTANTE (R\$)	% EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO	2.700.000,00	1,0%
TAXA DE REGISTRO NA CVM	165.740,00	0,06%
TOTAL	2.865.740,00	1,06%

6.1.2. Custo unitário do lançamento:

DESCRIÇÃO	MOEDA	VALORES
PREÇO UNITÁRIO DE EMISSÃO	R\$	1.000,00
CUSTO UNITÁRIO	R\$	10,61
MONTANTE LÍQUIDO P/A EMISSORA	R\$	989,39

7. CONDIÇÕES E PRAZO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO. EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

As DEBÊNTURES poderão ser subscritas, nos prazos fixados no cronograma abaixo, após a concessão, pela CVM, do registro de distribuição pública e da publicação do 2º Anúncio de Início de Distribuição.

Tendo em conta que a CVM, em 23 de abril de 2001, concedeu, sob o nº SER/CVM/DCA/2001/002, o registro da presente emissão e, posteriormente suspendeu os efeitos de tal registro, a “DATA DO REGISTRO” a que mais adiante se faz referência é o dia em que a CVM restabeleceu os efeitos do registro anteriormente concedido.

A contar da data do registro na CVM, o COORDENADOR terá 60 (sessenta) dias para colocar as debêntures da 1ª série (“prazo inicial”); na data em que se caracterizar a colocação da totalidade das debêntures da 1ª série, ou o término do “prazo inicial” com o cancelamento de eventuais sobras, iniciar-se-á o prazo para a colocação das debêntures da 2ª série, que será o prazo remanescente para a colocação que não poderá ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias, contados da DATA DO REGISTRO na CVM.

Nos termos do estatuto social da Emissora e do disposto no artigo 172, I, da Lei 6.404, foi deliberado, na AGE de 12/01/2001, que os acionistas da companhia não terão direito de preferência para subscrever as DEBÊNTURES, nem farão jus a atendimento prioritário para subscrever as DEBÊNTURES.

Cada DEBÊNTURE será subscrita pelo valor nominal de R\$ 1.000,00, atualizado e acrescido da remuneração (atualização e juros) prevista na cláusula 4.9. da Escritura de Debêntures, incidente desde a data da emissão até a data da respectiva integralização, que se dará no ato da subscrição. A critério do subscritor, o preço de subscrição das DEBÊNTURES poderá ser pago em dinheiro ou mediante: (A) a compensação de créditos contra a EMISSORA de que sejam titulares instituições financeiras ou fornecedores, constituídos até 31 de dezembro de 2000, e; (B) a cessão, em dação a título de pagamento, (i) de debêntures de emissão da EMISSORA em circulação e (ii) de debêntures de emissão de Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A., em circulação.

8. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DAS DEBÊNTURES

Coordenador Líder: Banco Fator S.A.

8.1. Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição Pública de Debêntures da 4ª Emissão de Inepar S.A. Indústria e Construções (“Contrato de Distribuição”), celebrado entre a Emissora e o Banco Fator S.A., na condição de coordenador líder, a distribuição das DEBÊNTURES será feita com observância dos procedimentos referidos no presente item.

8.2. A critério do Coordenador Líder, qualquer outra instituição integrante do sistema de distribuição do mercado de valores mobiliários poderá participar da distribuição das DEBÊNTURES através da adesão aos termos e condições do Contrato de Distribuição, mediante a celebração de contrato específico, cuja minuta deverá ser previamente submetida à CVM.

8.3. O Coordenador Líder representará as instituições que aderirem aos termos do Contrato de Distribuição (“Subcontratados”) para fins do artigo 15, da Lei 4.728/65, e demais normas aplicáveis.

8.4. A contar da data do registro na CVM, os Coordenadores terão 60 dias para colocar as debêntures da 1ª série (“prazo inicial”); na data em que se caracterizar a colocação da totalidade das debêntures da 1ª série, ou o término do “prazo inicial” com o cancelamento de eventuais sobras, iniciar-se-á o prazo para a colocação das debêntures da 2ª série (“2º prazo”), que não poderá ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias, contados da DATA DO REGISTRO na CVM.

8.5. Independentemente da colocação total ou parcial das DEBÊNTURES de cada série, os Coordenadores farão jus à totalidade da comissão de coordenação.

8.6. Após a expedição do competente registro de distribuição pela CVM, o COORDENADOR fará a colocação, junto ao público, em regime de melhores esforços de colocação, das 270.000 (duzentas e setenta mil) Debêntures da Quarta Emissão, no montante de R\$ 270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais), submetendo-se a

colocação e às disposições do contrato de colocação, firmado entre a EMISSORA e o COORDENADOR.

8.7. Cronograma de Colocação

A colocação das Debêntures da Quarta Emissão obedecerá ao seguinte cronograma:

- (a)** a colocação e/ou subscrição das debêntures somente terá início após a DATA DO REGISTRO pela CVM e a da publicação do Segundo Anúncio de Início de Distribuição, devendo ser acordada entre as partes a data da publicação do 1º Anúncio de Início de Distribuição;
- (b)** prazo para o início da colocação das debêntures da quarta emissão, sob o regime de melhores esforços, se iniciará no primeiro dia útil subsequente ao da publicação do segundo anúncio de início de distribuição;
- (c)** a contar da DATA DO REGISTRO na CVM, o COORDENADOR terá 60 (sessenta) dias para colocar as debêntures da 1ª série (“prazo inicial”); na data em que se caracterizar a colocação da totalidade das debêntures da 1ª série, ou o término do “prazo inicial” com o cancelamento de eventuais sobras, iniciar-se-á o prazo para a colocação das debêntures da 2ª série, que não poderá ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias, contados da DATA DO REGISTRO na CVM.
- (d)** se, ao final do prazo previsto na letra (c) supra, as Debêntures da Quarta Emissão não tiverem sido totalmente colocadas, o COORDENADOR não se responsabilizará pela subscrição das debêntures não colocadas, as quais serão canceladas pela EMISSORA, sendo entretanto devida, por inteiro, a comissão de coordenação prevista na cláusula quinta do Contrato de Distribuição Pública de Debêntures da 4ª emissão de Inepar S.A. Indústria e Construções, celebrado entre a EMISSORA e o Banco Fator S.A.

8.7.1. Os acionistas da EMISSORA, nos termos do disposto no estatuto social e no artigo 172, I, da Lei 6.404/76, não terão direito de preferência nem farão jus a atendimento prioritário para subscrever as debêntures.

9. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

9.1. Procedimento de Distribuição das Debêntures

As DEBÊNTURES serão objeto de colocação pública, com a intermediação de instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários que a instituição coordenadora, a exclusivo critério dela, venha a determinar, procedendo-se à distribuição através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos. A colocação pública das DEBÊNTURES, nos termos do disposto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, será efetuada por procedimento diferenciado, sem a utilização da sistemática de reserva antecipada ou a de lotes mínimos ou máximos. Serão atendidos preferencialmente os clientes do Coordenador que desejarem efetuar investimentos na EMISSORA.

9.2. Negociação

As DEBÊNTURES serão negociadas na Sociedade Operadora de Mercado de Ativos – SOMA, obedecidas as regras por ela estabelecidas.

9.3. Banco Mandatário

Banco HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO

Travessa Oliveira Bello, 34, 4º andar, Centro.
Curitiba, PR.

9.4. Agente Fiduciário

C&D DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,

Rua XV de Novembro, 270, conj. 601, Centro,
Curitiba, PR.

9.5. Instituição responsável pela prestação dos serviços escriturais de ações e debêntures

HSBC CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS (BRASIL) S.A.

Travessa Oliveira Bello, 11B, Sobreloja, Centro.
Curitiba, PR.

9.6. Registro no SND – Sistema Nacional de Debêntures

9.6.1. As DEBÊNTURES serão registradas no SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos), para fins de atendimento aos debenturistas nos eventos de conversão em ações e nos de pagamento de juros e de principal, vedada a negociação de DEBÊNTURES através do referido Sistema. Caso quaisquer DEBÊNTURES não se enquadrem no registro acima definido, aplicar-se-á, com relação a elas, o disposto na letra (c) da cláusula 4.12.10. e na cláusula 10 (“Local de pagamento”) da presente escritura.

10. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

10.1. Emissão e divisão em séries: A emissão é de 270.000 (duzentas e setenta mil) DEBÊNTURES, em 2 (duas) séries, de 135.000 DEBÊNTURES cada uma, sendo as DEBÊNTURES da primeira série conversíveis em ações ordinárias e as DEBÊNTURES da segunda série conversíveis em ações preferenciais, perfazendo o montante global de R\$ 270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais).

10.2. Forma: As DEBÊNTURES são escriturais, sendo responsável por sua escrituração o HSBC BAMERINDUS S.A. CCVM.

10.3. Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00 (mil reais), na data da emissão.

10.4. Preço de subscrição e modo de integralização: Cada DEBÊNTURE será subscrita pelo valor nominal de R\$1.000,00, atualizado e acrescido da remuneração (atualização e juros) prevista no item 10.10 deste prospecto, incidente desde a data da emissão até a data da respectiva integralização, que se dará no ato da subscrição. A critério do subscritor, o preço de subscrição das DEBÊNTURES poderá ser pago em dinheiro ou mediante: (A) a

compensação de créditos contra a EMISSORA de que sejam titulares instituições financeiras ou fornecedores, constituídos até 31 de dezembro de 2000, e; (B) a cessão, em dação a título de pagamento, (i) de debêntures de emissão da EMISSORA em circulação e (ii) de debêntures de emissão de Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A., em circulação.

10.5. Modo de colocação e subscrição: As DEBÊNTURES serão objeto de colocação pública, com a intermediação de instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários que a instituição coordenadora, a exclusivo critério dela, venha a determinar, procedendo-se à distribuição através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos. A colocação pública das DEBÊNTURES, nos termos do disposto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, será efetuada por procedimento diferenciado, sob o regime de melhores esforços, sem a utilização da sistemática de reserva antecipada ou a de lotes mínimos ou máximos. Serão atendidos preferencialmente os clientes do(s) Coordenador(es) que desejarem efetuar investimentos na EMISSORA.

Cada DEBÊNTURE será subscrita pelo valor nominal de R\$ 1.000,00, atualizado e acrescido da remuneração (atualização e juros) prevista na cláusula 4.9. da Escritura de Debêntures, incidente desde a data da emissão até a data da respectiva integralização, que se dará no ato da subscrição. *

10.6. Espécie: subordinada.

10.7. Data de Emissão das DEBÊNTURES: 1º de fevereiro de 2001.

10.8. Vencimento: As DEBÊNTURES das duas séries vencerão no dia 1º de fevereiro de 2006.

10.9. Amortização Programada: as DEBÊNTURES serão amortizadas em 5 (cinco) parcelas semestrais — de 20% (vinte por cento) do valor nominal corrigido cada uma — vencendo-se a primeira parcela em 1º de fevereiro de 2004 e as demais em 1º de agosto de 2004, 1º de fevereiro de 2005, 1º de agosto de 2005 e 1º de fevereiro de 2006.

10.10. Remuneração:

10.10.1. As DEBÊNTURES das 2 (duas) séries terão o seu valor nominal corrigido anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

10.10.2. As DEBÊNTURES perceberão juros à taxa de 11% (onze por cento) ao ano, base de 360 (trezentos e sessenta) dias, pagáveis semestralmente, em 9 parcelas, vencendo-se a primeira parcela de juros em 1º de fevereiro de 2002 e as demais nas seguintes datas: 1/8/2002, 1/2/2003, 1/8/2003, 1/2/2004, 1/8/2004, 1/2/2005, 1/8/2005 e 1/2/2006.

10.11. Juros moratórios: Os juros remuneratórios previstos no item 10.10.2 acima serão acrescidos de 1% (um por cento) ao mês, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de impontualidade da EMISSORA no pagamento dos juros remuneratórios ou do principal reajustado das DEBÊNTURES, nas épocas em que forem devidos. Os juros de mora serão calculados desde a data do vencimento da obrigação não

cumprida até a data da respectiva regularização e incidirá sobre as parcelas não pagas, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das DEBÊNTURES, referido mais abaixo.

10.12. Conversibilidade:

10.12.1. A partir de sua integralização, as DEBÊNTURES serão conversíveis, à opção dos debenturistas, em determinada quantidade de ações representativas do capital da EMISSORA, sendo as DEBÊNTURES da 1ª série conversíveis em ações ordinárias e as DEBÊNTURES da 2ª série em ações preferenciais, observados os seguintes critérios: (a) da Data da Emissão (01/02/2001) até o 90º (nonagésimo) dia contado a partir da data do registro pela CVM da emissão da debênture o preço de conversão será de R\$ 4,00/mil ações, ou seja, cada debênture de valor nominal de R\$ 1.000,00 será conversível em 250.000 ações; Do nonagésimo primeiro dia após o registro da emissão da debênture na CVM até 01/02/2003 (inclusive) o preço de conversão será de R\$ 5,00/mil ações, ou seja, cada debênture de valor nominal de R\$ 1.000,00 será conversível em 200.000 ações; (b) de 02/02/2003 até 01/02/2004 o preço de conversão será de R\$ 6,00/ mil ações, ou seja, cada debênture de valor nominal de R\$ 1.000,00 será conversível em 166.667 ações; (c) de 02/02/2004 até 01/08/2004 o preço de conversão será de R\$ 7,00/ mil ações, ou seja, cada debênture de valor nominal de R\$ 800,00 será conversível em 114.286 ações; (d) de 02/08/2004 até 01/02/2005 o preço de conversão será de R\$ 7,00/ mil ações, ou seja, cada debênture de valor nominal de R\$ 600,00 será conversível em 85.714 ações; (e) de 02/02/2005 até 01/08/2005 o preço de conversão será de R\$ 8,00/ mil ações, ou sejam cada debênture de valor nominal de R\$ 400,00 será conversível em 50.000 ações; (f) de 02/08/2005 até o vencimento o preço de conversão será de R\$ 8,00/ mil ações, ou sejam cada debênture de valor nominal de R\$ 400,00 será conversível em 25.000 ações.

10.12.2. Nas operações de conversão em que não houver equivalência de valores e o debenturista ficar credor de quantia inferior ao valor de uma ação da EMISSORA, esta, simultaneamente com a conversão, nos termos do item 10.18 deste Anexo I, pagará, em dinheiro, o valor da fração de ação devida ao debenturista.

10.12.3. As ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações ordinárias e preferenciais representativas do capital da EMISSORA à época da conversão, e farão jus, a partir da data da solicitação de conversão pelo debenturista, a bonificações distribuídas e a quaisquer outros direitos deliberados em atos societários da companhia.

10.12.4. O critério adotado na fixação do preço de emissão das ações ordinárias e das ações preferenciais da EMISSORA para fins de conversão teve a sua justificativa explicitada na Assembléia Geral Extraordinária de 12 de janeiro de 2001, noticiada na cláusula 1 da Escritura de Emissão.

10.12.5. A relação de conversibilidade acima estabelecida será ajustada, sem qualquer ônus para os debenturistas, em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que venham a ocorrer a partir da data da emissão, devendo o ajuste obedecer à mesma proporção estabelecida em qualquer de tais eventos.

10.12.6. Na hipótese de o capital social da EMISSORA vir a ser aumentado mediante a emissão, pública ou privada, de ações com valor inferior ao das ações em que as DEBÊNTURES podem ser convertidas, ficará assegurado ao debenturista, a exclusivo critério dele, o direito de converter as suas debêntures com base no preço fixado para a subscrição

das novas ações. O direito de conversão de que trata esta cláusula poderá ser exercido durante o prazo para o exercício do direito de preferência da nova emissão, ou, na ausência deste, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da homologação do aumento de capital, aplicando-se o disposto no item 10.12.9. deste prospecto.

10.12.7. Sempre que a EMISSORA aumentar o seu capital social mediante o exercício de direitos conferidos por bônus de subscrição, em emissão pública ou privada, ao debenturista será assegurada, durante o prazo para o exercício de tais direitos, a conversão de DEBÊNTURES em ações com base no preço fixado para o exercício dos bônus de subscrição, aplicando-se o disposto em 10.12.9 deste prospecto.

10.12.8. Na hipótese de a EMISSORA vir a emitir debêntures conversíveis em ações com qualquer condição de conversibilidade mais favorecida em relação à presente emissão, fica assegurado aos detentores de DEBÊNTURES em circulação, durante o prazo para o exercício do direito de preferência da nova emissão, ou, na ausência deste, no prazo máximo de trinta dias a contar da data de início da distribuição, o direito de terem as condições de conversibilidade de suas DEBÊNTURES alteradas para adequá-las às mesmas condições de conversibilidade da nova emissão, ou, a seu exclusivo critério, utilizá-las como integralização das debêntures desta nova emissão.

10.12.9. No caso de solicitação de conversão das DEBÊNTURES desta emissão em ações, a formalização dos correspondentes aumentos de capital será realizada mensalmente, pelo Conselho de Administração da EMISSORA e averbada na Junta Comercial da sede da EMISSORA no prazo de 30 (trinta) dias, contados da efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecido no inciso III do artigo 166, da Lei 6.404, de 15.12.76, e no estatuto da EMISSORA.

10.12.10. Os debenturistas exercerão a opção de conversão das DEBÊNTURES em ações representativas do capital social da EMISSORA de uma das seguintes formas: (a) por envio da solicitação de conversão ao SND - Sistema Nacional de Debêntures, através do Terminal CETIP ou formulário padrão da CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos; (b) caso o debenturista não tenha conta individualizada na CETIP- Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, deverá encaminhar a Solicitação de Conversão através de carta protocolada junto à instituição financeira custodiante de suas DEBÊNTURES na CETIP, para que esta faça o pedido, junto ao SND, da quantidade de DEBÊNTURES que pretende converter; ou, ainda, (c) caso as DEBÊNTURES não estejam registradas no SND – Sistema Nacional de Debêntures, o debenturista deverá encaminhar a Solicitação de Conversão através de carta protocolada junto à instituição financeira depositária das DEBÊNTURES ou na sede da EMISSORA, conforme o caso, contendo o nome do debenturista e a quantidade de DEBÊNTURES que pretende converter.

10.12.11. Para todos os efeitos, a data da conversão das DEBÊNTURES será a data do recebimento — pela EMISSORA ou, se for o caso, pela instituição financeira prestadora de serviço aos debenturistas — de solicitação do debenturista, com a simultânea entrega das DEBÊNTURES sujeitas a conversão.

10.12.12. A controladora da EMISSORA, Inepar Administração, Bens, Serviços e Participações S.A., conforme obrigação assumida na AGE de 12.01.2001 que aprova a emissão das debêntures, concorrerá, necessariamente, com seus votos para aprovar aumento de capital da EMISSORA mediante a emissão de ações ordinárias e também, subscreverá,

no exercício do direito de preferência que lhe é legalmente assegurado, ações ordinárias em quantidade suficiente a assegurar a preservação do limite de que trata o § 2º do artigo 15, da Lei 6.404/76, na hipótese de conversão de DEBÊNTURES da 2ª série em ações preferenciais, conforme obrigação assumida no item “V” da Assembléia da EMISSORA de 12.01.2001. Se qualquer solicitação de conversão de DEBÊNTURES em ações implicar em potencial desequilíbrio na relação entre ações ordinárias e ações preferenciais, será promovido o aumento de capital de que trata o item 4.12.9. da escritura de emissão em condições que necessariamente possibilitem (i) a entrega das ações correspondentes às debêntures cuja conversão haja sido solicitada e (ii) a subscrição, pela Inepar Administração, Bens, Serviços e Participações S.A. (controladora da EMISSORA) de ações ordinárias em quantidade suficiente a assegurar a preservação do limite de que trata o mencionado § 2º do artigo 15, da Lei 6.404/76, observado o direito de preferência dos demais acionistas, nos termos do § 15, do artigo 5º, do estatuto social da EMISSORA.

10.13. Exclusão do Direito de Preferência: Os acionistas da EMISSORA, nos termos do disposto no estatuto social e no artigo 172, inciso I, da Lei 6.404/76, não terão direito de preferência nem farão jus a atendimento prioritário para subscrever as DEBÊNTURES.

10.14. Aquisição Facultativa: A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado DEBÊNTURES em circulação, por preço não superior ao valor nominal acrescido da remuneração prevista no item 10.10.2. acima, calculada *pro-rata tempore* até a data do efetivo pagamento, observado o disposto no § 2º do artigo 55, da Lei nº 6.404/76. As DEBÊNTURES assim adquiridas poderão ser canceladas ou permanecer na tesouraria da EMISSORA para posterior colocação.

10.15. Vencimento Antecipado: O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das DEBÊNTURES desta emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor nominal acrescido da remuneração prevista no item 9 das condições gerais das debêntures, calculada *pro-rata tempore* até a data de seu efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da EMISSORA previstas na escritura de emissão; (ii) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA; (iii) liquidação ou declaração de falência da EMISSORA; (iv) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista na escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito que lhe for feito pelo Agente Fiduciário ou qualquer debenturista; (v) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da EMISSORA previstas na escritura de emissão; (vi) fusão ou cisão da EMISSORA e sua incorporação em outra sociedade, salvo se previamente autorizada a operação pelo Agente Fiduciário.

10.16. Prorrogação de Prazos: O vencimento de qualquer das obrigações e o de prazo para o exercício de direitos decorrentes da emissão que caia em sábados, domingos ou feriados nacionais, ou, ainda, feriados bancários ocorridos na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, será, para todos os fins e efeitos da presente emissão, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até esta última data, que passará a valer como data de início do período seguinte de apuração e cálculo dos encargos desta emissão.

10.17. Decadência de Direito aos Acréscimos. Renúncia de Direitos.

10.17.1. O debenturista que, na data prevista ou na data fixada em comunicação publicada pela EMISSORA, não comparecer para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, perderá o direito ao recebimento dos juros relativos ao período de atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

10.17.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente escritura. A tolerância com o atraso ou com o descumprimento de qualquer obrigação por parte da EMISSORA não induzirá novação.

10.18. Local de Pagamento: Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos a que fazem jus as DEBÊNTURES serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos — CETIP, ou ainda, em Instituição Financeira contratada para este fim pela EMISSORA.

11. NEGOCIAÇÃO

As DEBÊNTURES serão negociadas na Sociedade Operadora de Mercado de Ativos S.A. – SOMA, obedecidas as regras por ela estabelecidas.

12 PUBLICIDADE:

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, na Gazeta Mercantil – Edição Nacional, na Gazeta do Povo e, quando for o caso, no Diário Oficial do Estado do Paraná.

13 - DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:

13.1. Os recursos provenientes da presente emissão terão a destinação prevista no quadro abaixo:

Usos	R\$ milhões	Do Total
A - Inepar S.A. Indústria e Construções		
Inepar Indústria e Construções (investimentos) - A1	18,0	6,7%
Inepar Indústria e Construções (reestruturação) - A2	7,0	2,6%
Alongamento Perfil das Dívidas/Capital de Giro Operacional – A3	231,0	85,6%
Sub-Total A	256,0	94,8%
B - Inepar Energia		
UHE Dona Francisca – B1	14,0	5,2%
Sub-Total B	14,0	5,2%
Total Geral	270,0	100,00%

13.2. Detalhamento dos Usos

Inepar S.A. Indústria e Construções

A1 – Inepar S.A. – Indústria e Construções: Estes valores dizem respeito a investimentos nas seguintes áreas:

Área	R\$ mil
Administração e Finanças Corporativas	3.038,7
Equipamentos e Sistemas Elétricos	5.311,8
Bens de Capital	6.815,5
Transmissão	2.187,2
Construções, Montagens e Serviços	510,1
Alianças Estratégicas	80,7
Total	17.944,2

A2 – Inepar S.A. – Indústria e Construções: Os valores apresentados referem-se a custos demissionais, realocação de unidades, e outros ajustes de estrutura.

A3– Capital de Giro: Levando-se em conta que o biênio 1999/2000 foi um período e reestruturação da Inepar S.A. – Indústria e Construções, é possível compreender o seu desempenho não muito positivo neste período, especialmente no que tange à receita operacional. Visando o restabelecimento da empresa como uma das principais fornecedoras no setor de infra-estrutura, um reforço no seu capital de giro faz-se necessário para atender ao aumento dos contratos e principalmente para estimular a confiança dos clientes e fornecedores na Inepar.

Inepar Energia S.A.

A Inepar Energia S.A. possui investimentos em andamento onde serão necessários aportes adicionais de recursos na forma liquidação do contrato de mútuo. Estes recursos serão utilizados nos seguintes projetos:

- UHE Dona Francisca
- Linha de Transmissão Norte-Sul

13.3. Na hipótese de não ser colocada a totalidade das 270.000 (duzentas e setenta mil) DEBÊNTURES, os recursos efetivamente captados serão distribuídos proporcionalmente, de acordo com a participação atribuída a cada beneficiário constante do quadro do item 13.1.

13.4. Impacto da conversão da totalidade das debêntures oriundas da emissão na situação patrimonial da EMISSORA e nas sociedades controladas e coligadas.

QUADRO EXPLICATIVO DO IMPACTO DA CONVERSÃO DA TOTALIDADE DAS DEBÊNTURES ORIUNDAS DA RESENTE EMISSÃO NA SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA EMISSORA E NAS SOCIEDADES CONTROLADAS E COLIGADAS				
	EMISSORA (REAIS MIL)		CONSOLIDADO DAS SOCIEDADES (reais mil)	
	31/03/2001	APÓS AUMENTO	31/03/2001	APÓS AUMENTO
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	345.775	615.775	535.372	805.372
RECURSOS DE TERCEIROS	553.750	553.750	984.553	984.553
PASSIVO TOTAL	899.525	1.169.525	1.519.925	1.789.925
EQUITY	38,44%	52,65%	35,22%	44,99%
DEBT	61,56%	47,35%	64,78%	55,01%

Impactos no Resultado da Companhia

A remuneração das debêntures oriundas da presente emissão é igual a IGPM + 11%aa. No caso de o IGP-M para 1º período (ano) após a emissão ser igual a 6%, então a despesa financeira oriunda da emissão propriamente dita será equivalente a R\$ 45,9 milhões (anualizado).

Ressalta-se que no caso da conversão de parte ou totalidade das debêntures desta emissão, as despesas financeiras serão reduzidas proporcionalmente ao montante apresentado acima.

Adicionalmente, parte dos recursos oriundos desta emissão serão destinados a alongamento, barateamento e redução das dívidas onerosas atuais da companhia o que deverá trazer diminuição significativa nas despesas financeiras atuais.

A média do custo financeiro anual da companhia tem sido de cerca de 25% aa. A simples troca de dívidas resultaria numa redução de despesas financeiras de cerca de 30%. É claro que 25%aa é o custo médio e a substituição da dívida será efetuada nos casos em que o custo é maior que a média. Assim a redução das despesas financeiras oriundas dos financiamentos a serem substituídos por parcela desta emissão deverá ser de cerca de 40%.

O resultado líquido desta emissão deverá vir a ser positivo, se considerado o cenário dos juros e o volume a ser convertido em capital.

14 – JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO DE EMISSÃO DAS AÇÕES PELAS QUAIS SÃO CONVERSÍVEIS AS DEBÊNTURES:

Dentre os critérios previstos no artigo 170 da Lei 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 9.457/97, o critério utilizado para a determinação do preço de emissão de R\$ 4,00 (quatro reais) estabelecido para as ações da companhia a serem trocadas por DEBÊNTURES, quando da conversão destas no primeiro período de conversão, baseou-se no valor médio de mercado das ações da companhia, obtido através das cotações de fechamento da BOVESPA ocorridas nos últimos 90 (noventa) pregões anteriores a data de realização AGE da EMISSORA ocorrida em 10.01.2001, acrescido de prêmio de 20% (vinte por cento). Para os períodos de conversão subsequentes, o preço de emissão estabelecido para as ações da companhia a serem trocadas por debêntures submeteu-se a um aumento gradual, conforme acima consignado, de sorte a evitar que a conversão venha a acarretar diluição dos acionistas minoritários da EMISSORA.

15 – QUADRO COM A COTAÇÃO DAS AÇÕES DA EMISSORA NOS NOVENTA PREGÕES QUE ANTECEDERAM A ASSEMBLÉIA DE 12.01.2001

DATA	FECHAMENTO R\$/MIL AÇÕES		DATA	FECHAMENTO R\$/MIL AÇÕES	
28/08/00	0,0049	4,85	01/11/00	0,0032	3,22
29/08/00	0,0048	4,76	03/11/00	0,0030	3,02
30/08/00	0,0046	4,61	06/11/00	0,0031	3,13
31/08/00	0,0045	4,52	07/11/00	0,0031	3,09
01/09/00	0,0047	4,72	08/11/00	0,0030	2,99
04/09/00	0,0047	4,69	09/11/00	0,0031	3,07
05/09/00	0,0048	4,75	10/11/00	0,0031	3,06
06/09/00	0,0047	4,74	13/11/00	0,0031	3,10
08/09/00	0,0048	4,82	14/11/00	0,0031	3,10
11/09/00	0,0046	4,60	16/11/00	0,0031	3,05
12/09/00	0,0046	4,60	17/11/00	0,0030	2,97

13/09/00	0,0047	4,65	20/11/00	0,0030	3,01
14/09/00	0,0045	4,50	21/11/00	0,0031	3,05
15/09/00	0,0043	4,32	22/11/00	0,0030	2,99
18/09/00	0,0042	4,15	23/11/00	0,0029	2,92
19/09/00	0,0041	4,14	24/11/00	0,0028	2,84
20/09/00	0,0041	4,05	27/11/00	0,0027	2,70
21/09/00	0,0044	4,39	28/11/00	0,0027	2,73
22/09/00	0,0044	4,35	29/11/00	0,0027	2,65
25/09/00	0,0043	4,25	30/11/00	0,0025	2,48
26/09/00	0,0042	4,15	01/12/00	0,0025	2,48
27/09/00	0,0039	3,90	04/12/00	0,0025	2,47
28/09/00	0,0040	4,02	05/12/00	0,0026	2,57
29/09/00	0,0039	3,89	06/12/00	0,0025	2,51
02/10/00	0,0038	3,81	07/12/00	0,0026	2,58
03/10/00	0,0037	3,73	08/12/00	0,0026	2,61
04/10/00	0,0037	3,70	11/12/00	0,0026	2,57
05/10/00	0,0039	3,85	12/12/00	0,0025	2,54
06/10/00	0,0037	3,70	13/12/00	0,0027	2,65
09/10/00	0,0037	3,72	14/12/00	0,0026	2,55
10/10/00	0,0037	3,69	15/12/00	0,0026	2,56
11/10/00	0,0036	3,64	18/12/00	0,0026	2,59
13/10/00	0,0036	3,63	19/12/00	0,0027	2,67
16/10/00	0,0036	3,56	20/12/00	0,0026	2,60
17/10/00	0,0035	3,50	21/12/00	0,0025	2,50
18/10/00	0,0032	3,21	22/12/00	0,0025	2,54
19/10/00	0,0034	3,35	26/12/00	0,0026	2,61
20/10/00	0,0034	3,35	27/12/00	0,0027	2,66
23/10/00	0,0031	3,09	28/12/00	0,0028	2,80
24/10/00	0,0030	2,97	02/01/01	0,0026	2,64
25/10/00	0,0030	2,95	03/01/01	0,0030	2,96
26/10/00	0,0031	3,05	04/01/01	0,0029	2,93
27/10/00	0,0032	3,24	05/01/01	0,0028	2,84
30/10/00	0,0032	3,21	08/01/01	0,0030	2,95
31/10/00	0,0033	3,29	09/01/01	0,0032	3,15
			Média		3,34

16 – BREVE HISTÓRICO DAS EMISSÕES ANTERIORES

DEBÊNTURES EMITIDAS PELA EMISSORA

Primeira Emissão

Consoante deliberação de assembléia geral extraordinária realizada no dia 7 de dezembro de 1994, foram emitidas 8.001 debêntures, totalizando R\$ 24.003.000,00, em 2 (duas) séries, sendo 2.667 da 1ª série, conversíveis em ações ordinárias, e 5.334 da 2ª série, conversíveis em ações preferenciais.

A emissão foi registrada na CVM, sendo as debêntures da primeira série registradas sob o nº SEP/GER/DCA-94/012 e as debêntures da segunda série registradas sob o nº SEP/GER/DCA-94/011, sendo ambos os registros de 27 de dezembro de 1994.

As debêntures foram totalmente subscritas, tendo as 2.667 da primeira série sido totalmente convertidas em ações ordinárias e 1.720 debêntures da segunda série sido convertidas em ações preferenciais; as 947 debêntures da segunda série, não convertidas, foram liquidadas nas datas dos respectivos vencimentos.

Segunda Emissão

Consoante deliberação da 44ª assembléia geral extraordinária, realizada no dia 9 de fevereiro de 1996, foram emitidas, em série única, 35.000 debêntures, resgatáveis ou permutáveis por ações de emissão da Inepar Telecomunicações S.A. (nova denominação de Iridium Brasil S.A.) totalizando R\$ 35.000.000,00.

A emissão foi registrada na CVM, sob o nº SEP/GER/DEB-96/25, em 14 de março de 1996.

Todas as debêntures emitidas foram subscritas, sendo que 19.784 debêntures foram permutadas por ações ordinárias de emissão da Inepar Telecomunicações S.A., permanecendo em aberto 15.216 debêntures.

Em 29 de janeiro de 2001, os debenturistas em Assembléia Geral deliberaram alterar a forma de pagamento das 15.216 debêntures remanescentes:

- a) pagamento de 10 debêntures, em espécie, em 1/02/2001;
- b) pagamento de 25% do saldo devedor em espécie até 2/04/2001;
- c) pagamento de 25% do saldo devedor em espécie até 1/09/2001; e
- d) pagamento integral do saldo devedor, em espécie, até 1/02/2002.

Em 31.03.2001, remanesciam 15.083 debêntures, tendo em vista que 133 debêntures foram resgatadas. O saldo devedor no curto prazo corresponde a R\$30.796 (em milhares de reais).

Critério de remuneração: A correção das debêntures é calculada segundo a variação acumulada do IGP-M, com juros de 17% ao ano e prêmio de 1,5% ao ano.

Terceira Emissão

Consoante deliberação da 46ª assembléia geral extraordinária, realizada no dia 29 de novembro de 1996, foram emitidas, em duas séries, 25.000 debêntures, totalizando R\$ 25.000.000,00, sendo 20.000 da 1ª série, não conversíveis em ações, e 5.000 da 2ª série, conversíveis em ações preferenciais.

A emissão foi registrada na CVM, sendo as debêntures da primeira série registradas sob o nº SEP/GER/DEB-96/173 e as debêntures da segunda série registradas sob o nº SEP/GER/DCA-96/020, sendo ambos os registros de 20 de dezembro de 1996.

Todas as debêntures emitidas foram subscritas. Até a presente data, 3.168 debêntures da segunda série foram convertidas em ações preferenciais da EMISSORA.

17 - RELACIONAMENTO DA EMISSORA COM O COORDENADOR DA EMISSÃO:

17.1. Banco Fator S.A.

Além do “Contrato de Distribuição”, o BANCO FATOR S.A., coordenador líder da operação, e a Emissora não possuem nenhum vínculo, inclusive societário.

18 - LOCAIS PARA AQUISIÇÃO DAS DEBÊNTURES

As DEBÊNTURES poderão ser adquiridas junto ao Coordenador Líder, Banco Fator S.A., nos seguintes endereços: Praia de Botafogo, nº 228, 10º andar, Edifício Argentina, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ; e R. Amauri, 255, 8º andar, São Paulo, SP.

19 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Quaisquer informações complementares com relação à Emissora ou à distribuição das DEBÊNTURES poderão ser obtidas junto ao (i) Coordenador líder, nos endereços acima indicados; (ii) Coordenador contratado, se for o caso, e (iii) à CVM - Comissão de Valores Mobiliários, na Rua Sete de Setembro nº 111, na cidade do Rio de Janeiro.

Quaisquer outras informações sobre a companhia e a distribuição em questão poderão ser obtidas junto ao COORDENADOR ou na CVM.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

3. FATORES DE RISCO

3.1. Fatores de Risco Existentes

Este Prospecto contém informações acerca das perspectivas da Emissora que refletem as opiniões da emissora com relação a desenvolvimentos futuros, que envolvem riscos e incertezas, incluindo os planos da Emissora para a expansão de seus negócios. Embora a Emissora acredite que as informações acerca do seu futuro sejam baseadas em convicções e expectativas razoáveis, não há garantia de que o desempenho futuro será consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta Seção e em outras seções deste Prospecto. As expressões “acredita que”, “espera que” e outras expressões similares identificam apenas informações acerca das expectativas da Emissora. Os potenciais investidores ficam advertidos a não confiar integralmente em tais informações acerca do futuro da Emissora. A INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES não assume a obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação sobre suas perspectivas, exceto pelo que dispõe o artigo 8º da Instrução CVM no. 202/93.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento, os compradores potenciais das Debêntures devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias circunstâncias financeiras e objetivos de investimento, todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os fatores de risco apontados abaixo.

Caso algum destes riscos venha a se concretizar, as condições financeiras e dos negócios da Emissora ou os resultados de suas operações poderão ser afetados negativamente, de forma relevante.

3.2. Fatores de Risco Relacionados ao Cenário Macroeconômico

3.2.1. Instabilidade Econômica

A economia brasileira tem sofrido intervenção do Governo Federal através da alteração das políticas monetárias, de crédito, fiscal e cambial. A instabilidade econômica, a consumação de um eventual cenário recessivo e a conseqüente perda de poder aquisitivo da população brasileira poderá afetar os negócios, a situação financeira e as perspectivas de crescimento da Emissora.

3.2.2. Intervenção do Governo Federal na Economia Brasileira

Durante os últimos anos, a economia brasileira tem sido afetada pela significativa intervenção do Governo Federal. O Governo Federal alterou a política monetária, de crédito, fiscal, tarifária e outras, na tentativa de influenciar o desempenho da economia brasileira. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e implantar outras políticas envolveram, muitas vezes, controles de preços e salários (incluindo, em geral, o controle dos preços de alimentos e bens de consumo), bem como outras medidas intervencionistas, tais como, congelamento de contas bancárias e imposição de controle de capital.

As políticas do Governo Federal relativas às tarifas, ao controle de câmbio, às regulamentações e à tributação, bem como as medidas tomadas pelo Governo Federal em

relação à inflação, desvalorização da moeda, instabilidade social e outros desdobramentos políticos, econômicos e diplomáticos, poderão afetar negativamente, de forma relevante, as condições financeiras e comerciais da Emissora.

3.2.3. Impacto da Inflação Elevada e Medidas Anti-Inflacionárias

Embora a inflação brasileira tenha sido relativamente moderada nos últimos anos, o Brasil já conviveu com altos índices de inflação no passado recente. A volta de altos índices de inflação no Brasil poderia afetar negativamente e de forma relevante a economia brasileira, tendo um impacto negativo sobre as condições financeiras, os negócios e resultados operacionais da Emissora, principalmente se os contratos em curso não puderem ser reajustados pela mesma taxa e periodicidade da inflação, de modo a recuperar integralmente as perdas decorrentes da inflação. Não há qualquer garantia de que os níveis atuais da inflação brasileira não mudem significativamente e de que tal mudança não tenha um impacto negativo relevante sobre as condições financeiras, o negócio ou sobre os resultados operacionais da Emissora.

No passado, os esforços do Governo Federal para conter a inflação frequentemente envolveram controle de salários e preços. Embora não haja qualquer política de controle de preços atualmente em vigor, não há qualquer garantia de que estes controles não serão novamente aplicados.

3.2.4. Condições Econômicas Adversas para Captação de Recursos

No Brasil, o mercado de capitais e outros mercados financeiros são influenciados, em vários níveis, por condições econômicas e de mercado de outros países de mercados emergentes. Embora as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um determinado país emergente pode afetar os emissores de títulos em outros países, inclusive no Brasil. Essa volatilidade nos mercados de capitais da América Latina e de outros países de mercados emergentes poderá ter um impacto negativo na economia brasileira e nos negócios da Emissora, podendo afetar diretamente sua capacidade de obter os recursos necessários, de um lado, para dar continuidade a seu programa de investimentos, e, de outro lado, para viabilizar o cumprimento de suas obrigações financeiras ou para o alongamento do perfil de sua dívida, inclusive da dívida decorrente da presente emissão.

3.3. Fatores de Risco Relacionados às Atividades da Emissora

3.3.1. Necessidade de Financiamento Adicional

A Emissora não pode garantir a seus investidores que terá acesso a recursos suficientes para a consecução de seus planos de investimento (vide “*Fatores de Risco – Fatores*”).

3.4. Fatores de Risco Relacionados à Emissão

3.4.1. Possibilidade de Captação Inferior ao Valor Total da Emissão

Na hipótese da Emissora captar montante inferior ao valor total da emissão, à vista do limite estabelecido no art. 15, § 2º, da Lei no. 6.404/76, a Emissora utilizará os recursos efetivamente captados em seu plano geral de investimentos (ver “Utilização de Recursos”), na proporção do ingresso efetivo de tais recursos. Uma captação em montante inferior ao valor total da emissão poderá inibir o cumprimento do plano geral de investimento da Emissora. Todavia, a Emissora acredita que uma captação inferior ao valor total desta emissão não impactará de forma negativa o seu programa geral de investimentos, uma vez que a Emissora poderá fazer uso de prazos mais longos para pagamento de contas com fornecedores para executar integralmente o seu programa geral de investimento dentro do cronograma original.

3.4.2. Fator de Relacionado à Liquidez das Debêntures

A Emissora não pode garantir o desenvolvimento e existência de um mercado para negociação das Debêntures, nem a futura liquidez das mesmas. Não existe tampouco qualquer garantia de futura existência de formadores de mercados (*market makers*) para as Debêntures, conforme facultado pela Instrução CVM nº 244, de 01 de março de 1996.

3.4.3. Fator relacionado ao andamento de emissões de valores mobiliários já efetuadas pela Emissora

Deve ser analisado pelo investidor, ao adquirir debêntures da presente EMISSÃO o montante de valores mobiliários emitidos e ainda não liquidados que estão em circulação. São eles: 15.083 debêntures emitidas na Assembléia Geral Extraordinária de 9.2.1996, com valor nominal de R\$1.000,00, que vencem em 1.2.2001 e correspondem a um saldo devedor de R\$30.796 (em milhares de reais) no curto prazo; e 21.242 debêntures, ainda não pagas nem convertidas, emitidas em 29.11.1996 que representam R\$6.352 no curto prazo (em milhares de reais) e R\$5.418 (em milhares de reais) no exigível a longo prazo.

Em 29 de janeiro de 2001, os debenturistas em Assembléia Geral deliberaram alterar a forma de pagamento das debêntures remanescentes da segunda emissão, conforme já explicado anteriormente.

Destacamos também o item “*Últimas Deliberações da Diretoria autorizando a assinatura de contratos*”, constante do tópico “informações da emissora” que elenca vários contratos assinados pela emissora, concedendo fiança, aval, empréstimos e autorizando a emissão de títulos no exterior, que estão em curso ou ainda não foram iniciados.”

Fatores de risco relacionados às demandas judiciais

Existem duas ações judiciais de valores individuais relevantes, movidas inicialmente contra a Iesa – Internacional de Engenharia S.A que, em razão da incorporação pela emissora, passaram a integrar o passivo judicial da Inepar S.A. – Indústria e Construções.

Estas demandas envolvem questões relativas ao Projeto P-31, executado pelo consórcio do qual fazia parte a Iesa – Internacional de Engenharia S.A..

Em uma das ações - movida pela Braspetro Oil Services - Brasoil perante uma das varas cíveis do Rio de Janeiro – discute-se alegado descumprimento contratual por parte do consórcio, contendo pedido de indenização por perdas e danos, cumulado com cobrança de apólice de seguro. O valor, em 14.10.97, era de R\$ 100.000.000,00.

A outra foi ajuizada perante uma das cortes de Nova York e tem como autoras a United States Fidelity & Guaranty e American Home Assurance Company. A ação foi proposta contra a SV Engenharia S.A., Indústrias Verolme Ishibras, Iesa – Internacional de Engenharia S.A., Petrobras S.A. e Brasoil CO. Esta demanda tem por objeto a identificação das partes responsáveis pelo eventual ressarcimento - e respectiva proporção – caso as autoras venham a ser acionadas para a execução das garantias prestadas no aludido projeto. O valor é de US\$ 160,000,000.00

Ambas as ações são objeto de uma análise mais detalhada no item relativo ao passivo judicial.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

4. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Usos dos Recursos Oriundos da Emissão

A Inepar S.A. – Indústria e Construções, para fazer face aos investimentos e reestruturação de seus passivos conforme quadro apresentado a seguir obteve na Comissão de Valores Mobiliários – CVM os registros para a emissão pública de 270.000 (duzentas e setenta mil) debêntures conversíveis, escriturais, ao preço unitário de R\$1.000,00 (mil reais) por debênture, que poderão ser integralizadas, no ato da subscrição, em dinheiro ou em bens, obedecido, neste último caso o artigo 8º da Lei nº 6.404/76.

4.1.1. Quadro Resumo

Usos	R\$ milhões	Do Total
A - Inepar S.A. Indústria e Construções		
Inepar Indústria e Construções (investimentos) - A1	18,0	6,7%
Inepar Indústria e Construções (reestruturação) - A2	7,0	2,6%
Alongamento Perfil das Dívidas/Capital de Giro Operacional – A3	231,0	85,6%
Sub-Total A	256,0	94,8%
B - Inepar Energia		
UHE Dona Francisca – B1	14,0	5,2%
Sub-Total B	14,0	5,2%
Total Geral	270,0	100,00%

4.1.2. Detalhamento dos Usos

4.1.2.1. Inepar S.A. Indústria e Construções

A1 – Inepar S.A. – Indústria e Construções: Estes valores dizem respeito a investimentos nas seguintes áreas:

Área	R\$ mil
Administração e Finanças Corporativas	3.038,7
Equipamentos e Sistemas Elétricos	5.311,8
Bens de Capital	6.815,5
Transmissão	2.187,2
Construções, Montagens e Serviços	510,1
Alianças Estratégicas	80,7
Total	17.944,2

A2 – Inepar S.A. – Indústria e Construções: Os valores apresentados referem-se a custos demissionais, realocação de unidades, e outros ajustes de estrutura.

A3 – Capital de Giro: Levando-se em conta que o biênio 1999/2000 foi um período de reestruturação da Inepar S.A. – Indústria e Construções, é possível compreender o seu

desempenho não muito positivo neste período, especialmente no que tange à receita operacional. Visando o restabelecimento da empresa como uma das principais fornecedoras no setor de infra-estrutura, um reforço no seu capital de giro faz-se necessário para atender ao aumento dos contratos e principalmente para estimular a confiança dos clientes e fornecedores na Inepar.

4.1.2.2. Inepar Energia S.A.

A Inepar Energia S.A. possui investimentos em andamento onde serão necessários aportes adicionais de recursos na forma liquidação do contrato de mútuo. Estes recursos serão utilizados nos seguintes projetos:

- UHE Dona Francisca
- Linha de Transmissão Norte-Sul

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

5. INFORMAÇÕES DA EMISSORA

Ao longo do tempo, a empresa expandiu sua área de atuação no setor de energia, tornando-se líder, adicionando novos produtos e serviços, o que permitiu oferecer ao mercado equipamentos e sistemas integrados nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

- **Objeto da emissora**

A Sociedade tem como objeto: (a) Fabricação, comercialização, projeto e fornecimento de bens de capital, de equipamentos, sistemas e serviços destinados à: (a.1) Geração, transmissão, transformação, proteção, distribuição e consumo de energia elétrica; (a.2) Implantação e expansão de sistemas de telecomunicações; (b) Projeto e construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações; (c) Projeto e construção de linhas de transmissão, redes e subestações de energia elétrica; (d) Projeto e construção de linhas, canalizações, transmissões e centrais de telecomunicações; (e) Projeto e construção de sistemas de sinalização ferroviária e rodoviária; (f) Projeto e montagem de sistemas de automação; (g) Realização direta ou indireta de obras civis, procura, aquisição e fornecimento de equipamentos, montagem industrial e gerenciamento de negócios na área de engenharia em geral; (h) Elaboração de estudos econômicos e realização de estudos, planos e projetos de engenharia; (i) Gerenciamento de empreendimentos, fiscalização e/ou supervisão de obras e serviços de engenharia; (j) Instalação, supervisão e montagem de equipamentos eletromecânicos e eletroeletrônicos; (l) Operações de importação e exportação relacionadas com os objetivos operativos; (m) Fornecimento de redutores eletrônicos de velocidade e prestação de serviços de instalação, operação e manutenção e de processamento de dados e imagens resultantes de infrações de trânsito; (n) Prestação de serviços de qualquer natureza no ramo da Engenharia Consultiva, de projetos ou da informática, de Computação Gráfica, de Informática aplicada à Engenharia e de consultoria e assessoria nas atividades de gestão empresarial; (o) Prestação de serviços de telecomunicações; (p) Participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista; (q) Prestação de serviços técnicos de Consultoria e Assessoria nas atividades de Gestão Energética, Automação e Telecomunicações.

- **Principais eventos da empresa:**

1953 - Fundação da ENCO - Engenharia e Comércio.

1968 - Criação da INELCO - Indústria Elétrica e Comércio Ltda.

1971 - Mudança da razão social de INELCO para INEPAR – Indústrias Eletromecânicas do Paraná Ltda.

1976 - ENCO e INEPAR se transformam em S.A, ENCO é incorporada pela INEPAR, a qual muda sua razão social para Inepar S.A. – Indústria e Construções. BNDE passa a participar no capital da INEPAR, através da EMBRAMEC (atual BNDESPar).

1977 - Implantação da Inepar S.A. – Indústria e Construções na Cidade Industrial de Curitiba.

1980 - Abertura do capital social da Inepar, com participação do IBRASE (atual BNDES)

1986 - Inepar S.A. adquire da Westinghouse do Brasil S.A todo o maquinário e tecnologia para fabricação de capacitores.

1987 - Inepar S.A. adquire da Westinghouse Corporation (EUA), a Unidade Industrial de Campinas para a fabricação de semicondutores de potência.

1990 - Formação da INEPAR S.A. ELETROELETRÔNICA e transferência para as instalações da SONY, na cidade Industrial de Curitiba.

1991 - Aquisição de 60% do Capital Social da CIDETRON, dedicada a serviços de “paging”.

1992 - Associação com a General Eletric, em “joint-venture” na Inepar S.A. Eletroeletrônica, a qual incorpora os ativos produtivos e a engenharia de medidores da GE.

- Aquisição de 90% do Capital Social da MASA – Medidores Argentinos S.A, dedicada a montagem de medidores Inepar Exportados do Brasil.
- Criação da INEPAR TRADING, responsável pelas atividades internacionais de todo o Grupo.

1993 - Inepar S.A. Indústria e Construções adquire 72,6% do Capital Social da CIDE Engenharia Ltda., voltada para projetos elétricos industriais e urbanos.

1994 - Aquisição de 15,4% do capital da PCN do Brasil, que opera com telefonia celular fixa em tecnologia CDMA.

- Associação com a Motorola e a Iridium Andes Caribe Corp., para formação da Iridium Sudamerica.
- Aquisição, por parte da Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus) junto a Inepar – Administração e Participações de 10% do capital votante da Inepar S.A. – Indústria e Construções.

1996 - Operação, manutenção, e exploração comercial de duas centrais termelétricas na Argentina, através de participação de 25% na Geradora Cordoba S.A.

- Participação de 40% na Nueva Central Independencia, que reotencializará as Centrais de Independencia e San Pedro de 133 MW para 316 MW.

1997 - A Inepar assume o controle acionário da Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A. (ver histórico Sade Vigesa).

- A Inepar S.A. associa-se à Landis & Gyr, empresa Suíça, para formação de novo empreendimento conjunto denominado Landis & Gyr Inepar S.A. A Inepar aportou na empresa os negócios da Inepar Eletroeletrônica.
- Joint-Venture com a Mastec INC., dos EUA, para formação da Mastec-Inepar Sistemas de Telecomunicações, empresa que viria a incorporar a Cide Engenharia Ltda.
- Consolidação da política de distribuição de ações para funcionários.
- Criação da Inepar Energia S.A (vide histórico da Inepar Energia).

1998 - A Inepar, através da Sade Vigesa, juntamente com a CSN, através de sua subsidiária FEM – Projetos, Construções e Montagens S.A, e o Bradesco criam nova empresa denominada Inepar – Fem Equipamentos e Montagens S.A.

- Formação da GE Hydro Inepar do Brasil S.A para a industrialização, comercialização e fornecimento de turbinas hidráulicas e hidrogeradores no mercado nacional e internacional.
- O consórcio Global Telecom de que a Inepar (Brasil) participa ao lado de Suzano (Brasil), DDI (Japão), Nissho Iwai (Japão) e Motorola (USA), é vencedor de licitação para a área 5 da Banda B, envolvendo os Estados do Paraná e Santa Catarina.
- A Inepar, através da Sade Vigesa, adquire a Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A, uma indústria de caldeiraria e montagens, fabricando produtos que requerem alta tecnologia em materiais especiais.
- A Inepar venceu, juntamente com a Construtora Andrade Gutierrez o leilão de privatização da Tele Norte Leste Participações S.A (Telemar).
- A Inepar S.A. – Indústria e Construções assume o controle acionário da IESA – Internacional de Engenharia S.A.
- A Inepar S.A. – Indústria e Construções constitui a Ineparnet Ltda., destinada a prover serviços de internet.
- A Inepar juntamente com a Tele Centro-Oeste Celular Participações S.A. é vencedora da área 8 da banda B que corresponde aos estados do Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão. A Anatel aprovou a venda antes do 5º ano. A Inepar S.A. – Indústria e Construções viria a vender 45% do capital desta empresa, ficando com apenas 5%.
- A Inepar S.A. – Indústria e Construções passa a participar do capital da Damos Sudamerica S.A. (vide histórico Inepar Telecomunicações).

1999 - Inepar S.A. – Indústria e Construções vende sua participação na TELEMAR.

- Inepar S.A. – Indústria e Construções e a Lucent Technologies – Divisão Power Systems, criam a joint venture Lucent Inepar Sistemas de Energia, que fabrica de fontes de energia para telecomunicações.
- Lançamento da nova Inepar S.A. – Indústria e Construções. A principal mudança foi a criação de três empresas independentes focadas nos seguintes segmentos de mercado: Equipamentos, construções e serviços para infra-estrutura (a nova Inepar S.A – Indústria e Construções), Operações em Energia (a Inepar Energia S.A) e Operações em Telecomunicações (a Inepar Telecomunicações S.A). A nova Inepar S.A. – Indústria e Construções terá sua atuação dividida em cinco diretorias (unidades de negócios) estruturadas de acordo com as necessidades do mercado no cenário pós-privatização: (i) Equipamentos elétricos, sediada em Curitiba; (ii) Transmissão de energia, sediada em Jacareí (SP); (iii) Construções, montagens e serviços, sediada em Curitiba; (iv) Bens de capital, sediada em Araraquara (SP) e (v) Joint Ventures, sediada em Curitiba.
- Siemens Metering Ltda. passa a ser a nova razão social da Landis & Gyr Inepar, resultado da aquisição pela Siemens Metering das operações mundiais da Landis & Gyr.

2000 - A Inepar S.A. – Indústria e Construções, através da Inepar Telecomunicações S.A, vende suas operações de TV a Cabo em Londrina (PR) e Blumenau (SC). A participação da Inepar Telecomunicações S.A. no capital da BTV

Blumenau (Antenas Comunitárias Brasileiras Ltda.) era de 88,12% e de 76,69% na NET Londrina (TV a Cabo Resistência S/C Ltda.).

- Inepar S.A. – Indústria e Construções incorpora as sociedades Internacional de Engenharia S.A – IESA e Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A., como primeira etapa do seu processo de reorganização societária.
- Incorporação da totalidade das ações da Inepar – Fem Equipamentos e Montagens S.A, transformando-a em subsidiária integral, na seqüência do seu processo de reorganização societária.
- Durante o exercício de 2000, a Administração da companhia implementou um amplo programa de reestruturação, visando consolidar uma nova estrutura organizacional e societária. O objetivo principal foi simplificar a estrutura societária concentrando todas as atividades em uma mesma companhia: a Inepar S.A. Indústria e Construções, que agrega os resultados da controladora aos da subsidiária integral Inepar-FEM Equipamentos e Montagens S.A, incluindo os respectivos resultados de equivalência patrimonial de suas controladas Inepar Energia S.A. e Inepar Telecomunicações S.A, bem como das joint-ventures.

2001 - Alienação da Global Telecom, em 2 de fevereiro, controlada da Inepar Telecomunicações S.A. que firmou contrato objetivando a venda de sua participação (5,94%) na operadora de telefonia celular Global Telecom S.A. para a Telesp Celular Participações S.A. (Portugal Telecom);

- Inepar-FEM Equipamentos e Montagens S.A. em 15 de março, firmou o contrato de compra e venda das ações que detinha do capital da controlada Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A. com Hatamura S/C Ltda, Excel Consultoria & Associados S/C Ltda. e Shapphire Service Ltda., equivalente a 98,53% do capital total da Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.

5.1.2.2. Histórico da IESA – Internacional de Engenharia S.A.

Constituída em 1977 pela fusão dos departamentos de engenharia da Montreal Engenharia S.A., Montreal Projetos e Sistemas Ltda. e Companhia Internacional de Engenharia do Grupo Morrison-Knudsen.

A Inepar S.A. – Indústria e Construções, recentemente, incorporou a IESA – Internacional de Engenharia S.A., com o objetivo de simplificar a estrutura societária do conglomerado Inepar.

Hoje após a incorporação pela Inepar S.A. – Indústria e Construções passou a ser a divisão de engenharia do grupo com 380 funcionários.

Entre seus principais clientes, poderemos citar:

Petrobrás	Shell
Polibrasil	Videolar
Vale do Rio Doce Alcan	
CAEMI	Itaipu
Villares	Ford
General Motors	Furnas
CEMIG	Eletronuclear

Os demonstrativos financeiros podem ser vistos a seguir:

Internacional de Engenharia S.A.			Passivo		
Demonstrativos Financeiros			31/12/98 31/12/99		
Balanco Patrimonial em R\$ mil			Circulante		
	31/12/98	31/12/99			
Ativo					
Circulante					
Disponibilidades/Apl.financ.	168	727	Fornecedores	3.472	3.971
Contas a receber	10.599	5.796	Financiamentos	1.605	1.440
Créditos com controladas/coligadas	642		Obrigações Tributárias Parcelamento	1.362	2.282
Outras contas a receber	135	4.729	Adiantamento de clientes		
Impostos a Recuperar	8.604		Salários e Encargos	3.694	416
Total do circulante	20.148	11.252	Outras Contas a Pagar	2.860	1.088
Realizável a longo prazo					
Depósitos Judiciais/Compulsórios	389		Total do circulante	12.993	9.197
Controladas/Coligadas	1.079	1.625	Exigível a longo prazo		
Outras contas a receber	7.518	23.227	Debêntures		
Total do realizável a longo prazo	8.986	24.852	Financiamentos	5.215	5.575
Permanente					
Investimentos	3.979	3.774	Parcelamento	3.258	
Imobilizado	1.526	1.823	Empresas Ligadas	601	350
Diferido	4.405	3.589	Contingências	792	
Total do permanente	9.910	9.186	Outras Contas a pagar		8.334
Total do ativo	39.044	45.290	Total do exigível a longo prazo	9.866	14.259
Patrimônio líquido					
			Capital social realizado atualizado	17.573	16.447
			Ações em Tesouraria	(1.124)	
			Lucros acumulados	(264)	5.387
			Total do patrimônio líquido	16.185	21.834
			Total do passivo	39.044	45.290

Internacional de Engenharia S.A.		
Demonstrativos Financeiros		
R\$ mil		
	31/12/98	31/12/99
Demonstração do Resultado		
Receita operacional líquida	39.950	24.939
Custo dos Contratos	(34.098)	(17.855)
Margem Bruta	5.852	7.084
Margem Bruta %	14,6%	28,4%
Despesas (receitas) operacionais		
Vendas		(1.173)
Gerais e administrativas	(6.713)	(6.701)
Resultado financeiro	(2.242)	(585)
Outras receitas (despesas) operacionais	7.140	(567)
Total	(1.815)	(9.026)
Resultado operacional	4.037	(1.942)
Equivalência Patrimonial		(204)
Resultado não-operacional	(211)	6.800
Lucro antes dos impostos	3.826	4.654
Imposto de renda	(265)	997
Contribuição Social	(673)	
Lucro líquido do exercício	2.888	5.651

5.1.2.3. Histórico da Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A.

A Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A., empresa especializada na área de transmissão de energia foi formada com parte substancial dos ativos e passivos da Sade Vigesa S.A.

A Inepar S.A. – Indústria e Construções adquiriu 100% do controle acionário em janeiro de 1997. Em abril/1999, a matriz da Sade Vigesa foi transferida para o Município de Jacareí. Em 29 de março de 2000 a Inepar S.A. – Indústria e Construções

incorporou a Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A., com o objetivo de simplificar a estrutura societária do conglomerado Inepar, uma vez que a sociedade detinha quase a totalidade das ações da companhia.

Ao longo de seus 40 anos de existência participou dos principais empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica no país, somando um total de mais de 40.000 km de linhas de transmissão construídas. A Sade já produziu cerca de 400 mil toneladas de estruturas, incluindo exportações para América Latina, América do Norte e Oriente Médio. A empresa detém no segmento de torres uma participação de cerca de 40% do mercado. Os principais concorrentes da Sade são ABB (Asea Brown Boveri) e Brametal (Brandão Metalúrgica Ltda.).

Entre outros itens relevantes, podemos destacar sua capacidade tecnológica própria para projeto, fabricação e montagem de torres de transmissão até 750 KW. Além das torres de transmissão, também produz ferragens elétricas, sistemas de amortecimento de linhas de transmissão, ancoragem de condutores, sistemas de amortização e outros acessórios. As demonstrações financeiras da empresa podem ser vistas a seguir.

SADE VIGESA INDUSTRIAL E SERVICOS			Passivo		
Demonstrativos Financeiros			31/12/98 31/12/99		
Balanco Patrimonial em R\$ mil			31/12/98 31/12/99		
Ativo			Circulante		
Circulante			Fornecedores 12.546 36.307		
Disponibilidades/Apl.financ.	1.423	1.818	Financiamentos	7.198	2.679
Contas a receber	54.573	39.294	Adiantamento de clientes	30.194	32.739
Outras contas a receber	26.606	15.900	Provisão para Custos	17.070	5.296
Títulos e Valores a Receber	-	20.431	Outras Contas a Pagar	12.838	12.959
Estoques	16.016	21.514	Total do circulante	79.846	89.980
Total do circulante	98.618	98.957	Exigível a longo prazo		
Realizável a longo prazo			Financiamentos 907 571		
Bens Destinados a Venda	12.000	12.000	Empresas Ligadas	4.739	11.736
Contas a receber	21.422	32.279	Outras Contas a pagar	18.967	23.304
Controladas/Coliçadas	10.923	917	Total do exigível a longo prazo	24.613	35.611
Títulos a Receber	-	21.567	Participacao dos Minoritarios 29		
Outras contas a receber	38.477	19.438	Patrimônio líquido		
Total do realizável a longo prazo	82.822	86.201	Capital social realizado atualizado 96.401 56.437		
Permanente			Reserva de capital 39		
Investimentos	2.540	516	Lucros acumulados (1.720) 19.154		
Imobilizado	14.289	14.699	Total do patrimônio líquido	94.681	75.630
Diferido	871	877	Total do passivo 199.140 201.250		
Total do permanente	17.700	16.092			
Total do ativo	199.140	201.250			

SADE VIGESA INDUSTRIAL E SERVICOS		
Demonstrativos Financeiros		
R\$ mil		
Demonstração do Resultado	31/12/98	31/12/99
Receita operacional líquida	178.604	164.622
Custo dos Produtos Vendidos	(141.281)	(103.408)
Margem Bruta	37.323	61.214
Margem Bruta %	20,9%	37,2%
Despesas (receitas) operacionais		
Vendas	(8.366)	(7.383)
Gerais e administrativas	(10.380)	(14.605)
Custos de Reestruturação/Itens não de	(9.000)	
Resultado financeiro	(8.011)	(16.558)
Outras receitas (despesas) operacionai	(3.880)	(10.067)
Total	(39.637)	(48.613)
Resultado operacional	(2.314)	12.601
Equivalência Patrimonial		
Resultado não-operacional	3.109	10.115
Correção Monetária		
Lucro antes dos impostos	795	22.716
Participação dos Empregados/Participac	(458)	(560)
Imposto de renda	455	942
Contribuição Social	(4)	(2.223)
Lucro líquido do exercício	788	20.875

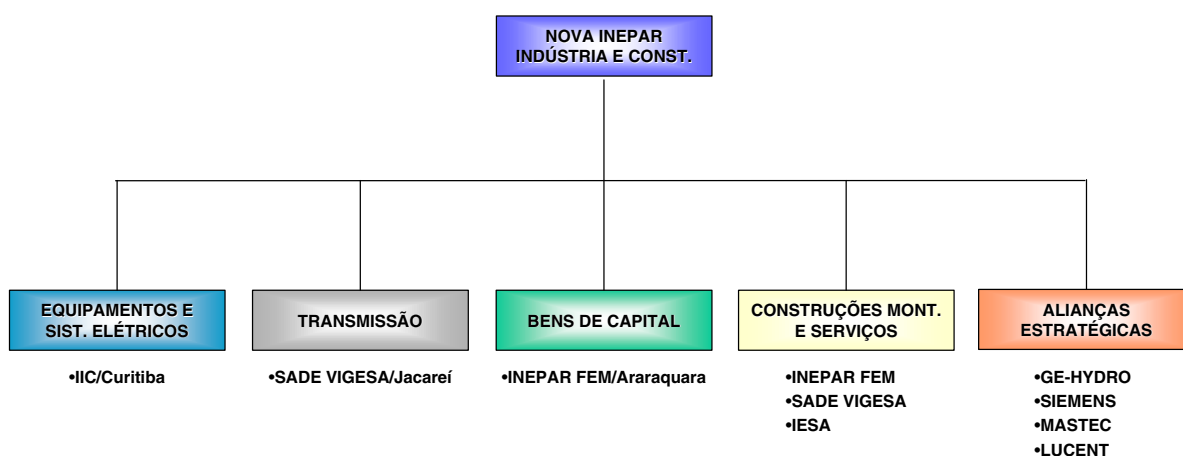
5.1.2.4. Composição Acionária da Emissora

Inepar Ind. e Construções - Composição Acionária						
Acionista	ON		PN		Total	
	Milhões	%	Milhões	%	Milhões	%
IAP	12.026	60,7%	877	2,3%	12.903	22,5%
Previ	3.964	20,0%	2.754	7,3%	6.718	11,7%
BNDESPar			3.699	9,9%	3.699	6,5%
Centrus	1.982	10,0%	3.304	8,8%	5.286	9,2%
Petros	711	3,6%	1.627	4,3%	2.338	4,1%
Bradesco	67	0,3%	1.057	2,8%	1.124	2,0%
Aerus	1.067	5,4%	462	1,2%	1.529	2,7%
FPS			1.657	4,4%	1.657	2,9%
CSN			2.289	6,1%	2.289	4,0%
Outros	2	0,0%	19.783	52,7%	19.785	34,5%
Total	19.819	100,0%	37.509	100,0%	57.328	100,0%

Patrimônio Líquido - R\$ 345.775 mil
VPA - R\$ 6,03 /mil ações

5.1.2.5. Produtos e Serviços da Inepar

Divisões



Produtos e Serviços

Empresa	Produtos e Serviços
NOVA IIC	Painéis, Automação, Proteção e Controle de Sistemas Elétricos Capacitores, Bancos de Capacitores e Subestações Serviços de Gerenciamento de Energia Revenda de Componentes para Média e Baixa Tensão Torres de Transmissão para Energia e Telecomunicações Equipamentos Hidromecânicos Estruturas Metálicas Pesadas Equipamentos Industriais e Sistemas sob Encomenda Reformas de Locomotivas e Vagões Serviços de Engenharia EPC de Usinas Hidrelétricas, Termelétricas, Linhas de Transmissão Infra-estrutura Industrial Montagem e Comissionamento de Usinas e Indústrias
Mastec-Inepar	Projetos "Turn Key", Gerenciamento de Redes Proj. de Engenharia e Instalação de Infra-Estrutura e Equip. de Telec.
Siemens Metering	Medidores de Energia Sistemas de Medição Sistemas de Telemedicação Sistemas de Pré-venda de Energia
Lucent	Containeres para Telecomunicação Sistemas de Energia para Telecomunicações Revendas de Baterias, Cabos e Outros Integração e Serviços de Engenharia Instalação de Equipamentos
GE-Hydro Inepar	Hidrogeradores Excitatrizes Estatóricas Turbinas Hidráulicas

5.1.2.5.1. Serviços da Divisão de Engenharia (DIVISÃO IESA)

- Energia
 - Usinas Hidrelétricas e centrais termelétricas
 - Subestações
 - Linhas de transmissão e distribuição
 - Cogeração
 - Automação e controle de energia
- Indústria / Plantas de Processo
 - Extração, Refino e processamento de gás e óleo
 - Unidades químicas e petroquímicas
 - Mineração, processamento de minério e manuseio de materiais
 - Metalurgia
 - Plataformas Offshore e navios FPSO
 - Automação e controle de processos
 - Papel e Celulose
- Infra-estrutura
 - Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica
 - Engenharia sanitária e ambiental
 - Irrigação
 - Transporte de massa (ferroviário, metroviário e outros)
 - Portos, aeroportos e terminais
 - Arquitetura e reurbanização

- Telecomunicações

5.1.2.5.2. Equipamentos e Sistemas Elétricos

- Capacitores e Compensação Reativa
 - Capacitores em baixa tensão (2,5 a 60 kvar / 220 ah 80 volts)
 - Capacitores impregnados em óleo (100 kvar / 1000 volts)
 - Capacitores em média e alta tensão (25 a 60 kvar / 1 a 25 KV)
 - Banco capacitores série (Shunt e série)
 - Filtros harmônicos
 - Compensadores estáticos
 - DVR (Dynamic Voltage Restore) 4,16 a 35,5 KV, até 2MVA
- Painéis e cubículos elétricos
 - Metal c/ad
 - Metal enclosed
 - CCM's (baixa e média tensão)
 - Barramentos blindados
- Sistemas de Automação, Proteção e controle para geração, transmissão e distribuição de energia
- Subestações até 230 KV: projeto, montagem, comissionamento e start-up e fornecimento integrado de equipamentos e sistemas

5.1.2.5.3. Produtos da Divisão de Transmissão (Divisão Sade)

- Torres para linhas transmissão de energia elétrica
- Acessórios para linhas de transmissão
- Sistemas de amortecimento para linhas de transmissão
- Torres para telecomunicações
- Galvanização para terceiros

5.1.2.5.4. Produtos da Divisão de Bens de Capital

- Equipamentos Hidromecânicos
- Equipamentos para Petróleo e Gás
- Equipamentos Metroferroviários
- Equipamentos para Movimentação de Carga e Materiais
- Estruturas Metálicas
- Serviços de Usinagem e Calderaria Pesada

5.1.2.5.5. Produtos da Divisão de Construções, Montagens e Serviços

- Turn-Keys e EPC's para Geração, Hidrelétrica e Termelétrica
- Turn-Keys e EPC's para Transmissão de Energia
- Turn-Keys e EPC's para Metrô e Ferrovias
- Turn-Keys e EPC's para Projetos Offshore e Onshore (Petróleo e Gás)
- Turn-Keys e EPC's para Plantas Industriais
- Turn-Keys e EPC's para Química e Petroquímica

5.1.2.6. Instalações Industriais da Inepar S.A. – Indústria e Construções

- Unidade Industrial de Equipamentos e Sistemas Elétricos opera em Curitiba (PR). Adquirida em 1975, está situada na Cidade Industrial.
 - Área total - 91.500 m²
 - Qualidade
 - Fábrica certificada internacionalmente para a maioria dos produtos na norma ISO 9000

- A Unidade Industrial de Transmissão opera em um unidade industrial em Jacareí, a 70 km de São Paulo, na Via Dutra, com uma área total de 380.000 m²
 - Qualidade:
 - Fábrica certificada internacionalmente para a maioria dos produtos na norma ISO 9000
 - Projetos, desenvolvimento, fabricação e instalação de equipamentos certificados pelas normas ISO 9001 e ISO 9002
 - Estação de testes capacitada para testar protótipos de torres de até 750 KV em escala natural
 - Capacidade tecnológica própria para projetos de linhas de longa distância e torres de transmissão, acessórios e ferragens para até 800Kv
 - Capacidade fabril instalada de 1.700t de torres de transmissão, 250t de ferragens e acessórios, 50 t de Heliformados, 80t de parafusos e 5.000t de galvanização, por mês

- A Unidade Industrial de Bens de Capital opera em Araraquara (SP), a cerca de 280 Km da cidade de São Paulo, com área total de 850 mil m².
 - Qualidade:
 - Fábrica certificada internacionalmente para a maioria dos produtos na norma ISO 9000
 - Projetos, desenvolvimento, fabricação e instalação de equipamentos certificados pelas normas ISO 9001 e ISO 9002
 - Quanto à capacidade de produção
 - 1,5 milhão Homens/Hora
 - A fábrica dispões de mais de 300 máquinas operatrizes para a fabricação dos seus produtos.

5.1.2.7. Fatos Relevantes a Respeito das empresas controladas ou ligadas a Inepar S.A. – Indústria e Construções

- O conglomerado Inepar se constitui no único conglomerado no Brasil que, atuando na área de energia, cobre, desde o projeto de engenharia de uma Usina Hidrelétrica - passando pela subestações elevadoras e rebaixadoras de alta tensão, pelas linhas de transmissão, pela distribuição, pela compensação reativa do sistema - até a entrega e medição de energia.
- A Inepar S.A. – Indústria e Construções se constitui no conglomerado brasileiro com maior quantidade de associações com grandes empresas multinacionais líderes de mercado mundial. É sócia, entre outras, das seguintes grandes empresas Globais: GE (USA), SIEMENS (Alemanha), DDI (Japão), Nissho Iwai (Japão), Motorola (USA), Telecom Itália (Itália), Lucent (USA), Mastec (USA). Também tem como sócios as seguintes empresas brasileiras: Grupo Rede, Alcoa, Gerasul, Camargo Corrêa, Votorantim, Valesul, Copel, Celesc, CEEE.
- Na tradicional política de parcerias do conglomerado da Inepar S.A. – Indústria e Construções, está incluída uma das poucas associações em todo o mundo entre empresa privada e sindicatos ou centrais sindicais. A Inepar é sócia da FATLYF (Federación de Trabajadores de Luz y Fuerza de Argentina).
- A Inepar S.A. – Indústria e Construções foi a primeira empresa nacional a ser certificada pelo INMETRO em sistema da “Garantia da Qualidade” (ISO 9000). O início da implantação da “Quality Assurance”, na Inepar, ocorreu em 1978, seguindo as normas “50 CQA” da Agência Internacional de Energia Atômica, que geraram, posteriormente, as normas ISO 9000. Esse esforço permitiu que a Inepar fosse a única empresa de capital nacional a ser qualificada para concorrer nas licitações para fornecimento dos equipamentos elétricos das usinas term nucleares de Angra II e Angra III e, posteriormente, teve adjudicados os respectivos contratos de fornecimento (1982). A outra empresa foi a multinacional Siemens.
- A Inepar S.A. – Indústria e Construções foi a primeira empresa nacional a fornecer à Petrobrás equipamentos para as plataformas marítimas de exploração de petróleo off-shore (Cherne I, Chern e Namorado II). Também foi a empresa escolhida pela Petrobrás para nacionalizar todo o sistema elétrico de CC e CA (SCR) de comando, controle, proteção e seus periféricos de plataformas de exploração terrestre e marítima de petróleo, para até 6000 metros de profundidade. Executou o fornecimento de três unidades (1984).
- A Inepar S.A. – Indústria e Construções foi pioneira na execução de projetos de engenharia pelo CAD (“Computer Aided Design” - 1985).
- A Inepar S.A. – Indústria e Construções participou na construção e montagem das Usinas Atômicas Angra I e II, além das Termelétricas Jorge Lacerda/Eletrosul e da Central Termelétrica da CSN.

5.1.3. Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A.

Histórico

A Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A. é resultado da fusão ocorrida em abril/1998 entre a Divisão de Equipamentos Industriais da Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A., Divisão de Estruturas Metálicas da FEM - Projetos Construções e

Montagens (Subsidiária da CSN), e ativos da Montreal Engenharia S.A. (Bradesco), com a participação do BNDESPar. A sociedade tem sede em Araraquara, Estado de São Paulo, na Rodovia Manoel de Abreu, S/Nº, Km 4,5, Zonal Rural.

Em dezembro/1998, a Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A. assumiu 99% do capital social da Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.

Em 15 de março de 2001 foi celebrado contrato de compra e venda, pelo qual a Inepar-FEM Equipamentos e Montagens S.A. alienou a terceiros a totalidade de sua participação na controlada Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A, correspondente a 98,53% do total de ações do capital social da companhia. A transação foi efetivada pelo preço total de R\$1.761 mil.

O capital social da sociedade é de R\$121.422.963,24 dividido em 186.862.630, sendo 120.827.885 ações ordinárias e 66.034.745 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Conselho de Administração: (i) Mario Celso Petraglia – Presidente; (ii) Cesar Romeu Fiedler; (iii) Jauneval de Oms; (iv) Di Marco Pozzo. Mandato: de 2 anos, com vencimento na primeira AGO de 2002.

Diretoria: (i) Cesar Romeu Fiedler – Diretor Presidente; (ii) Guillermo Alfredo Morando – Diretor de Desenvolvimento de Negócios; (iii) Marco Antonio Milliotti – Diretor Industrial. Todos com mandato de 3 anos (que se encerra na AGO de 2004).

Incorporação de Ações da Inepar Fem S.A. pela Inepar S.A. – Indústria e Construções para Criação de Subsidiária Integral.

Em Assembléias Gerais Extraordinárias de Inepar S.A. – Indústria e Construções e de Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A., ambas datadas de 28.07.2000, e arquivadas em agosto de 2000, deliberou-se a incorporação das ações de emissão da Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A. (cujo o patrimônio líquido contábil é de R\$ 38.382.417,52) pela Inepar S.A. Indústria e Construções (cujo o patrimônio líquido contábil é de R\$ 345.775.101,76).

Informação sobre outros títulos de emissão da Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A.

Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A., em Assembléia Geral Extraordinária datada de 19.8.1998, deliberou proceder à emissão pública de 48.571 debêntures, em série única, conversíveis em ações preferenciais, ao preço nominal unitário de R\$700,00 na data de emissão, no montante de R\$33.999.700,00.

A Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A. atua nos seguintes segmentos de mercado:

- Geração de Energia
- Transporte Metroferroviário
- Petróleo e Gás
- Química e Petroquímica
- Estruturas Metálicas
- Metalurgia e Mineração
- Movimentação e Materiais

- Papel e Celulose
- Usinagem e Caldeiraria Pesada

Através da incorporação da Nordon, adquiriu também tecnologia para fabricação de equipamentos em aço inoxidável e ligas especiais, utilizados para criogenia, cervejarias, alimentos, petroquímica, fertilizantes e outros.

As demonstrações financeiras da empresa podem ser vistas a seguir.

INEPAR FEM S/A			Balço Patrimonial em R\$ mil		
Demonstrativos Financeiros			Passivo		
Balço Patrimonial em R\$ mil	31/12/98	31/12/99		31/12/98	31/12/99
Ativo			Circulante		
Circulante			Fornecedores		
Disponibilidades/Apl.financ.	6.116	1.048		11.500	7.019
Contas a receber	39.944	30.598	Financiamentos		
Outras contas a receber	7.858	5.670			5.210
Estoques	39.820	11.860		3.849	5.828
Total do circulante	93.738	49.176		45.224	10.687
Realizável a longo prazo			Dividendos a Pagar		
Controladas e Coligadas	20.079	20.428		4.993	6.963
Outras contas a receber	1.694	25.770	Impostos a Pagar		
Total do realizável a longo prazo	21.773	46.198		14.088	26.366
Permanente			Total do circulante		
Imobilizado	122.897	122.473		79.654	62.073
Diferido	30.214	828	Exigível a longo prazo		
Total do permanente	153.111	123.301	Empréstimos e Financiamentos		
Total do ativo	268.622	218.675		5.146	23.167
			Coligadas		
			4.355		
			Debêntures		
			37.581		
			37.576		
			Outras Contas a pagar		
			22.089		
			2.096		
			Total do exigível a longo prazo		
			64.816		
			67.194		
			Patrimônio líquido		
			Capital social realizado atualizado		
			124.524		
			125.021		
			Lucros acumulados		
			(372)		
			(35.613)		
			Total do patrimônio líquido		
			124.152		
			89.408		
			Total do passivo		
			268.622		
			218.675		

INEPAR FEM S/A		
Demonstrativos Financeiros		
R\$ mil		
Demonstração do Resultado	31/12/98	31/12/99
Receita operacional líquida	175.743	178.611
Custo dos Produtos Vendidos	(137.167)	(157.970)
Lucro bruto	38.576	20.641
Despesas (receitas) operacionais	21,95%	11,56%
Vendas	(10.602)	(10.593)
Gerais e administrativas	(23.650)	(12.090)
Resultado financeiro	(4.265)	(12.405)
Outras receitas (despesas) operacionais	517	(4.458)
Total	(38.000)	(39.546)
Resultado operacional	576	(18.905)
Equivalência Patrimonial		
Resultado não-operacional	(305)	(27.462)
Lucro antes dos impostos	271	(46.367)
Imposto de renda	57	8.181
Contribuição Social	18	2.945
Lucro líquido do exercício	346	(35.241)

5.1.4. Sobre as Alianças Estratégicas do Grupo INEPAR

5.1.4.1. Histórico Siemens Metering Ltda.

A história da Siemens Metering Ltda. começou com uma associação com a GE em uma Joint-Venture incorporando a fábrica no ano de 1992. Em março de 1997, ocorreu uma associação com a Landis & Gyr (Suíça).

Em abril de 1998, a Siemens AG adquiriu a Landis & Gyr, passando a divisão de medidores a ser denominada Siemens Metering Ltd. A empresa no Brasil teve sua

denominação alterada para Siemens Metering Ltda. Atualmente a composição acionária da empresa é a seguinte:

Quotista	Quotas	%
Siemens Ltd.	51.000	51,0%
Inepar	44.000	44,0%
Outros	1.254	1,3%
Total	100.000	100,0%

A sociedade tem sede na Rua Hasdrubal Bellegard, nº 400, Centro Industrial de Curitiba, Estado do Paraná

Capital Social: R\$ 27.957.500,00 dividido em 100.000 quotas

Os produtos da Siemens Metering Ltda. podem ser encontrados a seguir:

- Medidores de energia
- Medidores monofásicos
- Medidores polifásicos
- Medidores eletrônicos
- Sistemas de medição
- Sistemas de telemedição ou medição remota
- Sistemas de pré-venda de energia

A SIEMENS tem grande participação no mercado de produtos de alta tecnologia na área de energia no país. Na área de medição estima-se uma participação no mercado nacional entre 30 e 35% e seus principais concorrentes são: Schlumberger, Asea Brown Boveri, Nansen e FAE.

A Siemens Metering opera em uma planta própria na Cidade Industrial de Curitiba - PR, em terreno com 120.716 m² de área total.

SIEMENS METERING LTDA							
Demonstrativos Financeiros							
Balço Patrimonial em R\$ mil	31/12/97	31/12/98	31/12/99	30/06/00	31/12/00	31/03/01	30/06/01
Ativo							
Circulante							
Disponibilidades/Apl.financ.	1.970	742	7.351	1.351	3.334	3.484	4.713
Contas a receber	12.352	8.996	8.501	14.567	12.102	12.462	9.165
Títulos e Valores a Receber		3.559	3.046	3.093	1.621	1.640	1.757
Estoques	9.918	8.067	7.914	7.078	5.647	6.100	8.299
Outros	231	5	2	70	33	73	2.684
Total do circulante	24.471	21.369	26.814	26.159	22.737	23.759	26.618
Realizável a longo prazo							
Controladas/Coligadas	157	553	447	3.167	5.969	6.591	1.726
Títulos a Receber		2.635	2.773	2.184	1.506	1.155	754
Outras contas a receber	76	680	1.375	993	866	911	1.585
Total do realizável a longo prazo	233	3.868	4.595	6.344	8.341	8.657	4.065
Permanente							
Investimentos	49	49	27	256	114	66	27
Imobilizado	21.598	19.792	17.736	15.069	13.822	13.372	14.532
Diferido	13.408	11.784	9.839	8.707	7.698	7.212	6.891
Total do permanente	35.055	31.625	27.603	24.033	21.634	20.650	21.450
Total do ativo	59.759	56.862	59.012	56.536	52.712	53.066	52.133
Balço Patrimonial em R\$ mil							
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	2.065	2.106	2.974	4.139	3.390	3.920	4.971
Financiamentos	22.422	222	2.369	4.515	4.906	5.424	1.418
Obrigações Tributárias	1.399	1.053	617	2.094	1.325	1.734	3.810
Adiantamento de clientes	1.104		1.222	1.448			
Dividendos a Pagar	503	52			450		302
Salários e Encargos	976	3.310	332	1.047	864	1.066	1.533
Outras Contas a Pagar	1.604	1.117	1.629	1.003	1.923	517	463
Total do circulante	30.073	7.860	9.143	14.246	12.858	12.661	12.497
Exigível a longo prazo							
Financiamentos			4.489			2.013	2.035
Empresas Ligadas		18.286	18.044	13.435	11.203	10.459	11.388
Outras Contas a pagar	1.123	1.579	2.371	2.481	2.669	2.711	996
Total do exigível a longo prazo	1.123	19.865	24.904	15.916	13.872	15.183	14.419
Patrimônio líquido							
Capital social realizado atualizado	28.563	29.135	28.024	28.016	27.957	27.957	27.958
Lucros acumulados		2	(3.059)	(1.642)	(1.975)	(2.735)	(2.741)
Total do patrimônio líquido	28.563	29.137	24.965	26.374	25.982	25.222	25.217
Total do passivo	59.759	56.862	59.012	56.536	52.712	53.066	52.133

SIEMENS METERING LTDA							
Demonstrativos Financeiros							
R\$ mil							
Demonstração do Resultado	31/12/97	31/12/98	31/12/99	30/06/00	31/12/00	31/03/01	30/06/01
Receita operacional líquida	55.923	61.866	53.009	30.205	61.011	12.483	29.554
Custo dos Produtos Vendidos	(37.840)	(45.058)	(40.649)	(22.617)	(48.757)	(10.056)	(22.907)
Margem Bruta	18.083	16.808	12.360	7.588	12.254	2.427	6.647
Margem Bruta %	32,3%	27,2%	23,3%	25,1%	20,1%	19,4%	22,5%
Despesas (receitas) operacionais							
Vendas	(4.266)	(3.077)	(3.671)	(1.157)	(2.596)	(514)	(1.415)
Gerais e administrativas	(8.425)	(8.055)	(5.951)	(3.636)	(4.990)	(1.434)	(3.315)
Resultado financeiro	(6.565)	(5.237)	(3.112)	(312)	(1.365)	(871)	(1.554)
Outras receitas (despesas) operacionais		(73)	(3.228)	(99)	(686)	(193)	(315)
Total	(19.256)	(16.442)	(15.962)	(5.204)	(9.637)	(3.012)	(6.599)
Resultado operacional	(1.173)	366	(3.602)	2.384	2.617	(585)	48
Equivalência Patrimonial				12	(130)	(47)	
Resultado não-operacional	(168)	(6)	0	(243)	(215)	5	10
Lucro antes dos impostos	(1.341)	360	(3.602)	2.153	2.272	(627)	58
Participação Empregados/Minoritarios	19	(11)	5				
Imposto de renda			(630)	(486)	(535)	(97)	(148)
Participações/Contribuições		(240)			(450)		6
Contribuição Social	(930)			(191)	(203)	(35)	(49)
Lucro líquido do exercício	(2.252)	109	(4.227)	1.476	1.084	(759)	(133)

5.1.4.2. Histórico Mastec Inepar S.A. Sistemas de Telecomunicações

A Mastec-Inepar S.A. Sistema de Telecomunicações, fundada em 1997, é uma joint venture entre a MASTEC Inc. (líder no setor de infra-estrutura para telecomunicações nos EUA) e a Inepar S.A. Indústria e Construções.

Em março de 1998, adquiriu a 100% da CIDE Engenharia Ltda., empresa especializada em obras e serviços de redes de telefonia. A sociedade tem sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº1309, 9º andar, Bloco B, São Paulo, SP.

Capital Social R\$46.006.080,00 dividido em 46.006.080 ações ordinárias nominativas. Atualmente, a composição acionária da companhia é a seguinte:

Acionistas	On (em mil)	%
Mastec Latin America Inc.	23.463	51%
Inepar S.A. Ind. e Construções	22.381	48,65
Total geral incluindo outros acionistas	46.006	100%

A Mastec, Inc, sediada na Flórida, EUA, é líder de mercado de implantação de infra-estrutura de telecomunicações nos EUA, com faturamento de mais de US\$ 1 bilhão/ano e subsidiárias na América Latina - Brasil e México. É também investidora em TV a Cabo, PCS e Celular na América Latina (Argentina, Paraguai e Equador).

No Brasil, a Mastec-Inepar é capacitada a executar obras e serviços para implantação de infra-estrutura em:

- Telefonia pública convencional
- Telefonia celular rural
- Telefonia celular móvel
- Sistemas de “paging”
- Sistemas de “trunking”
- Televisão a cabo

- Televisão por assinatura MMDS
- Edifícios inteligentes
- Sistemas de transmissão de imagem
- Sistemas privados de telecomunicações
- Sistemas de telefonia sem fio *Wireless Local Loop* (WLL)
- Gateways
- Rodovias Inteligentes

A Mastec-Inepar tem sede em São Paulo (SP), com área de 600m², e um escritório em Curitiba, onde está locada a Diretoria da *Mastec-Inepar Sul* e a *divisão de implantação de redes* (CIDE Engenharia) em imóvel próprio com área total de 2.240 m² e 1.400 m² de área construída. A empresa tem canteiros de obras em mais de 350 cidades nos Estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Atualmente a Mastec-Inepar conta com um total de mais de 1.000 colaboradores e os serviços de terceiros representam cerca de 60% do faturamento da empresa.

Os seus principais clientes são:

- Telemar (Telerj e Pernambuco)
- Embratel
- Telefônica
- Brasil Telecom
- Telet
- Motorola
- Global Telecom

Algumas das principais obras da Mastec-Inepar são citadas a seguir:

- Implantação na modalidade de turn-key de 140.000 Terminais de telefonia convencional, abrangendo Infra-estrutura, equipamentos de Comutação, Transmissão, Redes de fibra óptica e metálicas para a Telepar, Telemig, Telegoiás, Telems, Telerj, Telesp e Telest CRT.
- Implantação de infra-estrutura para telefonia celular, totalizando 289 estações de rádio-base ou sites, abrangendo o contêiner integrado, torres de concreto e metálicas, energia CA e CC, para a Telesc, CRT, Telesp e Telepar.
- Implantação de rede de fibra óptica, totalizando 39.155 Km de fibra para a Telepar, Telegoiás, Telemig, Telesp e Embratel
- Implantação de rede metálica, totalizando 662.873 PAR x Km para a Telepar, Telegoiás, Telesp, Telerj e Telems

A Mastec-Inepar apresentou em 2000 Receita Operacional Líquida de R\$ 93,9 milhões, Ativos Totais de R\$ 93,0 milhões e Lucro Operacional de R\$ 1,7 milhões, conforme pode ser observado nas tabelas que seguem.

MASTEC INEPAR						
Demonstrativos Financeiros						
Balanco Patrimonial em R\$ mil	31/12/97	31/12/98	31/12/99	30/06/00	31/12/00	31/03/01
Ativo						
Circulante						
Disponibilidades/Apl.financ.	603	10.715	36.654	17.591	11.796	7.418
Contas a receber	68.856	92.751	60.721	51.789	63.231	65.114
Outras contas a receber	1.098	749	411	8.525	5.946	8.171
Estoques		383	172	1.083	1.480	1.213
Total do circulante	70.557	104.598	97.958	78.988	82.453	81.916
Realizável a longo prazo						
Direitos Contratuais Adquiridos	24.284	9.066	6.728		145	
Empréstimos a Terceiros	1.022	1.165	16	105	80	47
Outras contas a receber		766		6.534	5.628	5.896
Total do realizável a longo prazo	25.306	10.997	6.744	6.639	5.853	5.943
Permanente						
Investimentos	47	9.788	4.737	59	59	58
Imobilizado	259	2.813	3.402	4.175	4.649	4.635
Diferido			5	-		
Total do permanente	306	12.601	8.144	4.234	4.708	4.693
Total do ativo	96.169	128.196	112.846	89.861	93.014	92.552
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	37.800	44.898	13.463	6.922	9.313	7.680
Obrigações Tributárias	2.086	8.945	13.071	13.765	10.301	16.139
Adiantamento de clientes			19.761	21.733	22.935	17.116
Salários e Encargos	275	3.318	2.077	2.905	4.455	5.185
Outras Contas a Pagar	899	7.499	1.097	506	91	542
Total do circulante	41.060	64.660	49.469	45.831	47.095	46.662
Exigível a longo prazo						
Empresas Ligadas		1.623				
Outras Contas a pagar		486	165	607	914	848
Total do exigível a longo prazo		2.109	165	607	914	848
Patrimônio líquido						
Capital social realizado atualizado	53.216	56.200	55.877	37.377	37.377	37.377
Lucros acumulados	1.893	5.227	7.335	6.046	7.628	7.665
Total do patrimônio líquido	55.109	61.427	63.212	43.423	45.005	45.042
Total do passivo	96.169	128.196	112.846	89.861	93.014	92.552

MASTEC INEPAR						
Demonstrativos Financeiros						
R\$ mil						
Demonstração do Resultado	31/12/97	31/12/98	31/12/99	30/06/00	31/12/00	31/03/01
Receita operacional líquida	83.618	160.404	94.074	38.064	93.934	27.101
Custo dos Produtos Vendidos	(77.941)	(125.469)	(75.538)	(30.963)	(80.775)	(25.339)
Margem Bruta	5.677	34.935	18.536	7.101	13.159	1.762
Margem Bruta %	6,8%	21,8%	19,7%	18,7%	14,0%	6,5%
Despesas (receitas) operacionais						
Vendas	(303)	(1.177)	(1.382)	(687)	(1.445)	(232)
Gerais e administrativas	(1.501)	(9.885)	(7.696)	(7.650)	(6.105)	(1.739)
Resultado financeiro	79	(437)	4.957	1.026	1.141	124
Direitos Contratuais		(17.566)	650		(4.508)	
Total	(1.725)	(29.065)	(3.471)	(7.311)	(10.917)	(1.847)
Resultado operacional	3.952	5.870	15.065	(210)	2.242	(85)
Equivalência Patrimonial				277	277	
Resultado não-operacional			(13.827)	(985)	(843)	2
Lucro antes dos impostos	3.952	5.870	1.238	(918)	1.676	(83)
Participação dos Empregados/Minoritários			(599)			
Imposto de renda	(978)	(1.569)	117	(177)	(1.291)	23
Contribuição Social	(317)	(507)	126	(194)		6
Lucro líquido do exercício	2.657	3.794	882	(1.289)	385	(54)

5.1.4.3. Histórico GE-Hydro Inepar do Brasil S.A.

Em 1981 a GE do Brasil associou-se com a Villares, criando a VIGESA, que posteriormente associou-se com a SADE, criando a SADE-VIGESA.

Em 1996 a Inepar adquiriu o controle da SADE-VIGESA Industrial e Serviços S.A.. Em 1997 a Inepar associou-se com a GE-Hydro do Canada, criando a GE Hydro Inepar do Brasil S.A. A composição acionária atual é a seguinte:

Sócio	Quotas (milhões)	R\$ milhões	%
General Eletric do Brasil	10,2	10,2	60%
Inepar Ind. e Const.	6,8	6,8	40%
Total	17,0		100%

A sociedade tem sede na Avenida Princesa D'oeste, 1645, Bloco C, 1º andar- Campinas, SP.

O Capital Social é de R\$ 23.007.332,00 dividido em 17.007.332 ações ordinárias nominativas.

A GE Canada, que coordena todos os empreendimentos de hidrogeração da General Eletric, é líder mundial neste mercado e é a fornecedora de tecnologias e modelos de gerenciamento operacional da GE Hydro Inepar Brasil S.A.

A GE adquiriu recentemente a Kvaerner na Europa que detêm a liderança em tecnologia e mercado PCHs. Esta tecnologia está disponível para a GE Hydro Inepar do Brasil.

A GE Hydro Inepar do Brasil foi recentemente qualificada pela GE como *Global Sourcing* (fornecedor global) para partes e peças de hidrogeradores para a GE Mundial, aumentando o potencial de exportação da empresa.

A Tecnologia GE está presente em fabricação e montagem de mais de 25 mil MW de potência instalada, e está capacitada para desenvolver o projeto, fabricação e montagem dos seguintes equipamentos:

- Hidrogeradores
- Excitatrizes estatóricas
- Equipamentos hidromecânicos
- Turbinas hidráulicas

A sede administrativa da empresa se localiza em Campinas – SP. As operações industriais estão concentradas na fábrica de propriedade da Inepar, em Araraquara. A área ocupada pela GE Hydro é de 9.500 m².

O processo de elaboração dos produtos da fábrica está certificado internacionalmente, nos termos do Certificado nº 34.302 na norma série ISO 9000. A área de projetos, venda, desenvolvimento, fabricação, instalação de equipamentos e prestação de serviços é certificada pela norma ISO 9001.

Conta com avançadas tecnologias de processo e sistema organizacional de manufatura celular de produção autônoma que permite maior adaptação às necessidades do mercado.

O compartilhamento da fábrica com outros negócios tem uma série de vantagens como a fabricação de produtos muito diferentes entre si, a organização de processo orientado, maior flexibilidade para se produzir diferentes combinações de produtos, melhor absorção do fluxo de produção, maior volume de produção por hora, menor custo unitário e ciclos de produções menores.

A participação da empresa do mercado de fabricação de geradores e turbinas representa mais de 20%, uma vez que foi responsável por 12.000 Mw/h dos 55.000 Mw/h instalados no Brasil.

Seus principais concorrentes são:

- Asea Brown Boveri / Alstom
- Siemens / Voith
- Ansaldo / Coemsa

Os demonstrativos financeiros da GE-Hydro podem ser observados nos quadros que seguem:

GE HYDRO						
Demonstrativos Financeiros						
Balanco Patrimonial em R\$ mil	31/12/98	31/12/99	30/06/00	31/12/00	31/03/01	30/06/01
Ativo						
Circulante						
Disponibilidades/Apl.financ.	716	3	1	3	3	888
Contas a receber	5.598	23.699	32.114	27.340	28.646	27.948
Outras contas a receber	437	720	2.675	340	955	1.965
Partes Relacionadas	6.348	15.914	17.219	24.038	24.942	25.957
Estoques	5.082	5.459	8.873	13.387	14.018	17.548
Despesas do Exercício Seguinte						30
Total do circulante	18.181	45.796	60.882	65.108	68.564	74.336
Realizável a longo prazo						
Controladas/Coligadas	6.296	7.096	7.459	7.996	8.374	8.487
Outras contas a receber		1.231	1.325	2.106	2.361	3.442
Total do realizável a longo prazo	6.296	8.327	8.784	10.102	10.735	11.929
Permanente						
Imobilizado	4.208	3.863	3.795	3.685	3.607	3.395
Diferido	13.240	9.958	8.551	6.620	5.793	5.071
Total do permanente	17.448	13.821	12.346	10.305	9.400	8.466
Total do ativo	41.925	67.944	82.012	85.515	88.699	94.730

Passivo	31/12/98	31/12/99	30/06/00	31/12/00	31/03/01	30/06/01
Circulante						
Fornecedores	540	4.264	1.404	4.731	1.412	1.641
Financiamentos		304	6.591	11.722	12.218	14.361
Obrigações Tributárias	478	5.593	96	2.977	536	614
Adiantamento de clientes	11.063	21.686	33.447	19.012	27.109	26.647
Dividendos a Pagar		1.594	2.511	1.856	1.577	1.577
Salários e Encargos	673	236	654	774	775	841
Outras Contas a Pagar	4.600	4.349	5.600	4.674	6.186	7.564
Total do circulante	17.354	38.027	50.303	45.746	49.813	53.245
Exigível a longo prazo						
Empresas Ligadas	4.158	3.691	6.987	8.601	9.755	12.094
Provisão para Custos e Encargos	1.460	1.918	1.882	466	466	2.648
Outras Contas a pagar	890			2.008	2.125	
Total do exigível a longo prazo	6.508	5.609	8.869	11.075	12.346	14.742
Patrimônio líquido						
Capital social realizado atualizado	23.007	23.007	23.007	23.007	23.007	23.007
Lucros acumulados	(4.944)	1.301	(167)	5.687	3.533	3.736
Total do patrimônio líquido	18.063	24.308	22.840	28.694	26.540	26.743
Total do passivo	41.925	67.944	82.012	85.515	88.699	94.730

GE HYDRO						
Demonstrativos Financeiros						
R\$ mil						
Demonstração do Resultado	31/12/98	31/12/99	30/06/00	31/12/00	31/03/01	30/06/01
Receita operacional líquida	14.392	36.143	10.851	57.302	10.030	21.878
Custo dos Produtos Vendidos	(9.581)	(19.222)	(8.937)	(39.916)	(9.134)	(16.607)
Margem Bruta	4.811	16.921	1.914	17.386	896	5.271
Margem Bruta %	33,4%	46,8%	17,6%	30,3%	8,9%	24,1%
Despesas (receitas) operacionais						
Vendas	(1.101)	(2.535)				(2.454)
Vendas, Gerais e administrativas	(3.787)	(4.093)	(1.430)	(5.375)	(2.148)	(3.494)
Resultado financeiro	123	1.688	552	1.882	327	(196)
Outras rec (desp) oper.inclusive amort. agio	(3.309)	(3.248)	(1.443)	(3.673)	(1.400)	(2.181)
Total	(8.074)	(8.188)	(2.321)	(7.166)	(3.221)	(8.325)
Resultado operacional	(3.263)	8.733	(407)	10.220	(2.325)	(3.054)
Resultado não-operacional	13	19		(7)		1.199
Lucro antes dos impostos	(3.250)	8.752	(407)	10.213	(2.325)	(1.855)
Imposto de renda		905	95	(2.973)	171	(73)
Contribuição Social		(374)				(23)
Lucro líquido do exercício	(3.250)	9.283	(312)	7.240	(2.154)	(1.951)

5.1.4.4. Histórico Lucent Inepar Sistemas de Energia Ltda.

A Lucent Inepar Sistemas de Energia Ltda. é uma *joint venture* recentemente implementada entre a Inepar S.A Indústria e Construções e a Lucent Technologies - EUA, com o objetivo de torná-la a principal fornecedor de sistemas de energia para telecomunicações no Brasil e na América do Sul.

Para a Inepar, esta nova empresa assegura o compromisso local do parceiro para com o negócio, maior competitividade e maior integração, fornecendo ao mercado um maior portfólio de produtos e serviços.

Para a Lucent, permite a nacionalização de produtos atualmente importados, tornando-os mais competitivos, bem como melhorar as relações comerciais com os clientes e desenvolver novas oportunidades de mercado.

A empresa atuará nos segmentos de Telefonia sem fio, Internet, Sistemas de transmissão e Redes de Dados, oferecendo soluções integradas como por exemplo:

- Manufatura de Sistemas de Energia (painéis com baterias, retificadores, controladores, distribuição)
- Fabricação de Telecontêineres
- Revenda de Baterias, Cabos e outros
- Integração e Serviços de Engenharia e Instalação
- Serviços de Treinamento de Clientes e Manutenção dos Sistemas de Energia

A empresa implantará centro de desenvolvimento de projeto e engenharia no Brasil para fornecer soluções integradas de sistemas de energia para empresas de telecomunicações no Brasil. Atualmente, as participações acionárias assim se encontram:

Sócio	Quotas	%
Lucent	3,699	51%
Inepar Ind. e Const.	3,553	49%
Total	7,252	100%

A sociedade tem sede na Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.400, CIC, Curitiba, Estado do Paraná.

O Capital Social é de R\$ 10.878.000,00 dividido em 7.252.000 quotas.

A Inepar aluga para a Lucent Inepar parte de prédio localizado na Cidade Industrial de Curitiba, onde se acha instalada a unidade industrial da locatária.

Esta unidade funciona com 1 turno diário durante em cinco dias por semana, e tem capacidade de produção de 40 estruturas e 125 colunas/gavetas por semana. A previsão para o segundo ano é de 2 turnos diário de operação.

A unidade já é certificada com o ISO 9000 e tem como meta obter certificado ISO 9001 no primeiro ano de operação.

A empresa terá capacidade para fabricação dos painéis, montagem de componentes, fiação e testes.

Para garantir a qualidade do produto oferecido, a empresa vai trabalhar em conjunto com a Lucent Power Systems, em Dallas, com o objetivo de qualificar os primeiros produtos da unidade de Curitiba. A Lucent Global Operation e o Design Center da empresa, fornecerão assistência técnica para garantir a qualidade do produto.

No primeiro ano o índice de nacionalização será de 40%; a longo prazo a meta é atingir 70% de nacionalização. Um centro de projeto e sistemas de engenharia vai ser criado na *Joint Venture* em Curitiba.

LUCENT			
Demonstrativos Financeiros			
Balço Patrimonial em R\$ mil	30/06/00	31/12/00	31/03/01
Ativo			
Circulante			
Disponibilidades/Apl.financ.	270	182	60
Contas a receber	3.141	10.588	14.359
Outras contas a receber	108	27	22
Estoques	7.316	10.274	18.023
Impostos a Recuperar	902	1.384	1.730
Total do circulante	11.737	22.455	34.194
Permanente			
Imobilizado	2.851	3.892	4.105
Diferido	548	817	825
Total do permanente	3.399	4.709	4.930
Total do ativo	15.136	27.164	39.124
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	6.655	16.421	26.050
Financiamentos		2.057	3.980
Obrigações Tributárias	83	211	389
Salários e Encargos	327	341	587
Outras Contas a Pagar	12	1.472	2.392
Total do circulante	7.077	20.502	33.398
Exigível a longo prazo			
Contas a Pagar	3.626	1.023	1.985
Total do exigível a longo prazo	3.626	1.023	1.985
Patrimônio líquido			
Capital social realizado atualizado	7.004	10.878	10.878
Lucros acumulados	(2.571)	(5.239)	(7.137)
Total do patrimônio líquido	4.433	5.639	3.741
Total do passivo	15.136	27.164	39.124

LUCENT			
Demonstrativos Financeiros			
R\$ mil			
Demonstração do Resultado	30/06/00	31/12/00	31/03/01
Receita operacional líquida	3.398	22.823	12.413
Custo dos Produtos Vendidos	(3.111)	(18.318)	(10.526)
Margem Bruta	287	4.505	1.887
Margem Bruta %	8,4%	19,7%	15,2%
Despesas (receitas) operacionais			
Gerais e administrativas	(2.942)	(9.070)	(2.185)
Resultado financeiro	80	(860)	(1.786)
Outras receitas (despesas) operacio	5	186	186
Total	(2.857)	(9.744)	(3.785)
Lucro líquido do exercício	(2.571)	(5.239)	(1.898)

Seus Principais Clientes são:

- Telefónica de España S/A - controladores da Telesp
- Portugal Telecom - Atual controladora da Telesp Celular
- Telemar
- Telefônica Celular - (Banda A dos estados Rio de Janeiro e Espírito Santo)
- Vésper (Espelho Telefónica / Telemar)
- GVT (Espelho Brasil Telecom)
- TIM - Telecom Italia Mobile

Os principais concorrentes da Lucent-Inepar são:

- Saturnia - Hawker
- Ericsson
- Indel
- Sisten
- Nife

5.1.5. Sobre a Inepar Energia S.A.

A Inepar Energia S.A. foi criada em outubro de 1997, visando participar em projetos e negócios nas áreas de geração, transmissão, implantação, distribuição e comercialização de energia elétrica, quando foram transferidos para a empresa todos os negócios e investimentos da Inepar S.A. Indústria e Construções no setor de energia elétrica. A sede da Inepar Energia está localizada na Av. João Gualberto, 530, 2º andar, Curitiba, Estado do Paraná. Hoje, além dos objetivos na área de energia, a Inepar Energia S.A. também tem como objeto a execução de serviços e obras de implantação, ampliação, manutenção, operação e monitoração dos serviços públicos de saneamento básico (AGE de 27.7.1998).

O Capital Social subscrito e integralizado da Inepar Energia S.A. é de R\$323.637.224,36, dividido em 344.209.020 ações nominativas, sendo 150.000.000 ações ordinárias, 194.209.020 ações preferenciais, sem valor nominal.

O Conselho de Administração é composto de 9 membros sendo estes os Srs.: (1) Atilano de Oms Sobrinho – Presidente; (2) Jauvenal de Oms; (3) Di Marco Pozzo; (4) Gennaro Moreti; (5) Rodolfo Adriani; (6) Carlos Henrique Flory; (7) Bruno Hermes da Fonseca Rudge; (8) Álvaro Vaz da Silva; e (9) Mario Celso Petraglia.

O mandato do conselho é de 3 anos, com vencimento na AGO de 2003.

A Diretoria é composta de 4 membros, sendo este os Srs.: (1) Rodolfo Andriani – Diretor Presidente; (2) Ricardo Thomaz de Aquino – Diretor Comercial; (3) Sérgio Mugnaini Costa – Diretor de Desenvolvimento de Negócios; (4) José Luiz Bussular – Diretor Administrativo Financeiro.

O mandato da diretoria é de 3 anos, com vencimento na AGO de 2003.

Atualmente a Inepar Energia S.A. é uma empresa cotada na BOVESPA. (IENG5)

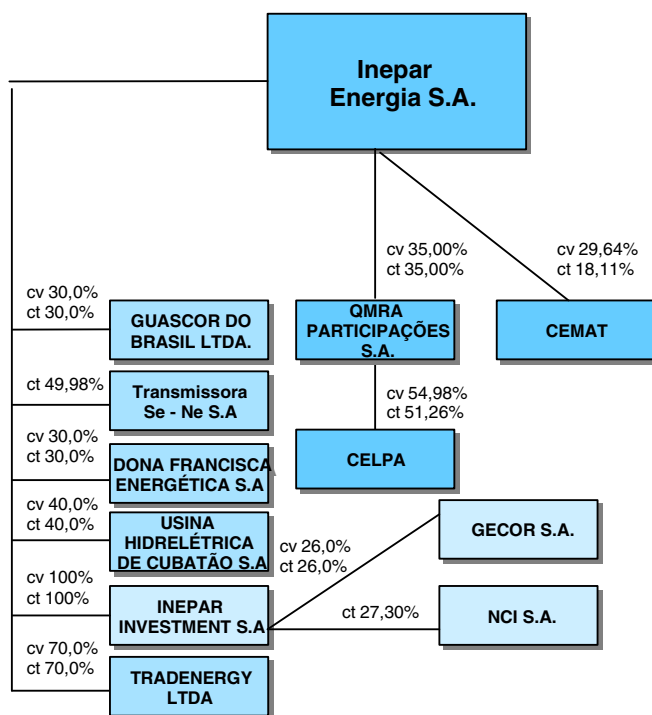
Os principais eventos que levaram à formação e a consolidação dos negócios em energia das empresas Inepar estão listados a seguir:

- **1994:** A Inepar S.A. – Indústria e Construções assinou contrato com a Cia. do Metropolitano de São Paulo - Metrô para construção e operação da Subestação da Barra Funda, na cidade de São Paulo.
Início da prospecção de negócios na Argentina, com aquisição de participações na Geradora Cordoba S.A. e NCI – Nueva Central Independencia;

- **1995** A Inepar S.A. – Indústria e Construções adquiriu participação na Termelétrica GECOR na Argentina.
- **1996** Participação no Consórcio vencedor da primeira licitação efetuada no Brasil pelo DNAEE (atual ANEEL), para exploração do aproveitamento hidrelétrico de Cubatão.
- **1997** Participação no consórcio vencedor da licitação efetuada pela Eletrosul (atual Gerasul), para exploração do aproveitamento hidrelétrico de Machadinho;
 - Criação, em conjunto com a Guascor S.A. (Espanha) da Guascor do Brasil Ltda., para geração a diesel e elétrica nos Estados do Pará, Acre e Rondônia e geração hidrelétrica em Orós e Banabuiú, no Ceará;
 - Participação no consórcio vencedor da licitação efetuada pela CEEE para exploração do aproveitamento hidrelétrico de Dona Francisca;
 - Criação da Inepar Energia S.A;
 - Os Fundos de Pensão – CENTRUS, PETROS e AERUS – passam a ter participação no capital social da Inepar Energia S.A;
 - A Inepar Energia S.A., associa-se à Construtora Triunfo Ltda. na Triunfo Agropecuária S.A, que é detentora da concessão para o aproveitamento da energia hidráulica do Rio Itiquira.
 - A empresa adquiriu, junto com o Grupo Rede, participação de 18,36% no leilão de privatização da CEMAT – Centrais Elétricas Matogrossenses.
- **1998** A Inepar Energia S.A e a Caiuá Serviços de Eletricidade S.A, empresas controladoras na proporção de 35% e 65% respectivamente, da QMRA Participações S.A compraram o controle acionário da Centrais Elétricas do Pará S.A - CELPA.
 As operações da Guascor no Pará e Rondônia entram em atividade.
 - Inicia-se a construção das UHE's de Machadinho, Itiquira e Dona Francisca.
 - Participação no consórcio vencedor da licitação da ANEEL para exploração do aproveitamento hidrelétrico de Ponte de Pedra;
 - Participação no consórcio vencedor da licitação da ANEEL para exploração do aproveitamento hidrelétrico de Campos Novos;
 - Aquisição de participação acionária na Itiquira Energética S.A, SPC criada para explorar o aproveitamento hidrelétrico de Itiquira;
- **1999** Início dos estudos de viabilidade para implantação da UTE Sepetiba (1.320 MW), em conjunto com a ENEL e ELETROBRÁS.
- **2000** Em conjunto com a Enelpower, continuaram os estudos para implantação de uma Usina Térmica de carvão mineral importado, com capacidade de 1.320 MW, no Porto de Sepetiba, RJ, em fase de licenciamento ambiental.
 - Foram iniciados os trabalhos de construção da UTE a gás em ciclo combinado (Nueva Central Independência – NCI), na província de Tucumán, República Argentina, sob a responsabilidade da Enelpower S.p.A.
 - A Inepar Energia e a EnelPower vencem a licitação para construção da linha de transmissão para interligação Sudeste/Nordeste – trecho de 1.050 Km.
 - Seguiram em ritmo normal as obras de construção das UEH's de Machadinho (Rio Pelotas-SC/RS) e Dona Francisca (Rio Jacuí-RS) e, embora com pequeno atraso em relação ao cronograma inicial, as da UHE Itiquira (Rio Itiquira-MT).

- Foram efetuados aportes da totalidade dos recursos da UHE's de Machadinho, de responsabilidade dos empreendedores (equity). A primeira máquina deverá entrar em operação comercial em abril de 2002.
- Em setembro, o acionista Triunfo S.A. vendeu a totalidade de sua participação na Itiquira Energética S.A. para a Tosli Acquisitions B.V, joint venture entre NRG Energy (USA) e Vattenfal (SWE), tendo as obras de construção sido aceleradas deste então. O novo prazo para início de geração contratado com a ANEEL é dezembro de 2001, quando deverá entrar em operação comercial a primeira máquina, devendo a quarta e última máquina estar operando em abril de 2002.
- Concluídas as obras civis da UHE Dona Francisca, estando em fase final de montagem os equipamentos da segunda unidade geradora. A primeira unidade entrou em operação comercial em 5 de fevereiro de 2001, com antecipação em relação ao prazo contratado com a ANEEL.
- Através da coligada Guascor do Brasil Ltda, na qual a Inepar Energia S.A. detém participação de 30%, foi dada continuidade à implantação do Projeto Acre, consistindo na substituição das unidades geradoras dieselétricas, em 13 cidades daquele estado, com potência instalada de 46,3 MW.
- Foi dada continuidade à operação da Subestação Rebaixadora de Energia Elétrica de 66 MVA no Bairro Barra Funda, São Paulo, SP.
- Na província de Córdoba, na Argentina, segue operando a Usina Térmica a gás com potência instalada de 310 MW, na qual a Inepar Energia S.A. possui participação de 26%, através de sua controlada integral Inepar Investment S.A.
- Em agosto, em consórcio com a Enelpower S.p.A, a companhia saiu vencedora no leilão realizado pela ANEEL para construção e operação, por um período de 30 anos, de uma Linha de Transmissão em 500KV, com 1.080 Km de extensão, interligando a UHE de Serra da Mesa (GO) à subestação de Governador Mangabeira, nas proximidades de Salvador (BA). Com o propósito de explorar o empreendimento foi constituída a TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A, onde a companhia detém 50% de participação, cabendo os outros 50% à Enelpower S.p.A . A construção da Linha de Transmissão terá início em 1º de julho de 2001 e a entrada em operação está prevista para abril de 2003.

As participações e investimentos da Inepar Energia S.A. podem ser observados a seguir:



A composição acionária atual da empresa é a seguinte:

Acionista	Inepar Energia S.A. - Composição Acionária				Total	
	ON Milhões	%	PN Milhões	%	Milhões	%
Inepar Ind. e Const. S.A.	89.999.995	60,0%	64.476.054	33,2%	154.476.049	44,9%
BNDESPar	20.000.000	13,3%	75.101.227	38,7%	95.101.227	27,6%
Centrus	19.500.000	13,0%	13.355.220	6,9%	32.855.220	9,5%
Aerus	7.500.000	5,0%	11.671.836	6,0%	19.171.836	5,6%
Petros	6.359.411	4,2%	14.605.413	7,5%	20.964.824	6,1%
FPS	6.000.000	4,0%	9.224.055	4,7%	15.224.055	4,4%
Outros	640.594	0,4%	5.775.215	3,0%	6.415.809	1,9%
Total	150.000.000	100,0%	194.209.020	100,0%	344.209.020	100,0%
Patrimônio Líquido - R\$		337.428 mil				
VPA - R\$		0,98 /ação				

Acordo de Acionistas

Em 3 de maio de 1999 os acionistas detentores de 73,33% (Inepar S.A. e BNDES) do capital votante da Inepar Energia S.A. firmaram acordo de acionistas para desenvolver os negócios da companhia, regulando a transferência de ações, a gestão da companhia, limitando o tipo de contratos e garantias que a companhia pode firmar, bem como as relações recíprocas entre as partes e o pagamento de dividendos. O instrumento consolida acordo anterior firmado pela mesmas partes em 14.4.1998.

Informação sobre outros títulos de emissão da Inepar Energia S.A.:

A Inepar Energia S.A. em Assembléia Geral Extraordinária datada de 26.1.1998, deliberou proceder 2 emissões de debêntures conversíveis em ações da própria emissora, sendo

411.075 debêntures públicas conversíveis em ações, na 1ª emissão, com valor nominal unitário de R\$100,00, no valor total de R\$41.107.500,00 e 168.825 debêntures de emissão particular conversíveis em ações, na 2ª emissão, com valor nominal unitário de R\$100,00, no valor total de R\$16.882.500,00.

Nesta 4ª AGE de 26.1.1998 foram emitidas e subscritas 411.075 debêntures de 1ª emissão (pública) e 168.825 debêntures de 2ª emissão (particular), sendo que:

- (i) em 24/9/1999 foram convertidas 8 debêntures da 1ª emissão, remanescendo em circulação 411.067;
- (ii) em 4/12./1997 foram colocadas 219 debêntures da 2ª emissão, sendo que 168.606 foram canceladas; e
- (iii) das 219 debêntures colocadas 117 foram convertidas em ações preferenciais classe “B” e 102 resgatadas no vencimento.

Os demonstrativos financeiros da Inepar Energia estão apresentados a seguir:

INEPAR ENERGIA S/A					
Demonstrativos Financeiros - Controladora					
Balanco Patrimonial em R\$ mil	31/12/98	31/12/99	30/06/00	31/12/00	30/06/01
Ativo					
Circulante					
Disponibilidades/Apl.financ.	6.348	80	77	8	790
Contas a receber	780	4.945	3.401	37.134	24.995
Bens Destinados à Venda				209.927	198.143
Empresas Ligadas					45.232
Debêntures Eletrometrô	36.124	22.269			
Total do circulante	43.252	27.294	3.478	247.069	269.160
Realizável a longo prazo					
Outras contas a receber		7.677	4.824	5.381	6.283
Controladas e Coligadas	107.386	61.360	67.084	49.164	47.452
Aplicações Financeiras		6.215	15.679	6.875	3.480
Imposto a Recuperar				22.322	22.601
Debêntures Eletrometrô	3.524	1.862	1.882	1.962	
Total do realizável a longo prazo	110.910	77.114	89.469	85.704	79.816
Permanente					
Investimentos	347.247	379.634	370.075	154.548	120.160
Imobilizado	41.669	39.220	38.033	37.078	35.862
Diferido	500	500	500	6.735	4.807
Total do permanente	389.416	419.354	408.608	198.361	160.829
Total do ativo	543.578	523.762	501.555	531.134	509.805

INEPAR ENERGIA S/A					
Demonstrativos Financeiros - Controladora					
Balanco Patrimonial em R\$ mil	31/12/98	31/12/99	30/06/00	31/12/00	30/06/01
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	2.741	1.279	980	776	657
Financiamentos	76.069	15.231	21.623	106.602	83.870
Adiantamento Recebido por Cessão de Direitos	-	4.779	4.779	4.779	4.779
Outras Contas a Pagar	5.447	2.785	2.759	7.664	4.039
Total do circulante	84.257	24.074	30.141	119.821	93.345
Exigível a longo prazo					
Debêntures Cemat	44.904	46.475	47.680	48.656	49.314
Financiamentos Metrô	7.431	2.736	2.493	1.442	237
Financiamentos Cemat	80.385	70.182	68.831		
Controladas/coligadas		4.021	3.976	2.000	
Adiantamento Recebido por Cessão de Direitos	33.265	34.646	29.366	29.867	27.478
Total do exigível a longo prazo	165.985	158.060	152.346	81.965	77.029
Patrimônio líquido					
Capital social realizado atualizado	273.655	323.637	323.637	323.637	323.637
Reserva de Lucros			19.681	19.681	19.681
Lucros acumulados	19.681	17.991	(24.250)	(13.970)	(3.887)
Total do patrimônio líquido	293.336	341.628	319.068	329.348	339.431
Total do passivo	543.578	523.762	501.555	531.134	509.805
INEPAR ENERGIA S/A					
Demonstrativos Financeiros - Controladora					
R\$ mil					
Demonstração do Resultado					
Receita operacional líquida	5.046	10.662	6.044	12.322	6.668
Custo dos Produtos Vendidos	(2.761)	(6.813)	(3.698)	(7.508)	(3.909)
Lucro bruto	2.285	3.849	2.346	4.814	2.759
Despesas (receitas) operacionais					
Vendas					
Gerais e administrativas	(1.331)	(4.764)	(2.798)	(5.614)	(2.898)
Resultado financeiro	(2.647)	(12.343)	(7.501)	(16.258)	(8.815)
Outras receitas (despesas) operacionais	(10.231)	5.252	(3.135)	(23.627)	1.796
Total	(14.209)	(11.855)	(13.434)	(45.499)	(9.917)
Resultado operacional	(11.924)	(8.006)	(11.088)	(40.685)	(7.158)
Equivalência Patrimonial	25.950	5.835	(12.030)	5.524	10.875
Resultado não-operacional		482	(279)	22.322	6.925
Lucro líquido do exercício	14.026	(1.689)	(23.397)	(12.839)	10.642

NOTA: As informações acima apresentadas relativas ao exercício findo em 31.12.2000 refletem as modificações decorrentes da republicação, em 3 de agosto de 2001, das demonstrações financeiras da INEPAR ENERGIA S.A.

A seguir estão apresentados os sumários de cada um dos investimentos da Inepar Energia S.A.

5.1.5.1. Projetos em Operação

5.1.5.1.1. Subestação do Metrô de São Paulo

- Operação de subestação
- Potência Instalada 66 MVA / 138 KV
- Início Operação Jan/1996
- Período de Concessão 20 anos (A partir de 1996, com opção de compra pelo Metrô no 10º ano)
- Investimento Inepar Energia R\$ 45 milhões
- Participação Inepar Energia 100%

- Receita 1998 R\$ 5,2 milhões
- Receita 1999 R\$ 11,0 milhões
- Receita 2000 R\$ 12,8 milhões

As receitas do Metrô foram securitizadas até Fevereiro de 2008.

5.1.5.1.2. Geradora Cordoba S.A. – GECOR

O período de concessão é de 10 anos (1995-2005) mais 5 anos (até 2.010), com PPA assinado com a EPEC (distribuidora de energia elétrica de Córdoba) para 200 MW ao preço de US\$ 33,64 MWh até 31 de Janeiro de 2006 e tem previsão para ser estendido por mais 5 anos.

- Termelétrica localizada na Argentina
- Potência Instalada 310 MW
- Início Operação 1995
- Período de Concessão 10 anos (mais 5 anos)
- Investimento Inepar Energia R\$ 5,6 milhões
- Participação Inepar Energia 26%
- Receita 1998 R\$ 121,2 milhões
- Receita 1999 R\$ 115,9 milhões
- Receita 2000 R\$ 126,4 milhões

Geradora Córdoba S.A - GECOR	
Sócio	% ações ordinárias
INEPAR INVESTMENT S.A.	26.0
SINDICATO DE LUZ Y ENERGIA DE CÓRDOBA	36.0
UCELCA	16.3
FEDESCOR	16.3
FATLYF	5.0
FACE	0.3
TOTAL	100.0

A GECOR possuía em Dez./00, US\$ 20 milhões em caixa para investimento no Projeto da NOVA GECOR.

5.1.5.1.3. CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A.

- Empresa distribuidora de energia elétrica do Estado do Pará
- Área de Concessão 1.253 mil Km²
- População Atendida 3,5 milhões de hab.
- Consumidores 1999 998 mil
- Participação Inepar Energia* 17,94%
- Outros Sócios Grupo Rede
- Receita 1998 R\$ 480,1 milhões
- Receita 1999 R\$ 556,8 milhões
- Receita 2000 R\$ 703,1 milhões
- Energia Vendida 1998 3.215 GWh
- Energia Vendida 1999 3.431 GWh
- Energia Vendida 2000 3.854 GWh

(*) Através da QMRA

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA					
Sócio	Nº ações ordinárias	%	Nº ações preferenciais	%	Total (%)
Caiuá - Serviços de Eletricidade S.A.	-	0.00	19.389.144	0.44	0.03
Câmara de Liquidação e Custódia	6.061.792.000	10.21	20.666	0.00	9.49
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás	20.664.720.132	34.79	1.195.972.641	26.86	34.24
Cia. de Habitação do Estado do Pará - COHAB	-	0.00	106.218.486	2.39	0.17
Cia. de Desenvolvimento de Barcarena - CODEBAR	-	0.00	145.226.649	3.26	0.23
Cia. Energética de São Paulo – CESP	-	0.00	42.109.996	0.95	0.07
Prefeitura Municipal de Belém	6.956.679	0.01	509.828.902	11.45	0.81
QMRA Participações S.A. (a Inepar Energia participa do capital da QMRA)	32.656.150.602	54.98	70.859.980	1.59	51.26
SUDAM	6.684.685	0.01	319.546.714	7.18	0.51
Ioday Participações Ltda.	-	0.00	920.550.295	20.67	1.44
Outros	1.192.735	0.00	1.123.716.714	25.23	1.76

5.1.5.1.4. CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossenses

- Empresa distribuidora de energia elétrica do Estado do Mato Grosso Sociedade com sede na Rua Manoel dos Santos Coimbra, 184, Cuiabá, Estado do Mato Grosso.

Jorge Queiroz de Moraes Júnior -Diretor-Presidente
 Valdir Jonas Wolf -Diretor Econômico-Financeiro
 Laudo Vota Brancato -Diretor Administrativo
 Nuremberg Borja de Brito - Dir. de Produção e Transmissão
 Antônio Carlos Fernandes da Fonseca - Dir. de Distribuição
 Mário Pereira -Diretor

Capital Social: R\$ 585.911.071,64 dividido em 104 .034 .673 ações, sendo 36.216.810 ações ordinárias nominativas e 67.817.863 preferenciais nominativas.

CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A. – CEMAT					
Sócio	Nº ações ordinárias	%	Nº ações preferenciais	%	Total (%)
Banco Crédito Real de Minas Gerais	6.198	0.02	39.247	0.06	3.64
Caiuá - Serviços de Eletricidade	23.751.468	56.98	13.672.990	27.02	37.06
Cia. de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso	89.534	0.25	-	0.00	0.08
Eletrobrás	2.108.717	5.79	41.200.712	59.61	41.04
Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S.A.	21	0.00	22	0.00	0.00
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	0.00	132.185	0.19	0.13
Governo do Estado do Mato Grosso (empregados)	1.519.787	4.17	-	0.00	1.44
Inepar S.A. Indústria e Construções*	13.794.172	29.64	6.323.298	12.04	18.11
Outros	1.151.513	3.16	744.989	1.08	1.80

* está sendo procedida à transferência do controle acionário de CEMAT para a INEPAR ENERGIA S.A.

- Área de Concessão 901 mil Km²
- População Atendida 2,1 milhões de hab.
- Consumidores 1999 590 mil
- Consumidores 2000 579 mil
- Participação Inepar Energia 18,11%
- Outros Sócios Grupo Rede
- Receita 1998 R\$ 561,9 milhões
- Receita 1999 R\$ 411,6 milhões
- Receita 2000 R\$ 679,5 milhões

- Energia Vendida 1998 2.702 GWh
- Energia Vendida 1999 2.854 GWh
- Energia Vendida 2000 3.175 GWh

5.1.5.1.5. Guascor do Brasil Ltda.

- Projeto de eletrificação de cidades isoladas dos Estados do Pará, Acre e Rondônia, que consiste de geradores movidos a diesel, com potência entre 250 à 2.500 KW, além de duas PCHs no Ceará. Sociedade com sede na Rua Viradouro, 63 –5º Andar, Chácara Itaim, CEP: 04538-110, São Paulo, SP.

Gerência Delegada: José Luiz Bussular- Gerente Delegado Administrativo - Financeiro. Joaquim Augusto Sanches Pereira- Gerente Delegado Presidente. Fernando Castro de Pinhos- Gerente Delegado de Operações

Capital Social: R\$ 22.000.000,00

Composição do Capital Social:

SÓCIOS	QUOTAS	PERCENTUAIS
Guascor S.A.	12.100.000	55%
Inepar Energia S.A.	6.600.000	30%
Eletrobrás S.A.	3.300.000	15%
TOTAL	22.000.000	100%

- Potência Instalada 144 MW
- Início Operação 1998 (Pará e Rondônia) 1999 (Acre)
- Período de Concessão 15 anos
- Investimento Inepar Energia
- Realizado R\$ 10,6 milhões
- Participação Inepar Energia 30%
- Outros Sócios Guascor Espanha / Eletrobrás
- Receita 1998 R\$ 5,3 milhões
- Receita 1999 R\$ 30,2 milhões
- Receita 2000 R\$ 40,3 milhões

5.1.5.2. Projetos em Construção

5.1.5.2.1. Dona Francisca Energética S.A.

Sociedade com sede na Rua Argentina, nº 83, Usina Hidrelétrica Dona Francisca, Bairro Nova Boemia, na cidade de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul.

SÓCIOS	AÇÕES	PERCENTUAL
INEPAR ENERGIA S.A	299.998	30%
COPEL	230.301	23,03

CELESC	230.301	23,03
STA. FELICIDADE COM. IMP.EXP. LTDA.	218.180	21,82
DESENVIX S.A.	21.210	2,12
	1.000.000	100,00

- Potência Instalada 125 MW
- Início Operação Fev./2001
- Outros Sócios Copel, Celesc, Gerdau, Desenvix
- Turbinas 2 tipo Francis
- Resumo do Investimento:
-

Dona Francisca	R\$ milhões	%
Investimento Total	204,00	100,0%
Equity	69,40	34%
Debt	134,60	66%
Equity Inepar Energia	31,80	100,0%
Realizado	18,10	57%
A Realizar	13,70	43%
Participação Inepar Energia	30,0%	

* R\$ 11 mi compra controle + R\$ 2,7 mi investimento

5.1.5.3. Projetos em Estruturação

5.1.5.3.1. Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

Sociedade com sede na Estrada Dona Francisca, Km 48, Fazenda Abaeté, Distrito Pirabeiraba, Joinville, Estado de Santa Catarina, constituída em 29.08.1996. Constrói e Opera a Usina de Cubatão na exploração do serviço de energia elétrica. A Inepar Energia S.A. possui 40% do capital total da companhia.

- Hidrelétrica localizada em Joinville, Estado de Santa Catarina:
- Potência Instalada 50 MW
- Início Operação Junho / 2004
- Outros Sócios Celesc, Desenvix
- Resumo do Investimento:

Cubatão	R\$ milhões	%
Investimento Total	73,23	100,0%
Equity	25,63	35%
Debt	47,60	65%
Equity Inepar Energia	20,44	100,0%
Realizado	0,60	3%
A Realizar	19,84	97%
Participação Inepar Energia	60,0%	

* R\$ 5 mi compra controle + R\$ 14,8 mi investimento

5.1.5.3.2. NCI - Nueva Central Independencia S.A.

Sociedade com sede na Calle Lima 163, Buenos Aires, Argentina. Explora centrais de geração de energia elétrica e a comercialização de energia das respectivas centrais. A Inepar Investment S.A. tem 40% do capital da sociedade.

- Termelétrica localizada na província de Tucumán, Argentina
- Potência Instalada 220 MW
- Início Operação Nov./2002
- Período de Concessão 99 anos
- Outros Sócios Enel / Sismet / Fatlyf
- Resumo do Investimento:

Nci	R\$ milhões	%
Investimento Total	354,62	100,0%
Equity	99,63	28%
Debt	254,99	72%
Equity Inepar Energia	27,21	100,0%
Realizado	4,90	18%
A Realizar	22,31	82%
Participação Inepar Energia	27,3%	

5.1.5.3.3. Nova Gecor

- Termelétrica localizada na província de Cordoba, Argentina
- Potência Instalada 240 MW
- Início Operação Jul./2003
- Outros Sócios Enel / Gecor
- Resumo do Investimento:

Nova Gecor	R\$ milhões	%
Investimento Total	332,99	100,0%
Equity	116,55	35%
Debt	216,44	65%
Equity Inepar Energia	38,86	100,0%
Realizado	-	0%
A Realizar	38,86	100%
Participação Inepar Energia	33,3%	

A GECOR planeja financiar o projeto da Nova Gecor através do caixa disponível na empresa (US\$ 15 milhões) e securitização dos recebíveis da empresa.

5.1.5.3.4. UTE Sepetiba

- Termelétrica localizada em Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro
- Potência Instalada 1.320 MW
- Início Operação Out./2004
- Outros Sócios Enel, Eletrobrás
- Resumo do Investimento:

Sepetiba	R\$ milhões	%
Investimento Total	1.719,00	100,0%
Equity	687,60	40%
Debt	1.031,40	60%
Equity Inepar Energia	350,67	100,0%
Realizado	1,30	0%
A Realizar	349,37	100%
Participação Inepar Energia	51,0%	

5.1.5.3.5. Licitação de Linhas de Transmissão

- Total novos projetos a serem licitados: 5.000 km/ano
- Meta de participação durante os próximos anos -> 10%
- A Inepar Energia participará em parceria com outros sócios
- A Inepar Energia já participa em consórcio com a ENEL (Itália) (50/50%) na licitação da Linha de Transmissão de Tucuruí - Vila do Conde (Pará). Esta Linha possui uma extensão de 323 Km / 500 KV. O processo está em julgamento.

5.1.6. Sobre a Inepar Telecomunicações S.A.

Histórico da Inepar Telecomunicações S.A.

A Inepar Telecomunicações S.A, antes de se tornar uma empresa propriamente dita, iniciou suas operações em 1989 com o objetivo de gerenciar o portfólio de negócios de telecomunicações do conglomerado Inepar, de modo a oferecer soluções integradas de Telecomunicações, criar e agregar valor às operações comerciais através de sinergia entre os negócios já existentes. A sociedade tem sede na cidade de Curitiba, PR, na Av. João Gualberto, 530, 2º andar.

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$189.621.425,60 dividido em 76.227.272 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Conselho de Administração: **(i)** Atilano de Oms Sobrinho – Presidente; **(ii)** Mario Celso Petraglia; **(iii)** Jauvenal de Oms; **(iv)** Di Marco Pozzo; **(v)** Natal Bressan; **(vi)** Donald Willian Murden; e **(vii)** Hélcio da Rosa Martins.

Mandato: de 3 anos, com vencimento na primeira AGO de 2002.

Diretoria: **(i)** Atilano de Oms Sobrinho – Diretor Presidente; **(ii)** Donald Willian Murden.

Mandato: de 3 anos, com vencimento na primeira AGO de 2002,

Principais eventos da Empresa:

- **1989** Início das atividades da Net Londrina, TV a Cabo em Londrina (PR);
- **1990** Constituição da BTV – TV a Cabo em Blumenau (SC);
- **1991** Início das operações da PIT Pager, através da Cidetron Ltda.;
- **1994** Início do Projeto Iridium – Comunicação Global Via Satélite;

- **1996** Constituição da Iridium Brasil S.A;
- **1997** Concessão para exploração de Telecomunicações na Venezuela;
- **1998** Global Telecom – Telefonia Celular Banda B no Estado do Paraná e Santa Catarina);
 - Criação do provedor de acesso à Internet, com a INEPARNET;
 - Telefonia Celular no Paraguai, através da Hola Paraguay S/A;
 - Telemar – Consórcio Andrade Gutierrez / Inepar / Macal / La Fonte / BNDESPar / Fundos de Pensão e Seguradoras Aliança e Brasil Veículos, para operação em telefonia fixa em 16 Estados brasileiros;
 - Norte Brasil Telecom – Consórcio Inepar / Tele Centro Oeste Celular – Splice – para operar Banda B – Área 8 (MA, PA, AM, AP e RR);
 - Criação da TISCOM* – joint-venture entre Telespazio / Inepar / PCN do Brasil – para exploração de serviços de comunicação via satélite;
 - Criação da ORBCOMM Brasil* - joint-venture entre Tiscom / Inepar – para prestação de serviços via satélite da constelação ORBCOMM;
 - Participação na holding Damos Sudamerica (serviços ORBCOMM) em 7 países da América do Sul;
- **1999** Formação do Provedor de Acesso ONDA, através da união da Ineparnet com a Copel, Sercomtel e América Negócios, como o mais rápido e maior provedor do Estado.
 - Venda da participação da Telemar.
 - Redução da participação na NBT – Norte Brasil Telecom - para 5%.
 - Alienação nas TV's a Cabo – BTV e Net Londrina.
 - Associação Operacional Cidetrone / Conectel
 - Venda da Telelatina (Argentina) e Interloop (Colômbia) – Sistema WLL voz e dados
 - Encerramento das atividades do Projeto Iridium
- **2000:** A Inepar Telecomunicações S.A. constituiu uma joint-venture com a Norte Americana IMC – International Mobile Communications Inc. – com o objetivo de fornecer roaming doméstico para as operadoras celulares de bandas C, D e E. A IMC Inc. terá 80% do novo negócio e a Inepar Telecom os restantes 20%.
 - Desde Julho de 2000 a Inepar Administração de Bens e Serviços S.A, passou a coordenar os trabalhos de desenvolvimento da base de clientes da operadora.
 - O Grupo Inepar passou a fazer parte do Comitê Executivo responsável pelos esforços de Reestruturação do Projeto Iridium, buscando a recuperação dos investimentos feitos no antigo projeto.
 - Em Novembro 2000, foram concluídos pelo grupo de novos investidores, um contrato com o Departamento de Defesa Norte-Americano, totalizando U\$ 72 milhões; a aprovação da Corte Americana do processo de reestruturação; a aquiescência dos credores; a parceria com a Boeing Co. para a operação da constelação; o acordo com a Motorola e o acordo com os investidores, viabilizando assim a compra dos ativos da empresa Iridium LLC que já se encontrava em liquidação pela Corte Americana.
 - As licenças de operação e o Know-how mercadológico, adquirido na prestação de serviços Iridium, levaram a nova empresa Iridium Satellite LLC, a oferecer à Inepar condições para participação com 8,9% no novo projeto, sendo esta participação feita através da empresa coligada Millport Associates, originalmente responsável pelos investimentos feitos no antigo projeto Iridium.

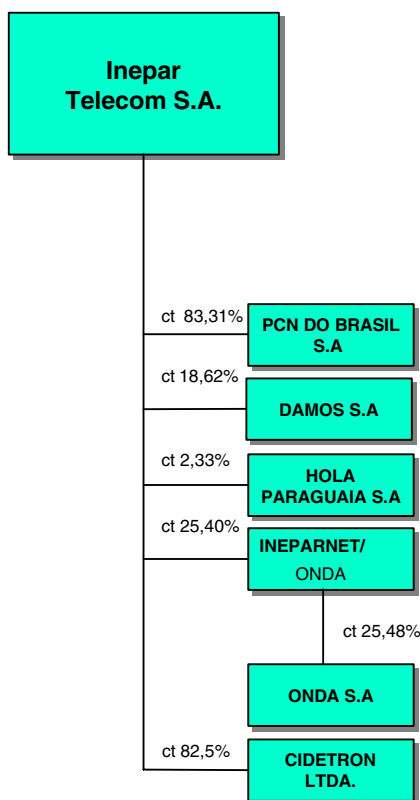
- A Inepar Telecom reduziu sua participação no controle acionário da Damos Sudamerica, de 30% para 18%.

- 2001: Em Janeiro, a Inepar publicou “Fato Relevante” sobre a alienação de sua participação no capital da Global Telecom, respeitando a regulamentação do mercado de telecomunicações, os acionistas originais manterão o controle de 51% no capital votante da Global Telecom até que a operação de compra e venda seja aprovada pela Anatel.

A composição acionária da Inepar Telecomunicações S.A. é a seguinte:

Composição Acionária				
Inepar Telecomunicações S.A				
Acionistas	Nº de Ações Ord.	% Ord.	% Total	
Inepar S.A Ind e Const.	67.898.751	89,07%	89,07%	
Inepar Adm e Part. S.A	11.000	0,01%	0,01%	
Centrus	6.350.580	8,33%	8,33%	
Outros	1.966.941	2,53%	2,59%	
Total	76.227.272	100,00%	100,00%	

As participações da holding podem ser observadas no quadro abaixo.



Podemos observar, a seguir, as demonstrações financeiras da empresa:

INEPAR TELECOM - CONTROLADORA				
Demonstrativos Financeiros				
Balço Patrimonial em R\$ mil	31/12/99	31/12/00	31/03/01	30/06/01
Ativo				
Circulante				
Disponibilidades/Apl.financ.	192	10	1.577	308
Contas a receber	8.050	12.287	556	614
Controladas e Coligadas				
Estoques	669		1.400	1.400
Outras Contas a Receber		3.455	3.503	3.090
Total do circulante	8.911	15.752	7.036	5.412
Realizável a longo prazo				
Controladas e Coligadas	13.048	8.050	8.858	7.489
Outras contas a receber	7.165	65	71	84
Total do realizável a longo prazo	20.213	8.115	8.929	7.573
Permanente				
Investimentos	98.375	15.536	21.819	24.152
Imobilizado	7.553	1.087	4.823	4.793
Diferido	18.931	6.411	6.448	6.585
Total do permanente	124.859	23.034	33.090	35.530
Total do ativo	153.983	46.901	49.055	48.515
INEPAR TELECOM - CONTROLADORA				
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	5.010	1.037	2.467	3.223
Financiamentos		2.810	2.981	412
Outras contas a Pagar	8.523	7.952	8.311	7.480
Total do circulante	13.533	11.799	13.793	11.149
Exigível a longo prazo				
Dividas c/ pessoas ligadas	60.119	29.932	31.418	34.781
Financiamentos				
Impostos, Taxas e Contribuições				
Outros	157	240	241	241
Total do exigível a longo prazo	60.276	30.172	31.659	35.022
Patrimônio líquido				
Capital social	189.622	189.622	189.622	189.622
Reservas legal e Estatutária	47.690	2.384	2.384	2.384
Lucros acumulados	(157.138)	(187.076)	(188.403)	(189.662)
Total do patrimônio líquido	80.174	4.930	3.603	2.344
Total do passivo	153.983	46.901	49.055	48.515
INEPAR TELECOM - CONTROLADORA				
Demonstrativos Financeiros				
R\$ mil				
Demonstração do Resultado				
Receita operacional líquida	2.901	776		
Custo dos Produtos Vendidos	(2.640)	(151)		
Lucro bruto	261	625		
Despesas (receitas) operacionais				
Vendas/Gerais e administrativas	(17.418)	(18.700)	(2.516)	(3.920)
Resultado financeiro	(15.870)	(3.554)	(265)	(341)
Outras receitas (despesas) operacionais	(6.028)	(34.419)	(5.019)	(5.492)
Total	(39.316)	(56.673)	(7.800)	(9.753)
Resultado operacional	(39.055)	(56.048)	(7.800)	(9.753)
Equivalência Patrimonial	37.276	(13.789)	6.474	6.564
Resultado não-operacional	(172.383)	(5.407)		604
Diferimento				
Imposto de renda	17.024			
Lucro líquido do exercício	(157.138)	(75.244)	(1.326)	(2.585)

5.1.6.1. Cidetrone Consultoria e Serviços em Eletrônica Ltda.

A Cidetrone Consultoria e Serviços em Eletrônica Ltda. foi fundada em janeiro de 1991, para prestar serviços de rádio-chamada (paging), comércio, locação e consultoria

em sistemas de informática na Região Sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

No final de 1996 a Cidetrone criou a marca PIT PAGER.

A Cidetrone possui duas controladas, a RP Comércio de Sistemas Eletrônicos Ltda. e a Antenas Londrinenses Ltda., que prestam serviços de pager nas regiões de Santa Catarina e Paraná respectivamente. A sede da empresa localiza-se em Curitiba, PR e a Inepar Telecom possui uma participação de 98%.

Composição Acionária	%
Inepar Telecom S.A.	82,5%
Cid Blanco Filho	17,5%
Total	100%

A operação de pager, ou rádio-chamada, pode ser considerada uma extensão do serviço telefônico público, fixo ou celular, pois o acesso ao usuário é realizado através da rede telefônica. O serviço mais simples de rádio-chamada, conhecido como Bip, começou a ser operado no Brasil em 1968. Já o paging, também conhecido como tele-mensagem entrou em serviço em 1991.

O número de usuários de paging, no Brasil, cresceu de 225 mil em 1994 para 450 mil em 1995, 800 mil em 1996 e 1,2 milhão no final de 1997. Nos Estados Unidos, o número de usuários de paging, no final de 1997, era de 35 milhões. A penetração do paging no Brasil, que em 1997 era de 0,87%, deverá chegar a 5,44% em 2003, o que significará 6,5 milhões de usuários contra 1,2 milhões atuais. Hoje, nos EUA, a taxa de penetração dos pagers é de 20%. Só no PR e em SC o número de usuários de paging deve crescer dos 209 mil no final de 1997 para, em 2003, 1,3 milhão de usuários. Está em fase de estudos uma fusão com a Conectel, que passará a operar os negócios de pager da Inepar Telecom. Quando da implementação desta, a Inepar Telecom passará a deter 50% da empresa resultante.

Os demonstrativos financeiros da empresa podem ser visualizados a seguir:

Cidetrone					
Demonstrativos Financeiros					
Balanco Patrimonial em R\$ mil	31/12/97	31/12/98	31/12/99	31/12/00	31/03/01
Ativo					
Circulante					
Disponibilidades/Apl.financ.	220	20	28	12	11
Cientes	783	803	644	394	381
Créditos com controladas/coligadas	46				
Outras contas a receber			21	1	1
Total do circulante	1.049	823	693	407	393
Realizável a longo prazo					
Outras contas a receber	5		253	22	29
Controladas					
Pessoas Ligadas	139	229	286	2.784	2.846
Total do realizável a longo prazo	144	229	539	2.806	2.875
Permanente					
Investimentos	36	23		78	60
Imobilizado	3.693	4.698	3.736	1.168	1.068
Diferido	249	146	6		
Total do permanente	3.978	4.867	3.742	1.246	1.128
Total do ativo	5.171	5.919	4.973	4.459	4.396

Cidretron					
Passivo	31/12/97	31/12/98	31/12/99	31/12/00	31/03/01
Circulante					
Fornecedores	89	178	195	98	111
Financiamentos	519	856	814	296	116
Obrigações Tributárias	54	63	96	33	32
Obrigações Sociais	147	241	559	506	525
Outras Contas a Pagar	13	37	34	1	5
Total do circulante	822	1.375	1.699	934	789
Exigível a longo prazo					
Financiamentos	961	783	163		
Controladas/coligadas e controladora	3.907	6.313	2.112	4.372	4.774
Outras Contas a pagar	35		316	95	89
Total do exigível a longo prazo	4.903	7.096	2.591	4.467	4.863
Patrimônio líquido					
Capital social realizado atualizado	808	808	6.733	6.733	6.733
Reserva de capital					
Lucros acumulados	(1.362)	(3.360)	(6.049)	(7.675)	(7.990)
Total do patrimônio líquido	(554)	(2.552)	684	(942)	(1.257)
Total do passivo	5.171	5.919	4.973	4.459	4.396

Cidretron					
Demonstrativos Financeiros					
R\$ mil					
Demonstração do Resultado	31/12/97	31/12/98	31/12/99	31/12/00	31/03/01
Receita operacional líquida	4.184	3.438	2.580	1.174	206
Custo dos Produtos Vendidos	(1.264)	(1.523)	(1.800)	(1.041)	(213)
Lucro bruto	2.920	1.915	780	133	(7)
Margem Bruta	69,8%	55,7%	30,2%	11,3%	-3,4%
Despesas (receitas) operacionais					
Vendas	(886)	(849)	(602)	(266)	(39)
Gerais e administrativas	(2.435)	(2.345)	(1.358)	(650)	(77)
Resultado financeiro	(1.022)	(1.829)	(825)	(711)	(173)
Outras receitas (despesas) operacionais	13		3	1	
Total	(4.330)	(5.023)	(2.781)	(1.626)	(289)
Resultado operacional	(1.410)	(3.108)	(2.001)	(1.493)	(296)
Equivalência Patrimonial	(25)	(11)	(72)	(125)	(19)
Resultado não-operacional	797	1.007	(665)	(16)	1
Correção Monetária					
Lucro antes dos impostos	(638)	(2.112)	(2.738)	(1.634)	(314)
Participação dos Minoritários	72	114	58		
Imposto de renda					
Contribuição Social					
Lucro líquido do exercício	(566)	(1.998)	(2.680)	(1.634)	(314)

5.1.6.2. Onda Provedor de Serviços S.A.

É um provedor de internet no Estado do Paraná. Os sócios da Onda são:

Sócio	%
Inepar Telecom S.A.	25,5%
Copel / Sercomtel	49,0%
América Negócios	25,5%
Total	100%

Seu faturamento bruto em 1999 foi de mais de R\$ 2,2 Milhões, e o número de assinantes ao final do ano era de 20.431.

A Onda foi criada em 1999 para fornecer acesso e soluções para internet, visando ser um dos maiores provedores de acesso na região sul.

A sociedade tem sede na Rua João Cândido, 555, Centro, Londrina, PR e filial na Rua Marechal Deodoro, n 869, 16º Andar, Parte, Centro, CEP 80060-010, Curitiba, PR.

Os demonstrativos financeiros sumarizados da empresa podem ser vistos a seguir:

ONDA S.A.			
Demonstrativos Financeiros			
Balanco Patrimonial em R\$ mil		31/12/99	
Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Disponibilidades/Apl.financ.	591	Fornecedores	192
Contas a receber	7	Outras Contas a Pagar	104
Total do circulante	598	Total do circulante	295
Permanente		Patrimônio líquido	
Imobilizado	2.040	Capital social realizado atualizado	5.457
Diferido	2.676	Lucros acumulados	(439)
Total do permanente	4.715	Total do patrimônio líquido	5.018
Total do ativo	5.314	Total do passivo	5.314

ONDA S.A.	
Demonstrativos Financeiros	
R\$ mil	
Demonstração do Resultado	31/12/99
Receita operacional líquida	71
Custo dos Produtos Vendidos	(168)
Margem Bruta	(97)
Margem Bruta %	-136,2%
Despesas (receitas) operacionais	
Vendas	(235)
Gerais e administrativas	(59)
Resultado financeiro	(1)
Outras receitas (despesas) operac	(2)
Total	(297)
Resultado operacional	(394)
Resultado não-operacional	(45)
Lucro líquido do exercício	(439)

5.1.6.3. Damos Sudamerica S.A.

A Damos Sudamerica S.A. é a representante exclusiva, em 7 países da América do Sul, do sistema de satélites ORBCOMM, e tem sede na Av. Rio Branco, nº 1, Grupo 1803, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

O sistema ORBCOMM é uma rede de 36 satélites de baixa órbita para envio de mensagens bidirecionais, transmissão de dados, e posicionamento geográfico. Os principais acionistas do capital ordinário da empresa são:

Sócio	%
Inepar Telecom	30,0%
Telespazio - Telecom Italia	64,0%
Entel - Chile	4,0%
Amerton/BGH - Argentina	2,0%
Total	100%

A empresa é a encarregada pelo gerenciamento dos *Gateways* - estações terrestres, responsáveis pela ligação com o segmento espacial. Em sua área de concessão são atualmente 2 gateways: um no Rio de Janeiro e outro na Argentina.

Em cada um dos sete países da área de concessão (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai) a Damos Sudamerica tem um representante chave, responsável pelo desenvolvimento da rede de distribuição e pelo serviço integrado até o usuário final. Seu faturamento bruto em 1999 foi de pouco mais de R\$ 2,06 milhões, e os serviços prestados são os seguintes:

- Serviços de monitoramento, rastreamento e mensagem
- Soluções em transmissão de dados, voz e imagem
- *Broadcasting*
- Telemetria
- Cartografia - sensoriamento remoto, fotos via satélite e topografia
- *Gateways* - construção, instalação e operação de estações terrestres de sistemas de satélite
- *Trunking* satelital
- Redes VSAT / SCPC / DAMA / SKYFRAME

O sistema ORBCOMM é um sistema econômico e simples de ser utilizado que opera na frequência VHF, permitindo receber e enviar dados através de terminais miniaturizados de baixo custo (estimativa de US\$ 150 por unidade, podendo chegar a US\$ 50), com antenas simples. Por estes fatos, e pela gama de serviços oferecidos, o mercado mundial potencial da ORBCOMM é de cerca de 160 milhões de pessoas. Por ser um sistema com equipamentos de baixo custo, o potencial de vendas é elevado, oferecendo infinitas oportunidades e oferta de multi-serviços nos seguintes segmentos de mercado:

- Envio de mensagens bidirecionais
- Transmissão de dados
- Rastreamento/posicionamento geográfico de veículos, barcos, aviões, etc.
- Monitoramento, controle remoto e segurança de medidores de eletricidade, dutos, poços e tanques de armazenamento de petróleo e gás, e monitoração ambiental.
- Sistema de segurança de veículos.

Os demonstrativos financeiros da empresa podem ser vistos a seguir:

DAMOS			
Demonstrativos Financeiros			
Balço Patrimonial em R\$ mil	31/12/99	31/12/00	31/03/01
Ativo			
Circulante			
Disponibilidades/Apl.financ.	5.708	1.856	1.587
Controladas/coligadas			7.757
Contas a receber	2.695	1.822	1.618
Estoques		1.692	1.676
Outras contas a receber	733	929	835
Total do circulante	9.136	6.299	13.473
Permanente			
Imobilizado	15.950	5.457	5.423
Diferido	8.289	6.615	6.343
Total do permanente	24.239	12.072	11.766
Total do ativo	33.375	18.371	25.239
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	21.561	20.703	29.477
Total do circulante	21.561	20.703	29.477
Patrimônio líquido			
Capital social realizado atualizado	11.814	19.335	19.519
Resultados Acumulados		(21.667)	(23.757)
Total do patrimônio líquido	11.814	(2.332)	(4.238)
Total do passivo	33.375	18.371	25.239

5.2. Restrução da Inepar S.A. – Indústria e Construções

5.2.1. O Porquê da Restrução

A complexidade do gerenciamento de vários negócios diferentes começou a superar as vantagens da integração e centralização.

O conglomerado liderado pela Inepar S.A. – Indústria e Construções possuía uma estrutura com forte tendência de centralização de sua gestão e descentralização de seus negócios por entidade jurídica, consequência última das várias aquisições dos últimos anos.

A partir do final de 1999, com a criação de 3 grandes empresas, a concepção mudou para a centralização por “Atividade Fim” e descentralização da “Gestão”, sendo que esta mesma definição ocorre dentro destas três empresas que estão subdivididas em Unidades de Negócio (vide estruturas funcionais ao longo do texto).

A Inepar S.A. Indústria e Construções, a maior das três em todos os aspectos, está estruturada por Unidades de Negócio e dentro destas por Áreas de Resultados que são coordenadas por Times de Decisão nos seus vários projetos e processos. Cabe ao Grupo de Coordenação Executiva, composto pelos diretores executivos da IIC as grandes decisões estratégicas e operacionais, além da coordenação da gestão das várias unidades e da Nova Inepar como um todo.

Assim divide-se com clareza as funções dos sócios através do Conselho de Administração, do Grupo de Coordenação Executiva e Comitês que se dedicarão mais às decisões estratégicas e acompanhamento da gestão de resultados, deixando para as três novas

empresas com maior autonomia e responsabilidade a gestão e administração das decisões táticas e operacionais.

5.2.2. Princípios Básicos da Restruturação

A restruturação da Inepar S.A. – Indústria e Construções segue alguns princípios básicos e valores da sua administração e de seus acionistas, quais sejam:

- **Inovação:** estruturar a nova Inepar S.A. – Indústria e Construções para melhor focar seu “core business” e “core competence” por Unidades de Negócios, conforme Mercado e Tecnologia.
- **Evolução:** novo modelo de gestão, que através da descentralização do “management” e centralização por “core business” dá maior autonomia e responsabilidade operacional por Unidade de Negócio.
- **Sucessão:** iniciação do processo sucessório preparando novos executivos com capacidade para agir operacional e estrategicamente, principalmente em equipe.
- **Valorização:** permitir que cada indivíduo execute na plenitude, individual e coletivamente, aquilo que executa bem, tornando o conceito de coordenação superior ao de subordinação.
- **Crença básica:** TIMES DE DECISÃO funcionam mais e melhor do que os tradicionais níveis hierárquicos com poder de decisão. Estruturas descentralizadas com autonomia e responsabilidade são mais proativas do que as tradicionais estruturas centralizadas.

5.2.3. Modelo da Estrutura Organizacional da Inepar S.A. – Indústria e Construções

5.2.3.1. Conceito

Estrutura organizacional celular que visa dar maior autonomia e responsabilidade operacional fazendo com que cada time viva intensamente seu talento alavancando todos os recursos para obtenção do máximo desempenho sempre na direção da Visão Estratégica da Inepar S.A. – Indústria e Construções.

5.2.3.2. Objetivos

Os objetivos da estrutura conceitual apresentada são detalhados a seguir.

Ao mesmo tempo que visa treinar melhor seus talentos humanos focando-os no mercado ao invés de especificamente focá-los na tecnologia (produto, sistemas, serviços e soluções), busca permitir que cada um execute na plenitude, individualmente ou em time, aquilo que executa bem. Nesta estrutura, o conceito de coordenação se torna superior ao de subordinação.

A Identificação de forma mais clara do *que* e de *quem* não funciona, eliminando a burocracia interna e a fuga à responsabilidade, principalmente por parte dos níveis gerenciais, também é um destes objetivos, bem como a estruturação da organização para melhor focar seu “core business” e “core competence” por Unidades de Negócio, conforme Mercado e Tecnologia, levando-se em consideração as

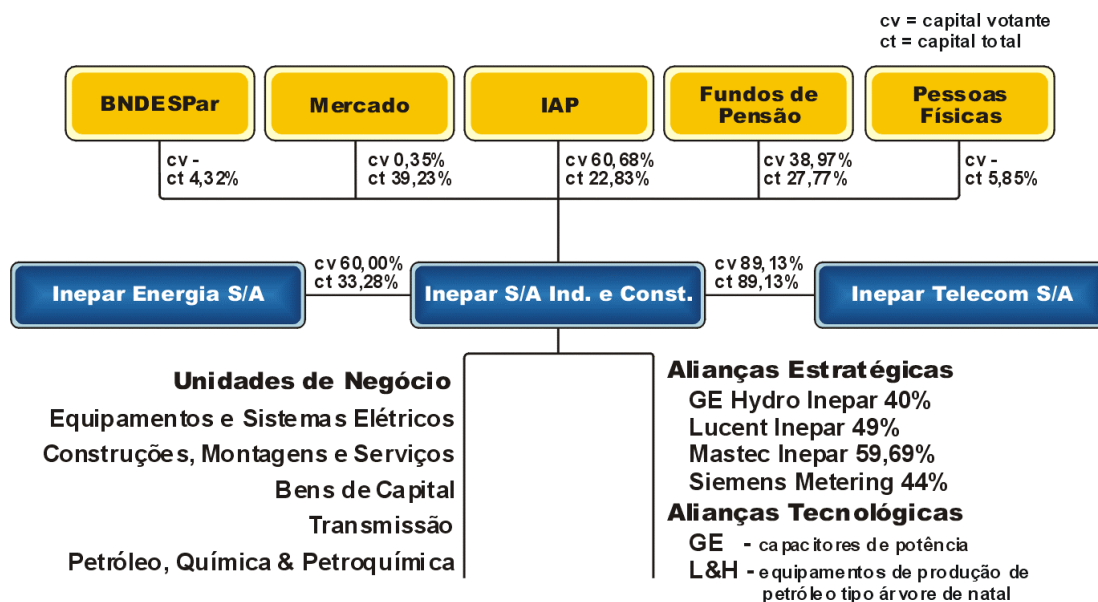
transformações tecnológicas e culturais e seus efeitos num cenário altamente competitivo.

Finalmente, a preparação da organização para o processo sucessório nas atividades operacionais, com ênfase em autonomia e responsabilidade, bem como a preparação de novos executivos com capacidade para agir estrategicamente, principalmente em equipe.

5.2.4. Restruturação Operacional

A reestruturação operacional da Inepar S.A. – Indústria e Construções tem como objetivo a consolidação de todas as atividades operacionais de indústria, construções e serviços na Inepar S.A. Indústria e Construções, e a segregação das atividades da holding e a criação de três grandes unidades de negócio independentes, focadas nos seguintes segmentos de mercado:

- Equipamentos, construções e serviços para infra-estrutura (a nova Inepar S.A. – Indústria e Construções)
- Operações na área de energia (a Inepar Energia S.A.)
- Operações na área de telecomunicações (a Inepar Telecom S.A.)

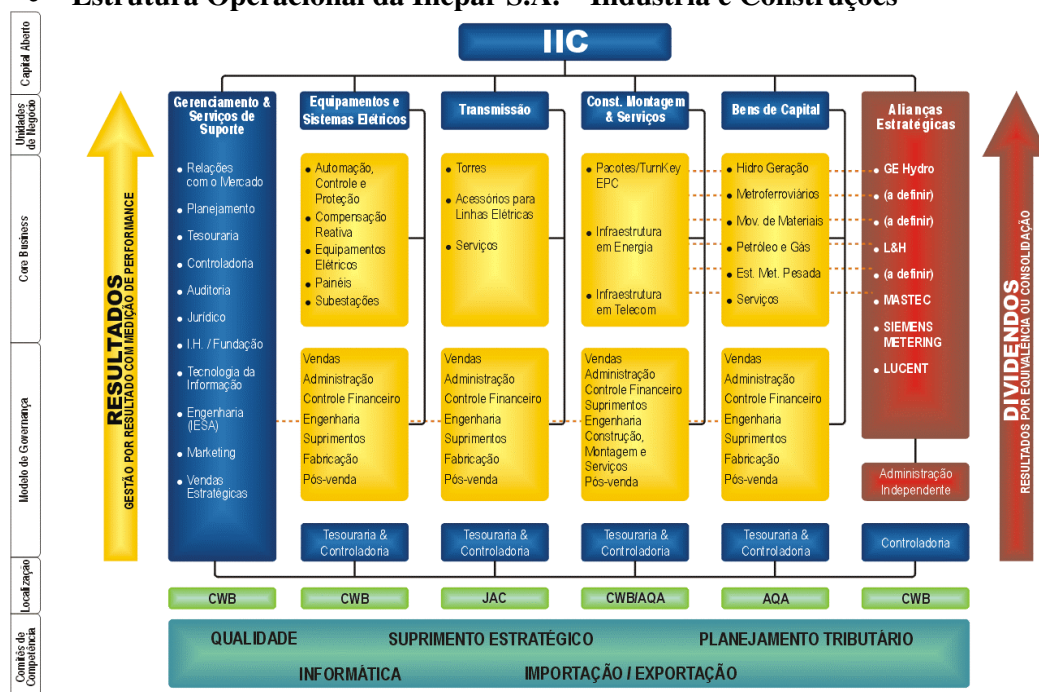


Todas as empresas e atividades de Indústria e Construções (Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S.A, Sade Vigesa Industrial e Serviços Ltda., Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A, Internacional de Engenharia S.A e as unidades de negócios de construções, subestações, distribuição e controle de energia, compensação reativa, produtos eletromecânicos seriados e automação) foram concentradas em uma única unidade de negócios: a Inepar S.A. – Indústria e Construções.

A reestruturação operacional foi necessária para que o grupo se adequasse à nova realidade do mercado, que exige empresas enxutas e com áreas de atuação bem definidas. Com esta iniciativa – que permitirá otimizar custos e enxugar áreas administrativas – a intenção da

nova Inepar S.A. – Indústria e Construções é tornar-se mais competitiva e com melhor foco estratégico.

• **Estrutura Operacional da Inepar S.A. – Indústria e Construções**



5.2.5. Sucessão e Nova Estrutura Executiva

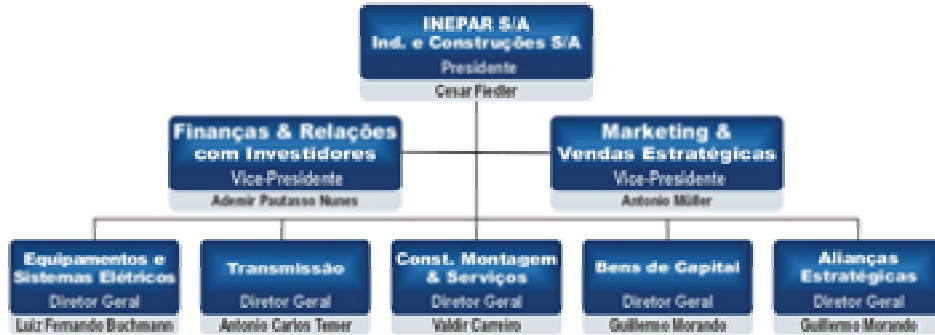
A reestruturação também contemplou o programado processo de sucessão no comando da empresa. Atilano de Oms Sobrinho deixou a presidência da Inepar S.A. – Indústria e Construções e passou a ocupar a Presidência do Conselho de Administração, delegando suas funções operacionais ao novo corpo diretivo. Junto com outros sócios, através de Conselho de Administração, Atilano participa das decisões estratégicas e do acompanhamento de resultados de cada área de negócios, sem estar envolvido na execução diária das operações.

A nova estrutura executiva da nova Inepar S.A. – Indústria e Construções pode ser acompanhada no esquema que segue.

Organograma

Inepar S/A Indústria e Construções

Conselho de Administração



Inepar S/A Indústria e Construções

O Plano de Negócios, as diretrizes estabelecidas e as decisões tomadas pelo Conselho de Administração da empresa estão sendo implementadas pelo Grupo de Coordenação Executiva, conforme estrutura a seguir:

Estrutura Funcional

Inepar S/A Indústria e Construções



Inepar S/A Indústria e Construções

- **Presidência**

O presidente da Inepar S.A Indústria e Construções (uma das três novas unidades de negócio independente) é Cesar Romeu Fiedler, anteriormente no comando da Siemens Metering, joint-venture entre a Inepar e a Siemens para fabricação de equipamentos e sistemas de medição de energia.

Cesar Romeu Fiedler é Engenheiro mecânico, com pós-graduação em Administração de Empresas/Finanças e especialização em Segurança Industrial. Começou a trabalhar para a Inepar S.A. – Indústria e Construções em 1975, onde desenvolveu carreira na área de Tecnologia da Informação. Antes de assumir a presidência da Inepar S.A. – Indústria e Construções, ocupava a diretoria geral da Landis & Gyr Inepar, hoje Siemens Metering, em Curitiba (PR).

A Inepar S.A Indústria e Construções está centralizando todos os negócios do Grupo nas áreas de equipamentos, construções e serviços. Esta nova empresa têm 1 (uma) presidência, 2 (duas) vice-presidências e 5 (cinco) diretorias.

- **Vice-Presidências**

O Vice-Presidente de Marketing & Vendas Estratégicas é Antônio Muller (ex-Promon Engenharia). A meta desta área é de mostrar a capacidade do grupo de fornecer soluções integradas em equipamentos, infra-estrutura e serviços nas áreas mais promissoras do mercado atualmente: geração de energia, petróleo e gás, siderurgia e mineração, transporte metroferroviário, plantas de processo industrial e saneamento.

Antônio Muller é engenheiro mecânico, com especializações em Gerenciamento em Energia Nuclear (Georgia Institute of Technology), Gerenciamento de Projetos (Drexel University - Philadelphia) e Competição e Estratégias - programa executivo (Harvard Business School). Iniciou sua carreira em Furnas Centrais Elétricas S/A, onde foi diretor do projeto da Usina Nuclear de Angra, e ocupou postos de direção na Setal Lummus Engenharia e Construções e na Promon Engenharia.

O Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores é Ademir Pautasso Nunes (ex-diretor do Citibank), responsável por definir as estratégias financeiras da Nova Inepar e dar total transparência e maior visibilidade à empresa, além de prepará-la para sua entrada no mercado de capitais norte-americano.

Ademir Pautasso Nunes é economista com larga experiência no setor financeiro, especializado no segmento de Negócios com Empresas. Iniciou sua carreira no BRDE. Teve passagem pelo Banco Crefisul. Em 1975 ingressou no Citigroup. Desde 1981, atuava como diretor do Citibank nas áreas de Corporate Banking, Comércio Exterior, Planejamento Estratégico, Operações e de Negócios com Pequenas e Médias Empresas para a América Latina.

- **Diretorias**

Diretoria de Equipamentos e Sistemas Elétricos – sediada em Curitiba (PR), é a área responsável pelas áreas de subestações, distribuição e controle de energia, compensação reativa, proteção e eficiência energética, e equipamentos eletromecânicos. Luiz Fernando Buchmann é o Diretor-Geral desta área.

Luiz Fernando Buchmann é engenheiro eletricista com pós-graduação em Administração de Empresas, ingressou na Inepar em 1973. Desde então desenvolveu dentro da companhia diversas funções diretivas nas áreas de engenharia, produção e contratos. Entre 1996 e 1999, foi diretor de joint-ventures.

Diretoria de Transmissão – sediada em Jacareí (SP), é a área responsável pela fabricação de torres para linhas de transmissão de energia, torres e contêineres para telecomunicações. Antônio Carlos Temer Barbosa é o Diretor-Geral desta área.

Antônio Carlos Temer Barbosa é engenheiro civil, com larga experiência no segmento de transmissão de energia, trabalhou na SBE - Sociedade Brasileira de Eletrificação (hoje ABB). Ingressou na Inepar em 1992, onde foi diretor de sistemas na área internacional diretor comercial. Desde 1997, atua como diretor geral da unidade de Transmissão de Energia.

Diretoria de Construções, Montagens e Serviços – sediada em Curitiba (PR) e com base logística em Araraquara (SP), é a área responsável por serviços de engenharia, construções e montagens industriais e pelo gerenciamento de projetos EPC (Engenharia, Suprimentos e Construção). Valdir Lima Carreiro é o Diretor-Geral desta área.

Valdir Lima Carreiro é engenheiro Civil, iniciou sua carreira na Inepar em 1975. Desde então desenvolveu diversas atividades executivas na companhia, nas áreas de planejamento, coordenação de contratos e na implantação de sistemas.

Diretoria de Bens de Capital – sediada em Araraquara (SP), é área responsável pela fabricação de bens de capital e sistemas sob encomenda, fornecendo equipamentos aos mercados de geração de energia, petróleo e gás, siderurgia e mineração, transporte metroferroviário, além da fabricação de estruturas metálicas de grande porte.

Guillermo Alfredo Morando é engenheiro eletricista, ingressou na Inepar em 1975. Por um período de dez anos, trabalhou na Westinghouse e na ABB/Brasil. Retornou à Inepar em 1992 e vem desenvolvendo atividades executivas na companhia, nas áreas comercial, industrial e de joint-ventures.

Diretoria Responsável pelas Alianças Estratégicas – sediada em Curitiba (PR), é a área responsável pelo relacionamento com os atuais sócios nas alianças estratégicas - GE Hydro, SIEMENS, Lucent Technologies, Mastec, Hubbell e Artech - além de desenvolver novas alianças para áreas de negócio que necessitam parceiros estratégicos globais. Guillermo Morando é o Diretor-Geral desta área.

A Diretoria responsável pelas Alianças Estratégicas, está sendo exercida pelo Diretor responsável pela Diretoria de Bens de Capital.

5.2.6. Restruturação Societária

A reestruturação operacional é completada por uma reestruturação societária. O primeiro passo em direção à reestruturação societária, foi a incorporação das empresas Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A. e Internacional de Engenharia S.A - IESA pela Inepar S.A. – Indústria e Construções.

A incorporação deve resultar em redução de custos operacionais, melhoria da produtividade e disponibilização de áreas físicas. Ao final da reestruturação societária e operacional, que envolverá ainda, outras operações, a Inepar S.A. Indústria e Construções terá alcançado economia total anual de R\$ 26 milhões em despesas operacionais.

A incorporação destas empresas permitirá também o desenvolvimento de políticas homogêneas de compras e gestão administrativa e financeira, além de eliminar a taxaço do faturamento entre empresas.

A Inepar detinha 99% do capital da Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A e 92,76% da Iesa - Internacional de Engenharia S.A, que eram duas Sociedades Anônimas de capital fechado. A seguir é possível observar highlights das empresas incorporadas:

SADE VIGESA - A Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A com sua unidade industrial localizada em Jacareí (SP), foi incorporada pela Inepar S.A – Indústria e Construções, em abril de 2000 e atua na produção de torres e acessórios para linhas de transmissão de energia e torres de telecomunicações, além de shelters (telecontêineres) utilizados em estações rádio base de telefonia. A Sade é oficialmente a unidade de transmissão da Inepar S.A Indústria e Construções.

IESA - A Internacional de Engenharia S.A (IESA), baseada no Rio de Janeiro, que também foi incorporada pela companhia emissora em abril de 2000 é responsável por soluções completas de engenharia para a geração hidrelétrica, termelétrica, plataformas off-shore, pólos petroquímicos, saneamento básico e indústrias em geral. A IESA integra a Divisão de Engenharia da Inepar S.A. – Indústria e Construções.

5.2.6.1. Inepar Energia S.A.

A Inepar Energia S.A. é uma sociedade de capital aberto com ações negociadas em Bolsa. A empresa, presidida por Rodolfo Andriani, continua atuando de forma totalmente independente como empreendedora em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia.

A companhia foi criada há dois anos e está envolvida em projetos que somam mais de 5 mil MW. Dos projetos, destacam-se a geração térmica a gás na Argentina, construção de usinas hidrelétricas, como Dona Francisca (Rio Grande do Sul), Machadinho (divisa Rio Grande do Sul/Santa Catarina) e os estudos de implantação de uma termelétrica a carvão em Sepetiba (RJ). A empresa detém 27% do capital votante da Celpa e 30% da Cemat, distribuidoras de energia onde é responsável pela gestão ao lado do Grupo Rede.

A Inepar Energia S.A. tem como principais ações estratégicas, o seguinte:

- Concentração nos segmentos de novos projetos (*greenfield*) em geração, transmissão e comercialização de energia.

- Participação majoritária/controladores nos projetos em que participar, vendendo participação minoritária nos projetos UHE Campos Novos e aumentando participação nos projetos da UHE Dona Francisca e UHE Cubatão.
- Venda dos ativos CELPA e CEMAT.
- Aumento de capital via mercado, para implementação do Plano de Negócios.

5.2.7. Restruturação Financeira

5.2.7.1. Etapas Já Realizadas

- Aumento de capital na Inepar S.A. – Indústria e Construções de R\$ 252 milhões realizados em Março de 1999.
- Concentração dos investimentos na Região Centro-Sul do Brasil com conseqüente alienação dos investimentos nas Regiões Norte-Nordeste.
- Desinvestimento em Telemar, através da transferência dos 22,9% possuídos pela Inepar, sendo 10,173% para o Opportunity por R\$ 546 milhões e 12,7% para a Lafonte e BNDESPar por R\$ 478 milhões, totalizando R\$ 1,024 bilhões de desmobilização.
- Desinvestimento em Norte Brasil Telecom, através da transferência de 45% de participação no projeto permanecendo com 5%, porém com direito a venda até 2005, pelo montante de R\$ 37 milhões, com desoneração de investimentos futuros que montam a R\$ 150 milhões nos próximos 3 anos para o projeto como um todo.
- Venda de PCN Telelatina Interloop, através da alienação dos projetos baseados em tecnologia WLL em Buenos Aires e na Colômbia, que implicam em desoneração de investimentos de R\$ 30 milhões para a Inepar nos próximos três anos.
- Venda de participação nas TVs a cabo (BTV-TV a cabo em Blumenau e Net Londrina) por R\$ 50 milhões.
- Fusão das operações da Cidetrone com as operações da Conectel para paging no Sul do Brasil

5.3. Capital Social e Dividendos

5.3.1. Acionistas

Inepar Ind. e Construções - Composição Acionária						
Acionista	ON		PN		Total	
	Milhões	%	Milhões	%	Milhões	%
IAP	12.026	60,7%	877	2,3%	12.903	22,5%
Previ	3.964	20,0%	2.754	7,3%	6.718	11,7%
BNDESPar			3.699	9,9%	3.699	6,5%
Centrus	1.982	10,0%	3.304	8,8%	5.286	9,2%
Petros	711	3,6%	1.627	4,3%	2.338	4,1%
Bradesco	67	0,3%	1.057	2,8%	1.124	2,0%
Aerus	1.067	5,4%	462	1,2%	1.529	2,7%
FPS			1.657	4,4%	1.657	2,9%
CSN			2.289	6,1%	2.289	4,0%
Outros	2	0,0%	19.783	52,7%	19.785	34,5%
Total	19.819	100,0%	37.509	100,0%	57.328	100,0%

Patrimônio Líquido - R\$ 345.775 mil
VPA - R\$ 6,03 /mil ações

5.3.2. Características Societárias das Ações e do Capital da Companhia até a Data da Emissão

O Capital Social da sociedade até a data da emissão é de R\$ 570.949.481,87 (Quinhentos e setenta milhões, novecentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e sete centavos), representado por 57.328.462.177 (cinquenta e sete bilhões, trezentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil e cento e setenta e sete), ações escriturais nominativas, sendo 19.818.564.431 (dezenove bilhões, oitocentos e dezoito milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil e quatrocentas e trinta e uma) ações ordinárias com direito a voto e 37.509.897.746 (trinta e sete bilhões, quinhentos e nove milhões oitocentos e noventa e sete mil e setecentas e quarenta e seis) ações preferenciais, sem direito a voto, indivisíveis em relação ao capital e sem valor nominal.

A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 300.000.000.000 (trezentos bilhões) de ações ordinárias e 600.000.000.000 (seiscentos bilhões) de ações preferenciais.

A cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais da emissora.

O limite do capital autorizado somente pode ser alterado por deliberação da assembleia geral. Respeitado o limite do capital autorizado, compete ao Conselho de Administração deliberar as emissões de ações e estabelecer as respectivas condições.

A companhia pode criar outras classes de ações preferenciais, sempre sem direito a voto e não conversíveis em ordinárias, desde que a quantidade de ações preferenciais não ultrapasse o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas. A companhia, mediante autorização do Conselho de Administração, pode adquirir ações de sua emissão para cancelamento ou posterior alienação.

As ações de emissão da companhia serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares em instituição credenciada, a ser designada pelo Conselho de Administração. Os pedidos de conversão serão atendidos pela instituição depositária no prazo de até 30

(trinta) dias. Efetivado aumento do capital social, a companhia, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, colocará à disposição dos acionistas os extratos correspondentes às ações.

A instituição financeira depositária das ações poderá cobrar dos acionistas o custo dos serviços de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

Nos termos do artigo 5º do Estatuto Social da EMISSORA, aos acionistas será assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício.

As ações ordinárias terão direito a todas as bonificações e desdobramentos que venham a ser deliberados pela emissora, a partir da data de subscrição.

Assistem aos titulares de ações preferenciais: (a) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade; (b) prioridade no recebimento do dividendo anual mínimo de 25% (vinte e cinco) por cento do lucro líquido, apurado na forma do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, devendo tal dividendo ser 10% (dez) por cento maior que o atribuído às ações ordinárias; (c) participação integral nos resultados da Sociedade em igualdade de condições com as ações ordinárias, abrangendo os lucros remanescentes, bem como a distribuição de novas ações decorrentes de aumentos de capital, realizados mediante a reavaliação do ativo e a incorporação ao capital social de quaisquer reservas ou fundos.

O acionista que, nos prazos marcados não efetuar o pagamento das entradas ou prestações correspondentes às ações por ele subscritas ou adquiridas, ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor daquelas entradas ou prestações.

Aos acionistas é assegurado o direito de preferência na subscrição, na proporção do número de ações que possuem, observados os seguintes critérios: (a) No caso de emissão, em igual proporção do número de ações ordinárias e preferenciais, cada acionista exercerá o direito de preferência sobre ações idênticas as de que for possuidor; (b) No caso de emissão de ações das duas espécies, mas em desigual proporção, a preferência será exercida, primeiro, sobre as ações de espécie idêntica as de que forem possuidores os acionistas, estendendo-se às demais, se insuficiente aquelas, para lhes assegurar, no capital aumentado, a mesma proporção que tinham no capital antes do aumento; (c) No caso de emissão de ações de uma única espécie, cada acionista exercerá a preferência proporcionalmente ao número de ações possuídas, independentemente da espécie.

O direito de preferência a que se refere o parágrafo anterior deve ser exercido dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do respectivo Aviso aos Acionistas. Em qualquer emissão de títulos e valores mobiliários, cuja colocação seja feita nos termos do Art. 172 da Lei nº 6.404/76, o direito de preferência dos antigos acionistas poderá ser excluído por deliberação do órgão competente para a respectiva emissão.

5.3.3. Características estatutárias das ações a serem emitidas

A cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais da emissora.

As ações preferenciais não possuem direito a voto e fazem jus às seguintes vantagens:

- (a) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento de dividendos apurados de acordo com o artigo 202, da Lei nº 6.404/76;
- (b) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas de qualquer natureza;
- (c) direito integral a todas as bonificações e desdobramentos que venham a ser deliberados a partir da data da respectiva subscrição, sempre em ações da mesma classe das bonificadas ou desdobradas; e,
- (d) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da companhia, sem prêmio.

5.3.4. Características transitórias das ações a serem emitidas

As ações resultantes de conversão efetuada em decorrência do direito conferido pelas debêntures conversíveis farão jus aos dividendos integrais do exercício em que forem emitidas.

5.4. Administração, Assembleias Gerais e outras características estatutárias

A administração da INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES é constituída por um conselho de administração, composto por 15 (quinze) membros, e por uma diretoria executiva, composta por 8 (oito) membros.

5.4.1. Conselho de Administração

A sociedade tem um Conselho de Administração constituído de até 15 (quinze) membros e igual número de suplentes, respeitado o mínimo legal, eleitos pela Assembleia Geral entre acionistas residentes no País, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos em conjunto ou separadamente. O Conselho de Administração tem um Presidente escolhido pelos membros respectivos dentre um dos seus integrantes.

Expirado o prazo da gestão, permanecem os membros do Conselho de Administração no exercício dos seus respectivos cargos e funções, até a posse dos seus sucessores.

Os Conselheiros eleitos tem direito a uma remuneração mensal, fixada pela Assembleia Geral que os elege, sem prejuízo de outras vantagens determinadas pela Assembleia Geral.

As reuniões do Conselho de Administração são realizadas por convocação do seu Presidente, por quem são instaladas e presididas. O Conselho de Administração pode se instalar e deliberar validamente com a presença da maioria de seus membros.

O Conselho delibera por maioria de votos, cabendo ao seu Presidente, além do voto normal, o voto de qualidade no caso de empate nas deliberações. No caso de impedimento temporário do Presidente, pode ele próprio designar outro Conselheiro para substituí-lo, e, no caso de vaga definitiva, os membros podem escolher novo Presidente para exercer as funções até o final do mandato.

No caso de vaga ou impedimento definitivo de qualquer Conselheiro, assumirá o respectivo suplente que completará o mandato do Conselheiro substituído.

Compete ao Conselho de Administração:

- a) Fixar, orientar e fiscalizar o exato cumprimento do objetivo social;
- b) Examinar a qualquer tempo os livros e papéis da sociedade, solicitando da Diretoria dados e informes pertinentes;
- c) Eleger e destituir, quando julgar necessário, os membros da Diretoria da Sociedade;
- d) Deliberar a respeito de negociações pela Sociedade com as próprias ações, observado o disposto na legislação pertinente;
- e) Deliberar a respeito da emissão de ações do capital autorizado, dentro do limite respectivo, respeitado o disposto no Art. 5º Parágrafo 8º, bem como fixar, querendo, prazo para o exercício do direito de preferência dos acionistas, para subscrição de Títulos e Valores Mobiliários;
- f) Deliberar sobre as condições de emissão de Debêntures de que tratam os Incisos VI a VIII do Art. 59 da Lei nº 6.404/76, por delegação da Assembléia Geral da Sociedade;
- g) Deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição;
- h) Deliberar sobre a emissão de Notas Promissórias Comerciais, para distribuição pública;
- i) Deliberar sobre os orçamentos anuais de operações e de investimentos;
- j) Na pessoa do seu Presidente, instalar e presidir as Assembléias Gerais da Sociedade;
- l) Apresentar a Assembléia Geral os relatórios de cada exercício, balanços e as contas de lucros e perdas, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal, quando este estiver em funcionamento, propondo a destinação do lucro líquido, inclusive a fixação do respectivo dividendo, respeitando o mínimo assegurado aos acionistas;
- m) Formular e submeter quaisquer propostas de alteração do presente Estatuto à deliberação da Assembléia Geral dos acionistas, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal, quando este estiver em funcionamento;
- n) Sugerir à Diretoria a adoção de normas gerais de administração e racionalização.

5.4.2. Diretoria

A sociedade tem uma Diretoria composta de 8 (oito) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandatos coincidentes de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos em conjunto ou separadamente.

Findos, os mandatos, os Diretores permanecem em seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.

A Diretoria tem a seguinte composição: 01 (um) Diretor Presidente; 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores; 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Marketing & Vendas Estratégicas e 05 (cinco) Diretores assim designados: Diretor de Equipamentos e Sistemas Elétricos; Diretor de Transmissão; Diretor de Construções, Montagens e Serviços; Diretor de Bens de Capital e Diretor de Alianças Estratégicas.

Os Diretores percebem uma remuneração mensal fixada pela Assembléia Geral, sem prejuízo da participação nos resultados apurados em balanço anual.

A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios da sociedade para a prática de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, podendo inclusive:

- a) Contrair empréstimos nacionais e/ou internacionais;
- b) Promover transações e renunciar direitos;
- c) Adquirir, alienar e onerar bens patrimoniais da Sociedade.

A representação da Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, pode ser sempre exercida por 02 (dois) Diretores, em conjunto e indistintamente, ou por um Diretor e um Procurador legalmente constituído.

Compete à Diretoria, elaborar o balanço anual e o relatório respectivo. Se o Conselho Fiscal estiver em funcionamento, também deverá se pronunciar a respeito da matéria.

No caso de destituição, renúncia ou impedimento definitivo de algum Diretor, caberá ao Conselho de Administração eleger o substituto. Na ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, suas atribuições serão exercidas pelo Diretor indicado pelo ausente ou impedido, salvo disposição contrária do Conselho de Administração.

Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela Lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

a) Ao Diretor Presidente:

- (i) cumprir e fazer cumprir o Estatuto, as deliberações das Assembléias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria;
- (ii) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (iii) estruturar e dirigir todos os serviços da Sociedade de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração;
- (iv) supervisionar o desenvolvimento dos serviços jurídicos visando avaliar, permanentemente, a evolução das ações de interesse da sociedade e o seu comportamento qualitativo e quantitativo;
- (v) supervisionar o desenvolvimento dos serviços da área societária visando garantir a plena regularidade dos registros da sociedade e de suas controladas e coligadas;

(vi) fomentar e monitorar, de forma permanente, o sistema da qualidade total abrangendo os empregados da sociedade, seus clientes, acionistas, investidores, fornecedores, os meios de comunicação e o público em geral.

b) Ao Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores compete:

(i) acompanhar o orçamento de despesas operacionais, o plano de investimentos e a projeção de resultados da sociedade;

(ii) elaborar e acompanhar o fluxo de caixa, provendo as eventuais necessidades de recursos e aplicando os excedentes;

(iii) propor e contratar operações estruturadas de engenharia financeira, no país e no exterior;

(iv) zelar pela liquidez financeira da sociedade, pela redução do custo de financiamentos e pela minimização de riscos;

(v) controlar as atividades das áreas de contabilidade, controle financeiro, contas a pagar, contas a receber e importação e exportação em seus aspectos financeiros;

(vi) zelar para que as demonstrações financeiras da sociedade, assim como, os relatórios que lhe incumbem, na forma de disposições legais e regulamentares, sejam sempre elaborados e entregues tempestivamente;

(vii) acompanhar permanentemente o comportamento das ações da companhia no mercado, especialmente quanto à sua liquidez, valorização e o bom atendimento aos acionistas;

(viii) estabelecer o planejamento fiscal e tributário;

(ix) coordenar a programação das apresentações da companhia nas ABAMECs;

(x) garantir a viabilização dos meios e instrumentos necessários ao bom atendimento aos analistas de investimentos e administradores de recursos de terceiros;

(xi) propiciar suporte à análise de estudos de viabilidade econômico-financeira de novos investimentos;

(xii) propor e coordenar o lançamento de papéis no mercado visando a captação de recursos;

(xiii) coordenar o relacionamento com instituições financeiras em geral, oficiais e privadas, comerciais e de fomento, nacionais e internacionais;

(xiv) participar diretamente do relacionamento com a imprensa na prestação de informações de caráter trimestral e relativas ao Balanço anual;

(xv) comparecer as reuniões da Diretoria e colaborar eficazmente com o Diretor Presidente na gestão da sociedade;

(xvi) a prestação de informações aos investidores, à CVM bem como manter atualizado o registro de companhia (artigos 13, 16 e 17 da Lei nº 6.385/76).

c) Ao Diretor Vice-Presidente de Marketing & Vendas Estratégicas:

- (i) promover o desenvolvimento de negócios integrados;
- (ii) buscar a sinergia entre a capacitação das unidades de negócios da sociedade, seus parceiros e requisitos de mercado;
- (iii) estabelecer as linhas de atuação para os negócios da sociedade;
- (iv) coordenar as atividades de marketing e propaganda, visando incremento permanente das atividades e dos resultados da sociedade;
- (v) fomentar o relacionamento com instituições governamentais relacionadas com os segmentos de atuação da empresa;
- (vi) propor o estabelecimento de filiais no país e no exterior como alternativa viável ao melhor desenvolvimento e expansão dos negócios da sociedade;
- (vii) prospectar negócios relacionados com área de atuação da companhia, no país e no exterior, e estabelecer relações com todas as entidades do país representativas no mercado alvo da empresa;
- (viii) coordenar a elaboração do calendário de promoções da empresa, em especial na participação de feiras e eventos afins;
- (ix) propor alternativas de novas tecnologias e produtos para assegurar maior participação no mercado;
- (x) estabelecer programa de exportação;
- (xi) coordenar a elaboração de programas para aumentar a participação no mercado dos produtos da companhia;
- (xii) coordenar os programas que visem o aumento de produtividade;
- (xiii) avaliar, permanentemente, o desempenho das vendas em relação aos diferentes setores de atuação da companhia;
- (xiv) avaliar, sob o mesmo caráter, o desempenho dos produtos da companhia em relação aos de seus concorrentes;
- (xv) incrementar, permanentemente, os canais de comercialização dos produtos da companhia;
- (xvi) comparecer as reuniões da Diretoria e colaborar eficazmente com o Diretor Presidente na gestão da sociedade;

d) Aos Diretores de Equipamentos e Sistemas Elétricos; de Transmissão; de Construções, Montagens e Serviços; de Bens de Capital e de Alianças Estratégicas, compete:

- (i) coordenar as atividades de sua área de atuação específica, relacionadas a orçamento, vendas, administração, controle financeiro, suprimentos, engenharia, fabricação, montagem e serviços e pós-vendas;
- (ii) zelar pela manutenção dos preços dos produtos e serviços em níveis competitivos e buscar, permanentemente, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento de novos produtos e serviços;

- (iii) desenvolver programas visando ao aumento de produtividade;
 - (iv) seguir as diretrizes emanadas da Vice-Presidência Financeira de Relações com Investidores e da Vice Presidência de Marketing e Vendas Estratégicas;
 - (v) comparecer as reuniões da Diretoria e colaborar eficazmente com o Diretor Presidente na gestão da sociedade;
- e) Ao Diretor de Alianças Estratégicas:
- (i) desenvolver, estabelecer e acompanhar alianças estratégicas que ofereçam soluções inteligentes em produtos e serviços para infra-estrutura no mercado alvo da sociedade;
 - (ii) definir produtos e mercados de interesse da companhia para o estabelecimento de alianças estratégicas levando em conta as melhores alternativas de mercado e nível tecnológico;
 - (iii) examinar, criticar, propor e contrapor propostas de constituição de empreendimentos conjuntos, valendo-se da assessoria especializada que couber;
 - (iv) examinar, criticar, propor e contrapor propostas de acordo de acionistas ou de quotistas regulando o direito de preferência na compra e venda de ações ou quotas e o exercício do direito de voto nas deliberações sociais;
 - (v) avaliar permanentemente a performance das alianças existentes, visando sua consolidação e definir novas áreas;
 - (vi) acompanhar os resultados de cada exercício comparativamente às perspectivas de mercado existentes e propor a correção de rumos quando necessário;
 - (vii) desenvolver programas visando ao aumento de produtividade;
 - (viii) comparecer as reuniões da Diretoria e colaborar eficazmente com o Diretor Presidente na gestão da sociedade

Os atuais membros do Conselho de Administração e da Diretoria são os seguintes:

Conselheiros de Administração

1. **ATILANO DE OMS SOBRINHO** (Conselheiro titular) eleito em abril de 2001, mandato de 3 (três) anos.
 - 1.b. **RODOLFO ANDRIANI** (Conselheiro suplente) eleito em 28-4-2000, mandato de 3 (três) anos.
2. **MARIO CELSO PETRAGLIA** (Conselheiro titular) eleito em abril de 2001, mandato de 3 (três) anos.
 - 2.b. **VALDIR LIMA CARREIRO** (Conselheiro suplente) eleito em 28-4-2000, mandato de 3 (três) anos.
3. **JAUVENAL DE OMS** (Conselheiro titular) eleito em abril de 2001, mandato de 3 (três) anos.
 - 3.b. **JOSÉ LUIZ BUSSULAR** (Conselheiro suplente) eleito em 28-4-2000, mandato de 3 (três) anos.

4. **DI MARCO POZZO** (Conselheiro titular) eleito em abril de 2001, mandato de 3 (três) anos.

4.b. **JUARÊS ELIAS SARÚ** (Conselheiro suplente) eleito em 28-4-2000, mandato de 3 (três) anos.

5. **GENNARO MORETTI** (Conselheiro titular) eleito em abril de 2001, mandato de 3 (três) anos.

5.b. **HERALDO ITAMAR RIBEIRO DITZEL** (Conselheiro suplente) eleito em 28-4-2000, mandato de 3 (três) anos.

6. **NATAL BRESSAN** (Conselheiro titular) eleito em abril de 2001, mandato de 3 (três) anos.

6.b. **ANTONIO ERNESTO FERREIRA MULLER** (Conselheiro suplente) eleito em 28-4-2000, mandato de 3 (três) anos.

7. **CESAR ROMEU FIEDLER** (Conselheiro titular) eleito em abril de 2001, mandato de 3 (três) anos.

7.b. **LUIZ FERNANDO BUCHMANN** (Conselheiro suplente) eleito em 28-4-2000, mandato de 3 (três) anos.

8. **ADEMIR PAUTASSO NUNES** (Conselheiro titular) eleito em 28-4-2000, mandato de 3 (três) anos.

8.b. **IRAJÁ GALLIANO ANDRADE** (Conselheiro suplente) eleito em 28-4-2000, mandato de 3 (três) anos.

9. **CARLOS ALBERTO DEL CLARO GLOGER** (Conselheiro titular) eleito em abril de 2001, mandato de 3 (três) anos.

9.b. **RICARDO WOITOWICZ** (Conselheiro suplente) eleito em 28-4-2000, mandato de 3 (três) anos.

10. **JOSÉ IVAN FREO** (Conselheiro titular) eleito em abril de 2001, mandato de 3 (três) anos.

10b. **OTTO GARRIDO SPARENBERG** (Conselheiro suplente) eleito em abril de 2001, mandato de 3 (três) anos.

11. **TARSO OSMAN GUEDES PIEGAS** (Conselheiro titular) eleito em abril de 2001, mandato de 3 (três) anos.

11.b. **ILTON DOS SANTOS ALMEIDA** (Conselheiro suplente) eleito em 28-4-2001, mandato de 3 (três) anos.

12. **CARLOS HENRIQUE FLORY** (Conselheiro titular) eleito em 28-4-2000, mandato de 3 (três) anos.

12.b. **FREDERICO SANTANA SAMPAIO** (Conselheiro suplente) eleito em 28-4-2000, mandato de 3 (três) anos.

13. **BRUNO HERMES DA FONSECA RUDGE** (Conselheiro titular) eleito em abril de 2001, mandato de 3 (três) anos.

13.b. **FERNANDO JOSÉ DE OLIVEIRA PIRES DOS SANTOS** (Conselheiro suplente) eleito em abril de 2001, mandato de 3 (três) anos.

14. **EDSON ATSUMI TANIGAKI** (Conselheiro titular) eleito em abril de 2001, mandato de 3 (três) anos.
14.b. **ADRIANA DUARTE CHAGASTELLES** (Conselheiro suplente) eleito em abril de 2001, mandato de 3 (três) anos.
15. **PERICLES VERAS DOS ANJOS** (Conselheiro titular) eleito em abril de 2001, mandato de 3 (três) anos.
15.b. **ALOÍSIO MACÁRIO FERREIRA DE SOUZA** (Conselheiro suplente) eleito em abril de 2001, mandato de 3 (três) anos.

Diretoria

1. Diretor Presidente – **CESAR ROMEU FIEDLER**, eleito em 11-5-2001, mandato coincidente com o dos membros do Conselho de Administração.
2. Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores – **ADEMIR PAUTASSO NUNES**, eleito em 11-5-2001, mandato coincidente com o dos membros do Conselho de Administração.
3. Diretor Vice-Presidente de Marketing & Vendas Estratégicas – **ANTONIO ERNESTO FERREIRA MÜLLER**, eleito em 11-5-2001, mandato coincidente com o dos membros do Conselho de Administração.
4. Diretor de Equipamentos e Sistemas Elétricos – **LUIZ FERNANDO BUCHMANN**, eleito em 11-5-2001, mandato coincidente com o dos membros do Conselho de Administração.
5. Diretor de Transmissão – **ANTONIO CARLOS TEMER BARBOSA**, eleito em 11-5-2001, mandato coincidente com o dos membros do Conselho de Administração.
6. Diretor de Construções, Montagens e Serviços – **VALDIR LIMA CARREIRO**, eleito em 11-5-2001, mandato coincidente com o dos membros do Conselho de Administração.
7. Diretor de Bens de Capital – **GUILLERMO ALFREDO MORANDO**, eleito em 11-5-2001, mandato coincidente com o dos membros do Conselho de Administração, que acumulará as atribuições pertinentes à Diretoria de Alianças Estratégicas.

5.4.3. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, pode ser composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral entre pessoas naturais, residentes e domiciliadas no país e possuidoras dos requisitos contidos no Art. 162 da Lei nº 6.404/76, podendo ser reeleitos em conjunto ou separadamente.

O Conselho Fiscal não tem função permanente, e só é instalado quando ocorre o previsto no Artigo 161, Parágrafo 2º da Lei Nº 6404/76, ocasião em que a Assembléia Geral fixará a remuneração de seus membros.

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, tem as atribuições e poderes que a Lei lhe confere.

Atualmente a companhia está com o Conselho de Fiscal em funcionamento, composto da seguinte forma:

Conselheiros Fiscais

1. **JOSÉ HIGINO BUCZENKO** (Conselheiro titular) eleito em abril de 2001, mandato de 1 (um) ano.

1.b. **PEDRO AUGUSTO SCHWAB** (Conselheiro suplente) eleito em abril de 2001, mandato de 1 (um) ano.

2. **PEDRO ADOLFO LUIZ CALDEIRA** (Conselheiro titular) eleito em abril de 2001, mandato de 1 (um) ano.

2.b. **LUIZ JOSÉ ESCORSIN** (Conselheiro suplente) eleito em abril de 2001, mandato de 1 (um) ano.

3. **SÉRGIO AUGUSTO FRAGOSO PAES LEME** (Conselheiro titular) eleito em abril de 2001, mandato de 1 (um) ano.

3.b. **ADRIAN MONGE JARA** (Conselheiro suplente) eleito em abril de 2001, mandato de 1 (um) ano.

4. **EGON HANDEL** (Conselheiro titular) eleito em abril de 2001, mandato de 1 (um) ano.

4.b. **VANDERLEI DOMINGUEZ DA ROSA** (Conselheiro suplente) eleito em abril de 2001, mandato de 1 (um) ano.

5. **RICARDO JOSÉ DA COSTA FLORES** (Conselheiro titular) eleito em abril de 2001, mandato de 1 (um) ano.

5.b. **LUIZ ANTÔNIO DA SILVA CORRÊA** (Conselheiro suplente) eleito em abril de 2000, mandato de 1 (um) ano.

5.4.4. Assembléia Geral

A Assembléia Geral reúne-se, ordinariamente, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. Os editais de convocação para as Assembléias Gerais são assinadas por 2 (dois) membros do Conselho de Administração, dele devendo constar a ordem do dia, ainda que sumariamente, bem como o dia, local e hora da reunião. A Assembléia Geral é sempre instalada pelo Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, por outro Conselheiro, sendo, entretanto, facultado fazer-se substituir na Presidência da Assembléia por um acionista eleito pelos demais e este convida um acionista para servir de

Secretário. Só podem tomar parte na Assembléia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro competente, até 5 (cinco) dias antes da data da respectiva Assembléia. A Assembléia Geral delibera por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em brancos.

5.4.5. Exercício Social

O exercício social encerra-se no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. No final de cada exercício social, os órgãos de administração farão encerrar o balanço geral patrimonial e elaborar as demonstrações contábeis e financeiras para, de acordo com a legislação vigente, apurar e demonstrar, mediante procedimentos baseados nos critérios de avaliação e classificação dos elementos patrimoniais e de resultados, o lucro do exercício, o lucro ou prejuízo acumulado, e evidenciar o estado do patrimônio da Sociedade, os quais serão submetidos à deliberação da Assembléia Geral juntamente com os demais demonstrativos exigidos por lei.

Do resultado apurado em cada exercício são deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, seguindo-se as participações de empregados e/ou administradores propostas pelos órgãos de administração na forma do Artigo 190, e com as limitações previstas no Artigo 152 e seus parágrafos, ambos da Lei nº 6.404/76.

Do lucro líquido do exercício, definido no Artigo 191, da Lei nº 6.404/76, são aplicados 5% (cinco por cento) na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, reserva essa que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescida do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo primeiro do Artigo 182, da Lei nº 6.404/76, exceder 30% (trinta por cento) do capital social.

Dos lucros remanescente será pago aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, apurado na forma do Art. 202 da Lei nº 6.404/76, observado o disposto na letra “b”, parágrafo 5º, do artigo 5º deste estatuto. O saldo dos lucros terá destinação que a Assembléia Geral determinar, mediante recomendação dos órgãos de Administração da Sociedade.

5.5. Capitalização

A capitalização se dará após a efetivação do aumento de capital a ser subscrito no prazo de conversão das 200.000 (duzentas mil) debêntures conversíveis, escriturais, de emissão de Inepar S.A. Indústria e Construções, emitidas ao preço unitário de R\$1.000,00 (mil reais) por debênture.

5.6. Informação sobre outros títulos emitidos pela companhia

A partir dos atos societários disponibilizados pela emissora podemos concluir que nos últimos 4 anos, além da presente emissão, a Inepar S.A. Indústria e Construções, emitiu:

(1) em Assembléia Geral Extraordinária datada de 9.2.1996, emitiu 35.000 debêntures não conversíveis em ações da INEPAR S.A., em série única, permutáveis em ações da Iridium Brasil S.A. (antiga denominação da INEPAR Telecomunicações S.A.), com valor nominal unitário de R\$1.000,00, em um montante de R\$35.000.000,00;

Todas as debêntures emitidas foram subscritas, sendo que 19.784 debêntures foram permutadas por ações ordinárias de emissão da Inepar Telecomunicações S.A., permanecendo em aberto 15.216 debêntures.

Em 29 de janeiro de 2001, os debenturistas em Assembléia Geral deliberaram alterar a forma de pagamento das 15.216 debêntures remanescentes:

- e) pagamento de 10 debêntures, em espécie, em 1/02/2001;
- f) pagamento de 25% do saldo devedor em espécie até 2/04/2001;
- g) pagamento de 25% do saldo devedor em espécie até 1/09/2001;
- h) pagamento integral do saldo devedor, em espécie, até 1/02/2002;

Em 31.03.2001, remanesciam 15.083 debêntures, tendo em vista que 133 debêntures foram resgatadas. O saldo devedor no curto prazo corresponde R\$ 30.796 (em milhares de reais).

Critério de remuneração: Correção segundo a variação acumulada do IGPM e juros de 17% ao ano prêmio de 1,5 % ao ano.

(2) em Assembléia Geral Extraordinária datada de 9.2.1996, emitiu 35.000 debêntures não conversíveis em ações da INEPAR S.A., em série única, permutáveis em ações da Iridium Brasil S.A. (antiga denominação da INEPAR Telecomunicações S.A.), com valor nominal unitário de R\$1.000,00, em um montante de R\$35.000.000,00;

(3) em Assembléia Geral Extraordinária datada de 27.5.1998, emitiu 45 Notas Promissórias Comerciais – Comercial Papers, em série única, com valor nominal unitário de R\$500.000,00, no montante de R\$22.500.000,00, com aval dos controladores da sociedade;

(4) em Assembléia Geral Extraordinária datada de 29.11.1996, emitiu 25.000 debêntures, em duas séries, sendo 20.000 na 1ª série, não conversíveis em ações; e 5.000 na 2ª série, conversíveis em ações, ambas as séries têm valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$1.000,00;

(5) em Reunião do Conselho de Administração de 6.12.1996, foi aumentado o Capital Social de 111.835.287,00 para R\$292.795.287,00 e emitiu 8 séries de Bônus de Subscrição. Em Reunião do Conselho de Administração de 6.1.1997, aumentou o prazo de subscrição dos bônus emitidos em 6.12.1996;

(6) em Reunião do Conselho de Administração de 17.4.1997, foi aumentado o Capital Social de 292.795.287,00 para R\$316.979.496,22, decorrente do exercício do dos bônus de subscrição deliberados na Reunião do Conselho de Administração de 6.12.1996.

(7) em Reunião do Conselho de Administração de 25.11.1998, foram emitidas 100 (cem) Notas promissórias – Commercial Papers no valor de R\$50.000.000,00, com valor nominal unitário de R\$500.000,00, com aval dos controladores.

(8) em Reunião do Conselho de Administração de 13.01.1999, foram emitidos 485.444.270.313 bônus de subscrição, em 2 séries, pelo preço de emissão de R\$0,10 o lote de 1.000 (mil). Na Reunião do Conselho de 26.2.1999 foi prorrogado o prazo de subscrição das sobras dos bônus emitidos em 13.1.1999. Nas Reuniões nº 190ª e 191ª do Conselho de Administração foi realizado aumento de capital da emissora no montante de R\$ 252.178.482,64, através da integralização de 484.842.989.528 Bônus de Subscrição, sendo que foram cancelados 601.280.785 bônus.

(9) em Reunião do Conselho de Administração de 11.5.2000, deliberou-se emitir 200 Notas Promissórias – Commercial Papers de emissão da companhia no montante de R\$100.000.000,00, com valor nominal unitário de R\$500.000,00. Esta emissão nunca foi efetivada.

Debêntures emitidas pela Inepar S.A. – Indústria e Construções, ainda em circulação:

(i) 15.083 debêntures emitidas na Assembléia Geral Extraordinária de 9.2.1996, com valor nominal de R\$1.000,00, que vencem em 1.2.2001 (das 35.000 debêntures emitidas já foram convertidas 19.784); Em 29 de janeiro de 2001 os debenturistas em Assembléia Geral deliberaram alterar a forma de pagamento das debêntures da segunda emissão, remanescentes, conforme já explicado, anteriormente.

(ii) todas as 20.000 debêntures, da 1ª série, emitidas na Assembléia Geral Extraordinária de 29.11.1996, com valor nominal de R\$1.000,00, que vencem em 30.11.2001;

(iii) 1.242 debêntures, da 2ª série, emitidas na Assembléia Geral Extraordinária de 29.11.1996, com valor nominal de R\$1.000,00, que vencem em 30.11.2001 (das 5.000 debêntures da 2ª série já foram convertidas 3.168 e faltam ser colocadas 590).

Debêntures	
(Valores em milhares de Reais)	
Debêntures constantes no passivo circulante do balanço apurado em 30.06.2000	R\$ 31.565
Debêntures constantes no exigível a longo prazo do balanço apurado em 30.06.2000.	R\$ 5.418
As 15.216 debêntures (AGE de 9.2.1996) ainda não convertidas, correspondem a um saldo devedor de	R\$20.213 no curto prazo (circulante).
As 21.242 debêntures, ainda não pagas ou convertidas, emitidas em 29.11.1996 representam:	R\$6.352 no curto prazo (circulante) R\$5.418 no exigível a longo prazo.

Segundo informações fornecidas pelo Departamento Jurídico Societário da emissora não existem Notas Promissórias, nem Bônus de Subscrição emitidos pela INEPAR S.A. – INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES, ainda em circulação. Todos foram convertidos, pagos ou cancelados.

Últimas Deliberações da Diretoria autorizando a assinatura de contratos.

Foram disponibilizadas pela emissora as atas dos últimos 4 anos das reuniões da Diretoria:

INEPAR S.A. – INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES			
Nº	Datas	Deliberações da diretoria relevantes.	Situação e potencial ônus.
(i)	Reunião de Diretoria de 20.4.1999	– Autoriza a contratação pela INEPAR S.A – Indústria e Construções de ACORDO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DE EXPORTAÇÃO para garantir o pagamento pela INEPAR – FEM Equip. e Montagens S.A, à ZF Hurth Barhntechik GmbH, valor DEM 3.138.200,00.	O Contrato foi assinado, ainda vigora e tem um valor estimado de US\$1.000.000.
(ii)	Reunião de Diretoria de 4.2.1999	– Aprova a concessão de empréstimo por parte da sociedade, a favor da SADE Corp. of America no valor de US\$1.370.000,00.	O Contrato foi assinado e liquidado normalmente.
(iii)	Reunião de Diretoria de 2.11.1999	– Ratifica a concessão de fiança à emissão de debêntures da Substação Eletrometrô S.A.	O Contrato foi assinado, ainda vigora e tem um valor estimado de R\$50.000.000,00.
(iv)	Reunião de Diretoria de 29.7.1998	– Autoriza pedido e contratação de empréstimo junto ao BNDES, nos termos do Contrato de Adiantamento para Futura Subscrição de Debêntures no valor de R\$120.000.000,00 (prazo de 120 dias).	O Contrato foi assinado e liquidado normalmente.
(v)	Reunião de Diretoria de 8.7.1998	– Autorização para a companhia ser fiadora da INEPAR ENERGIA S.A., na operação de adiantamento de recursos a ser contratada, junto ao BNDES, por conta da aquisição de ações da Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA.	O Contrato foi assinado e liquidado normalmente.
(vi)	Reunião de Diretoria de 5.5.1998	– Autorização para a companhia ser fiadora da IRIDIUM SUDAMERICA LTDA., na operação de adiantamento de recursos a ser contratada, junto ao BNDES, no valor de R\$30.196.466,21.	O Contrato foi assinado e ainda vigora e tem um valor estimado de R\$37.000.000,00.
(vii)	Reunião de Diretoria de 28.11.1997	– Autorização para a contratação de financiamento no BNDES para aquisição de ações da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT.	O Contrato foi assinado, ainda vigora e tem um valor estimado de R\$82.000.000,00.
(viii)	Reunião de Diretoria de 29.7.1997	– Deliberação no sentido de aprovar a captação de recursos no exterior no valor de US\$100.000.000,00 através da emissão de Notas Promissórias no Exterior, Fixed Rates Notes com vencimento final em 2.005.	A emissão até hoje nunca foi realizada.
(ix)	Reunião de Diretoria de 7.4.1997	– Aprovar a concessão de aval à operação de emissão de EURO COMMERCIAL PAPER através da INEPAR OVERSEAS INC. no valor de US\$20.000.000,00, com vencimento em 9.04.1998.	O Contrato foi assinado e liquidado normalmente.
(x)	Reunião de Diretoria de 31.01.1997	– Prestação de garantia de aval à operação de emissão de Notas Promissórias de Curto Prazo com emissão no exterior, através da INEPAR S.A – Eletroeletrônica no valor de US\$10.000.000,00.	O Contrato foi assinado e liquidado normalmente.
(xi)	Reunião de Diretoria de 6.12.1996	– Aprovar a concessão de aval à operação de emissão de EURO COMMERCIAL PAPER através da SOLARIAN OVERSEAS INC. no valor de US\$20.000.000,00.	O Contrato até hoje nunca foi assinado.

Instrumentos de Constituição de Consórcio firmados pela emissora:

Foram examinados por amostragem pela emissora os seguintes instrumentos de constituição de consórcio firmados e em vigor:

(i) contrato de constituição de consórcio em 31.10.1991, firmado pela emissora com a Construtora Camargo Corrêa S.A., Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construtora Norberto Odebrecht S.A., Serveng S.A., TCI Planejamento Ltda., Mafersa S.A. e CMW Equipamentos S.A., para prestar serviços de execução de obras, serviços e fornecimento de equipamentos necessários à implantação do Metrô do Distrito Federal. A emissora é responsável pelo sistema de energia, podendo o Metrô do D.F. exigir diretamente da emissora a obrigação de fazer contratada no instrumento (O instrumento de constituição do consórcio, foi devidamente arquivado na junta Comercial do Distrito Federal sob nº 5398250 em data de 30/12/1991).

(ii) A emissora firmou contrato de constituição de consórcio denominado “segurança nas estradas” em 14.09.1998, com Perkons Equip. Eletrônicos Ltda. e Data Traffic Processamento de Dados S.A. para instalar sensores de velocidade em Rodovias administradas pelo DNER. A emissora têm 22,51% do consórcio e responsabilidade solidária, pelos encargos fiscais e administrativos referentes ao objeto do contrato. (O instrumento de constituição do consórcio, foi devidamente arquivado na junta Comercial).

(iii) A emissora firmou contrato de constituição de consórcio denominado “estrada segura” em 28.07.1998, com Perkons Equip. Eletrônicos Ltda. e Data Traffic Processamento de Dados S.A. para instalar, operar, controlar e manter 200 sensores de velocidade em Rodovias do Estado de Goiás. A emissora têm 24% do consórcio e responsabilidade solidária, pelos encargos fiscais e administrativos referentes ao objeto do contrato. (O instrumento de constituição do consórcio foi devidamente arquivado na junta Comercial)

(iv) A emissora firmou contrato de constituição de consórcio denominado em 8.05.2000, com J. Ferreira Engenharia e Construção Ltda. para executar os serviços de reforma e adequação da via permanente e rede aérea de tração da linha sul da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM. A emissora têm 50% do consórcio e responsabilidade solidária, pelos encargos fiscais e administrativos referentes ao objeto do contrato (O instrumento de constituição do consórcio, foi devidamente arquivado na junta Comercial). Os instrumentos foram firmados dentro dos parâmetros estabelecidos pelo objeto da companhia para realização dos objetivos sociais da empresa.

5.7. Pendências Judiciais

Contratos Relevantes

Inepar S.A. – Indústria e Construções

A) Contratos de financiamento

Para verificação dos contratos de financiamento celebrados pela Inepar S.A. – Indústria e Construções, foi adotado o critério de amostragem, com base no valor original dos contratos, conforme planilha disponibilizada pela sociedade, cuja data base é 31 de março de 2001.

A aludida planilha indica, como saldo devedor consolidado dos financiamentos, o valor de R\$ 194.716.748,30.

Segue, abaixo, a relação dos contratos analisados, acompanhados, em casos específicos, de outras informações relevantes.

- 1) Contrato particular de abertura de crédito rotativo nº CWB/JUR/050/2000, celebrado em 10/04/00 com o HSBC Bank Brasil S/A, no valor de R\$ 70.000.000,00 e com vencimento em 10/04/01. Tem como interveniente garantidora, na condição de devedora solidária, a Inepar Administração e Participações S.A. Garantia fidejussória prestada através de Nota promissória, no valor de R\$ 84.000.000,00, com vencimento à vista; garantia real prestada através de caução das seguintes ações: 38.526.054 de ações PN da Inepar Energia S/A; 600.000.000 de ações PN da Inepar S/A Indústria e Construções, 6.000.000 de ações ON da Inepar S.A Indústria e Construções. A concessão dos créditos é feita através da celebração de contratos de Mútuo e de Capital de Giro. Destaca-se como causa para o vencimento antecipado e rescisão a mudança do controle acionário, inclusive da interveniente, sem prévia anuência do banco. A Inepar pode, a qualquer tempo, mediante aviso, cancelar o limite. Demais condições padrão.
- 2) Contrato de mútuo na forma operacional de empréstimo rotativo nº 0672181199206084, celebrado em 18/11/99 com o HSBC Bank Brasil S/A, no valor de R\$ 19.600.000,00 e com vencimento em 28/09/00, conforme aditivo firmado em 24.08.00. Tem como interveniente garantidora, na condição de devedora solidária, a Inepar Administração e Participações S.A. Garantia prestada através de Nota promissória, no valor de R\$ 24.700,00, com vencimento à vista, além da entrega, em caução, de títulos de sua emissão, sacados contra praças aonde o banco mantém agências. Destaca-se como causa de rescisão a mudança do controle acionário sem prévia anuência banco. A Inepar pode rescindir em caso de discordância com modificações dos termos mediante a liquidação do saldo devedor, e qualquer das partes, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 5 dias. Demais condições padrão.
- 3) Instrumento particular de contrato de financiamento (capital de giro), sendo financiador o Banco Bradesco S.A, assinado em 24/03/00, para abertura de crédito fixo no valor de R\$ 12.000.000,00. Pagamento previsto para ser efetuado em 12 parcelas, vencendo-se a primeira em 24/06/00 e a última em 24/03/03. Taxa efetiva anual de 22,50, calculada sobre o valor do principal. IOF no valor de R\$ 179.579,99. Garantia prestada através de Nota Promissória no valor de R\$ 18.000.000,00. Assinam como intervenientes garantidores a Inepar Administração e Participações, Jauvenal de Oms e Di Marco Pozzo.
- 4) Cédula de Crédito Industrial nº 3545, assinada em 31/05/96, sendo financiador o Banco BCN Barclays S.A., destinado-se os recursos para capital de giro. Por força do aditivo firmado em 15/05/97, o valor passou a US\$ 7,500,000.00, prorrogado o prazo de vencimento para 15/05/02. O pagamento é feito em reais, utilizada para a respectiva conversão a PTAX 800, opção 5, moeda 220. Sobre o saldo devedor corrigido cambialmente incidem juros de 13% ao ano, calculados linearmente. A Cédula prevê, ainda, o pagamento de juros moratórios a razão de 1% ao mês e pena convencional de 10% sobre o principal e acessórios. O inadimplemento tanto deste contrato como de outros firmados com o Banco Barclays acarreta o vencimento antecipado da dívida, assim como a hipótese de concordata preventiva. Garantem o financiamento: (i) hipoteca do imóvel de propriedade da Inepar, matrícula nº 1790, com 89.873,46m2, situado em Curitiba (cf. quadro indicado no item Imóveis do presente Prospecto); (ii) caução dos direitos relativos aos contratos de prestação de serviços firmados em 05/05/95 com a Prefeitura de Londrina; em 23.12.96 com a CET – Cia. de Engenharia de

Tráfego de São Paulo; em 23.06.95 e 25/02/97 com o DETRAN – MS; e (iii) caução de títulos de crédito, a ser contratada até o último dia de cada semestre, contados da assinatura do aditivo, em reais equivalentes a US\$ 1,125,000.00. São, ainda, avalistas Mario Celso Petraglia e Jauneval de Oms.

B) Contratos de fornecimento e prestação de serviços

Para elaboração do presente prospecto, foram considerados os contratos de fornecimento e prestação de serviços celebrados pela Inepar S/A Indústria e Construções, de valor individual superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), analisados pelo critério da amostragem.

Segue, abaixo, a relação dos contratos analisados, acompanhados, em casos específicos, de outras informações relevantes.

- 1) Contrato nº 836270102201 (Proc. nº 836270; Concorrência Internacional nº 83627), celebrado em 06/10/99, sendo contratante a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e contratado, o Consórcio INEPAR/J. Ferreira (Inepar S/A – Indústrias e Construções e J. Ferreira Engenharia e Construção Ltda.), no valor de R\$ 17.992.277,69 (conforme aditivo de 12/03/01). Prazo de 12 meses, observado o organograma de execução e início das obras em 30 dias da assinatura do contrato. Em garantia à execução do serviço foi exigida quantia equivalente à 5% do valor do contrato. A rescisão se dará, inclusive, na ocorrência de qualquer medida que cause impacto aos ativos do contratado. Demais condições padrão.
- 2) Contrato nº 867370132202 (Proc. nº 8673701; Concorrência nº 86737), celebrado em 21/08/98, sendo contratante a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, para serviços de revisão geral com fornecimento de 21 trens unidades elétricos, que trafegam nas linhas A e D da CPTM, no valor de R\$ 14.054.904,00. Prazo de execução de 30 meses à contar da data estabelecida na ordem de serviço. Exigida garantia em valor correspondente a 5% do valor do contrato. Demais condições padrão.
- 3) Contrato de subempreitada nº 70.356.093 e aditivo, celebrado em 28/02/00, sendo contratante a Construtora Queiróz Galvão S.A, para fornecimento e montagem de estruturas metálicas nas obras de infra-estrutura necessária à operação do veículo leve sobre pneus na linha Parque D. Pedro II a Sacomã do FURA FILA, no valor de R\$ 4.755.150,00. Prazo de 7 meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado. Em garantia à execução do serviço foi exigida quantia equivalente à 10% do valor do contrato e, ainda, um instrumento de garantia no valor de R\$ 1.426.545,00 no ato do recebimento de adiantamento previsto no contrato. Demais condições padrão.
- 4) Contrato de subempreitada nº 0007/2000, celebrado em 28/02/00, sendo contratante o Consórcio Construtor São Paulo e contratada a Inepar S.A. – Indústria e Construções, para fornecimento e montagem de estruturas metálicas nas obras de infra-estrutura necessária à operação do veículo leve sobre pneus na linha Parque D. Pedro II a Sacomã do FURA FILA, no valor aproximado de R\$ 8.355.000,00. Prazo de 7 meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado. Em garantia à execução do serviço foi exigido, na assinatura, seguro no valor de R\$ 982.620,00 que deverá ser acrescido até alcançar o equivalente a 30%. Demais condições padrão.

- 5) Contrato de subempreitada (PI - 10248), celebrado em 28/02/00, sendo contratante a Mendes Junior Trading Engenharia S.A. e contratada a Inepar S.A. – Indústria e Construções, para fornecimento e montagem de estruturas metálicas nas obras de infra-estrutura necessária à operação do veículo leve sobre pneus na linha Parque D. Pedro II a Sacomã do FURA FILA, no valor de R\$ 3.329.950,00. Prazo de 210 dias a partir da assinatura, podendo ser prorrogado. Em garantia à execução do serviço foi exigido, na assinatura, seguro no valor de R\$ 332.995,00, equivalente a 10%, que deverá ser acrescido até alcançar o equivalente a 30%. Demais condições padrão.
- 6) Contrato de Empreitada para fornecimento de bens e serviços nº 001/92-MC-NOVACAP, celebrado em 1992, para a implementação do Metrô-DF, sendo contratante a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP e contratado, o Consórcio BRASMETRO (constituído, inclusive, pela Inepar S.A. -Indústria e Construção), no valor de Cr\$ 240.061.846.320,00 (base julho/91) dos quais 11,4627% caberão à Inepar, que hoje alcança a importância aproximada de R\$ 10.000.000,00. Prazos: (i) para início dos trabalhos, 5 dias da data de emissão da ordem de serviço inicial; (ii) para elaboração dos projetos e execução dos serviços, 36 meses a contar da emissão da ordem de serviço inicial, podendo ser prorrogado nos termos do art. 76 do Decreto nº 10.996/88. Cada consorciada deve garantir o contrato com importância equivalente a 2,5% do preço total que lhe couber. Rescisão, entre outras causas, nas hipóteses de descumprimento contratual, alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato. Demais condições padrão.
- Obs.: foram firmados quatro aditivos, dois dos quais tendo por objeto dispor sobre cobertura contratual, mediante provisão de recursos para fazer frente a extensão dos serviços de assistência técnica e conservação das edificações e dos sistemas de sinalização, controle e telecomunicações, energia, via permanente, material rodante e edificações, instalados relativos a parte do Metrô-DF. O primeiro, firmado em 20/02/01 no valor de R\$ 686.640,40 e o segundo, datado de 30/03/01, no valor de R\$ 15.229.024,90 (ambos os valores referentes a data base de julho/94).
- 7) Contrato nº 165/96, de locação de subestação e sistema de interligação de 69kv da CHESF envolvendo fornecimento de equipamentos e materiais e serviços, celebrado em 07/08/96, sendo contratante a Companhia Energética do Piauí - CEPISA e contratada a Inepar S.A. – Indústria e Construções. Pela locação o valor acordado é de R\$ 164.500,00 mensais e, pela operação e manutenção, R\$ 10.000,00 mensais. Prazo de 82 meses, podendo ser prorrogado. Em garantia à execução do contrato é exigível documento de garantia no valor de 2% do contrato. Em contrapartida a CEPISA fornece, além de notas promissórias nos valores e vencimentos estabelecidos no contrato, cessão de direitos creditórios. Demais condições padrão.
- 8) Contrato nº 060/ASJUR/98 (proc. adm. nº E-10/902.010/97) para fornecimento e execução de serviços, celebrado em 11/11/98, sendo contratante a Companhia Fluminense de Trens Urbanos – FLUMITRENS e contratada a Inepar S.A. – Indústria e Construções, no valor de R\$ 33.240.376,80 e vigência até 30/09/01 (conforme aditivo de 30/11/00).
- 9) Contrato nº 91/91159 para fornecimento de pontes rolantes para o laminador de tiras quentes da Companhia Siderúrgica de Tubarão, celebrado em 04/04/00, sendo contratante a Mannesmann Demag Ltda. e contratada a Inepar S.A. – Indústria e Construções, no valor de R\$ 15.713.154,00. Prazo previsto para o fornecimento é de 13 meses a partir da assinatura do contrato. Em garantia à execução do contrato é exigível documento de garantia no valor de

5% do contrato. Demais condições padrão.

- 10) Contrato nº 13069, celebrado em 11/02/00, sendo contratante FURNAS – Centrais Elétricas S/A e contratada a Inepar S.A. – Indústria e Construções, para fornecimento de materiais para as SE's de Bandeirantes, Rio Verde Samambaia, Angra e São José, no valor estimativo de R\$ 12. 687.473,59 (conforme aditivo de 11/02/00). Em garantia à execução das obrigações foi exigida quantia equivalente à 5% do valor do contrato. Demais condições padrão.
- 11) Contrato de Prestação de Serviços a preços unitários para gerenciamento de tráfego, celebrado em 15/01/99, sendo contratante o DNER e contratadas as firmas Perkons Equipamentos Eletrônicos Ltda. e as demais participantes do Consórcio “Segurança nas Estradas” (do qual a Inepar é consorciada), no valor estimado de R\$ 415.395.594,00. Prazo de 5 anos após o início efetivo dos serviços de cada equipamento. Em garantia à execução do contrato foi exigido seguro garantia no valor de R\$ 2.076.977,97. Demais condições padrão.
- 12) Contrato de Prestação de Serviços nº 246/98-PJ, para implantar, operar, controlar e manter 200 sistemas redutores eletrônicos de velocidade em rodovias no Estado de Goiás, celebrado em 10/08/98, sendo contratante o DER de Goiás e contratada a Perkons Equipamentos Eletrônicos Ltda. (líder do Consórcio Estrada Segura, do qual a Inepar é consorciada), no valor estimado de R\$ 76.716.000,00. Prazo de 60 meses após a emissão da 1ª ordem de serviço. Em garantia à execução do contrato foi caucionada a importância de R\$ 120.000,00. Demais condições padrão.
- 13) Contrato de Prestação de Serviços nº 009/98, para gerenciamento do controle de trânsito com controle eletrônico, celebrado em 07/08/98, sendo contratante a Prefeitura de São Luís e contratada a Perkons Equipamentos Eletrônicos Ltda., no valor estimado de R\$ 8.379.936,00. Prazo de 5 anos à partir da publicação na imprensa oficial. Em garantia à execução do contrato foi caucionada a importância de R\$ 83.799,36. Demais condições padrão.
- 14) Contrato para implantação da UHE Dona Francisca, celebrado em 05/11/98, firmado pela Dona Francisca Energética S.A. – DFESA (consórcio do qual a Inepar Energia S/A é consorciada) e pelo Consórcio Fornecedor da UHE Dona Francisca – CONFRAN, (do qual a Inepar Industria é consorciada), estando também assinado por (a) Ivaí Engenharia de Obras S/A e Torno do Brasil S/A (com a obrigação de constituírem um consórcio) são denominadas CONTRUTORAS, (b) Inepar S/A Industria e Construções – denominada IIC e, (c) ENGEVIX Engenharia S/C Ltda. Tem por objeto a implantação, pelo CONFRAN, da UHE Dona Francisca, sob regime de empreitada integral, tipo *turnkey*, com fornecimento global de bens e serviços. O preço global do contrato é de R\$ 123.901.051,50, devidos pela DFESA ao CONFRAN e a data prevista para o término das obras é 30/06/01. Exigida garantia financeira no valor nominal equivalente a 15% do preço global do contrato. Pelo CONFRAN, a rescisão pode se dar por inadimplência, dissolução, falência ou concordata da DFESA, sendo cabível a cobrança de multa rescisória de 5% do saldo remanescente do valor global; pelo DFESA, a rescisão pode se dar por conveniência, sendo cabível multa rescisória de 5% do saldo remanescente do valor do contrato ou por inadimplência (cabendo, inclusive, a execução da garantia prestada).
- 15) Oitavo aditivo ao Contrato celebrado em 10/10/80 entre a CESP – Companhia Energética de São Paulo e o Consórcio GIPA – grupo Industrial Paraná-Parapanema (do qual a SADE é consorciada), para compra e venda de equipamentos destinados as Usinas Hidroelétricas de Porto Primavera, Taquaruçu e Rosana, esclusa de Porto Primavera, celebrado em 06/04/00, no valor total de R\$ 314.567.386,29, dos quais R\$ 61.850.558,14 são

devidos à SADE. Vigência prevista até 2003. Obs: do contrato principal consta que a rescisão pode se dar, por qualquer uma das partes, em caso de inadimplemento das obrigações, cabendo ao Juízo Arbitral quantificar a(s) responsabilidade(s) da(s) parte(s) inadimplente(s). Demais condições padrão.

- 16) Contrato celebrado em 29/12/00 para modernização das Unidades Geradoras 5 a 8 e execução de serviços nas demais unidades a fim de possibilitar a operação remota da UHE Mascarenhas de Moraes, firmado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e pelo Consórcio CEMASC (do qual a Inepar S.A. Indústria e Construções é consorciada). Tem por objeto execução de obras civis, incluída a administração da obra, fornecimento de equipamentos e materiais, transporte, desmontagem/montagem/instalação e ensaios de campo, sob regime de empreitada por preço global. O valor do contrato é de R\$ 151.700.000,00, previsto o prazo de duração de 36 meses, exigida garantia financeira no valor nominal equivalente a 5% do preço. São previstas, dentre outras, as seguintes hipóteses de rescisão: (i) dissolução, falência ou concordata; (ii) alteração social ou modificações da finalidade e estrutura do Consórcio, desde que prejudicial a execução do contrato; (iii) cisão, fusão ou incorporação que, a critério de Furnas, importe em modificação da qualidade técnica, idoneidade profissional ou capacidade financeira; e (iv) dissolução do Consórcio. Para estes casos a multa rescisória corresponde a 20% sobre o valor atualizado do contrato. As consorciadas são solidariamente responsáveis por todas as obrigações.
- 17) Contrato VPF/SP/091-2000, celebrado em 01/12/00, com Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A., Telecomunicações do Minas Gerais S.A., Telecomunicações do Espírito Santo S.A., Telecomunicações da Bahia S.A., Telecomunicações de Sergipe S.A., Telecomunicações de Alagoas S.A.; Telecomunicações de Pernambuco S.A.; Telecomunicações da Paraíba S.A.; Telecomunicações do Rio Grande do Norte S.A.; Telecomunicações do Ceará S.A.; Telecomunicações do Piauí S.A.; Telecomunicações do Maranhão S.A.; Telecomunicações do Pará S.A.; Telecomunicações do Amazonas S.A.; Telecomunicações do Amapá S.A. e Telecomunicações de Roraima S.A.. O contrato tem por objeto o fornecimento e instalação de Torres Metálicas Autoportantes, no valor estimado de R\$ 32.986.745,00. A vigência do contrato termina em 31/12/01. Demais condições padrão.
- 18) Contrato SUP2.0.5.0343.0, celebrado em 18/12/00 com ELETRONORTE, tendo por objeto o fornecimento de estruturas treliçadas para a Linha de Transmissão Porto Velho/Abuñã/Rio Branco, compreendendo a fabricação, ensaios, testes, embalagem, transporte, seguro e todas as demais providências necessárias para a entrega na modalidade "CIP - Canteiros de Obras". O contrato tem o valor de R\$ 17.119.113,30, fixos e irrevogáveis, já computados os impostos, taxas e contribuições incidentes. As obrigações vigoram até o respectivo adimplemento, sendo certo que o atraso no fornecimento acarreta a incidência de multa moratória a razão de 0,2% sobre a parte afetada pelo atraso, limitada a 10% do valor total do contrato. O contrato prevê, ainda, a obrigatoriedade de apresentação de garantia pela Inepar em valor equivalente a 5% do total.

C) Contratos de aquisição e transferência de tecnologia

A sociedade informou ter apenas um contrato desta natureza, a seguir descrito:

Contrato firmado em 31 de julho de 2000 com Lawson & Haug Industry ,tendo por objeto: (i) transferência de tecnologia relativa à fabricação, modificação e operação de produto submarino

denominado “árvore de natal vertical”; (ii) licença para fabricação do produto; (iii) assistência técnica na área de engenharia; e (iv) representação comercial nas áreas de fabricação, venda e distribuição do produto no Brasil. O prazo é de 5 anos renováveis por iguais períodos e se inicia quando obtidas todas as aprovações necessárias das autoridades brasileiras competentes - caso tais aprovações não sejam obtidas no prazo de 9 meses contado da data de assinatura do contrato, qualquer das partes poderá rescindi-lo mediante notificação à outra. O contrato prevê, também, o desenvolvimento, em conjunto pelas partes ou só por conta de Lawson & Haug, de sub-produtos e de produtos adicionais à “árvore de natal vertical”; as partes deverão fazer com que representantes delas se encontrem pelo menos a cada 2 anos com o objetivo de se atualizarem e intercambiarem informações técnicas a respeito do desenvolvimento das tecnologias, bem como das modificações e aperfeiçoamentos do projeto do produto. Há a possibilidade de tornarem-se produtos, para os efeitos do contrato, “árvore de natal horizontal”, cabeças de poço, *templates* e *manifolds*, cujos projetos básicos já foram definidos pela Lawson & Haug; o desenvolvimento dos respectivos protótipos será de responsabilidade das partes.

Durante o período de vigência do contrato Lawson & Haug fará jus ao recebimento, a título de *royalties*, do correspondente a 5% do preço líquido de venda dos produtos pela Inepar (descontados, dentre outros custos, os impostos e taxas incidentes). Os *royalties* deverão ser pagos, em dólar, no prazo de 10 dias após o recebimento, pela Inepar.

Para os efeitos de representação comercial os demais países da América do Sul serão integrados na área de representação a partir de julho de 2002.

As partes estabelecerão, anualmente, previsão de vendas para o ano subsequente. É meta das partes que a Inepar alcance 30% de penetração no mercado; caso após 4 anos contados da assinatura do instrumento a Inepar não alcance e mantenha uma média, a cada dois anos, correspondente a 10% do mercado, Lawson & Haug terá o direito de rescindir o contrato.

O contrato estabelece a obrigação de confidencialidade até o término do prazo de 2 anos contado da respectiva rescisão.

Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A.

A) Contratos de financiamento

A planilha relativa aos financiamentos da sociedade indica, para a data base de 31 de março de 2001, o total de R\$ 17.166.774,52 de saldo devedor.

Adotado o critério de amostragem, foi analisado o seguinte contrato:

Contrato de mútuo, celebrado em 19/01/01 com o Banco Pine S.A., no valor bruto de R\$ 5.000.000,00, pagos em uma única parcela no ato da assinatura. A data prevista para o vencimento é 14/01/02. São causas de vencimento antecipado, além do inadimplemento do débito quando prevista a liquidação: (i) perda, diminuição ou incidência de penhora sobre a garantia; (ii) ação de cobrança, protesto de títulos, execução, pedido de concordata ou processo de falência; (iii) falsidade das declarações prestadas no contrato; (iv) ausência de consenso no caso de repactuação da taxa de juros ou dos encargos pré fixados; e (v) impossibilidade do exercício de repactuação por ato governamental, legislativo ou regulamentar.

Foi firmado, em paralelo, instrumento de caução, tendo por objeto a cessão dos créditos decorrentes do contrato nº 160.2.375.00-7, sendo contratante a Petrobrás – e eventuais aditivos - para a modernização de plataformas.

Garante, ainda, o contrato Nota Promissória no valor de R\$ 6.000.000,00, avalisada por Atilano de Oms Sobrinho e Jauneval de Oms.

B) Contratos de fornecimento e prestação de serviços

Foram considerados os contratos de fornecimento e prestação de serviços de valor individual superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), analisados pelo critério de amostragem.

Segue, abaixo, a relação dos contratos analisados, acompanhados, em casos específicos, de outras informações relevantes.

- 1) Contrato nº SUP.2.0.5.2000.0, celebrado em 24/02/00, sendo contratante a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE e contratado, CETUC – Consórcio Empresarial Tucuruí (do qual a Inepar-Fem – Equipamentos e Montagens S/A é consorciada), de fornecimento instalado de 11 unidades geradoras na UHC Tucuruí e equipamentos hidromecânicos. O preço contratado é o total dos discriminados nos contratos específicos. Prazo de entrega da última unidade geradora é de 79 meses à partir da assinatura. Exigida garantia no valor equivalente a 5% do total contratado. Demais condições padrão.
- 1.a) Contrato específico nº SUP.2.0.4.2011.0 - sob a égide do contrato nº SUP.2.0.5.2000.0 -, celebrado em 28/02/00, sendo contratante a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE e contratada, a Inepar-Fem – Equipamentos e Montagens S/A, para o fornecimento de bens e serviços, no valor de R\$ 138.157.894,74. Demais condições padrão.
- 2) Contrato para execução de serviços nº 160.2.060.00.5, celebrado em 27/04/00, sendo contratante a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS, e contratada a Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S/A, para execução dos serviços de modernização das plataformas Carapebas I, II, II, Vermelhos I, II, III e Pargo do Polo Nordeste da Bacia de Campos, no valor estimativo de R\$ 10.854.340,81 (conforme aditivo). Prazo de 240 dias à partir da data de início fixada na autorização de serviços. Demais condições padrão.
- 3) Contrato de fornecimento e outras avenças, celebrado em 08/07/99 entre a Santos Brasil S/A – SBSA e as empresas Noell Stahl – Und Maschinenbau GmbH e Inepar-Fem – Equipamentos e Montagens S/A, para o fornecimento de 2 guindastes pórtico para manuseio de contêineres, no valor de US\$ 11,138,606.00, dos quais R\$ 11.589.372,08 referem-se à parte nacional e US\$ 4,160,000.00 à parte importada. Prazo de 14 meses à partir da data do efetivo crédito do valor correspondente ao sinal e princípio de pagamento. Qualquer adiantamento de valor feito pela SBSA antes da vigência do contrato é garantido por carta de fiança ou seguro fiança. Demais condições padrão.
- 4) Contrato nº 11722/2-IPO , de fornecimento e serviços, celebrado em 23/11/99, sendo contratante a Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA e contratada, a INEPAR-FEM – Equipamentos e Montagens S/A, no valor de R\$ 5.990.000,00. Prazo de vigência até 31/12/01. Demais condições padrão.
- 5) Contrato nº S012/73441, celebrado em 09/01/01 com Companhia Siderurgica Nacional, tendo por objeto o fornecimento de materiais e a prestação de serviços, em regime de Turn Key, necessários ao desenvolvimento, montagem, entrega e funcionamento de sistema para modernização da Ponte Rolante PR-173. O contrato tem o valor total de R\$ 6.100.000,00 (data base de agosto/2000) compreendidos os equipamentos, despesas com transporte, montagem eletromecânica e assistência técnica, incluídas as estimativas relativas aos recolhimentos devidos de ICMS, IPI e ISS. O preço é fixo e irredutível a não ser que se verifique alteração das condições pactuadas à época da contratação. O prazo do contrato tem início com a assinatura vigorando até o adimplemento das obrigações pela Inepar Fem, observado o cronograma estabelecido pelas partes.

C) Contratos de aquisição e transferência de tecnologia

A sociedade informou não existirem contratos desta natureza.

Inepar Energia S.A.

A) Contratos de financiamento

A tabela disponibilizada indica, para a data base de 31 de março de 2001, saldo devedor em um total de R\$ 92.747.486,29, tendo sido analisado, pelo critério de amostragem, o contrato de maior valor, a seguir descrito:

Contrato BNDES nº 97.2.514.3.2, celebrado em 1º de dezembro de 1997 para a concessão de financiamento no valor de R\$ 56.580.383,65, mediante abertura de crédito, subdividido em (A) R\$ 32.331.647,81 e (B) R\$ 24.248.735,84, destinado obrigatoriamente, no âmbito do processo de desestatização da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (CEMAT), à aquisição, em leilão público, de: (i) 10.172.594.371 ações ordinárias nominativas; (ii) 4.387.071.503 ações preferenciais nominativas; (iii) 727 debêntures conversíveis em 621.621.280 ações ordinárias e 3.936.433.980 ações preferenciais nominativas.

O Subcrédito A refere-se a participação de 20%, e o B de 15%, do valor correspondente ao bloco de ações efetivamente adquirido no leilão. No caso do Subcrédito B, é prevista a possibilidade de alienação das ações correspondentes a terceiros, hipótese em que a sociedade deve liquidá-lo no prazo de 30 dias contados da alienação. O principal da dívida deverá ser pago em 15 prestações semestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela em 15 de dezembro de 2000, prevista a liquidação da obrigação em 15 de dezembro de 2007.

Garantem o contrato as ações de emissão da CEMAT adquiridas pela sociedade no leilão, inclusive aquelas provenientes da eventual conversão das debêntures. Serão igualmente objeto de caução as ações resultantes de desdobramentos, pagamento de dividendos, grupamentos e bonificações, a qualquer título.

Além das estipulações relativas a seguridade e controle da capacidade de pagamento, o contrato estabelece a obrigatoriedade na observância das “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES”, sendo, ainda, condições para o financiamento: (i) a manutenção da participação no capital votante da CEMAT, até a liquidação do crédito; (ii) a manutenção do capital próprio mínimo de 40% na CEMAT, concedido o prazo de quatro anos para esta finalidade. São causas para o vencimento antecipado, além do descumprimento das demais cláusulas, a inclusão, em acordos de acionistas ou estatutos da sociedade de dispositivo que importe em restrições ao cumprimento da obrigação contratada.

B) Contratos de fornecimento e prestação de serviços

A sociedade informou ter apenas um contrato relevante, a seguir descrito:

Contrato nº 0039231001 para concessão de uso de imóvel da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, para implantação e operação de uma subestação primária (Barra Funda), celebrado em 20/05/94, no valor de CR\$ 82.814.059.566,40. Prazo de vigência de 20 anos acrescido ao prazo de implantação previsto para 15 meses da assinatura. Caução, até o início da operação, de importância equivalente a 2% do valor do contrato; após o início da operação a

caução é substituída para importância equivalente a 0,5% do valor do contrato. Demais condições padrão.

Obs. Através do aditivo nº 09, de 20/11/98, foi promovida a sucessão da Inepar S/A Indústria e Comércio para Inepar Energia S/A.

Foi apresentado, também, o contrato nº 4453-001/95 –METRÔ/SP, cujo objeto é a subcontratação da PEM Engenharia S/A para execução de uma parte do firmado com o METRÔ/SP (nº 0039231001), celebrado em 23/05/94, no valor equivalente a 39,22% do resultado líquido da fase de operação do contrato original. Exigida garantia equivalente ao percentual de participação.

Obs. Foi apresentado instrumento particular de cessão de transferência de direitos e obrigações do contrato, celebrado em 20/11/98, aonde a Inepar Energia S/A sucede a Inepar Indústria e Construção.

C) Contratos de aquisição e transferência de tecnologia

A sociedade informou não existirem contratos desta natureza.

Inepar Telecomunicações S.A.

A sociedade informou não ter contratos de financiamento celebrados por ela diretamente, bem como a inexistência de contratos de prestação de serviços reputados como relevantes.

Foi também informado não existirem contratos que tenham por objeto a aquisição e transferência de tecnologia.

Pendências Judiciais

As informações relativas ao passivo judicial foram apuradas com base nos relatórios encaminhados pelas sociedades, e esclarecimentos solicitados no curso da diligência legal.

Para a quantificação do passivo, foi solicitado que os valores informados para as demandas indicadas correspondessem à data base dos relatórios 31/03/01, tendo as sociedades procedido a conversão dos valores para UFIR.

Como base para o critério de relevância, foram consideradas as ações trabalhistas com pedidos acima de UFIR's 100.000,00, e as demais ações com valor igual ou superior UFIR's 1.000.000,00, objeto de destaque nos respectivos itens.

No que se refere às certidões pendentes - distribuições trabalhistas da filial de Jacaré e distribuições trabalhistas, de feitos de competência da Justiça Federal e dívida ativa da União relativas a Inepar Fem – Equipamentos e Montagens S.A. - já foram solicitadas aguardando-se, apenas, o respectivo envio, conforme indicado nos respectivos itens. Tão logo recebidas, será elaborado um aditamento, com as eventuais observações pertinentes.

Inepar S.A. – Indústria e Construções

Sede

A) Processos Administrativos

No relatório encaminhado pela sociedade são indicadas quinze demandas: um mandado de segurança, para o qual foi informada a inexistência de conteúdo econômico, e quatorze autos de

infração, sendo certo que para onze destes foi informada a inviabilidade de quantificação, uma vez que as autuações ainda não foram convertidas em multa.

Os três autos quantificados são os seguintes:

- (i) auto de infração nº 10980.09446-00/11, tendo por objeto o expurgo da inflação do Plano Real, cujos valores envolvidos são de : UFIR's 9.093.493,62, para IRPJ; e, UFIR's 2.820.562,49 para CSLL. A perspectiva de êxito foi estimada em 50%;
- (ii) auto de infração nº 10980.001326/2001-19, decorrente da glosa da anistia fiscal concedida pela MP nº 1858. O valor econômico informado é de UFIR's 1.119.350,75, sendo estimada em 100% a probabilidade de êxito; e
- (iii) auto de infração nº 0910100/01305/01, referente a diferenças não declaradas do PIS, no período compreendido entre fevereiro de 1990 e dezembro de 1995, em decorrência do DL nº 2445/88 e LC nº 2449/88. O valor informado é de UFIR's 1.588.479,38 e a probabilidade de êxito estimada em 100%.

B) Processos Cíveis

No relatório encaminhado foram relacionados 47 processos.

A Inepar S.A. é ré em 32 das demandas, informado o valor total de UFIR's 14.795.521,00. Neste total não foram computadas nove ações civis públicas, para três das quais foi informada a inexistência de conteúdo econômico, e, quanto as outras seis ações, indicados como inestimáveis os valores, uma vez que a apuração de eventual condenação depende de liquidação da sentença a ser proferida.

Das ações movidas contra a Inepar S.A., merece destaque a ação de cobrança ajuizada pela Deltatec-Assessoria, Comércio e Representações Técnicas Ltda., onde se discutem comissões de 2 à 5%, supostamente devidas em razão de contrato de representação comercial, cujo valor é de UFIR's 24.425.000,00. A probabilidade de perda é estimada como remota.

Nas ações em que é autora, a Inepar pleiteia créditos que totalizam UFIR's 16.856.742,00, merecendo destaque a ação ordinária movida contra o Banestado S.A. Reflorestadora, em que se discute indenização por inadimplemento contratual, no valor de UFIR's 1.915.380,00 e probabilidade de êxito estimada como possível.

Também merecem destaque as ações abaixo, nas quais, pela conexão existente, a Inepar S.A. figura em pólos contrapostos, como ré e autora:

- (i) processos nºs 1089/98, 926/99 – respectivamente (a) ação ordinária de compensação de crédito da Inepar Energia S.A junto ao Banco BMD S.A e a BMD S.A CCVM com o débito que a Inepar S.A Indústria e Construções possui junto às mencionadas instituições; e (b) ação ordinária de cobrança proposta pelo Banco BMD S.A e a BMD S.A CCVM contra a Inepar S.A Ind. e Construções, visando o recebimento do crédito cuja compensação é objeto da ação mencionada no item (a) anterior. Ambas as ações foram julgadas em 1º grau, tendo a primeira sido julgada procedente e a segunda improcedente, estando as duas aguardando a eventual interposição de apelação por parte do Banco BMD S.A e da BMD S.A CCVM. O valor

econômico das ações é de UFIR's 5.513.698,00, tendo sido avaliada como possível a perspectiva de êxito.

- (ii) processos nº 018.89.000093-7 e 00.008737-8 – respectivamente, (a) ação ordinária proposta contra o Município de Chapecó e (b) ação rescisória proposta pela mesmo Município contra a sentença proferida na primeira ação, que o condenou a pagar à Inepar a quantia de UFIR's 7.131.445,00. A ação ordinária aguarda pagamento do precatório, o que deverá ocorrer até o final do exercício de 2002, e a rescisória aguarda réplica e resposta ao incidente de impugnação ao valor da causa. A probabilidade de perda na ação rescisória é estimada como difícil.

C) Processos Criminais

Existem dois processos criminais, nos quais a sociedade é assistente de acusação tratando-se de crimes de apropriação indébita e estelionato.

D) Processos Trabalhistas

O relatório disponibilizado indica 74 processos trabalhistas, perfazendo o total de UFIR's 1.775.561,00. Nesse total não estão computadas 16 ações para as quais foi informada a inexistência de conteúdo econômico.

Dentre esses processos destacam-se os seguintes:

- (i) processo nº 15696/98 – ação proposta por Bruno Marsi pleiteando indenização de UFIR's 532.050,00, cuja perda é tida como difícil; e,
- (ii) processo nº 0635/1995 – ação proposta por Sergio Luiz Queiroga Brito pleiteando indenização de UFIR's 151.994,37.

E) Processos Tributários

No relatório encaminhado são relacionados 32 processos fiscais.

A Inepar S.A. é ré em apenas um processo, cujo valor é de UFIR's 866.246,00. Trata-se de execução fiscal relativa a créditos de ICMS, estimada a probabilidade de perda em 80%.

Para as 31 ações em que a Inepar S.A. é autora, foi indicado o valor total de UFIR's 53.157.365,00, não computadas 4 demandas – dois mandados de segurança e uma ação ordinária, para os quais foi informada a inexistência de conteúdo econômico; e outra ação ordinária cujo valor não foi informado.

Das ações quantificadas, merecem destaque:

- (i) processo nº 97.0000424-4 – mandado de segurança impetrado contra o Delegado Federal de Curitiba, em que se discute o CMB/94, com valor estimado em UFIR's 11.914.056,11. Em primeira instância a segurança foi concedida, estando pendente o julgamento das apelações interpostas. A probabilidade de êxito foi estimada em 50%;
- (ii) processo nº 97.004.756-3 – ação ordinária movida contra FNDE, INSS e União Federal, em que se discute o salário educação, cujo valor é de UFIR's 2.587.757,12 e a probabilidade de êxito estimada em 90%;

- (iii) processo nº 95.001.6891-0 – ação ordinária movida contra a União Federal, cujo objeto é o Plano Verão, com valor estimado em UFIR's 4.667.586,83 e a probabilidade de êxito em 90%;
- (iv) processo nº 98.001.6823-0 – ação declaratória movida contra o INSS, em que se discute o SAT, cujo valor é de UFIR's 3.753.984,52 e a probabilidade de êxito estimada em 90%;
- (v) processo nº 37.099 – ação ordinária movida contra o Estado do Paraná, cujo objeto é discussão acerca do ICMS, com valor estimado em UFIR's 6.960.604,50, e a probabilidade de êxito em 50%;
- (vi) processo nº 97.001.4853-0 – ação ordinária movida contra a União Federal, cujo objeto é a extinção da correção monetária de balanço, com valor estimado em UFIR's 3.764.076,00, e a probabilidade de êxito em 90%;
- (vii) processo nº 98.000.3962-7 – ação ordinária movida contra a União Federal, cujo objeto é a extinção da correção monetária de balanço (1997), com valor estimado em UFIR's 1.492.368,00, e a probabilidade de êxito em 90%;
- (viii) processo nº 99.002.4543-1 – mandado de segurança impetrado contra o Delegado da Receita Federal em Curitiba, em que se discute a cobrança de CPMF, cujo valor estimado é de UFIR's 1.958.431,00, e a probabilidade de êxito em 10%;
- (ix) processo nº 92.005.559-1 – mandado de segurança impetrado contra o Delegado da Receita Federal em Curitiba, cujo objeto é a declaração do direito à compensação na apuração do lucro no ano base de 1991, a correção monetária especial (IPC/BTN) prevista na Lei 8.200/91, sendo o valor estimado em UFIR's 1.543.920,95, e a probabilidade de êxito em 50%;
- (x) processo nº 99.001.1030-7 – mandado de segurança impetrado contra o Delegado da Receita Federal em Curitiba, cujo objeto é o afastamento da exigibilidade da COFINS, sendo o valor estimado em UFIR's 1.080.939,00, e a probabilidade de êxito em 50%;
- (xi) processo nº 2000.70.00015686-5 – mandado de segurança impetrado contra a União Federal, cujo objeto é o afastamento da exigibilidade dos valores devidos pela ampliação da base de cálculo da PIS, pela Lei 9.718/98, sendo o valor estimado em UFIR's 3.250.450,00, e a probabilidade de êxito em 50%; e,
- (xii) processo nº 2000.70.00020143-3 – mandado de segurança impetrado contra a União Federal, cujo objeto é a declaração de inconstitucionalidade da limitação à compensação da majoração da CSLL, contida no art. 8º § 2º e 3º da Lei 9.718/98, de forma a se possibilitar a compensação da majoração com a CSLL de outros períodos que não o correspondente à apuração da COFINS, sendo o valor estimado em UFIR's 1.500.000,00, e a probabilidade de êxito em 50%;

Foram apresentadas as seguintes certidões:

- (i) certidão negativa, para o período compreendido no presente Prospecto, de Distribuições de competência das Varas Cíveis, Criminais e Fiscais da Justiça Federal da Seção Judiciária do Paraná, expedida em 21 de maio de 2001;
- (ii) certidão de distribuições de competência da Justiça do Trabalho da Comarca de Curitiba - PR, datada de 7 de agosto de 2001;
- (iii) certidão negativa de penhora e/ou arresto, expedida pelo Cartório do Depositário da Comarca de Curitiba – PR, expedida em 2 de agosto de 2001;
- (iv) certidões do 1º Distribuidor da Comarca de Curitiba – PR, negativa quanto à distribuição de requerimento de falência e concordata, e positiva quanto à executivos fiscais de âmbito estadual e municipal, expedidas, em 13 de junho e 1º de agosto de 2001, respectivamente;
- (v) certidões do 2º Distribuidor da Comarca de Curitiba – PR, negativa quanto à distribuição de cartas precatórias criminais, e positiva quanto à distribuição de ações cíveis, expedidas em 3 de agosto e 18 de maio de 2001;

- (vi) certidão positiva expedida pelo 3º Distribuidor da Comarca de Curitiba – PR relativa à distribuição de títulos para protesto, datada de 20 de julho de 2001;
- (vii) certidões negativas do 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Protesto de Títulos da Comarca de Curitiba, a primeira e a terceira datadas de 17 de maio de 2001, e as outras duas de 18 de maio de 2001.

OBS 1: A certidão expedida pelo 2º Distribuidor da Comarca de Curitiba (item v acima) indica, observada a data base do Prospecto, 7 distribuições - 3 ações ordinárias, uma cautelar de sustação de protesto, uma notificação e duas cartas precatórias - não constantes dos relatórios apresentados. De acordo com informações prestadas pela companhia, ditas distribuições pendem, apenas, das respectivas baixas.

OBS 2: A certidão expedida pelo distribuidor de feitos trabalhistas (item ii acima) indica a existência de 10 reclamações não constantes dos relatórios apresentados. Também para este caso, a companhia informou estarem encerradas as demandas, pendentes, apenas, as respectivas baixas.

Filial Jacareí

Encontram-se neste item, além das ações recentemente ajuizadas (já contra a Inepar S.A.), processos da antiga Sade Vigesa – Industrial e Serviços S.A que, por força da incorporação pela Inepar S.A – Industria e Construções, passou a ter o tratamento de filial. Além destes, constam também os processos da Sade Vigesa S.A.. que já integravam o passivo a sociedade incorporada.

A) Processos Administrativos

O relatório encaminhado aponta vinte e sete processos.

Foi indicado o valor total de UFIR's 3.023.905,73, não computadas três demandas - uma representação junto a Ordem dos Advogados sem conteúdo econômico e dois autos de infração cujos valores não foram informados.

Apesar de não quantificados, segue uma breve descrição dos objetos dos aludidos autos de infração: (i) NFLD nº 31.917.478-6, em que é requerente o INSS, cujo objeto é o recolhimento a menor com base nos valores do salário de contribuição e multa, sendo que, a titularidade dessa dívida é discutida com a SV Engenharia a ; e, (ii) auto de infração de infração nº 85966/A, expedido pela Secretaria Municipal de Finanças de Itaquaquecetuba/SP, em razão do atraso na apresentação do contrato de prestação de serviços firmado entre a SADE e a Lucent Tecnologias do Brasil Ltda., notas fiscais ou faturas de prestação de serviços e guias de recolhimento de ISS, para que seja verificada a correção dos valor recolhidos.

No que se refere aos processos para os quais foram informados os respectivos valores, merece destaque o auto de infração nº 97934, lavrado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro devido à irregularidades envolvendo ISS, no valor de R\$ 1.795.740,50. Houve decisão de 1ª instância que negou procedência à impugnação do mencionado auto de infração, estando os autos aguardando a apreciação do recurso.

B) Processos Criminais

Foi informada a existência de apenas uma ação de natureza criminal, na qual a empresa é assistente da acusação, tratando-se de crime da apropriação indébita da quantia equivalente à UFIR's 71.365,83, supostamente praticado por Celso Antonio Baudracco e Maria do Socorro Leda Barros. Aguarda interrogatório dos réus.

C) Processos Cíveis

No relatório disponibilizado foram relacionados 63 processos.

Em 29 demandas a Inepar S.A. é ré, indicado o valor total de UFIR's 9.487.712,31.

Nesta soma não foram computadas sete demandas: uma medida cautelar para a qual foi informado ser o valor ainda não conhecido; cinco ações de indenização por acidente de trabalho sem vítima fatal; e uma ação ordinária de dissolução da Umon – Engenharia de Montagem S.A, empresa da qual a Sade, hoje filial da emissora, tem participação de 16,25% do capital social (que é de R\$ 254.000,00). Seguem abaixo informações acerca das ações indenizatórias cujos valores, por serem até o momento incalculáveis, não foram computados:

- (i) ação proposta por Octacílio C. da Silva, cujo objeto é a indenização pela perda da visão do olho esquerdo em acidente de trabalho ocorrido em 24.7.98, quando tinha 52 anos, acrescida de lucros cessantes e dano moral;
- (ii) ação proposta por Silvia Conceição Coelho em face de CONFER, empresa do Grupo Nardelli. Em razão da incorporação da Nardelli S.A. Engenharia e Indústria pela então Sade Vigesa, a autora requereu a inclusão da Sade no polo passivo. Apesar de a execução estar sendo feita somente contra os sócios da CONFER, como ainda não foi apreciado o pedido de exclusão da Sade da lide em questão, o processo permanece sendo acompanhado e, portanto, indicado no relatório.
- (iii) ação proposta por Getúlio Vargas Pereira de Aguiar, cujo objeto é indenização por danos morais, materiais e estéticos em razão de acidente de trabalho ocorrido em 1988, quando o autor tinha 23 anos de idade, que lhe acarretou a perda da perna direita.
- (iv) ação proposta por Vicente Câmara cujo objeto é indenização por danos em razão de acidente de trabalho ocorrido em 1993, quando o autor tinha 46 anos de idade, que lhe acarretou fratura da bacia, do pulso esquerdo e do fêmur direito, tendo restado como seqüela a diminuição da perna direita em 5 centímetros; e,
- (v) ação proposta por Madalena do Nascimento e outro originalmente contra Nardelli S.A Engenharia e Indústria, sociedade incorporada pela Sade. A responsabilidade pelo pagamento dessa obrigação é do Sr. Vicente Nardelli o qual já foi, inclusive, denunciado à lide em virtude de sua responsabilidade, expressamente assumida no instrumento de compra e venda das ações da Nardelli SA Engenharia e Indústria.

Já no que se refere às ações cujos valores foram informados, merecem destaque:

- (i) ação sumária de indenização por acidente de trânsito com vítima fatal nº 2494052259-2 movida por Ana Regina da Silva Stochiero, onde se pleiteia indenização de UFIR's 1.456.664,20, e a probabilidade de perda é avaliada em 60%;
- (ii) ação ordinária de cobrança nº 97.001.023931-2 movida pela Incisa Empreendimentos, onde se pleiteia crédito de UFIR's 1.509.332,20, e a probabilidade de perda é avaliada em 50%; e
- (iii) execução nº 99.933067-5 movida pelo Banco Sudameris de Investimento S.A., onde se pleiteia crédito no valor de UFIR's 3.976.045,97. Segundo os advogados que patrocinam a causa não existe risco para a sociedade.

Nas 34 ações em que é autora, a Inepar pleiteia créditos que totalizam UFIR's 4.661.524,48 e US\$ 68.880.000,00, não computadas, apenas, duas medidas cautelares para as quais foi informada a inexistência de conteúdo econômico.

Dentre estas demandas, merecem destaque:

- (i) ação declaratória cumulada com perdas e danos proposta contra o Banespa S.A – com valor atribuído de UFIR's 2.413.418,60, e probabilidade de êxito estimada em 50%. - cujo objeto é a liberação de importância creditada na conta corrente da autora indevidamente retida pelo réu para quitação de débito;
- (ii) crédito em concordata preventiva da Nativa Engenharia S.A., avaliado em UFIR's 1.013.224,80, estimada a probabilidade de êxito em 50%;
- (iii) processo nº 1997.3400.002909-6 – ação ordinária de indenização por quebra de equilíbrio financeiro de contrato, proposta pela Itamon Construções e Indústrias Ltda. (SPE da qual a SVIS faz parte) contra Itaipu Binacional, cujo valor envolvido é de US\$ 60,780,000.00;
- (iv) processo nº 1997.3400.002912-9 – ação ordinária de restituição de valores retidos à título de impostos de diversas naturezas, proposta pela Itamon Construções e Indústrias Ltda. (SPE da qual a SVIS faz parte) contra Itaipu Binacional, cujo valor é de US\$ 2,400,000.00; e
- (v) processo nº 1997.3400.002917-2 – ação ordinária de cobrança de correção monetária devida em razão de atraso no pagamento dos valores estipulados no contrato, proposta pela Itamon Construções e Indústrias Ltda. (SPE da qual a SVIS faz parte) contra Itaipu Binacional, cujo valor é de US\$ 5,700,000.00.

Obs.: No que se refere às ações dos itens (iii), (iv) e (v), a Itamon tem 65% de seu capital pertencente à Umon, sociedade da qual a Inepar é detentora de 16,25%, portanto, apenas parte dos valores indicados destina-se à Inepar S.A. – em razão da abrangência do pleito das demais consorciadas – encontrando-se os processos em fase de realização de perícia. O advogado responsável pelo respectivo patrocínio informou estar otimista quanto ao reconhecimento dos direitos das autoras.

D) Processos Trabalhistas

No relatório encaminhado foi indicada a existência de 492 ações, cujo valor total envolvido é de UFIR's 5.739.724,77.

As ações com valor acima de UFIR's 100.000,00 são as seguintes:

- (i) reclamação trabalhista nº 0710/98 movida por José Newton Oliveira perante o juízo da Comarca de Santo Antonio – BA, no valor de UFIR's 134.641,00;
- (ii) reclamação trabalhista nº 990/91 movida por Wagner de Souza e outros (8) perante o juízo da Comarca de Aracruz-ES, no valor de UFIR's 226.864,01;
- (iii) ação nº 428/90 movida pelo Sindicato Trabalhadores Metalúrgicos SINDIMETAL, perante o juízo da Comarca de Vitória-ES, no valor de UFIR's 347.755,98;
- (iv) ação nº 788/92 movida pelo Sindicato Trab. Pav. Paraná perante o juízo da Comarca de Paranavaí, no valor de UFIR's 329.492,52;
- (v) ação nº 223/94 movida pelo Sind. T. I. M. M. ELE. ARA. AMER. BRAS perante o juízo da Comarca de Araraquara - SP, no valor de UFIR's 108.372,33;
- (vi) reclamação trabalhista nº 872/96 movida por Teobaldo José Teixeira perante o juízo da Comarca de Cubatão - SP, no valor de UFIR's 155.222,25;

- (vii) reclamação trabalhista nº 2972/97 movida por Marcio Garcia Santos perante o juízo da Comarca de São Paulo - SP, no valor de UFIR's 291.421,02;
- (viii) reclamação trabalhista nº 2212/96 movida por Roberto Marcuz Silva perante o juízo da Comarca de São Paulo – SP, no valor de UFIR's 197.349,87;
- (ix) reclamação trabalhista nº 1052/96 movida por Antonio Rodrigues da Silva perante o juízo da Comarca de Piedade – SP, no valor de UFIR's 109.831,78;
- (x) reclamação trabalhista nº 2173/96 movida por Antonio Leão Flores perante o juízo da Comarca de São Bernardo do Campo – SP, no valor de UFIR's 101.171,88;
- (xi) reclamação trabalhista nº 279/91 movida por Sebastião Corradini perante o juízo da Comarca de São Paulo – SP, no valor de UFIR's 102.300,53;

E) Processos Tributários

No relatório disponibilizado foi informada a existência de 11 demandas, todas tendo a Inepar S.A. como autora.

Foram quantificadas sete ações, no valor total de UFIR's 10.679.320,52, merecendo destaque:

- (i) ação declaratória proposta em 13.04.98 contra a União Federal, na qual se discute a manutenção da alíquota de IPI em 0%, no valor de UFIR's 1.120.560,96 e probabilidade de êxito estimada em 90%;
- (ii) ação declaratória proposta em 24.06.98 contra o INSS, na qual se discute SAT, no valor de UFIR's 5.048.799,65 e probabilidade de êxito estimada em 50%;
- (iii) ação ordinária porposta em 10.11.97 contra a União Federal, FNDE e o INSS na qual se discute a alíquota do salário educação, no valor de UFIR's 1.205.536,09 e probabilidade de êxito estimada em 90%; e
- (iv) ação ordinária proposta em 10.09.99 contra o INSS e o SEBRAE, no valor de UFIR's 3.304.423,82 e probabilidade de êxito estimada em 90%.

No que se refere às quatro demandas, não quantificadas e, portanto, não computadas no valor acima indicado, segue uma breve descrição dos objetos: (i) mandado de segurança contra ato do Delegado da Receita Federal em Curitiba, onde se discute “COFINS/PIS, cuja probabilidade de êxito foi avaliada em 90%; (ii) mandado de segurança contra ato do delegado da Receita Federal em São José dos Campos, onde se discute “CPMF”, tendo sido estimada em 10% a probabilidade de êxito; (iii) ação declaratória proposta contra o INSS, onde se discute a incidência de imposto sobre o 13º salário, não tendo sido informada qual a perspectiva de êxito; (iv) mandado de segurança preventivo impetrado contra ato do Gerente Regional de Arrecadação e Fiscalização do INSS em Curitiba.

F) Demandas em curso no exterior

Existem 5 demandas, originariamente movidas contra a Sade – Vigesa Industrial e Serviços S.A. e Sade Vigesa Corporation of America, no total envolvido de US\$12,209,423.00:

- (i) arbitragem perante a Corte Arbitral da Câmara de Comércio Internacional – ICC, onde se discute pleitos apresentados pela Spie Enertrans S.A, relativos ao consórcio firmado com a Sade Vigesa para a construção de linha de transmissão de energia elétrica na Etiópia. O valor envolvido é de US\$ 7,636,783.00 (a arbitragem está em sua fase inicial, não tendo ainda sido contestado o mérito, razão pela qual difícil se torna a estimativa do resultado);

- (ii) arbitragem perante a AAA – American Arbitration Association, em que se discutem pleitos apresentados pela Boh Bros. em projeto de construção e montagem de equipamento para transporte de cargas no Porto de Nova Orleans. O valor envolvido é de US\$ 2,100,000.00 (a discussão refere-se a complexos aspectos técnicos e, uma vez que não ainda não foram produzidas as respectivas provas, torna-se inviável a estimativa de um possível resultado);
- (iii) arbitragem perante a AAA – American Arbitration Association e processo judicial perante corte estadual de Louisiana, em que se discute a responsabilidade pela execução de eventuais reparos à cliente da Paceco Corporation, em razão da responsabilidade sobre o projeto onde a SVCA figurou como subcontratada. O valor envolvido é de US\$ 400,000.00 (a discussão refere-se a complexos aspectos técnicos e, uma vez que não ainda não foram produzidas as respectivas provas, torna-se inviável a estimativa de um possível resultado); e
- (iv) arbitragem perante a Câmara de Arbitragem de Paris, em que se discutem pleitos da LITSA, relativos à restituições de antecipações, cujo valor estimado é de US\$ 2,072,640.00.

Foram apresentadas as seguintes certidões:

- (i) certidão negativa de Distribuições de competência das Varas Cíveis, Criminais e Fiscais da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, expedida em 20 de julho de 2001;
- (ii) certidão negativa expedida pelo Ofício de Distribuição Judicial da Comarca de Jacareí – SP em 03 de agosto de 2001 relativa à ações cíveis, fiscais e criminais;
- (iii) certidão negativa expedida pelo Ofício de Distribuição Judicial da Comarca de Jacareí – SP em 25 de julho 2001, relativo à falência e concordata; e
- (iv) certidão de distribuições da vara do trabalho de Jacareí (aguarda envio e será objeto de aditamento);
- (v) certidão negativa expedida pelo cartório do tabelião de protesto de letras e título da Comarca de Jacareí em 02 de agosto de 2001;
- (vi) certidões negativas expedidas pelos 1º e 2º tabeliões de protesto de letras e título da Comarca de Jacareí em 01 e 02 de agosto de 2001, respectivamente.

Foram também apresentadas - em nome de Sade Vigesa – Industrial e Serviços S.A., razão social anterior à incorporação e respectiva transformação em filial - as seguintes certidões:

- (i) certidão negativa de Distribuições de competência das Varas Cíveis, Criminais e Fiscais da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, expedida em 20 de julho de 2001;
- (ii) certidão positiva expedida pelo Ofício de Distribuição Judicial da Comarca de Jacareí – SP em 03 de agosto de 2001, relativa à ações cíveis, criminais e fiscais;
- (iii) certidão negativa expedida pelo Ofício de Distribuição Judicial da Comarca de Jacareí – SP em 25 de julho de 2001, relativa à requerimento de falência e concordata;
- (iv) certidão de distribuições da vara do trabalho de Jacareí (aguarda envio e será objeto de aditamento);
- (v) certidão negativa expedida pelo cartório do tabelião de protesto de letras e título da Comarca de Jacareí em 02 de agosto de 2001;
- (vi) certidões negativas expedidas pelos 1º e 2º tabeliões de protesto de letras e título da Comarca de Jacareí em 01 e 02 de agosto de 2001, respectivamente.

OBS.: Apesar de constar da certidão mencionada no item (ii) acima a distribuição de medida cautelar de exibição de documento, não indicada no relatório encaminhado pela companhia, esta informou que a demanda está encerrada, pendente, apenas da respectiva baixa.

Filial Rio de Janeiro

A) Processos Administrativos

Foi mencionada a existência de 11 processos administrativos, em todos os quais a companhia é ré.

Para os processos foi indicado o total de UFIR's 4.927.587,63, não computados dois processos, em um dos quais a companhia ainda não foi notificada e outro cuja multa já foi recolhida.

Merecem destaque:

- (i) processo nº 42248000466/97 – autuação feita pelo Ministério do Trabalho na Comarca de Uberlândia-MG, em razão da prorrogação da jornada de trabalho. A companhia ainda não foi notificada, porém informou que, caso venha a ser condenada, o cliente pagará a multa, estimada em UFIR's 2.986.177,05; e
- (ii) processo nº 0710700/01203/98 – autuação feita pela Delegacia da Receita Federal na Comarca do Rio de Janeiro, cujo objeto é o recolhimento de IRPJ e PIS. Foi apresentada impugnação ao auto de infração. O valor envolvido é de UFIR's 104.816,28.

B) Processos Cíveis

No relatório encaminhado foram relacionados 13 processos.

Em cinco ações, às quais foram atribuídos valores que, somados, montam a UFIR's 110.208.957,40 a Inepar S/A figura como ré, merecendo destaque a ação movida contra a Iesa e demais integrantes do consórcio responsável pela execução do Projeto P-31. Segundo o Escritório Sérgio Bermudes, que patrocina os interesses da Inepar (como sucessora da Iesa), trata-se de ação ordinária de perdas e danos, cumulada com cobrança de apólice de seguro, movida pela Braspetro Oil Services – Brasoil, cujo valor é de UFIR's 109.793.588,00. O julgamento da demanda depende de realização de perícia técnica, antes do término da qual não é possível fazer qualquer prognóstico.

Para as ações em que a Inepar S.A. é autora, foi indicado o total de UFIR's 6.726.811,39, não computados dois mandados de segurança, e uma medida cautelar para os quais foi informada a inexistência de conteúdo econômico. Também não foi computada a medida cautelar de produção antecipada de provas movida pela Inepar contra a Brasoil e outras, em curso perante a 42ª Vara Cível do Rio de Janeiro, para qual foi atribuído o valor de UFIR's 520.237,22. A Inepar desistiu da mencionada ação, razão pela qual esta foi extinta sem julgamento do mérito. Todavia, uma das réis, apesar de não ter sido citada, requereu a condenação da autora ao pagamento de honorários advocatícios.

Dentre estas demandas, destacam-se:

- (i) processo nº 94.001.093.307-6 – movido contra a GEROE, cujo objeto é a cobrança de faturas não pagas, o valor é de UFIR's 3.754.346,40 e probabilidade de êxito avaliada em 100%; e

- (ii) processo nº 90.000.3221-0 – movido contra a DNOS, cujo objeto é a cobrança de débito devido à IESA em decorrência da prestação de serviços ao extinto DNOS, cumulada com perdas e danos, sendo estimado o valor em UFIR's 2.819.284,00 e probabilidade de êxito em 100%.

C) Processos Criminais

Foi informado inexistirem processos criminais movidos contra a companhia.

D) Processos Trabalhistas

Estão incluídos no relatório encaminhado 69 processos trabalhistas, perfazendo o total de UFIR's 4.864.422,05, não computadas 14 reclamações para as quais foi informada a inexistência de valores envolvidos.

Destacam-se os seguintes processos:

- (i) processo nº 818/99 – ação proposta por Paulo Vieira Martins pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício e verbas rescisórias, no valor de UFIR's 305.422,42;
- (ii) processo nº 32326/95 – ação proposta por Jorge Brigida pleiteando adicional de periculosidade, unicidade de contrato, diferenças salariais, horas extras e aviso prévio, no valor de UFIR's 187.952,26;
- (iii) processo nº 28774/95 – ação proposta por Jandyr de Siqueira Spinelli pleiteando unicidade de contratos, horas extras, adicional de periculosidade, diferenças salariais, verba rescisórias e 12 dias de férias, no valor de UFIR's 187.952,26;
- (iv) processo nº 36912/96 – ação proposta por José Carlos Koehler pleiteando unicidade de contrato, horas extras, adicional de periculosidade, diferença salarial, multa e FGTS, no valor de UFIR's 275.350,06;
- (v) processo nº 9387/97 – ação proposta por José Eiras de Souza pleiteando horas extras, diferenças salariais e seus reflexos, no valor de UFIR's 436.049,24;
- (vi) processo nº 34696/95 – ação proposta por Luiz Eduardo G. Borges pleiteando unicidade de contrato, horas extras, adicional de periculosidade, 13º salário, aviso prévio e FGTS, no valor de UFIR's 422.892,59;
- (vii) processo nº 2687/90 – ação proposta por Ulises Enrique P. Lima pleiteando equiparação salarial, diferenças salariais e verbas rescisórias, no valor de UFIR's 234.940,33;
- (viii) processo nº 36912/96 – ação proposta pelo Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro pleiteando a reposição de diferenças salariais referentes a dissídio coletivo, no valor de UFIR's 399.398,55;
- (ix) processo nº 1928/93 – ação proposta por Aloysio Soares dos Reis pleiteando unicidade contratual, readmissão, horas extras, reajuste salarial de 26,6% e correção do FGTS, no valor de UFIR's 108.072,55;
- (x) processo nº 1249/93 – ação proposta por Marco Aurélio Pureza Cotrim pleiteando horas extras e adicional de periculosidade, cujo valor é de UFIR's 150.361,81;
- (xi) processo nº 318/98 – ação proposta por Mariano Miguel Couto pleiteando horas extras, diferenças salariais e URP, no valor de UFIR's 114.650,88;
- (xii) processo nº 1191/94 – ação proposta por Richard William Hamond, pleiteando unicidade de contrato, horas extras com reflexo nas verbas, equiparação salarial, no valor de UFIR's 267.831,97;
- (xiii) processo nº 233/93 – ação proposta por Murilo Ferreira de Melo, pleiteando indenização contratual no valor de UFIR's 328.916,46;

- (xiv) processo nº 333/96 – ação proposta por José Guimarães Machado, em curso perante o Juízo da 37ª Vara Trabalhista de São Paulo, pleiteando indenização no valor de UFIR's 140.964,19; e,
- (xv) processo nº 2293/91 – ação proposta por José Guimarães Machado, em curso perante o Juízo da 44ª Vara Trabalhista de São Paulo, pleiteando indenização no valor de UFIR's 143.743,05.

E) Processos Tributários

Foi informada a existência de 21 ações de natureza fiscal, todas movidas pela Inepar S.A., no valor total de UFIR's 29.574.049,37. Não foram computadas nesta soma seis demandas as quais, segundo informações prestadas, não possuem conteúdo econômico, e outra cujo valor não foi estimado, tendo por objeto a inconstitucionalidade de PIS/COFINS (Lei nº 9718/98), estimada em 90% a probabilidade de êxito.

Merecem destaque:

- (i) processo nº 7013833/85 – mandado de segurança impetrado contra a União Federal, visando a restituição de IOF referente ao ano de 1980, no valor de UFIR's 5.140.059,00;
- (ii) processo nº 970070491-2 – ação ordinária movida contra a União Federal e o INSS, visando a restituição do salário educação pago indevidamente no período de 1989/1997, no valor de UFIR's 5.262.663,00;
- (iii) processo nº 970105512-8 – ação ordinária movida contra o INSS e o FNDE, visando a anulação dos excessos cobrados nos parcelamentos de débito da contribuição social, no valor de UFIR's 3.383.141,00;
- (iv) processo nº 98.0030063-5 – ação ordinária movida contra o INSS, visando a compensação do salário educação pago indevidamente no período de 1977/1989, e no valor de UFIR's 1.597.594,00;
- (v) processo nº 98.002.6341-1 – ação ordinária movida contra a União Federal, visando a compensação de prejuízos, no valor de UFIR's 4.945.588,00;
- (vi) processo nº 990062665-8 - ação ordinária de movida contra o SENAC, SEBRAE e SESC, visando a declaração de inexibibilidade das contribuições destinadas aos réus, bem como o direito à compensação dos valores recebidos à título das referidas contribuições, cujo valor estimado é de UFIR's, 6.578.329,00, já tendo sido efetuada a compensação de R\$ 601.918,28; e
- (vii) processo nº 1007000469/97 – que visava a restituição de IR e IRPJ, a qual já foi deferida. Foi informado o valor de UFIR's 1.829.157,87.

F) Processo no exterior

Existe uma ação em curso em Nova York, proposta pela United States Fidelity & Guaranty e American Home Assurance Company contra a SV Engenharia, Indústrias Verolme Ishibras, Iesa – Internacional de Engenharia S.A., Petrobras S.A. e Brasoil CO.

Assim como a ação movida pela Brasoil no Brasil (vide item dos processos cíveis), esta demanda envolve questões relativas ao Projeto P-31, cuja execução foi conferida ao consórcio do qual a Iesa fazia parte. Esta ação tem por objeto a identificação das partes responsáveis por eventual ressarcimento, caso as autoras venham a ser acionadas para execução da garantia prestada ao Projeto. Note-se que as contratantes (Petrobrás e Brasoil) também integram o polo passivo da lide, resguardada a possibilidade de as alterações por estas solicitadas no curso da execução do Projeto terem contribuído para a alegada inadimplência. O valor envolvido é de US\$ 160,000,000.00.

O processo aguarda julgamento, o que deve ocorrer no segundo semestre de 2001, sendo inviável a estimativa de resultados.

Foram apresentadas as seguintes certidões:

- (i) certidões negativas do 1º, 2º, 3º, 4º e 9º Distribuidores da Comarca do Rio de Janeiro, a primeira e a segunda expedidas em 03 de agosto de 2001, a terceira expedida em 06 de agosto de 2001, a quarta expedida em 02 de agosto de 2001 e a última em 19 de julho de 2001;
- (ii) certidão negativa de distribuições de competência das Varas Cíveis e Criminais da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, expedida em 23 de julho de 2001;
- (iii) certidão de distribuição de reclamações trabalhistas, expedida pelo TRT da 1ª Região em 20 de julho de 2001;
- (iv) certidão negativa de distribuições de protestos de títulos, expedida pelo 7º distribuidor em 26 de julho de 2001;
- (v) certidões negativas expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios de protesto de títulos, as três primeiras expedidas em 27 de julho de 2001 e a última em 26 de julho de 2001.

OBS.: apesar de constarem da certidão elencada no item (iii) acima 15 reclamações não indicadas no relatório encaminhado, foi informado que tais demandas referem-se a Inepar Fem e não a Inepar S.A.

Foram também apresentadas - em nome de Iesa - Internacional de Engenharia S.A., razão social anterior à incorporação e respectiva transformação em filial - as seguintes certidões:

- (i) certidões negativas do 1º, 2º, 3º, 4º e positiva do 9º Distribuidor da Comarca do Rio de Janeiro, a primeira e a segunda expedidas em 03 de agosto de 2001, a terceira em 06 de agosto de 2001, a quarta em 02 de agosto de 2001 e a última em 19 de julho de 2001;
- (ii) certidão positiva de distribuições de competência das Varas Cíveis e Criminais da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, expedida em 23 de julho de 2001;
- (iii) certidão de distribuição de reclamações trabalhistas, expedida pelo TRT da 1ª Região em 20 de julho de 2001;
- (iv) certidão positiva do 7º distribuidor, tendo por objeto protesto de títulos, expedida em 09 de agosto de 2001;
- (v) certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios de protesto de títulos, as três primeiras positivas, emitidas em 03 de agosto de 2001, e a última negativa, emitida em 02 de agosto de 2001.

OBS.1: da certidão expedida pelo 9º distribuidor (item (i) acima) consta uma única demanda, não indicada no relatório apresentado pela companhia, tendo esta informado tratar-se de ação ordinária movida pela CEDAE contra Rota Engenharia e Arquitetura e outras, entre as quais IESA, a qual encontra-se arquivada, restando, apenas, proceder-se a respectiva baixa.

OBS.2: da certidão elencada no item (ii) acima, consta uma execução fiscal, movida pelo CREA/ES, não indicada no relatório encaminhado pela companhia. De acordo com informações prestadas, isto se deve ao fato de que a companhia, considerada a data base do presente Prospecto, não havia sido citada.

OBS.3: das certidões elencadas nos itens (iv) e (v) acima constam distribuições de três títulos a protesto, cuja soma dos valores alcança R\$ 154.758,22.

Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A.

A) Processos Administrativos

No relatório encaminhado são indicados 18 processos administrativos, todos de origem trabalhista, que têm como demandante a Delegacia Regional do Trabalho em razão do descumprimento de disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, no valor total de UFIR's 267.435,00.

B) Processos Cíveis

No relatório disponibilizado foi informada a existência de seis ações cíveis.

A Inepar-Fem é autora em duas demandas, com valor total indicado de UFIR's 6.530.797,55.

No que diz respeito a única ação de valor relevante em que a companhia figura como ré, cabe destacar que se trata de pedido reconvenicional, no valor de UFIR's 2.677.296,11 conforme descrição abaixo, item (ii):

- (i) ação ordinária de indenização movida contra Durr do Brasil, onde se pleiteia o pagamento de UFIR's 3.341.990,69 por serviços prestados, e o pagamento da quantia estimada em UFIR's 3.155.915,21 à título de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato (a data base dos valores é março de 2000).
- (ii) reconvenção apresentada pela Durr do Brasil, onde se pleiteia o pagamento de UFIR's 2.677.296,11 em razão da contratação de terceiros para a realização de serviços contratados, multa contratual e ainda, perdas e danos.

Obs.: Estas ações conexas encontram-se em fase inicial, ainda não realizada perícia, o que inviabiliza a estimativa de resultados.

O valor total das 3 outras ações movidas contra a Inepar Fem S.A. é de UFIR's 272.530,77.

C) Processos Criminais

Foi informada a inexistência de processos criminais movidos contra a companhia.

D) Processos Trabalhistas

Do relatório encaminhado constam contra a companhia 326 processos trabalhistas, indicado o valor total de UFIR's 1.721.671,98. As ações com valor superior à UFIR's 100.000,00 são as seguintes:

- (i) reclamação trabalhista nº 387/99, em curso perante a 4ª V. T. de Vitória – ES, proposta por Albano Cruz Prudente, cujo valor pleiteado é de UFIR's 103.373,74. O pedido foi julgado parcialmente procedente em primeira instância para condenar a Inepar Fem a pagar ao reclamante a importância equivalente à R\$ 30.000,00. Aguarda julgamento dos recursos interpostos.

- (ii) processo nº 575/00, em curso perante a 1ª V. T de Cachoeira do Sul – RS, proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores, cujo valor pleiteado é de UFIR's 217.084,86. Realizada prova pericial na qual não restou comprovada a alegação de periculosidade. Aguarda sentença.
- (iii) reclamação trabalhista nº 2421/00, em curso perante a 11ª V.T de São Paulo – SP, proposta por Alberto Francisco Mateus, cujo valor pleiteado é de UFIR's 352.410,48. Aguarda prolação de sentença, designada para o dia 24.8.01.

E) Processos Tributários

No relatório encaminhado foram relacionadas cinco ações de natureza fiscal.

A sociedade é ré em apenas uma execução fiscal que tem por objeto a cobrança de PIS e COFINS, com valor estimado em UFIR's 2.819.283,9 e a probabilidade de êxito em 20%.

Para as demais, onde a sociedade figura como autora, foi indicado o valor de UFIR's 629.214,77.

Foram apresentadas as seguintes certidões:

- (i) certidão de distribuições de competência das Varas Cíveis, Criminais e Fiscais da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo (aguarda o envio e será objeto de aditamento);
- (ii) certidão positiva expedida pelo Distribuidor, Contador Partidor da Comarca de Araraquara – SP em 23 de maio de 2001, relativa às ações cíveis em geral e à execuções fiscais;
- (iii) certidão negativa de requerimentos de falência ou concordata expedida pelo Ofício do Distribuidor, Contador Partidor da Comarca de Araraquara-SP em 4 de junho de 2001; e,
- (iv) certidão de distribuições da Justiça do Trabalho da Araraquara (aguarda o envio e será objeto de aditamento);
- (v) certidão negativa expedida pelo 1º tabelião de protesto de letras e títulos de Araraquara em 25 de maio de 2001;
- (vi) certidões negativas expedidas pelos 1º, 2º, 3º tabeliões de notas e de protesto de letras e títulos de Araraquara, em 24 de maio de 2001.

Inepar Energia S.A.

A) Processos Administrativos

Foi informada a inexistência de processos administrativos envolvendo a companhia.

B) Processos Cíveis

No relatório encaminhado foram relacionadas apenas três demandas.

A primeira é uma ação declaratória de existência e validade de letras financeiras do Estado de Santa Catarina, cujo valor a elas atribuído é de UFIR's 8.642.645,00, estimada a probabilidade de êxito em 100%.

A segunda já foi mencionada no relatório de processos da Inepar S.A Indústria e Construções - sede (vide processos nºs 1089/98, 926/99) - tratando-se de ação ordinária de compensação de crédito da Inepar Energia S.A junto ao Banco BMD S.A e a BMD S.A CCVM com o débito que a Inepar S.A Indústria e Construções possui junto às mencionadas instituições, a qual foi julgada

procedente em 1º grau, aguardando a eventual interposição de apelação por parte do réu. O valor econômico envolvido nas ações é de UFIR's 5.513.698,00 e a probabilidade de êxito foi considerada como possível.

E, quanto à última, trata-se de mandado de segurança impetrado contra ato do Presidente da Comissão de Licitação da ANEEL que habilitou Consórcio Shanin/Alusa na concorrência ANEEL nº 6/99. Foi estimada como sendo possível a probabilidade de êxito, e informada a inexistência de conteúdo econômico envolvido. A liminar pleiteada foi indeferida, tendo sido interposto agravo de instrumento contra essa decisão, o qual recebeu parecer favorável do Ministério Público.

C) Processos Criminais

Foi informada a inexistência de processos criminais movidos contra a companhia.

D) Processos Trabalhistas

Segundo informações prestadas, não existem ações trabalhistas propostas contra a companhia.

E) Processos Tributários

No relatório encaminhado foram indicadas três ações, todas movidas pela Inepar Energia S.A. - dois mandados de segurança e uma ação declaratória, cujos valores não foram estimados.

Foram apresentadas cópias das seguintes certidões:

- (i) cópia da certidão negativa de Distribuições de competência das Varas Cíveis, Criminais e Fiscais da Justiça Federal da Seção Judiciária do Paraná, expedida em 18 de julho de 2001;
- (ii) certidão negativa de Distribuições de competência da 1ª instância da Justiça do Trabalho de Curitiba, expedida em 23 de julho de 2001;
- (iii) certidão negativa de penhora, arresto e/ou sequestro, expedida pelo Cartório do Depositário da Comarca de Curitiba – PR em 17 de julho de 2001;
- (iv) certidões negativas do 1º Distribuidor, relativas a execuções fiscais estaduais e municipais, crimes contra o patrimônio e requerimentos de falência e concordata, expedidas em 16 de julho de 2001;
- (v) certidões negativas do 2º Distribuidor, relativas a ações cíveis, cartas precatórias criminais e auditoria militar, expedidas em 17 de julho de 2001;
- (vi) certidão negativa do 3º Distribuidor, tendo por objeto protestos de títulos, expedida em 16 de julho de 2001.

Inepar Telecomunicações S.A.

A) Processos Administrativos

Foi informada a inexistência de processos administrativos envolvendo a companhia.

B) Processos Cíveis

Segundo informações prestadas, existe apenas um processo envolvendo a companhia. Trata-se de ação ordinária de rescisão contratual cumulada com restituição de valores, movida por Telemínio

Serviços de Temática Ltda., cujo valor informado é de UFIR's 3.477,00, sendo a perda considerada como possível.

C) Processos Criminais

Foi informada a inexistência de processos criminais envolvendo a companhia.

D) Processos Trabalhistas

Foi informada a inexistência de reclamações trabalhistas envolvendo a companhia .

E) Processos Tributários

No relatório encaminhado, datado de 22.09.00, foi informada a existência de quatro ações, sendo três mandados de segurança e uma ação ordinária, cujos valores não foram estimados.

Foram apresentadas cópias das seguintes certidões:

- (i) cópia da certidão negativa de distribuições de competência das Varas Cíveis, Criminais e Fiscais da Justiça Federal da Seção Judiciária do Paraná, expedida em 18 de julho de 2001;
- (ii) certidão negativa de distribuições de competência da 1ª instância da Justiça do Trabalho, expedida em 7 de agosto de 2001;
- (iii) certidão negativa de penhora , arresto e/ou sequestro, expedida pelo Cartório do Depositário da Comarca de Curitiba – PR em 17 de julho de 2001;
- (iv) certidões negativas do 1º Distribuidor, relativas a execuções fiscais estaduais e municipais, crimes contra o patrimônio e requerimentos de falência e concordata, expedidas em 16 de julho de 2001;
- (v) certidões negativas do 2º Distribuidor, relativas a ações cíveis, cartas precatórias criminais e auditoria militar, expedidas em 17 de julho de 2001;
- (vi) certidão do 3º Distribuidor, tendo por objeto protestos de títulos, expedida em 16 de julho de 2001.

Foram também apresentadas as seguintes certidões, obtidas na cidade do Rio de Janeiro, local da sede da sociedade:

- (i) certidões negativas expedidas pelos 1º, 2º, 3º, 4º e 9º Distribuidores da Comarca do Rio de Janeiro, as do 1º e 2º em 03 de agosto de 2001, a do 3º em 06 de agosto de 2001, e as demais em 02 de agosto de 2001;
- (ii) certidão negativa de distribuições de competência das Varas Cíveis e Criminais da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, expedida em 03 de agosto de 2001;
- (iii) certidão negativa expedida pelo 7º distribuidor em 02 de agosto de 2001;
- (iv) certidões negativas expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios de protesto de títulos, as três primeiras em 03 de agosto de 2001 e a última em 02 de agosto de 2001.

Aspectos Fiscais

Inepar S.A. – Indústria e Construções

Sede

Foram indicadas as seguintes possíveis contingências fiscais e respectivos valores:

- (i) COFINS – R\$ 1.404.813,36 (data base de 31.12.99);
- (ii) Imposto de Renda e IOF sobre mútuos entre sociedades coligadas, controladoras e controladas e interligadas – R\$ 6.768.712,80 (data base de 31.03.01).

Foram apresentadas cópias autenticadas das seguintes certidões:

- (i) certidão positiva com efeitos de negativa expedida pela Secretaria da Receita Federal em 16 de julho de 2001 e válida até 16 de janeiro de 2002;
- (ii) certidão positiva com efeito de negativa quanto à Dívida Ativa da União, expedida em 7 de junho de 2001 e válida até 7 de dezembro de 2001;
- (iii) certidão positiva com efeitos de negativa expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná em 25 de julho de 2001, válida até 23 de setembro de 2001;
- (iv) certidão negativa de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal de Curitiba – PR, em 10 de maio de 2001, válida até 10 de setembro de 2001.

Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A.

Foi indicado o valor de R\$ 809.736,59, na data base de 31.03.01, a título de possíveis contingências fiscais com Imposto de Renda e IOF sobre mútuos entre sociedades coligadas, controladoras e controladas e interligadas.

Com relação a situação da companhia perante a Secretaria da Receita Federal, foi informado que não será viável a apresentação da correspondente certidão negativa em razão da existência de irregularidades relativas aos seguintes impostos e respectivos valores: (i) IRRF sobre salários – R\$ 159.089,88; (ii) IRRF sobre serviços de terceiros – R\$ 19.897,87; e (iii) Cofins e PIS – R\$ 3.385.689,93.

Foram apresentadas cópias autenticadas das seguintes certidões:

- (i) certidão quanto à Dívida Ativa da União (aguarda o envio e será objeto de aditamento);
- (ii) certidão negativa de ICM/ICMS expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo em 18 de maio de 2001 e válida por 6 meses;
- (iii) certidão negativa de Tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do Município de Araraquara- SP em 14 de março de 2001, válida por 6 meses.

Inepar Energia S.A.

Foi indicado o valor de R\$ 373.022,50, na data base de 31.03.01, a título de possíveis contingências fiscais com Imposto de Renda e IOF sobre mútuos entre sociedades coligadas, controladoras e controladas e interligadas.

Foram apresentadas cópias autenticadas das seguintes certidões:

- (i) certidão negativa expedida pela Secretaria da Receita Federal em 18 de julho de 2001 e válida até 18 de janeiro de 2002;

- (ii) certidão negativa quanto à Dívida Ativa da União, expedida em 18 de julho de 2001 e válida até 18 de agosto de 2001;
- (iii) certidão negativa expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná em 26 de junho de 2001 e válida até 25 de agosto de 2001;
- (iv) certidão negativa de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças de Curitiba, em 17 de julho de 2001 e válida até 17 de novembro de 2001.

Inepar Telecomunicações S.A.

Foi indicado o valor de R\$ 1.414.073,79, na data base de 31.03.01, a título de possíveis contingências fiscais com Imposto de Renda e IOF sobre mútuos entre sociedades coligadas, controladoras e controladas e interligadas.

Foram apresentadas cópias das seguintes certidões: (i) negativa quanto à Dívida Ativa da União, expedida em 18 de julho de 2001 e válida até 18 de agosto de 2001; (ii) negativa quanto ao ICMS, expedida em 26 de junho de 2001 e válida até 25 de agosto de 2001; (iii) negativa quanto ao ISS, expedida em 20 de julho de 2000 e válida até 20 de novembro de 2001; e (iv) certidão positiva com efeitos de negativa fornecida em 20 de julho de 2001 pela Secretaria da Receita Federal e válida até 21 de janeiro de 2002.

Aspectos Trabalhistas

Para este item, as informações relativas ao quadro de empregados e respectivos salários, têm como data base o mês de março de 2001.

Inepar S.A. – Indústria e Construções

A sociedade tem dois planos de distribuições, o primeiro de ações e o outro de resultados.

A) Distribuição de ações

Este plano foi implantado em 1997 tendo como participantes, dentre outras empresas do grupo Inepar, a Inepar S.A. – Indústria e Construções, a Inepar Energia S.A. e a Inepar Telecomunicações S.A.. O projeto abrange todos os funcionários, observados o tempo de casa e a avaliação de desempenho.

A tabela abaixo dá uma idéia do critério e efetivação da distribuição:

Tabela de Distribuição de ações de emissão de Inepar S.A – Indústria e Construções			
Até 5 anos - não recebimento por avaliação.			
5 - 9 anos - Padrão	-	-	40 lotes
	- Bom	-	80 lotes
	- Ótimo	-	120 lotes
10 - 14 anos - Padrão	-	-	80 lotes
	- Bom	-	160 lotes
	- Ótimo	-	240 lotes
15 - 19 anos - Padrão	-	-	120 lotes
	- Bom	-	240 lotes
	- Ótimo	-	360 lotes

> 20 anos	- Padrão	-	160 lotes
	- Bom	-	320 lotes
	- Ótimo	-	480 lotes

Inicialmente, as ações distribuídas a título de gratificação serão de emissão da Inepar S.A. – Indústria e Construções. Com a ampliação e consolidação do projeto, cada empregado deverá receber ações de emissão da empresa para a qual estiver trabalhando.

São condições da distribuição: (i) a retenção, na titularidade do empregado de, no mínimo, 50% das ações por ele recebidas, enquanto estiver na empresa; prevista a livre negociação dos restantes 50%; (ii) no caso do empregado afastar-se da empresa, e havendo interesse dele em vender as ações, a Inepar S.A. – Indústria e Construções terá preferência para a compra.

Mediante estudos de avaliação de talentos internos e dedicação excepcional, a direção premia também de forma especial os empregados, com lotes de ações da empresa, tornando transparente este ato para todos os funcionários da Inepar S.A. – Indústria e Construções.

B) Distribuição de resultados

Esta modalidade de distribuição foi implantada em 1992 e é efetuada com base em “Fator de Merecimento” - no cálculo do qual são considerados vendas, custos, produtividade, valor contratual, lucro, investimento, fluxo de caixa e prazo de entrega – que, anualmente, mede o desempenho dos diversos setores da empresa, de acordo com critérios previamente estabelecidos.

A distribuição de resultados sujeita-se às seguintes limitações: (i) inexistência de lucro operacional; (ii) observância de limites e regras legalmente estabelecidos; e (iii) ao teto máximo de quatro vezes o valor do salário do beneficiado.

Sede

A sociedade apresentou relação com a indicação de 556 empregados, cujos salários totalizam R\$ 1.499.962,36.

Foi apresentada cópia de Convenção Coletiva de Trabalho, firmada pelo Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares, de Aparelhos de Radiotransmissão, de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar, de Lâmpadas e Aparelhos Elétricos de Iluminação do Estado do Paraná com o respectivo Sindicato da categoria profissional, válida até 28 de fevereiro de 2002.

Não obstante a contratação de seguro saúde diretamente com prestadoras desta modalidade de serviço, a sociedade tem um Plano de Assistência Médica Inepar - PAMI, administrado pela Fundação Inepar, que abrange a região metropolitana de Curitiba, Araucária e São José dos Pinhais, com 2.600 usuários. O plano atende a outras oito sociedades do grupo, dentre as quais a Inepar Energia S.A..

De acordo com o manual do aludido plano, a adesão para o funcionário efetivado é obrigatória e para os dependentes opcional, desde que o funcionário possa comprovar que os seus familiares têm outro convênio de assistência médica. O manual traz, ainda, outras especificações quanto a penalidades, reembolsos, rateio e parcelamento de despesas.

Foram apresentadas: (i) certidão positiva com efeitos de negativa expedida pelo INSS em 1º de agosto de 2001 e válida até 1º de outubro de 2001; e (ii) certidão de regularidade fiscal relativa ao FGTS, expedida em 11 de julho de 2001 e válida até 9 de agosto de 2001.

Filial Jacareí

Conforme tabela disponibilizada, a filial tem 365 empregados, cujos salários totalizam R\$ 461.002.860,00.

Foi apresentada cópia de Convenção Coletiva de Trabalho, firmada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de algumas bases territoriais com os seguintes sindicatos: (i) Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos; (ii) Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas, (iii) Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo; (iv) Sindicato da Indústria de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar no Estado de São Paulo; (v) Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais não Ferrosos no Estado de São Paulo; (vi) Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários; (vii) Sindicato da Indústria de Artefatos de Metais não Ferrosos no Estado de São Paulo e Sindicato da Indústria de Balanças, Pesos e Medidas de São Paulo. A convenção é válida até 31 de outubro de 2001.

Filial Rio de Janeiro

De acordo com a relação disponibilizada, esta filial tem 83 empregados, cujos salários totalizam R\$ 177.457,07.

Foi apresentada cópia da convenção coletiva de trabalho, firmada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos no Estado do Rio de Janeiro e o Sindicato das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva, válida até 30 de abril de 2001.

Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A.

Foi informada a existência de plano distribuição de lucros, ressaltado que a modalidade e os critérios são definidos por ocasião da distribuição.

Conforme tabela encaminhada pela sociedade, são 2.726 empregados, cujos salários totalizam R\$ 3.366.332,08.

Foi disponibilizada cópia da Convenção de Trabalho firmada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de algumas bases territoriais com os seguintes sindicatos: (i) Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos; (ii) Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas, (iii) Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo; (iv) Sindicato da Indústria de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar no Estado de São Paulo; (v) Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais não Ferrosos no Estado de São Paulo; (vi) Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários; (vii) Sindicato da Indústria de Artefatos de Metais não Ferrosos no Estado de São

Paulo; e (viii) Sindicato da Indústria de Balanças, Pesos e Medidas de São Paulo. A convenção foi firmada em 22 de janeiro de 2001 e tem validade até 31 de outubro de 2001.

No que se refere a situação da companhia junto ao INSS, foi informado não ser possível a apresentação da correspondente certidão negativa em razão da existência de irregularidades relativas às seguintes contribuições e respectivos valores: (i) INSS parte da empresa – R\$ 1.609.640,65; (ii) INSS parte dos empregados – R\$ 175.887,00; (iii) SAT, SEBRAE, SENAI e autônomos – R\$ 103.527,07. Além destes valores existe, ainda, a quantia de R\$ 527.280,69, objeto de parcelamento.

Foi apresentada certidão de regularidade fiscal relativa a FGTS, expedida em 24 de julho de 2001 e válida até 22 de agosto de 2001.

Inepar Energia S.A.

De acordo com quadro disponibilizado, a sociedade tem 14 empregados, cujos salários totalizam R\$ 111.200,00.

De acordo com as informações prestadas, a política salarial da sociedade rege-se pela mesma Convenção Coletiva de Trabalho da Inepar S.A. – Indústria e Construções, antes mencionada.

A sociedade também participa do plano PAMI, administrado pela Fundação Inepar, informado nos aspectos trabalhistas da emissora.

Foram apresentadas: (i) certidão negativa expedida pelo INSS em 30 de julho de 2001 e válida por 60 dias; e (ii) certidão de regularidade fiscal relativa ao FGTS emitida em 18 de julho de 2001 e válida até 16 de agosto de 2001.

Inepar Telecomunicações S.A.

Conforme tabela apresentada, a sociedade tem 23 empregados, cujos salários totalizam R\$ 128.305,00.

De acordo com as informações prestadas, a política salarial da sociedade rege-se pela mesma Convenção Coletiva de Trabalho da Inepar S.A. – Indústria e Construções, antes mencionada.

Foram apresentadas (i) certidão negativa expedida pelo INSS em 3 de julho de 2001 e válida por 60 dias, e (ii) certidão de regularidade fiscal quanto ao FGTS, expedida em 18 de julho de 2001 e válida até 16 de agosto de 2001.

Marcas e Patentes

Inepar S.A. – Indústria e Construções

O quadro abaixo, elaborado na data base de 31 de março de 2001, relaciona as marcas e patentes detidas pela sociedade, incluídas aquelas originariamente detidas pelas sociedades incorporadas, com os respectivos estágios dos processos e prazos de validade.

MARCA	TITULAR	Nº REGISTRO INPI	SITUAÇÃO VALIDADE
ENERGIA SOLAR	INEPAR S/A	818432985	28/10/ 2007
SOLAR-PAC	INEPAR S/A	818387742	04/11/2007
INEPAR (MISTA)	INEPAR S/A	710165030	05/01/2002
INEPAR (MISTA)	INEPAR S/A	818434171	11/11/2007
INEPAR (FIGURATIVA)	INEPAR S/A	006382460	10/07/2006
INEPAR (FIGURATIVA)	INEPAR S/A	006483895	25/11/2006
INEPAR (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	740065408	26/07/2003
INEPAR (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	006136796	25/09/2005
INEPAR (NOMINATIVA – DEPÓSITO NA ARGENTINA)	INEPAR S/A	1621330	08/11/2002
INEPAR (MISTA –DEPÓSITO NO EQUADOR)	INEPAR S/A	1041-95 MICIP	17/04/2005
INEPAR (NOMINATIVA -DEPÓSITO NO URUGUAY)	INEPAR S/A	255907	12/11/2003
INEPAR (NOMINATIVA – PARAGUAI)	INEPAR S/A	160354	15/03/2003
INEPAR (NOMINATIVA – BOLIVIA)	INEPAR S/A	59450-C	07/11/2004
INEPAR (NOMINAL – PERU)	INEPAR S/A	9139	05/08/2003
INEPAR (MISTA – VENEZUELA)	INEPAR S/A	1309694	Pendente
PARTI (MISTA)	INEPAR S/A	818202734	07/01/2007
PARTI (MISTA)	INEPAR S/A	818202718	07/01/2007
PARTI (MISTA)	INEPAR S/A	818202700	07/01/2007
PARTI (MISTA)	INEPAR S/A	818202742	07/01/2007
PARTI (MISTA)	INEPAR S/A	818202726	25/02/2007
PARTI (MISTA)	INEPAR S/A	818202696	25/02/2007
POLITEL (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	816716200	25/01/2004
POWEREX	INEPAR S/A	814654800	15/01/2001 (Pedido de Prorrogação de Validade)
SERVCELL (MISTA)	INEPAR S/A	816729247	16/11/2003
CELLULAR ONE (MISTA)	INEPAR S/A	816729255	16/11/2003
OPEN BOX (MISTA)	INEPAR S/A	817903666	10/09/2006
INESTART (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	819915475	11/11/2007
MODU BANK (MISTA)	INEPAR S/A	818625015	04/11/2007
MODU BOX (MISTA)	INEPAR S/A	818625023	20/05/2007
MOTORVAC (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	819915467	18/01/2010
INVC (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	819915459	11/11/2007
INEMETAL (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	819915440	11/11/2007
INEPOWER (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	819915432	11/11/2007
INEVAC (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	819915416	11/11/2007
INECLAD (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	819915424	11/11/2007
INEMOTOR (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	819915408	11/11/2007
SMI (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	818517832	09/09/2007
SMI O SISTEMA DE MEDIÇÃO INEPAR (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	818517824	30/09/2007
SOLAR-PAC (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	818387742	04/11/2007
ONDA (MISTA)	INEPAR S/A	822303400	Pedido Depósito em 99
ONDA (FIGURATIVA)	INEPAR S/A	822303418	Pedido Depósito em 99
ONDA (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	821767143	Pedido Depósito em 99
TISCOM (MISTA)	INEPAR S/A	821767038	Publicado o pedido de depósito
TISCOM (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	821767127	Publicado o pedido de depósito
UNIV. LIVRE INEPAR (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	821767070	Publicado o pedido de depósito
INEPARNET (MISTA)	INEPAR S/A	821767089	Publicado o pedido de depósito
QUALIDADE INEPAR (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	821757097	Publicado o pedido de depósito

NORTE BRASIL TELECOM (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	821767100	Publicado o pedido de depósito
INEPAR TELECOM (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	821767135	Publicado o pedido de depósito
INEPAR ENERGIA (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	822067269	Publicado o pedido de depósito
NORDON (FIGURATIVA)	INEPAR S/A	814110290	12/12/2009
NORDON (FIGURATIVA)	INEPAR S/A	814110320	12/12/2009
NORDON (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	814110231	12/12/2009
NORDON (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	814110223	12/12/2009
NORDON (NOMINATIVA)	INEPAR S/A	814110215	12/12/2009
NORDON (FIGURATIVA)	INEPAR S/A	814110282	12/12/2009
NORDON (FIGURATIVA)	INEPAR S/A	814110274	12/12/2009
SADESULAN	SADE *	006237827	25/02/2006
EMBLEMÁTICA	SADE *	817413910	25/08/2008
EMBLEMÁTICA	SADE *	817413898	10/08/2009
EMBLEMÁTICA	SADE *	817413901	12/09/2005
EMBLEMÁTICA	SADE *	817413820	12/09/2005
EMBLEMÁTICA	SADE *	817413936	19/11/2006
EMBLEMÁTICA	SADE *	817413928	10/12/2006
EMBLEMÁTICA	SADE *	817413880	12/09/2005
EMBLEMÁTICA	SADE *	817413944	12/09/2005
EMBLEMÁTICA	SADE *	817413952	22/04/2007
SADELETRIC	SADE *	003612481	18/09/2007
SADELETRIC	SADE *	003511790	29/03/2007
SADELETRIC	SADE *	003511782	29/03/2007
SADE	SADE *	006416446	25/07/2006
SADE	SADE *	817413812	29/08/2005
SADE	SADE *	817413790	12/09/2005
SADE	SADE *	817413871	19/11/2006
SADE	SADE *	817413863	17/09/2005
SADE	SADE *	817413960	12/09/2005
SADE	SADE *	003136515	11/05/2005
SADE	SADE *	003088170	14/12/2004
SADE	SADE *	817413855	12/09/2005
SADE	SADE *	817413839	12/09/2005
SADE	SADE *	817413847	12/09/2005
SADE	SADE *	005005353	14/12/2004
SADE	SADE *	817413804	Pedido de Registro
SADE	SADE *	003088162	14/12/2004
SADE	SADE *	003173968	03/09/2005

Patentes			
Nº - TÍTULO	EMPRESAS	Nº REGISTRO INPI	SITUAÇÃO VALIDADE
ATUADOR HIDRÁULICO DE DUPLA AÇÃO COM ACIONAMENTO MECÂNICO	SADE *	PI 9503094-8	06/07/2015
DISPOSITIVO DE ACION. P/ VÁLVULA HIDRÁULICA	SADE *	PI 9101450-6	Pedido de Patente
CONEXÃO GIRATÓRIA C/VEDAÇÃO METÁLICA	SADE *	PI 9500067-4	11/01/2015
DISPOSITIVO P/ CONEXÃO MECÂNICA TUBULAÇÕES	SADE *	PI 9404903-3	08/12/2014
VÁLVULAS DUPLA RETENÇÃO BALANCEADA COM ACIONAMENTO	SADE *	PI 9501719-4	18/04/2015
MANDRIL DE LINHAS DE FLUXO PIGAVEL PARA POÇOS DE PETRÓLEO	SADE *	PI 9705880-7	Pedido de Patente
ACELERADOR DE PARTICULAS ELETRICAMENTE CARREGADAS	INEPAR IND.	PI 9400821-3	04/03/2014

MANCAL MAGNÉTICO	INEPAR IND.	MU 7501374-6	Análise de Parecer
CONCENTRADOR ELETRÔNICO DE RAMAIS PARA MEDIÇÃO DE ENERGIA	INEPAR IND	PI 9501845-0	Exame

A sociedade declarou estar em regularidade com os pagamentos das taxas devidas.

* A sade vigesa Industrial e Serviços S.A foi incorporada pela Inepar S.A – Indústria e Construções, através de Assembléia Geral Extraordinária de 13/04/2000.

Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A.

A sociedade informou não ser detentora de marcas ou patentes.

Inepar Energia S.A.

A sociedade não tem marcas ou patentes de sua titularidade, cabendo destacar que a marca nominativa “Inepar Energia” encontra-se relacionada no quadro demonstrativo da Inepar S.A. - Indústria e Construções por ser esta a detentora da marca.

Inepar Telecomunicações S.A.

A sociedade informou ser detentora das marcas nominativas “Roaming Global”, “Roaming Internacional”, “Roaming Iridium”, “Roaming Universal” e “Roaming Mundial”, devidamente registradas e em situação de plena regularidade com o pagamento das taxas devidas.

Bens Imóveis

Inepar S.A. – Indústria e Construções

A sociedade é proprietária de 09 imóveis, quatro dos quais encontram-se hipotecados, conforme indicado no quadro abaixo:

<i>Relação do Grupo INEPAR</i>						
EMPRESA	CIDADE	IMÓVEL	M2	MATRICULA	GRAVAMES	CREDOR
1. INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES	CURITIBA	TERRENO	89.873,46	1.790	HIPOTECA 2º GRAU	BCN BARCLAYS
					HIPOTECA 3º GRAU	BCN BARCLAYS E GALÍCIA
		EDIFICAÇÕES	14.000,00	1.790	IDEM ACIMA	
2. INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES	CURITIBA	TERRENO	13.198,30	80.852	LIVRE	-
3. INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES	FOZ DO IGUAÇÚ	TERRENO	5.982,91	34.096-A	LIVRE	
4. INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES	FOZ DO IGUAÇÚ	TERRENO	4.790,40	34.097-A	LIVRE	
5. INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES	FOZ DO IGUAÇÚ	TERRENO	4.790,40	34.098-A	LIVRE	
6. INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES	FOZ DO IGUAÇÚ	TERRENO	804,00	17.506	LIVRE	

7. INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES	CURITIBA	TERRENO	1.650,00	6.525	HIPOTECA 1º GRAU	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP
8. INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES	CURITIBA	TERRENO	2.886,00	6.526	HIPOTECA 1º GRAU	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP
9. INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES	CURITIBA	TERRENO	1.243,20	6.527	HIPOTECA 1º GRAU	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP

No que se refere ao item 01 do quadro, foi apresentada certidão do Registro Geral de Imóveis, datada de 18.07.00, comprovando a propriedade e a existência dos gravames indicados.

Quanto ao item 02, a certidão é datada de 25.08.97, tendo como último ato a aquisição pela sociedade.

Para os itens 3 a 6, foi apresentada certidão datada de 17.04.00, atestando a propriedade e a inexistência de gravame até aquela data.

No que se refere aos últimos três imóveis, foi apresentada certidão datada de 15.03.00 atestando a propriedade e a existência dos gravames indicados.

A sociedade apresentou declaração de quitação com a taxas e impostos incidentes sobre os imóveis constantes do quadro acima.

Cabe destacar que a sociedade possui, também, um terreno com 50.473,92 m2, adquirido por incorporação de parcela cindida da Inepar S.A. – Eletroeletrônica. A certidão de ônus reais, emitida em 18 de julho de 2000, indica como proprietária a sociedade cindida, apontando a inexistência de qualquer ônus ou gravame. O processo de transferência da titularidade deste imóvel encontra-se em curso perante o competente Cartório de Registro Geral de Imóveis. Ainda no que se refere a este imóvel, foi informada a existência de débito vencido com Imposto Predial Territorial Urbano, no valor atualizado de R\$ 62.500,61.

Filial Jacareí

Foi apresentado contrato de arrendamento do imóvel fabril localizado na rodovia Presidente Dutra, Km 165, Município de Jacareí, celebrado em 31/10/96, sendo arrendadora a Sade Vigesa S/A e arrendante a Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A. O contrato tem por objeto terreno com área de 380.324,70m2, prédios, galpões e benfeitorias e destina-se, exclusivamente, à atividade econômica de bens de capital. O prazo é de 5 anos, com início em 01/11/96 e término em 31/10/01, prorrogável por período igual ou superior. O valor do aluguel, pelo prazo estipulado, é de R\$ 15.000.000,00 pagáveis em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, cada uma no valor de R\$ 250.000,00, reajustadas anualmente. A Sade Industrial poderá ceder ou transpassar em parte o contrato ou fazer-se nele substituir ou suceder, por sociedade sob seu controle, ficando solidariamente responsável pelas obrigações de sua controlada, devendo a arrendadora ser previamente comunicada por escrito.

Acrescente-se, que existem imóveis, originalmente de propriedade da Sade – Vigesa Industrial e Serviços S.A., que, em razão da incorporação, passaram a pertencer à Inepar S.A. – Indústria e Construções, descritos no quadro abaixo, com a indicação dos gravames informados:

LOCALIZAÇÃO	METRAGENS	MATRÍCULA	GRAVAMES
1. MACAÉ – RJ	TERRENO 40.000 EDIFICAÇÕES 2.700	5.934	LIVRE

2. BELO HORIZONTE	TERRENO 425,26	9.863	LIVRE
3. CATU – BA	TERRENO 1.328,4 EDIFICAÇÕES 974,8	752	LIVRE
4. MAGÉ – RJ	TERRENO 402.942,85 EDIFICAÇÕES 26.905,00	10.507	HIPOTECADO AO BNDES

Foi apresentada certidão de ônus reais do imóvel indicado no item 1, datada de 22/03/99, comprovando a propriedade da Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A. e a inexistência de ônus ou gravames.

Quanto aos imóveis apontados nos itens 2 e 3, foram apresentadas declarações emitidas pelos competentes Cartórios de Registro de Imóveis em 08/10/96 e 03/09/99, respectivamente, atestando a inexistência de ônus ou gravames até aquela data. Para o imóvel relacionado no item 2 constam como proprietárias Sade Vigesa e Sade Sul Americana, e para aquele constante do item 3 Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A..

No que se refere ao item 4, a certidão de ônus reais apresentada data de 26/10/99, indicando a titularidade da Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A. e a existência da hipoteca indicada no quadro acima. Além deste gravame, constam 4 penhoras relativas a execuções movidas contra Emaq Industrial S.A., averbadas nos anos 1990, 1991 e 1993, em período anterior à aquisição da unidade pela Inepar, tendo sido informado que estão sendo providenciadas as respectivas baixas.

Foi apresentada declaração de quitação com a taxas e impostos incidentes sobre os imóveis constantes do quadro.

Filial Rio de Janeiro

Foi apresentado contrato de locação de imóvel comercial, celebrado com Safra Comércio e Serviços Ltda. em 21/10/98, relativo aos 4º, 5º, 6º, 7º e 8º pavimentos do prédio da rua da Alfândega nº 12, no Rio de Janeiro. O prazo da locação é de quatro anos e o valor contratado é de R\$ 40.000,00. O contrato é afiançado pela INEPAR - Administração e Participações S/A e tem cláusulas de rescisão padrão.

Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A.

Foi informado que a sociedade é proprietária de apenas um imóvel, constituído por terreno de 823.299,98 m2, com edificações de 106.430 m2, situado em Araraquara, São Paulo. Segundo informações prestadas, existia, apenas, um gravame, consubstanciado em hipoteca em favor de Atlas Schindler S.A.. Foi disponibilizada cópia da escritura de cancelamento deste gravame, datada de 23.06.00, tendo sido informado que já foram adotadas as providências necessárias a averbação do ato junto ao Registro Geral de Imóveis.

A sociedade declarou, também, estar regular com os pagamentos de impostos e taxas incidentes sobre o imóvel.

Inepar Energia S.A.

De acordo com informações prestadas, a sociedade não é proprietária de imóveis, ocupando parte das instalações da Inepar Administração, Bens, Serviços e Participações S.A. (903,17m2),

conforme contrato de locação celebrado em 01.10.00 pelo prazo de 36 meses, prevista a possibilidade de renovação por igual período, bem como a rescisão sem incidência de multa (desde que notificada a locadora com antecedência de 30 e 60 dias, respectivamente). O aluguel mensal pactuado é de R\$ 15.170,00, incluídas as despesas relativas ao uso da infra estrutura.

Inepar Telecomunicações S.A.

Assim como no caso da Inepar Energia S.A, foi informado que a sociedade não é proprietária de bens imóveis, ocupando parte das instalações da Inepar Administração, Bens, Serviços e Participações S.A. (1.044,85m2), conforme contrato de locação celebrado em 01.10.00 pelo prazo de 36 meses, prevista a possibilidade de renovação por igual período, bem como a rescisão sem incidência de multa (desde que notificada a locadora com antecedência de 30 e 60 dias, respectivamente).O aluguel mensal pactuado é de R\$ 17.553,48, incluídas as despesas relativas ao uso da infra estrutura.

Bens Móveis

Inepar S.A. – Indústria e Construções

Sede

Conforme listagem fornecida pela sociedade, os bens reputados como relevantes alcançam, no total, o valor de R\$ 4.313.451,02, computada a respectiva depreciação.

Ainda segundo informações prestadas, estes bens não foram dados em garantia, não estão com arrendamento ou leasing em andamento, bem como sobre eles não incidem gravames.

Filial Jacareí

A filial encaminhou listagem contendo os bens móveis reputados como relevantes, no total de R\$ 7.022.819,69, computada a respectiva depreciação, os quais encontram-se penhorados.

Foi informado que não existem contratos de leasing ou arrendamento mercantil de tais equipamentos.

Filial Rio de Janeiro

De acordo com informações da sociedade, não existem bens móveis reputados como relevantes nesta filial.

Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A.

A sociedade encaminhou listagem contendo as principais máquinas localizadas em Araraquara, cujo valor total residual equivale a R\$ 57.547.956,66, das quais 49 encontram-se penhoradas. O valor dos equipamentos penhorados é de R\$ 27.347.385,80.

Além destas penhoras, informou a sociedade não incidirem outros gravames, bem como não existem leasings ou arrendamentos.

Inepar Energia S.A.

De acordo com informações prestadas a sociedade não tem bens móveis reputados como relevantes.

Inepar Telecomunicações S.A.

De acordo com informações prestadas a sociedade não tem bens móveis reputados como relevantes.

Meio Ambiente

A sociedade, por si e na qualidade de controladora da Inepar - Fem Equipamentos e Montagens S.A, Inepar Energia S.A e Inepar Telecomunicações S.A, apresentou declaração atestando não ter conhecimento da existência de qualquer passivo ou circunstância da qual possa advir contingência ambiental relevante.

Inepar S.A. – Indústria e Construções

Sede

Foi apresentada licença de operação, expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, relativa ao imóvel da Av. Jucelino K. de Oliveira, emitida em 02 de fevereiro de 2000, com validade de 2 anos.

A sociedade apresentou, também, autorização concedida em 13 de setembro de 1999 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná à Companhia Auxiliar de Viação e Obras – CAVO, para transporte e armazenamento temporário emergencial de resíduos. Esta empresa retira os resíduos e detritos industriais gerados pelo estabelecimento da sede da Inepar S.A. Indústria e Construções, encarregando-se da respectiva destinação.

Além disto, a sociedade mantém no parque industrial da sede uma unidade própria de tratamento de efluentes sanitários.

Filial Jacareí

Foram apresentadas cópias: (i) da Licença de Funcionamento expedida pela Secretaria de Obras e Meio Ambiente de São Paulo em 11 de agosto de 1980, em nome de Sade Sul Americana de Engenharia S.A.; e (ii) da Licença de Instalação expedida pela Secretara de Meio Ambiente de São Paulo em 16 de novembro de 1998, em nome de Sade Industrial e Serviços S.A. Foram, também, apresentados comprovantes de retificações das razões sociais antes indicadas em licenças concedidas em favor desta filial para Inepar S.A. Indústria e Construções, datados de 03 de novembro de 2000.

Filial Rio de Janeiro

Foi dispensada a apresentação de licenças ambientais uma vez que no local funciona, apenas, um escritório da sociedade, não sendo exercida qualquer atividade passível de causar danos ao meio ambiente ou que justificasse a respectiva fiscalização.

Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A.

Foram apresentadas cópias dos seguintes documentos: (i) certificado de registro junto ao IBAMA, expedido em 18/02/00 e válido até 31/03/01 e (ii) licença de instalação expedida pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo em 02/07/99.

Inepar Energia S.A.

Foi dispensada a apresentação de licenças ambientais, uma vez que no local funciona, apenas, um escritório da sociedade, não sendo exercida qualquer atividade passível de causar danos ao meio ambiente ou que justificasse a respectiva fiscalização.

Inepar Telecomunicações S.A.

Foi dispensada a apresentação de licenças ambientais, uma vez que na sede da sociedade funciona, apenas, um escritório, não sendo exercida qualquer atividade passível de causar danos ao meio ambiente ou que justificasse a respectiva fiscalização.

Quanto a filial do Rio de Janeiro, não obstante terem sido transferidos os funcionários e atividades para a sede situada à Av. João Gualberto, foi dispensada a apresentação de licenças ambientais pelos mesmos motivos acima indicados.

Licenças

Inepar S.A. – Indústria e Construções

Sede

A sociedade apresentou: (i) cópia do alvará nº 176.787, expedido em 18/01/91 pela Prefeitura Municipal de Curitiba, relativo ao estabelecimento situado na Av. Juscelino K. de Oliveira nº 11.400; e (ii) cópia do cartão do CNPJ nº 76.627.504/0001-06, expedido em 20/12/71, válido até 30/06/01.

Filial Jacareí

Foi apresentada cópia do cartão de CNPJ, válido até 30/06/02, informado que o alvará aguarda a conclusão do processo para a respectiva expedição.

Rio de Janeiro

Foram apresentadas cópias dos seguintes documentos: (i) alvará nº 45699, datado de 08/06/00, já no nome de Inepar S.A. - Indústria e Construções; (ii) cartão de inscrição municipal datado de 08 de junho de 2000; e (iii) cartão do CNPJ, válido até 30/06/02.

Inepar Fem Equipamentos e Montagens S.A.

Foram apresentadas cópias do alvará nº 576/98, expedido em 14/07/98 pela Prefeitura Municipal de Araraquara e do cartão de CNPJ nº 02.258.422/0001-97, expedido em 24/11/97 e válido até 30/06/01.

Inepar Energia S.A.

Foram apresentadas cópias dos seguintes documentos: (i) alvará nº 000534712, expedido em 12/07/01 pela Prefeitura Municipal de Curitiba, relativo ao estabelecimento situado na Av. João Gualberto nº 1.100, válido até 31/12/03; e (ii) cartão do CNPJ nº 02225714/0001-23, expedido em 07/11/97, válido até 31/10/01.

Inepar Telecomunicações S.A.

Foram apresentadas cópias dos seguintes documentos: (i) alvará expedido em 24/01/01 pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, relativo ao estabelecimento situado na Rua da Alfandega nº 12, 4º andar; (ii) alvará nº 526007 expedido em 15/03/01 pela Prefeitura Municipal de Curitiba, relativo ao estabelecimento situado na Av. João Gualberto nº 530, parte; e (iii) cartão do CNPJ nº 00359742/0001-08, expedido em 20.12.94 e válido até 30/06/01.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

6. ESTUDO ECONÔMICO FINANCEIRO

6.1. Demonstrações Financeiras - Controladora

Inepar S/A - Indústria e Construções
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)

Ativo	Controladora						
	31/03/01	31/12/00	31/03/00	31/12/99	31/12/98	31/12/97	
	NOVA INEPAR	NOVA INEPAR	NOVA INEPAR	NOVA INEPAR			
Circulante	413.388	424.282	349.676	310.219	171.537	363.517	220.632
Disponibilidades	7.701	10.114	1.003	2.617	290	982	2.273
Aplicações financeiras	6.263	4.724	4.124	4.362	3.091	20.900	21.519
Contas a receber clientes	79.439	85.822	83.957	96.329	39.858	69.706	43.118
Encomendas e reajustes a faturar	161.456	152.206	101.136	38.532	19.873	10.995	26.059
Títulos e valores mobiliários	13.336	6.464	2.593	2.476	2.094	24.358	7.494
Títulos a receber	10.322	64.051	41.683	53.181	51.641	31.415	59.770
Créditos de impostos	26.436	23.055	21.326	14.305	14.305	6.976	-
Estoques	95.823	63.036	68.696	67.070	27.295	29.470	27.359
Dividendos a receber	742	-	-	-	-	9.882	-
Bens destinados a venda	-	-	7.425	5.710	5.710	146.614	-
Despesas antecipadas	1.610	6.807	3.317	3.619	2.071	2.410	3.374
Outros créditos	10.260	8.003	14.416	22.018	5.309	9.809	29.666
Realizável a longo prazo	153.968	142.650	257.388	273.621	153.184	124.395	81.698
Contas a receber clientes	43.121	43.243	22.251	38.174	15.749	277	-
Empresas ligadas	55.952	58.777	94.884	80.293	73.534	78.143	65.952
Títulos a receber	23.079	10.839	49.893	37.183	32.388	6.433	4.102
Créditos de impostos	10.851	12.504	56.941	56.926	19.644	-	-
Depósitos judiciais	12.833	11.992	14.682	9.583	8.084	-	-
Bens destinados a venda	-	-	12.000	12.000	-	-	-
Despesas antecipadas	1.115	1.353	3.411	1.760	1.760	-	-
Outros créditos	7.017	3.942	3.326	37.702	2.025	39.542	11.644
Permanente	475.785	485.016	500.274	535.015	519.653	706.224	467.448
Investimentos	227.027	225.105	277.801	299.741	433.000	637.732	421.533
Imobilizado	202.006	209.127	215.521	223.321	81.081	60.160	36.494
Diferido	46.752	50.784	6.952	11.953	5.572	8.332	9.421
Total do ativo	1.043.141	1.051.948	1.107.338	1.118.855	844.374	1.194.136	769.778

Inepar S/A - Indústria e Construções
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)

Passivo	Controladora						
	31/03/01	31/12/00	31/03/00	31/12/99	31/12/99	31/12/98	31/12/97
	NOVA INEPAR	NOVA INEPAR	NOVA INEPAR	NOVA INEPAR			
Circulante	548.536	500.157	341.989	308.077	169.990	425.912	176.405
Fornecedores	62.584	62.092	64.053	69.640	29.001	38.739	28.427
Financiamentos e empréstimos	192.017	192.175	96.101	85.168	78.445	285.560	69.608
Salários e encargos sociais	28.381	25.338	17.888	16.008	2.648	2.544	1.610
Impostos e contribuições a recolher	58.797	47.213	26.575	22.321	9.728	7.637	4.384
Prov. para imposto de renda e contrib	-	-	631	631	-	-	-
Dividendos propostos	30	30	30	31	31	20.000	12.390
Provisão de custo e encargos	78.763	59.327	17.632	15.960	8.362	8.864	2.933
Adiantamentos sobre Encomendas	67.185	71.041	72.715	73.667	29.802	28.443	18.519
Debêntures	53.481	35.581	33.640	11.475	8.869	9.139	8.914
Títulos a pagar	2.294	1.951	6.014	3.930	-	20.286	26.412
Cessão de Direitos e Concessões	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	5.004	5.409	6.710	9.246	3.104	4.700	3.208
Exigível a longo prazo	148.830	187.288	200.049	228.463	142.770	302.365	139.369
Fornecedores	-	-	3.503	3.897	3.503	-	-
Financiamentos e empréstimos	30.591	32.867	45.166	33.971	27.824	56.124	38.728
Empresas ligadas	33.111	51.956	29.311	31.634	33.601	182.272	43.320
Prov. para imposto de renda e contrib	1.981	1.981	34.670	34.670	25.514	26.978	23.286
Adiantamentos sobre encomendas	19.299	19.299	19.299	24.465	19.299	-	-
Títulos a pagar	2.762	3.199	17.018	17.957	-	-	-
Debêntures	27.711	42.058	43.517	65.756	28.180	28.128	33.043
Cessão de Direitos e Concessões	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências	27.602	27.662	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	5.773	8.266	7.565	16.113	4.849	8.863	992
Patrimônio líquido Total	345.775	364.503	565.300	582.315	531.614	465.859	454.004
Patrimônio dos minoritários	-	-	50.495	50.701	-	-	-
Patrimônio líquido da Controladora	345.775	364.503	514.805	531.614	531.614	465.859	454.004
Capital social	570.949	574.530	620.562	620.381	620.381	368.204	368.166
Reserva de capital	2.626	2.619	2.597	266	266	266	266
Reserva de reavaliação	1.649	1.728	2.493	2.732	2.732	3.991	7.803
Lucros/Prejuízos Acumulados	(229.449)	(214.374)	(110.847)	(91.765)	(91.765)	93.398	77.769
Total do passivo	1.043.141	1.051.948	1.107.338	1.118.855	844.374	1.194.136	769.778

Inepar S/A - Indústria e Construções
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06
Demonstrações de Resultados
(Em milhares de reais)

	Controladora						
	31/03/01	31/12/00	31/03/00	31/12/99	31/12/98	31/12/97	
	NOVA INEPAR	NOVA INEPAR	NOVA INEPAR	NOVA INEPAR			
Receita operacional bruta	150.626	440.608	97.439	533.247	129.857	232.050	200.510
Deduções e impostos sobre vendas	(20.620)	(44.908)	(10.168)	(60.784)	(17.722)	(28.016)	(25.685)
Receita operacional líquida	130.006	395.700	87.271	472.463	112.135	204.034	174.825
Custos dos produtos e serviços	(105.133)	(300.726)	(54.570)	(377.402)	(69.743)	(138.595)	(131.780)
Lucro bruto	24.873	94.974	32.701	95.061	22.392	65.439	43.045
Receitas [despesas] operacionais	(40.484)	(275.745)	(42.848)	(275.907)	(198.684)	(56.218)	850
Administrativas e gerais	(9.418)	(51.186)	(14.468)	(61.573)	(24.534)	(21.521)	(20.744)
Depreciações e amortizações	(3.807)	(4.285)	(1.055)	(6.588)	(2.652)	(2.645)	(1.582)
Despesas com vendas	(5.432)	(41.754)	(5.932)	(19.924)	(8.510)	(11.600)	(15.506)
Despesas financeiras	(31.629)	(112.500)	(22.107)	(149.463)	(124.361)	(92.944)	(40.572)
Receitas financeiras	7.624	60.979	13.126	75.546	71.634	51.889	42.008
Outras receitas e despesas operacion	2.064	(53.549)	8.270	(4.174)	(11.413)	(5.956)	(2.921)
Resultado da equivalência patrimonial	114	(73.450)	(20.682)	(109.731)	(98.848)	26.559	40.167
Resultado operacional	(15.611)	(180.771)	(10.147)	(180.846)	(176.292)	9.221	43.895
Resultado não operacional	927	(39.524)	(10.633)	(39.195)	(13.308)	32.935	15.454
Resultado da equivalência não operac	-	2.713	(50)	3.864	4.467	22.162	(1.739)
Ganho na alienação de permanente	937	(14.002)	(2.899)	16.487	10.798	10.716	16.777
Outras receitas e despesas não operac	(10)	(15.185)	(7.684)	(27.893)	3.080	57	416
Provisões de futuras perdas	-	(13.050)	-	(31.653)	(31.653)	-	-
Resultado Antes do Imposto de Rend	(14.684)	(220.295)	(20.780)	(220.041)	(189.600)	42.156	59.349
Imposto de renda e contribuição soci	(471)	1.774	(705)	17.501	6.659	(4.433)	(9.435)
Participações administradores/funcion	-	-	-	-	-	(5.579)	(2.756)
Participações acionistas não controlad	-	-	(373)	19.599	-	-	-
Prejuízo/Lucro do Exercício	(15.155)	(218.521)	(21.858)	(182.941)	(182.941)	32.144	47.158
Quantidade de ações ao final do exercíc	57.328.462	57.732.826	52.568.516	52.549.711	52.549.711	303.402.668	303.381.002
Prejuízo/Lucros por lote de mil ações -	(0,26)	(3,79)	(0,42)	(3,48)	(3,48)	0,11	0,16

6.2. Demonstrações Financeiras – Consolidado

Inepar S/A - Indústria e Construções
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06
Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)

Ativo	Consolidado						
	31/03/01	31/12/00	31/03/00	31/12/99	31/12/99	31/12/98	31/12/97
		AJUSTADO	AJUSTADO	AJUSTADO			
Circulante	793.012	768.312	482.603	454.053	459.716	1.186.944	507.722
Disponibilidades	9.428	12.779	3.123	5.515	5.644	15.632	16.708
Aplicações financeiras	12.895	12.211	20.078	25.980	27.251	45.531	38.693
Contas a receber clientes	99.973	118.478	104.149	110.628	111.743	202.320	88.611
Encomendas e reajustes a faturar	188.944	187.367	120.802	57.251	57.251	72.604	102.531
Títulos e valores mobiliários	22.355	6.463	52.568	67.674	67.674	135.858	110.891
Títulos a receber	14.033	66.793	51.386	53.795	53.795	34.049	59.770
Créditos de Impostos	31.466	28.032	27.373	14.305	14.305	6.976	-
Estoques	110.323	71.980	76.420	70.401	71.834	96.183	46.500
Dividendos a receber	742	-	-	-	-	-	-
Bens destinados a venda	281.465	245.421	7.425	5.710	5.710	473.651	-
Despesas antecipadas	2.032	7.207	3.457	3.860	3.905	3.981	8.328
Outros créditos	19.356	11.581	15.822	38.934	40.604	100.159	35.690
Realizável a longo prazo	247.925	229.098	255.786	274.133	276.918	183.070	169.017
Contas a receber clientes	44.791	44.913	25.610	36.517	39.302	21.699	33.148
Empresas ligadas	30.332	68.178	46.334	38.223	38.223	40.465	49.253
Títulos a receber	94.991	34.269	83.908	61.183	61.183	14.162	15.055
Créditos de impostos	34.172	36.017	62.739	61.434	61.434	7.392	-
Depósitos judiciais	15.861	14.664	16.451	11.031	11.031	4.430	-
Bens destinados a venda	-	-	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000
Despesas antecipadas	1.115	1.354	3.411	1.760	1.760	3.648	-
Outros créditos	26.663	29.703	5.333	51.985	51.985	79.274	59.561
Permanente	478.988	519.982	885.062	854.675	914.035	1.581.249	462.417
Investimentos	157.037	148.273	464.202	508.044	477.191	509.835	244.377
Imobilizado	258.831	297.915	360.790	301.850	369.826	959.430	191.030
Diferido	63.120	73.794	60.070	44.781	67.018	111.984	27.010
Total do ativo	1.519.925	1.517.392	1.623.451	1.582.861	1.650.669	2.951.263	1.139.156

Inepar S/A - Indústria e Construções
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06
Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)

Passivo	Consolidado						
	31/03/01	31/12/00	31/03/00	31/12/99	31/12/99	31/12/98	31/12/97
		AJUSTADO	AJUSTADO	AJUSTADO			
Circulante	720.291	690.487	437.916	384.931	409.266	1.247.617	312.871
Fornecedores	84.083	80.662	88.550	91.158	99.738	137.351	45.069
Financiamentos e empréstimos	297.023	309.847	108.853	101.228	101.266	537.207	98.367
Salários e encargos sociais	34.098	30.335	21.471	19.086	19.207	26.731	12.248
Impostos e contribuições a recolher	71.862	55.284	36.732	31.060	31.526	33.758	8.528
Prov. para imposto de renda e contrib	936	762	726	835	835	5.344	1.302
Dividendos propostos	30	285	155	31	31	22.827	12.390
Provisão de custo e encargos	79.468	67.659	17.655	16.866	16.866	31.020	21.567
Adiantamentos sobre encomendas	77.424	85.152	86.900	85.240	85.240	95.230	64.293
Debêntures	54.796	40.055	34.895	11.739	11.739	9.142	16.964
Títulos a pagar	9.219	8.606	13.532	4.462	4.462	268.502	26.412
Cessão de Direitos e Concessões	4.779	4.779	20.025	19.424	19.424	24.892	-
Outras contas a pagar	6.573	7.061	8.422	3.802	18.932	55.613	5.731
Exigível a longo prazo	264.262	280.422	421.387	405.940	449.413	854.597	281.684
Fornecedores	-	-	3.386	3.897	3.897	-	-
Financiamentos e empréstimos	62.174	60.699	170.997	119.676	148.504	206.126	152.904
Empresas ligadas	34.495	36.002	27.224	40.421	40.421	56.449	34.082
Prov. para imposto de renda e contrib	1.981	1.981	34.670	34.670	34.670	52.188	39.183
Adiantamentos sobre encomendas	19.299	19.299	19.299	24.466	24.466	-	-
Títulos a pagar	3.249	3.709	17.018	17.956	17.956	335.134	-
Debêntures	76.649	90.714	90.643	112.231	112.231	65.709	33.043
Cessão de Direitos e Concessões	28.274	29.867	48.698	49.291	49.291	79.652	-
Provisão para contingências	30.889	31.910	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	7.252	6.241	9.452	3.332	17.977	59.339	22.472
Patrimônio líquido Total	535.372	546.483	764.148	791.990	791.990	849.049	544.601
Patrimônio dos minoritários	189.597	181.980	249.343	260.376	260.376	383.190	90.597
Patrimônio líquido da Controladora	345.775	364.503	514.805	531.614	531.614	465.859	454.004
Capital social	570.949	574.530	620.562	620.381	620.381	368.204	368.166
Reserva de capital	2.626	2.619	2.597	266	266	266	266
Reserva de reavaliação	1.649	1.728	2.493	2.732	2.732	3.991	7.803
Lucros/Prejuízos Acumulados	(229.449)	(214.374)	(110.847)	(91.765)	(91.765)	93.398	77.769
Total do passivo	1.519.925	1.517.392	1.623.451	1.582.861	1.650.669	2.951.263	1.139.156

Inepar S/A - Indústria e Construções
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06
Demonstrações de Resultados
(E em milhares de reais)

	Consolidado						
	31/03/01	31/12/00	31/03/00	31/12/99	31/12/99	31/12/98	31/12/97
		AJUSTADO	AJUSTADO	AJUSTADO			
Receita operacional bruta	176.228	563.993	124.336	639.251	642.952	989.404	412.151
Deduções e impostos sobre vendas	(22.390)	(58.555)	(13.562)	(77.662)	(78.513)	(155.281)	(47.974)
Receita operacional líquida	153.838	505.438	110.774	561.589	564.439	834.123	364.177
Custos dos produtos e serviços	(124.171)	(387.197)	(72.542)	(445.007)	(448.638)	(565.937)	(297.522)
Lucro bruto	29.667	118.241	38.232	116.582	115.801	268.186	66.655
Receitas [despesas] operacionais	(51.897)	(331.905)	(60.095)	(229.875)	(231.876)	(263.823)	(24.910)
Administrativas e gerais	(16.608)	(77.779)	(21.738)	(90.217)	(91.418)	(105.889)	(47.799)
Depreciações e amortizações	(5.078)	(22.724)	(4.586)	(11.822)	(12.536)	(12.061)	(4.201)
Despesas com vendas	(5.882)	(44.319)	(7.577)	(23.421)	(26.605)	(68.224)	(25.554)
Despesas financeiras	(42.355)	(150.639)	(31.225)	(202.256)	(205.521)	(128.416)	(57.893)
Receitas financeiras	12.969	77.192	16.811	99.329	100.021	69.578	50.093
Outras receitas e despesas operacior	(327)	(106.997)	(552)	(4.449)	(4.473)	(29.695)	49.833
Resultado da equivalência patrimonial	5.384	(6.639)	(11.228)	2.961	8.656	10.884	10.611
Resultado operacional	(22.230)	(213.664)	(21.863)	(113.293)	(116.075)	4.363	41.745
Resultado não operacional	15.245	(42.956)	(11.162)	(166.148)	(166.150)	58.165	47.475
Resultado da equivalência não operac	-	(74)	107	(2.627)	(2.627)	48.703	103
Ganho na alienação de permanente	6.255	(14.014)	(3.453)	19.416	19.416	9.405	46.956
Outras receitas e despesas não operac	8.990	(15.818)	(7.816)	(151.284)	(151.286)	57	416
Provisões de futuras perdas	-	(13.050)	-	(31.653)	(31.653)	-	-
Resultado Antes do Imposto de Rend	(6.985)	(256.620)	(33.025)	(279.441)	(282.225)	62.528	89.220
Imposto de renda e contribuição socia	(1.593)	22.911	357	34.363	37.147	(19.184)	(24.970)
Participações administradores/funcion	(2)	(201)	-	(336)	(336)	(6.995)	(2.756)
Participações acionistas não controla	(6.575)	15.389	10.810	62.473	62.473	(4.205)	(14.336)
Prejuízo/Lucro do Exercício	(15.155)	(218.521)	(21.858)	(182.941)	(182.941)	32.144	47.158
Quantidade de ações ao final do exercíc	57.328.462	57.732.826	52.568.516	52.549.711	52.549.711	303.402.668	303.381.002
Prejuízo/Lucros por lote de mil ações -	(0,26)	(3,79)	(0,42)	(3,48)	(3,48)	0,11	0,16

6.3. Análise e Discussão da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

6.3.1. Eventos Subsequentes

- A Inepar-FEM Equipamentos e Montagens S.A. (controladora), subsidiária integral da Inepar S.A. Indústria e Construções, a Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A. (controlada), e Hatamura & Associados S/C Ltda, Excel Consultoria & Associados S/C Ltda e Shapphire Service Ltda, (compradoras), tornaram público, em Março de 2001, a celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações, através do qual as compradoras adquiriram da controladora a totalidade de sua participação na controlada, representativa de 98,53% do respectivo capital social. A transação de que se trata foi efetuada pelo preço total de R\$ 1,761 milhão;
- Em Julho de 2001, Inepar concluiu a venda de sua participação de 49% que detinha na joint venture Lucent Inepar Sistemas de Energia, por R\$ 3,75 milhões para a Tyco International. Além disso, a transação envolve R\$ 471,128 mil relativos a ativos a serem transferidos;
- A Inepar Energia, do Grupo Inepar, vendeu por R\$ 35 milhões sua participação no capital da Itiquira Energética, empresa que está construindo a hidrelétrica de Itiquira (156 MW), no Mato Grosso. As ações foram negociadas com a Tosli Acquisitions, joint venture entre a norte-americana NRG Energy e a sueca Vattenfall International. A Inepar Energia vendeu a totalidade da sua participação, que correspondia a 24,32% do capital e 17,09% do capital total;
- A Inepar Energia S.A. vendeu sua participação na Usina Hidrelétrica de Machadinho para a Alcoa Alumínio S.A. A Inepar Energia detinha 3,48% do capital votante da empresa Machadinho Energética S/A (MAESA). A operação representa o ingresso de R\$ 18,2 milhões no caixa da empresa e ainda o direito da comercialização da energia correspondente (3,48% da energia produzida), durante os anos de 2002 e 2003.

A Hidrelétrica de Machadinho está localizada na divisa dos estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As obras para a construção da usina, que terá capacidade instalada de 1.140 MW devem estar concluídas no início de 2002, quando a usina entra em operação comercial;

- A Inepar Energia S.A, também consolidou a venda de sua participação em Campos Novos e Ponte da Pedra, hidrelétricas que estão em fase de projeto nos estados de Santa Catarina e do Mato Grosso, respectivamente.

A participação da Inepar Energia em Campos Novos – usina que quando estiver pronta terá uma capacidade instalada de 880 MW, era 10%. A

participação da Inepar Energia e dos outros acionistas minoritários foi vendida para a VBC (Votorantim, Bradesco e Camargo Correa).

O projeto Ponte de Pedra prevê a construção de uma hidrelétrica com potência instalada de 184 MW. A participação da Inepar Energia (15%) foi vendida para as empresas Skanska (Suécia) e Impregilo (Itália).

- Em 27 de agosto de 2001 a Inepar S.A. Indústria e Construções vendeu, para sua sócia Mastec Latin America Inc., 36,5% da participação total de 49% de que era titular na Mastec Inepar S.A. Sistema de Telecomunicações.

6.3.2. Comparação das Informações Financeiras

Esta análise foi baseada e deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora para o trimestre findo em março de 2000 e 2001 e para os doze meses findos em 31 de dezembro de 1997, 1998, 1999 e 2000, elaboradas de acordo com a legislação societária, inclusive as notas explicativas que os acompanham, contidas neste documento.

6.3.2.1. Comentários do Semestre findo em 30 de junho de 2001

1) DESEMPENHO COMERCIAL

A carteira de encomendas encerrou o primeiro semestre de 2001 (1S01) atingindo aproximadamente R\$ 1,4 bilhão de saldo a ser faturado. Este é o principal indicador de desempenho futuro para uma companhia focada na produção de equipamentos de grande porte e na prestação de serviços para os principais setores da infra-estrutura. Os contratos desse segmento possuem como característica básica o prazo de execução que ultrapassa um ano.

Apresentamos no quadro abaixo a evolução da carteira de encomendas, indicando o processo de recuperação do desempenho comercial que já está se refletindo no desempenho operacional do 1º semestre.

(em R\$ milhões)

Empresas	Variação		
	1S00	1S01	%
Inepar S.A. Indústria e Construções	475,9	956,6	101,0
Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S.A.	239,3	341,5	42,7
"Nova Inepar"	715,2	1.298,1	81,5
<i>Joint-ventures ⁽¹⁾</i>	103,5	106,3 ⁽²⁾	2,7

Consolidado	818,7	1.404,4	71,5
(1) - Valor proporcional à participação da Inepar S/A Indústria e Construções no capital social das Empresas.			
(2) - Excluímos a carteira da Lucent Inepar para o IS01. Vide Nota Explicativa nº 3.			

Desde o 2º semestre do ano passado, vimos registrando um acréscimo nos negócios do segmento de geração, tanto de energia hidráulica quanto térmica. Em resposta a esse reaquecimento do mercado, a Inepar vem concentrando esforços na comercialização nesse segmento, incluindo toda a engenharia necessária, elaboração de propostas e busca de parcerias tecnológicas.

1.1) NEGÓCIOS REALIZADOS

Apresentamos a seguir os principais negócios realizados no 2º trimestre de 2001, nos seguintes segmentos:

Geração de Energia:

- fornecimento em regime "turn-key" de equipamentos e montagem eletromecânica da Usina Hidroelétrica Ponte de Pedra (Sonora - MT) potência de 180 MW - cliente Consórcio Cigla Sade (Construtora Impregilo e Associados S.A. e Sade Skanska Brasil Ltda.);
- montagem eletromecânica de 16 unidades a gás, circuito aberto para usina termoeletrica na potência instalada de aproximadamente 700 MW (Macaé - RJ) - cliente El Paso Rio Claro Ltda.;
- obras civis, montagem mecânica, elétrica, instrumentação e controle, comissionamento e colocação em marcha da Termoeletrica Termopernambuco (Porto Suape -PE) - cliente Iberdrola Generacion (via Consórcio CNO, Promon e Inepar S.A. Indústria e Construções).

Transmissão de Energia:

- fabricação de torres para a linha de transmissão interligando a Usina Hidroelétrica de Canabrava (GO) até a Usina Hidroelétrica de Serra da Mesa (GO) - cliente Siemens Ltda.;
- fabricação de torres para a linha de transmissão interligando Porto Velho (RO), Abunã (AC) e Rio Branco (AC) - cliente Eletronorte;
- fabricação de estruturas metálicas para diversas linhas de transmissão de 138 e 440 kv - cliente CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista;
- fornecimento de ferragens e acessórios para as linhas de transmissão de 69 kv Tartarugalzinho (AC) à Calçoene (AP); linha de transmissão de 138 kv Tangará (AC), Rio Branco (AC) à São Francisco (AC) e Porto Velho (RO), Abunã (AC) à Rio Branco (AC) - cliente Eletronorte.

Petróleo e Gás:

- EPC - projeto, fornecimento de materiais, construção e montagem de uma planta de hidrosulfurização de óleo diesel na REPAR (Araucária - PR) - cliente Petrobras;
- EPC - serviços de projeto básico e executivo, fornecimento de equipamento e materiais, construção civil, montagem eletromecânica, comissionamento, assistência técnica à pré-operação e execução da manutenção da Unidade de

Tratamento de Águas Ácidas (U-2700) para a Unidade de Hidrodesulfurização (HDS) da REPAR (Araucária - PR) - cliente Petrobras, em consórcio com CNO e Ultratec.

Papel e Celulose, Siderurgia e Indústria:

- a) fornecimento de estruturas metálicas para a planta de depuração, deslignificação por oxigênio e branqueamento para fábrica de papel (Aracruz - ES) - cliente Aracruz Celulose;
- b) serviços para reforma do Alto Forno 2 da ACESITA (Timóteo - MG) - cliente Consórcio formado pelas empresas Engevix e Voest-Alpine Indústria Ltda.;
- c) fabricação, fornecimento e montagem do Pólo Aeronáutico (Gavião Peixoto -SP), incluindo estruturas metálicas, portas metálicas do hangar e pontes rolantes - cliente Embraer.

Transporte:

- a) fornecimento de estruturas metálicas para duas pontes ferroviárias (Alto Araguaia - MT) - cliente Ferronorte S.A..

Telecomunicações:

- a) Fornecimento e montagem de torres para telecomunicações - cliente: Telefônica Celular.

Entre os principais negócios com a participação das alianças estratégicas estão:

GE Hydro Inepar – modernização de turbinas e hidrogeradores da usina de Mascarenhas de Moraes - cliente Furnas Centrais Elétricas S.A.; fornecimento de equipamentos e peças para turbinas e hidrogeradores da usina de Guaporé (MT) - cliente Tangará Energia S.A..

Siemens Metering – Fornecimento de medidores - clientes Eletropaulo (SP), Celesc (SC), Light (RJ), Celpe (PE), e Ande (Paraguai).

2) A PARTICIPAÇÃO DA INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES NO SETOR ENERGÉTICO

A Inepar em conjunto com a GE Hydro Inepar do Brasil S.A. (coligada da Inepar S.A. Indústria e Construções), é responsável por importantes projetos hidroelétricos nacionais:

- a) Usina Hidroelétrica (UHE) de Tucuruí - Eletronorte;
- b) UHE de Itiquira - Itiquira Energética S/A - NRG;
- c) UHE Sérgio Mota (Porto Primavera) - Cesp;
- d) UHE Guaporé - Grupo Rede;
- e) UHE Foz do Chopin - Copel;
- f) UHE Mascarenhas de Moraes - Furnas Centrais Elétricas;

- g) UHE de Campos Novos - VBC, Celesc, Copel e CEEE, e;
- h) UHE de Ponte de Pedra - Sade Skanka e Impregilo.

A Inepar está participando também da implantação de projetos técnicos de geração de energia:

- a) Termo-Macaé - El Paso, e;
- b) Termopernambuco - Previ/BB e Iberdrola.

Estes projetos deverão representar, a curto e médio prazo, um acréscimo de aproximadamente 8.700 MW na oferta de energia para o país.

A unidade de Jacareí é responsável, neste momento, por importantes projetos nacionais em negócios de transmissão de energia elétrica:

- a) Linha de Transmissão (LT) 230 KV - Porto Velho - Abunã - Rio Branco - Eletronorte;
- b) LT 230 KV - Cana Brava - Serra da Mesa - Aneel / CEM / Siemens;
- c) LT 525 KV - 2ª interligação Brasil - Argentina - (1.000 MW) - CIEN;
- d) LT 440 KV - Taquaruçu - Assis - Sumaré - Aneel / Siemens.

Estes projetos deverão representar, a curto e médio prazo, um acréscimo de aproximadamente 3.000 MW na oferta de transmissão de energia para o país.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Para melhor visualizar os resultados do empreendimento, os comentários se aterão à "Nova Inepar" que, dentro da nova estrutura operacional, agrega os resultados da Controladora aos da subsidiária integral Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S.A..

No caso do resultado consolidado, nos ateremos à análise apenas das contas que mostrarem diferenças relevantes em relação à "Nova Inepar", visto que a receita operacional bruta das outras empresas consolidadas (Siemens Metering Ltda., Inepar Energia S.A., Inepar Telecomunicações S.A. e IESA Tecnologia e Serviços S.A.), representam neste primeiro semestre de 2001 (1S01) menos que 6% do total.

Para permitir uma melhor análise, desenvolvemos três comparativos e efetuamos **ajustes pró-forma**¹ em cada um:

- a) segundo trimestre de 2001 (**2T01**) x segundo trimestre de 2000 (**2T00**);

Foram adicionados aos resultados da Controladora, os resultados da Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S.A., em cada trimestre.

- b) primeiro semestre de 2001 (**1S01**) x primeiro semestre de 2000 (**1S00**);

Para o 1S00, foram adicionados ao resultado da Controladora, os resultados de janeiro e fevereiro da Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A. e IESA Internacional

¹ Estes ajustes pró-forma também fizeram parte da revisão especial pelos auditores externos.

de Engenharia S.A., empresas controladas que foram incorporadas pela Inepar S.A. Indústria e Construções em março de 2000, assim como o resultado da Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S.A.;

Para o 1S01, foi adicionado ao resultado da Controladora, o resultado da Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S.A..

c) segundo trimestre de 2001 (2T01) x primeiro trimestre de 2001 (1T01);

Para ambos os trimestres de 2001, foram adicionados aos resultados da Controladora, os respectivos resultados trimestrais da Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S.A..

3.1) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

(em R\$ milhões)

Segmento	2001			2000			2001		
	2T01	1T01	Variação %	1S00	2S00	Variação %	1T01	2T01	Variação %
1. Equipamentos e Serviços para Infra-Estrutura	111,2	150,1	35,0	216,4	300,4	38,8	150,3	150,1	(0,1)⁽²⁾
Inepar S.A. Indústria e Construções S.A.	66,0	112,1	69,8	124,0	201,3	62,3	89,2	112,1	25,7
Inepar-Fem Equipamentos e Montagens	22,5	59,8	165,8	52,0	98,6	89,6	38,8	59,8	54,1
(-) Vendas entre Inepar e Inepar-Fem "Nova Inepar"	(0,1)	(6,8)		(0,3)	(13,4)		(6,6)	(6,8)	
	88,4	165,1	86,8	175,7	286,5	63,1	121,4	165,1	36,0
Lucent + Mastec + Siemens ⁽¹⁾	22,3	(15,1) ⁽²⁾	(167,7)	40,1	13,0 ⁽²⁾	(67,6)	28,1	(15,1) ⁽²⁾	(153,7)
IESA Tecnologia e Serviços Ltda.	0,5	0,1	(80,0)	0,6	0,9	50,0	0,8	0,1	(87,5)
2. Operações em Produção e Distribuição de Energia									
Controlada Inepar Energia S.A.	3,2	3,6	12,5	6,2	6,9	11,3	3,3	3,6	9,1
3. Operações em Telecomunicações									
Controlada Inepar Telecomunicações	3,6	0,3	(91,7)	7,6	0,5	(93,4)	0,2	0,3	50,0
(-) Vendas entre empresas do Grupo	(0,7)	0,0		(2,2)	0,0		0,0	0,0	
Receita Operacional Líquida Consolidada	117,3	154,0	31,3	228,0	307,8	35,0	153,8	154,0	0,1
(1) - Valor proporcional à participação da Inepar S.A. Indústria e Construções no capital social das Empresas.									
(2) - Excluímos as receitas da Lucent Inepar e da Mastec Inepar para o: Vide Nota Explicativa nº 3.									

O volume de encomendas em carteira no final de um exercício tem forte influência sobre o faturamento do exercício seguinte.

O incremento no saldo da carteira de encomendas a faturar da "Nova Inepar" demonstra o início do processo de recuperação do desempenho operacional, conforme mostra o quadro a seguir:

(R\$ milhões)

Carteira em		Faturamento				
31/12	R\$	Período	1T R\$	2T R\$	Incremento 2T x 1T R\$ %	1S R\$
2000	1.025	2001	121,4	165,1	43,7 36,0	286,5
1999	390	2000	87,3	88,4		175,7

Varição - R\$	635	34,1	76,7	110,8
Incremento - %	162,8	39,1	86,8	63,1

3.2) RESULTADO OPERACIONAL

Apresentamos a seguir as Demonstrações de Resultado comparativas da “Nova Inepar”, considerando os ajustes pró-forma citados² acima:

	(R\$ milhões)								
	Variação			Variação			Variação		
	2T00	2T01	%	1S00	1S01	%	1T01	2T01	%
Receita Operacional Bruta	99,6	183,5	84,2	197,0	322,6	63,8	139,1	183,5	31,9
Deduções e Impostos sobre Vendas	(11,2)	(18,4)	64,3	(21,3)	(36,1)	69,5	(17,7)	(18,4)	4,0
Receita Operacional Líquida	88,4	165,1	86,8	175,7	286,5	63,1	121,4	165,1	36,0
Custo dos Produtos e Serviços	(67,9)	(122,9)	81,0	(119,4)	(214,3)	79,5	(91,4)	(122,9)	34,5
Depreciação e Amortização	(6,2)	(5,4)	(12,9)	(9,3)	(10,5)	12,9	(5,1)	(5,4)	5,9
Lucro Bruto	14,3	36,8	157,3	47,0	61,7	31,3	24,9	36,8	47,8
Receitas (Despesas) Operacionais	(26,6)	(23,1)	(13,2)	(39,8)	(39,8)	0,0	(16,6)	(23,1)	39,2
Administrativas e Gerais	(13,3)	(10,3)	(22,6)	(27,7)	(19,7)	(28,9)	(9,4)	(10,3)	9,6
Depreciações e Amortizações	(3,5)	(4,1)	17,1	(6,8)	(7,9)	16,2	(3,5)	(4,1)	17,1
Despesas com Vendas	(7,6)	(8,4)	10,5	(13,5)	(13,9)	3,0	(5,4)	(8,4)	55,6
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(6,2)	(0,3)	(95,2)	8,2	1,7	(79,3)	1,7	(0,3)	(117,6)
EBIT	(12,3)	13,7	(211,4)	7,2	21,9	204,2	8,3	13,7	65,1
EBITDA	(2,6)	23,2	(992,3)	23,3	40,3	73,0	16,9	23,2	37,3
Despesas Financeiras Líquidas	(18,8)	(19,3)	2,7	(27,8)	(43,3)	55,8	(24,0)	(19,3)	(19,6)
Equivalência Patrimonial	(26,3)	(0,9)	(96,6)	(46,9)	(0,8)	(98,3)	0,1	(0,9)	(1.000)
Resultado Não Operacional	(1,5)	12,6	(940,0)	(12,1)	13,6	(212,4)	0,9	12,6	1.300
Provisão IR e Outros	4,1	0,0	(100,0)	2,9	(0,5)	(117,2)	(0,4)	(0,1)	(75,0)
Resultado do Período	(54,8)	6,1	(111,1)	(76,7)	(9,1)	(88,1)	(15,1)	6,1	(140,4)

A significativa recuperação da receita operacional bruta reflete a recomposição da carteira de encomendas, iniciada no final de 2000.

Os efeitos da reestruturação operacional e societária, iniciada pela Inepar no final do exercício de 1999, refletem-se nas seguintes despesas:

- despesas gerais e administrativas: redução significativa no 1S01 em relação ao 1S00, de 15,8% para 6,9% da receita líquida, cerca de 28,9% em valores absolutos, representando economia de R\$ 8,0 milhões;
- despesas com vendas: manutenção do mesmo nível de gastos no 1S01 em relação ao 1S00, apresentando redução de 7,7% para 4,9% da receita líquida, apesar das despesas ocorridas como resultado da expansão da carteira de encomendas, que aumentou em R\$ 582,9 milhões no mesmo período analisado.

A recuperação da carteira de encomendas aliada aos ganhos do processo de reestruturação evidencia-se claramente na evolução do EBIT⁽¹⁾ e do EBITDA⁽²⁾; a margem do EBITDA em relação à receita líquida passou de 13,3% para 14,1%.

² Estes ajustes pró-forma também fizeram parte da revisão especial pelos auditores externos.

- (1) EBIT: resultado antes dos custos financeiros e impostos.
- (2) EBITDA: EBIT antes da depreciação e amortização.

O resultado financeiro do 1S01 foi de R\$ 43,3 milhões (R\$ 27,8 milhões no 1S00), refletindo o incremento da dívida financeira líquida. Neste contexto, a Administração do Grupo Inepar continua engajada no processo de alienação de ativos não pertinentes ao core business da Companhia, buscando a melhora da estrutura de capital de giro. Durante o 1S01, foram alienadas as participações nas seguintes empresas controladas da Inepar: Lucent Inepar Sistemas de Energia Ltda. e (parte) Mastec Inepar S.A. Sistemas de Telecomunicações. No 1S01 a controlada Inepar Energia S.A. alienou sua participação na Itiquira Energética S.A. e em julho de 2001 a Machadinho Energética S.A.

O resultado não operacional positivo de R\$ 13,6 milhões da "Nova Inepar" decorre basicamente do ganho reconhecido na venda da Lucent Inepar e Mastec Inepar.

Na *demonstração do resultado consolidado*, o resultado não-operacional positivo de R\$ 32,3 milhões reflete o ganho reconhecido pela "Nova Inepar", o ganho reconhecido pela Inepar Energia S.A. na venda da Itiquira Energética S.A., de aproximadamente R\$ 5,0 milhões e da recuperação de ativos em outras controladas, no montante de R\$ 6,5 milhões.

Resultante dos fatores descritos acima, o resultado final do 1S01 foi um prejuízo de R\$ 9,1 milhões, ante um prejuízo de R\$ 76,7 milhões no mesmo período de 2000, penalizado principalmente pelo resultado financeiro líquido. Ressalte-se que no 2T01 alcançou-se um lucro de R\$ 6,1 milhões e que melhores resultados poderão ser obtidos após a conclusão da reestruturação financeira.

6.3.2.2. Exercício findo em 31 de dezembro de 2000 comparado ao Exercício findo em 31 de dezembro de 1999

Apresentamos a seguir as Demonstrações de Resultado da "Nova Inepar", da Controladora, e do Consolidado, considerando os ajustes gerenciais anteriormente citados no item Desempenho Econômico-Financeiro.

	CONTROLADORA			"NOVA INEPAR"			CONSOLIDADO		
	1999	2000	Variação	1999	2000	Variação	1999	2000	Variação
			%			%			%
Receita Operacional Bruta	347,9	323,2	(7,1)	533,3	440,6	(17,4)	639,3	564,0	(11,8)
Deduções e Impostos sobre Vendas	(46,5)	(37,2)	19,9	(60,8)	(44,9)	26,1	(77,7)	(58,6)	24,6
Receita Operacional Líquida	301,4	286,0	(5,1)	472,5	395,7	(16,3)	561,6	505,4	(10,0)
Custo dos Produtos e Serviços	(216,6)	(194,9)	10,0	(377,4)	(281,5)	25,4	(423,2)	(363,7)	14,1
Depreciação e Amortização	(10,4)	(8,6)	16,9	(20,3)	(19,2)	5,5	(21,8)	(23,5)	(7,9)
Lucro Bruto	74,4	82,5	10,9	95,1	95,0	(0,1)	116,6	118,2	1,4
Receitas (Despesas) Operacionais	(65,4)	(127,3)	(94,7)	(92,2)	(93,7)	(1,6)	(129,8)	(251,8)	(94,0)
Administrativas e Gerais	(43,0)	(41,1)	4,5	(61,6)	(51,2)	16,9	(90,2)	(77,8)	13,8
Depreciações e Amortizações	(5,8)	(3,4)	41,0	(6,6)	(4,3)	35,1	(11,8)	(22,7)	(92,6)
Despesas com Vendas	(16,6)	(20,3)	(22,1)	(19,9)	(32,6)	(64,1)	(23,4)	(35,2)	(50,5)
Perdas no Recebimento de Créditos c/Clientes	-	(9,1)	-	-	-	-	-	(9,1)	-
Provisões de Futuras Perdas Operacionais	-	(12,4)	-	-	-	-	-	(12,4)	-
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	(41,0)	-	(4,1)	(5,6)	(36,6)	(4,4)	(94,6)	(2.049,2)
EBIT	9,0	(44,8)	(597,0)	2,9	1,3	(55,2)	(13,2)	(133,6)	(912,0)
EBITDA	25,2	(32,8)	(230,1)	29,8	24,8	(16,9)	20,4	(87,3)	(528,1)
Despesas Financeiras Líquidas	(61,5)	(34,3)	44,3	(73,9)	(51,5)	30,3	(103,0)	(73,4)	28,7
Equivalência Patrimonial	(125,2)	(135,5)	(8,2)	(109,7)	-	100,0	2,9	(6,6)	(328,9)
Resultado Não Operacional	(11,7)	(14,1)	(20,5)	(39,2)	(3,0)	92,3	(166,0)	(43,0)	74,1
Provisão IR e Outros	6,2	10,2	64,5	36,7	-	(100,0)	96,1	38,1	(60,3)
Prejuízo do Exercício	(183,2)	(218,5)	(19,3)	(183,2)	(53,2)	70,9	(183,2)	(218,5)	(19,3)

Receita Bruta

A manutenção do lucro bruto da “Nova Inepar” em termos absolutos (R\$ 95,0 milhões em 2000 e R\$ 95,1 milhões em 1999), reflete o acréscimo de 3,9 pontos percentuais na margem bruta, que passou de 20,1% em 1999 para 24,0% em 2000. Esta evolução positiva é resultante de uma maior participação de produtos sob encomenda, os quais apresentam maior valor agregado, além da redução de custos fixos que afetam, positivamente, o Custo dos Produtos Vendidos e, conseqüentemente, o lucro bruto.

Despesas Operacionais

As despesas gerais e administrativas reduziram-se significativamente em 2000, em 16,9% em termos relativos, decrescendo de R\$ 61,6 milhões para R\$ 51,2 milhões.

As despesas com vendas verificaram um acréscimo no período, evoluindo de 4,2% da receita líquida para 8,2%, como resultado do esforço empreendido na expansão da carteira de encomendas que refletirá, positivamente, nos exercícios seguintes.

Resultado Operacional

Na demonstração do EBIT *ajustado* da “Nova Inepar” (R\$ 1,3 milhões positivos), foram excluídos R\$ 57,1 milhões de valores não recorrentes:

- R\$ 11,7 milhões referentes a perdas decorrentes do processo de incorporação da empresa IESA Internacional de Engenharia S/A;
- R\$ 25,8 milhões relativos a amortização de ágio de investimentos realizados no passado;
- R\$ 19,6 milhões referentes a valores contingenciais e de realização duvidosa para os quais procedemos à constituição de provisão para possíveis perdas (ativos estes originados em exercícios anteriores).

Resultado da Equivalência Patrimonial

- (a) R\$ 93,9 milhões relativos a equivalência patrimonial negativa e provisão para perdas decorrentes de investimentos realizados no passado, que não tem relação com as atuais atividades operacionais da “Nova Inepar”;
- (b) R\$ 6,7 milhões referentes a reversão líquida de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais, constituídos em exercícios anteriores;
- (c) R\$ 7,6 milhões relativos a valores contingenciais e de realização duvidosa para os quais procedeu-se à constituição de provisão para possíveis perdas (ativos estes originados em exercícios anteriores).

Lucro (Prejuízo) do Período

Na apuração do prejuízo *ajustado* da “Nova Inepar” (R\$ 53,2 milhões) foram excluídos R\$ 108,2 milhões:

Excluindo-se todos os valores listados anteriormente nos itens “Despesas Operacionais” e “Resultado da Equivalência Patrimonial”, o prejuízo que pode ser atribuído, unicamente, às operações da “Nova Inepar” totaliza R\$ 53,2 milhões, ou seja, menos de 25% do prejuízo total do exercício de 2000 (R\$ 218,5 milhões). Cumpre destacar que o prejuízo de R\$ 53,2 milhões decorre do fato da “Nova Inepar” ter operado, durante a maior parte do ano 2000, abaixo do seu ponto de equilíbrio. Tal fato é consequência dos efeitos da redução de 29% na carteira de pedidos, ocorrida de 1998 para 1999, conforme comentado no item Receita Operacional (carteira esta, a propósito, que encerrou o exercício de 2000 acima de R\$ 1 bilhão). Vale destacar, ainda, que a despesa financeira líquida do exercício, no montante de R\$ 51,5 milhões, está também impactada pelo critério de reconhecimento dos custos financeiros que não tem sido ativados nos investimentos (pré-operacionais), conforme mencionado no item Estrutura de Capitais.

Estrutura de Capitais

Em 31 de dezembro de 2000, o endividamento oneroso total da “Nova Inepar” era de R\$ 302,7 milhões (R\$ 196,4 milhões em 1999), sendo 25,0% de longo prazo. Do total desta dívida, menos de 20% foi contratado em moeda estrangeira.

Apesar do crescimento do endividamento oneroso, em 2000, a despesa financeira líquida decresceu 30% em comparação com o exercício anterior (R\$ 51,5 milhões em 2000 e R\$ 74,0 milhões em 1999) devido, principalmente, a redução no endividamento médio em cerca de 35%.

A participação do capital de terceiros na “Nova Inepar” passou de 25,2% para 36,4%, devido à combinação do acréscimo do endividamento oneroso com a redução do patrimônio líquido.

A Inepar baseou sua política de crescimento, para a constituição de novas empresas (controladas e coligadas), principalmente, na utilização de financiamentos, particularmente, na área de energia.

Desta forma, o custo financeiro foi alocado no resultado da Controladora, não tendo sido ativado nos investimentos realizados pelas controladas e coligadas (investimentos estes que se encontram em fase pré-operacional).

Desempenho Comercial

O sucesso da reestruturação operacional pode ser verificado através do principal indicador de desempenho de uma companhia focada na produção de equipamentos de grande porte e na prestação de serviços para os principais setores da infraestrutura: sua Carteira de Encomendas.

A carteira de encomendas encerrou o exercício de 2000 atingindo o patamar de R\$ 1,025 bilhão, distribuídos entre as seguintes unidades de negócio:

CARTEIRA DE ENCOMENDAS			
(em R\$ milhões)	1998	1999	2000
NOVA INEPAR	552	390	1.025
JOINT VENTURES	156	59	103
TOTAL	708	449	1.128

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA - 2000	
Por segmento de negócios	%
1. Construções, Montagens e Serviços	52
2. Bens de Capital	23
3. Equipamentos e Sistemas Elétricos	16
4. Transmissão	7
5. Divisão de Engenharia	2
Total	100

O quadro que mostra a evolução da carteira de encomendas dos últimos três exercícios agrega valores da controladora, da “Nova Inepar” e da participação proporcional (o equivalente à participação societária) nas joint-ventures.

Tendo em vista as características dos contratos no segmento de Equipamentos e Serviços para Infra-Estrutura, cujo prazo de execução ultrapassa um ano, a maioria surtirá efeitos positivos nos resultados futuros, especialmente em 2001 e 2002.

Negócios Realizados em 2000

Presente na construção da infra-estrutura do Brasil e da América Latina nas últimas décadas, a Inepar S/A Indústria e Construções apresenta os principais negócios realizados em 2000 nos seguintes segmentos:

Geração de Energia – fabricação de equipamentos e prestação de serviços de montagem eletromecânica para as hidrelétricas de Porto Primavera, Tucuruí, Mascarenhas de Moraes, Salto Santiago, Itiquira, Guaporé e Foz do Chopim.

Exportação de equipamentos e prestação de serviços na usina termelétrica NCI (Argentina).

Transmissão de Energia – fabricação de torres para as linhas de transmissão interligação Nordeste-Sudeste, interligação Brasil-Argentina, interligação Porto Velho-Rio Branco. Fornecimento e montagem de um Banco de Capacitores para o 3º. Linhão de Itaipu.

Distribuição de Energia – fabricação, montagem e serviços para o Projeto Salobo, da Companhia Vale do Rio Doce; para o projeto de eficiência energética de Furnas Centrais Elétricas e Eletronorte (bancos de capacitores), para o projeto Subestação Guaratuba, da Copel e para o projeto Furnas 2000 (serviços de digitalização de subestações no RJ).

Petróleo e Gás – diversos serviços foram prestados para a Petrobrás, tais como modernização de plataformas off-shore do Pólo Nordeste (Bacia de Campos), das plataformas P-19, P-32, P-33, P-35 e P-37, e de engenharia das plataformas P-43 e P-48 (Barracuda/Caratinga)

Química e Petroquímica – contrato EPC para a construção de uma planta de poliestireno para a Videolar, em Manaus (AM). Parceria tecnológica com a TotalFinaElf. Contrato para a ampliação da capacidade produtiva da Alba Química, em Curitiba (PR).

Papel e Celulose – contrato EPC para a ampliação da Linha de Fibras da Aracruz Celulose, no Espírito Santo. Parceria tecnológica com a Andritz Ahlstrom.

Metalurgia – contrato com a SMS Demag para a construção metálica do edifício industrial e o fornecimento de 19 pontes rolantes para o novo laminador de tiras a quente da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). Contrato com a Voest Alpine para a fabricação de equipamentos para a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa).

Transporte – reforma e modernização de carros para a Flumitrens, CPTM e Metrô SP. Fornecimento de estruturas metálicas para o Projeto Fura Fila, da Prefeitura de São Paulo.

Telecomunicações – Fornecimento de torres para telecomunicações para as operadoras Telemar, Telefônica Celular, Global Telecom e GVT.

Entre os principais negócios com a participação das alianças estratégicas estão:

1. GE Hydro Inepar – Contratos para fornecimento de turbinas e geradores hidráulicos para as usinas de Tucuruí, Porto Primavera, Salto Santiago, Mascarenhas de Moraes, Itiquira.
2. Siemens Metering – Fornecimento de medidores para as distribuidoras do Grupo Rede, Eletropaulo, Cemig, Copel, Light, Bandeirante entre outras. Os maiores contratos de exportações foram para AES (República Dominicana), Eletropaz (Bolívia), Edenor e Edesur (Argentina), Ande (Paraguai), Edenor e Grupo Glória (Peru).
3. Mastec Inepar – Implantação de infra-estrutura para as operadoras Brasil Telecom, Telefônica e Global Telecom. Gerenciamento de redes para a operadora Telemar.
4. Lucent Inepar – Fornecimento de sistemas de energia e telecontêineres para Telefônica Celular, GVT, Tele Centro-Oeste Celular e Telemar.

6.3.2.3. Exercício findo em 31 de dezembro de 1999 comparado ao Exercício findo em 31 de dezembro de 1998

(R\$ milhões)

	31.12.1999	sem Telemar *	
		31.12.1998	% Consolidado
Receita operacional bruta	643.0	683.1	(5.9)
Deduções da receita bruta	(78.5)	(76.4)	2.7
Receita operacional líquida	564.5	606.6	(6.9)
Custo dos produtos e serviços prestados	(448.6)	(438.1)	2.4
Lucro bruto	115.8	168.6	(31.3)
Receitas / despesas operacionais	(126.4)	(117.7)	7.4
comercialização dos serviços	(26.6)	(42.2)	(36.9)
Despesas gerais e administrativas	(104.0)	(83.4)	24.7
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	(4.5)	(6.1)	(26.3)
Resultado da Equivalência Patrimonial	8.7	13.9	(37.8)
Lucro Operacional antes de despesas/receitas financ.	(10.6)	50.9	(120.8)
Receitas/ (Despesas) Financeiras, Líquidas	(105.5)	(60.5)	74.3
Lucro operacional	(116.1)	(9.6)	1,109.4
Despesas não operacionais, líquidas	(166.2)	62.0	(367.9)
Lucro antes dos impostos e participações	(282.3)	52.4	(639.0)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro	37.1	(6.1)	(706.1)
Participação de Empregados nos Resultados	(0.3)	(7)	(94.8)
Participação minoritária	62.5	(7.6)	(923.6)
Lucro antes da reversão JSCP			
Reversão de Juros sobre o Capital			
Lucro do exercício	(183.0)	32.1	(670.1)
Ações na data do balanço (milhões)	52.5	303.0	
Lucro por lote de mil ações (em R\$)		105.94	

6.3.2.3.1. Receita Bruta

Da receita bruta são deduzidos os descontos concedidos aos clientes e os impostos incidentes sobre a receita, obtendo-se a receita operacional líquida. A tabela abaixo apresenta a composição da receita bruta por segmento de negócio para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 1999 e 1998:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	1999	1998	Variação %
Receita Bruta de:			
Equipamentos e Serviços para Infra-Energia	620.2	677.9	(8.5)
Telecomunicações	11.4	5.2	119.7
Telecomunicações	11.3	-	-
Total da Receita Bruta	642.9	683.1	(5.9)

A receita bruta decresceu 5,9%, passando de R\$ 683,1 milhões em 1998 para R\$ 642,9 milhões em 1999. Esse decréscimo reflete o atraso e a indefinição de privatizações do setor energético, com conseqüente postergação de investimentos, reduzindo momentaneamente o mercado de Equipamentos e Serviços para Infra-estrutura relacionados à energia. Essa desaceleração foi parcialmente compensada com o crescimento dos negócios em estruturas metálicas.

O segmento de Telecomunicações deve o crescimento de suas receitas ao início pleno de suas operações. A Global Telecom, empresa de telefonia celular banda B que atende os Estados do Paraná e Santa Catarina, superou as expectativas na conquista de usuários. Tendo iniciado operações em 1999 e ainda no seu primeiro ano de atividade, encerrou o ano com uma base de mais de 164.000 assinantes.

6.3.2.3.2. Deduções da Receita Bruta

Os tributos sobre vendas consistem basicamente de ICMS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS). As deduções sobre a receita bruta cresceram 2,7%, passando de R\$ 76,4 milhões em 1998 para R\$ 78,5 milhões em 1999. O acréscimo reflete a alteração da alíquota da COFINS em fevereiro de 1999 de 2% para 3% da receita bruta da Emissora durante o período. Como percentual da receita bruta, houve um incremento de um ponto percentual, com as deduções representando 11,2% da receita bruta em 1998 e 12,2% em 1999.

6.3.2.3.3. Custo dos Serviços e Produtos Vendidos

O custo dos serviços e produtos vendidos cresceu 2,4%, passando de R\$ 438,1 milhões em 1998 para R\$ 448,6 milhões em 1999. O custo de alguns insumos importados sofreu o impacto da desvalorização cambial nesse período.

6.3.2.3.4. Lucro Bruto

Resultante dos fatores descritos acima, o lucro bruto decresceu 31,3%, passando de R\$ 168,6 milhões em 1998 para R\$ 115,8 milhões em 1999. Em relação às receitas operacionais líquidas dos dois exercícios em análise, a margem bruta decresceu de 27,7% em 1998 para 20,5% em 1999. Tal decréscimo se deve basicamente à alteração no mix de produtos e serviços vendidos em 1999, em decorrência de um menor volume de projetos sob encomenda (de maior valor agregado). Em 1999, a maioria das concessionárias de energia foi forçada a desacelerar suas compras, diante de um cenário do processo de privatização.

6.3.2.3.5. Despesas Operacionais

As despesas com vendas decresceram 36,9%, de R\$ 42,2 milhões em 1998 para R\$ 26,6 milhões em 1999, refletindo o efeito positivo da unificação das áreas comerciais da Inepar Indústria e Construções, Inepar FEM e Sade Vígasa.

As despesas gerais e administrativas aumentaram 24,7%, de R\$ 83,4 milhões em 1998 para R\$ 104,0 milhões em 1999, com o fim da fase pré-operacional das controladas Inepar Telecomunicações e Inepar Energia, que passaram a reconhecer suas despesas operacionais no resultado a partir de janeiro de 1999.

6.3.2.3.6. Receita (Despesa) Financeira Líquida

As despesas financeiras líquidas em 31 de dezembro de 1999 somaram R\$ 105,5 milhões, 74,4% superiores às despesas financeiras líquidas de R\$ 60,5 milhões em 1998. A Tele Norte Leste foi adquirida em agosto de 1998 e sua alienação só se deu em junho de 1999, com a subsequente redução de R\$ 823,9 milhões no passivo financeiro. Durante o primeiro semestre de 1999, portanto, a Emissora ainda incorreu nos encargos financeiros correspondentes a essa dívida.

6.3.2.3.7. Resultado da Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial em 1999 foi positivo no montante de R\$ 8,7 milhões, versus um valor positivo de R\$ 13,9 milhões em 1998. O decréscimo de 37,8% reflete principalmente a queda nos lucros das coligadas da Inepar Telecomunicações e da Inepar Energia em 1999.

6.3.2.3.8. Receita (Despesa) não Operacional Líquida

Em 1999, registrou-se uma despesa não operacional líquida de R\$ 166,2 milhões (receita não operacional líquida de R\$ 62,0 milhões em 1998), que contempla a provisão para perda no investimento na IRIDIUM LLC (R\$ 160,3 milhões).

6.3.2.3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social

A reversão do imposto de renda e contribuição social foi de R\$ 37,1 milhões em 1999 (despesa de R\$ 6,1 milhões em 1998) deriva da redução do lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 52,4 milhões em 31 de dezembro de 1998 para um prejuízo de R\$ 282,3 milhões.

6.3.2.3.10. Lucro (Prejuízo) Líquido do Período

Lucro (Prejuízo) Líquido do Período

O resultado final da Emissora passou de um lucro de R\$ 32,1 milhões em 1998 para um prejuízo de R\$ 183,0 milhões em 1999, resultante da combinação dos motivos acima mencionados.

6.3.2.3.11. Endividamento

(em R\$ milhões)

	31/12/99	31/12/98	VARIAÇÃO %
Passivo Financeiro de Curto Prazo	113,0	546,3	(79,3)

Passivo Financeiro de Longo Prazo	260,7	271,8	(4,1)
Total Passivo Financeiro	373,7	818,1	(54,3)
Patrimônio Líquido	792,0	849,0	(6,7)
Passivo Financeiro + Patr. Líquido	1.165,7	1.667,1	(30,1)
Índice de participação de terceiros (%)	32,1	49,1	-
Dívida Líquida	273,3	621,2	(56,0)

O saldo do passivo financeiro reduziu-se de R\$ 818,1 milhões em 31 de dezembro de 1998 para R\$ 373,7 milhões em 31 de dezembro de 1999. O decréscimo da dívida resulta principalmente da alienação da Tele Norte Leste, como já foi mencionado. Conseqüentemente o índice de participação de terceiros reduziu-se em cerca de 17 pontos percentuais.

6.3.2.4. Exercício findo em 31 de dezembro de 1998 comparado ao Exercício findo em 31 de dezembro de 1997

	sem Telemar *		%
	31.12.1998	31.12.1997	Consolidado
Receita operacional bruta	683.1	412.2	65.7
Deduções da receita bruta	(76.4)	(48.0)	59.3
Receita operacional líquida	606.6	364.2	66.6
Custo dos produtos e serviços prestados	(438.1)	(297.5)	47.2
Lucro bruto	168.6	66.7	152.9
Receitas / despesas operacionais	(117.7)	(17.2)	584.1
comercialização dos serviços	(42.2)	(25.6)	65.0
Despesas gerais e administrativas	(83.4)	(52.0)	60.3
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	(6.1)	49.8	(112.2)
Resultado da Equivalência Patrimonial	13.9	10.6	31.2
Lucro Operacional antes de despesas/receitas financ.	50.9	49.5	2.8
Receitas/ (Despesas) Financeiras, Líquidas	(60.5)	(7.8)	676.2
Lucro operacional	(9.6)	41.8	(123.0)
Despesas não operacionais, líquidas	62.0	47.5	30.7
Lucro antes dos impostos e participações	52.4	89.3	(41.4)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro	(6.1)	(25.0)	(75.5)
Participação de Empregados nos Resultados	(7)	(3)	136.5
Participação minoritária	(7.6)	(14.3)	(47.1)
Lucro antes da reversão JSCP			
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio			
Lucro do exercício	32.1	47.0	(31.7)
Ações na data do balanço (milhões)	303.4	303.4	
Lucro por lote de mil ações(em R\$)	105	155.1	

6.3.2.4.1. Receita Bruta

Da receita bruta são deduzidos os descontos concedidos aos clientes e os impostos incidentes sobre a receita, obtendo-se a receita operacional líquida. A tabela abaixo

apresenta a composição da receita bruta por segmento de negócio para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 1998 e 1997:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	1998	1997	Variação %
Receita Bruta de:			
Equipamentos e Serviços para Infra-estrutura	677.9	412.2	64.5
Energia	5.2	-	-
Telecomunicações	-	-	-
Total da Receita Bruta	683.1	412.2	65.7

A receita bruta cresceu 65,7%, passando de R\$ 412,2 milhões em 1997 para R\$ 683,1 milhões em 1998. A Emissora abriu o exercício de 1998 com uma carteira de encomendas que incluía um significativo volume de obras de curto prazo para infra-estrutura, energia e telecomunicações, que pôde garantir tal incremento de receitas já no mesmo exercício. A mudança na política da área comercial, ofertando um número crescente de soluções integradas, obteve do mercado uma alta receptividade, favorecendo um significativo crescimento na participação de mercado.

6.3.2.4.2. Deduções da Receita Bruta

Os tributos sobre vendas consistem basicamente de ICMS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS). As deduções sobre a receita bruta cresceram 59,3%, passando de R\$ 48,0 milhões em 1997 para R\$ 76,4 milhões em 1998. O acréscimo reflete o crescimento da receita bruta da Emissora durante o período. Como percentual da receita bruta, não houve alteração significativa, sendo que as deduções representaram 11,6% da receita bruta em 1997 e 11,2% em 1998.

6.3.2.4.3. Custo dos Produtos e Serviços Vendidos

O custo dos produtos e serviços vendidos passou de R\$ 297,5 milhões em 1997 para R\$ 438,1 milhões em 1998. O acréscimo de 47,2% reflete o incremento da receita bruta da Emissora durante o período.

6.3.2.4.4. Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 152,9%, passando de R\$ 66,7 milhões em 1997 para R\$ 168,6 milhões em 1998. Em relação às receitas operacionais líquidas dos dois exercícios em análise, a margem bruta elevou-se de 18,3% em 1997 para 27,8% em 1998. Tal incremento explica-se pela maior entrega de produtos sob encomenda no período, os quais apresentam maior valor agregado.

6.3.2.4.5. Despesas Operacionais

As despesas com vendas cresceram 65,0%, de R\$ 25,6 milhões em 1997 para R\$ 42,2 milhões em 1998, em linha com o incremento das receitas no período.

As despesas gerais e administrativas aumentaram 60,3%, de R\$ 52,0 milhões em 1997 para R\$ 83,4 milhões em 1998, basicamente em função da criação, no período, de novas estruturas de negócios: Mastec, Inepar FEM e IESA, que implicaram em despesas adicionais de R\$ 4,7 milhões, R\$ 21,9 milhões e R\$ 3,9 milhões, respectivamente.

6.3.2.4.6. Receita (Despesa) Financeira Líquida

O resultado financeiro da Emissora passou de uma despesa líquida de R\$ 7,8 milhões em 1997 para R\$ 60,5 milhões em 1998. O maior volume de encargos se deveu ao incremento do passivo financeiro no período, decorrente da aquisição da Tele Norte Leste em agosto de 1998.

6.3.2.4.7. Resultado da Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial positivo de R\$ 13,9 milhões em 1998 não apresentou uma variação significativa em comparação com o resultado positivo de 1997, no valor de R\$ 10,6 milhões.

6.3.2.4.8. Receita (Despesa) não Operacional Líquida

Em 1998, registrou-se uma receita não operacional líquida de R\$ 62,0 milhões (receita não operacional líquida de R\$ 47,5 milhões em 1997), que contempla basicamente a contabilização de um resultado de equivalência não-operacional proveniente de variações de participações em investimentos nas controladas dos segmentos de energia e telecomunicações.

6.3.2.4.9. Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diminuiu 75,5%, de R\$ 25,0 milhões em 1997 para R\$ 6,1 milhão em 1998, refletindo a queda no lucro antes dos impostos e contribuição social de R\$ 89,3 milhões em 1997 para R\$ 52,4 milhões em 1998.

6.3.2.4.10. Lucro (Prejuízo) Líquido do Período

O lucro líquido da Emissora passou de R\$ 47,0 milhões em 1997 para R\$ 32,1 milhões em 1998, resultante da combinação dos motivos acima mencionados.

6.3.2.4.11. Endividamento

(em R\$ milhões)

	31.12.98	31.12.97	VARIAÇÃO %
Passivo Financeiro de Curto Prazo	546,3	115,4	373,4
Passivo Financeiro de Longo Prazo	271,8	185,9	46,2
Total Passivo Financeiro	818,1	301,3	171,5

Patrimônio Líquido	849,0	544,6	55,9
Passivo Financeiro + Patrimônio Líquido	1.667,1	845,9	97,1
Índice de participação de terceiros (%)	49,1	35,6	-
Dívida Líquida	621,2	135,0	360,1

O saldo do passivo financeiro passou de R\$ 301,3 milhões em 31 de dezembro de 1997 para R\$ 818,8 milhões em 31 de dezembro de 1998. O incremento da dívida resulta principalmente da aquisição da Tele Norte Leste em agosto de 1998. Consequentemente, o índice de participação de capital de terceiros cresceu 13,5 pontos percentuais em 1998.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

7. ANEXOS

EMISSORA



INEPAR S.A. – INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, Nº 11.400,

CURITIBA – PR

COORDENADOR LÍDER



PRAIA DE BOTAFOGO, 228, RIO DE JANEIRO – RJ
RUA AMAURI, 255, 6º, 7º, 8º E 9º, ITAIM BIBI, SÃO PAULO – SP

ASSESSORIA JURÍDICA

M O T T A , F E R N A N D E S R O C H A

A D V O G A D O S

AV. ALMIRANTE BARROSO, 52, 5º ANDAR, RIO DE JANEIRO – RJ

ALAMEDA. SANTOS, 2335, CJ. 111, 11º ANDAR, SÃO PAULO – SP

AGENTE FIDUCIÁRIO

C&D DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

RUA XV DE NOVEMBRO, 270, CONJ. 601, CENTRO,

CURITIBA – PR

AUDITORES INDEPENDENTES

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES S/C

RUA COMENDADOR ARAÚJO, Nº 143, 4º ANDAR

CURITIBA – PR

